

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/LINGÜÍSTICA**

INA EMMEL

**O “FAZER” TERMINOLÓGICO X O “FAZER” TRADUTORIO.
UMA APLICAÇÃO PRÁTICA NA ÁREA DE ESPECIALIDADE:
TRADUTOLOGIA.**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação
em Letras-Lingüística da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do
grau de Mestre em Lingüística

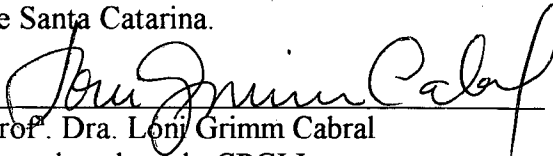
Orientador: Prof. Dr. Werner Heidermann

FLORIANÓPOLIS, OUTUBRO 1998.

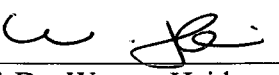
**O “FAZER” TERMINOLÓGICO X O “FAZER” TRADUTÓRIO.
UMA APLICAÇÃO PRÁTICA NA ÁREA DE ESPECIALIDADE:
TRADUTOLOGIA.**


INA EMMEL

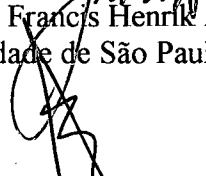
Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Letras/Linguística e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Letras/Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.


Prof. Dra. Louí Grimm Cabral
Coordenadora do CPGLL

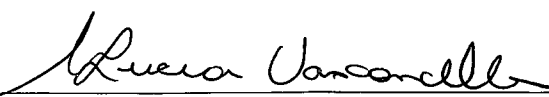
BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Werner Heidermann - Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Dr. Francis Henrik Aubert
Universidade de São Paulo


Prof. Dr. Philippe R. Humblé
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Dr. Paulino Vandresen
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof.ª Dra. Maria Lúcia Vasconcellos
Universidade Federal Santa Catarina

ao Augusto

Agradecimentos

No decorrer de muitos anos tive o grande privilégio de me envolver com pessoas e instituições que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho.

Quero agradecer a todas e, em especial,:

- ao meu orientador Professor Werner Heidermann, por ter me aceito como a um “filho pródigo”;
- aos professores e à coordenadora da PGLL, e aos colegas de curso;
- à Capes, pelo apoio financeiro;
- à UFSC, por me servir de casa;
- aos funcionários da PGLL, pelo pronto atendimento a todos os meus pedidos e especialmente à Suzana;
- ao Alberto, à Sheila e à Renata, por essa caminhada “lingüística” conjunta;
- ao Cleber, por me ajudar a “debulhar” os arquivos;
- à Miriam e ao Carlos, pela confecção dos gráficos;
- à Sandra Mara, por resolver os meus conflitos, e não só em relação às “vírgulas”;
- à Sandra Kafka e à Simone, pelo auxílio nas fichas;
- às “labutantes” do laboratório de fonética, pelo ombro amigo nas horas difíceis;
- aos amigos Córdula, Marco, Paulo, Meta, Ronaldo, Maga, Darcita, Rogério, Mercedes, Márcia, Amanda e a todos os demais que se preocuparam diretamente comigo e com o meu trabalho;
- à Berê e ao Teixeira, pela “mão-direita/esquerda” em todos os momentos de minha vida nestes últimos 20 anos;
- aos meus afilhados Pedro, Ingrid e Petra, simplesmente por fazerem parte de minha vida;
- aos meus irmãos Haia, Werner e Toschi, por acreditarem em mim.

Mas acima de tudo quero agradecer:

- à minha irmã Hecka e ao meu filho Augusto, por...

Bem, não é necessário revelar o motivo!

Sumário

Lista de siglas e abreviaturas.....	v
Resumo.....	vi
Abstract.....	vi
Capítulo 1- Introdução.....	1
Capítulo 2-Quadro teórico.....	6
2.1 Introdução.....	6
2.2 Terminologia.....	6
2.2.1 Introdução.....	6
2.2.2 Princípios básicos de um <i>fazer</i> terminológico.....	7
2.2.3 Linguagem de especialidade e linguagem comum.....	8
2.2.3.1 Linguagem de especialidade da tradutologia/da lingüística.....	11
2.2.4 Linguagem de especialidade x termo.....	13
2.2.5 Unidade terminológica.....	15
2.2.6 Relação noção x designação.....	18
2.2.7 Conceituação e delimitação da terminologia.....	23
2.2.8 Considerações sobre normalização (ABNT, DIN, ISO).....	26
2.3 Tradutologia.....	29
2.3.1 Introdução.....	29
2.3.2 Princípios básicos de um <i>fazer</i> tradutório.....	30
2.3.3 Importância da tradução técnica / de especialidade.....	32
2.3.3.1 Perspectivas.....	32
2.3.4 Linguagem de especialidade na tradução.....	33
2.3.5 Problemas advindos da tradução de textos técnicos/de especialidade.....	34
2.4 <i>Fazer</i> terminológico x <i>fazer</i> tradutório.....	34
2.4.1 Introdução.....	34
2.4.2 Relação entre o <i>fazer</i> terminológico e o <i>fazer</i> tradutório.....	36
2.4.3 Par lingüístico envolvido- relação de forças.....	38
2.4.4 Tradução de terminologia como barreira na comunicação.....	39
2.4.5 Comparação e tradução de terminologias.....	40
2.4.5.1 Problemas na equivalência.....	41
2.4.5.2 Lacunas terminológicas.....	44
Capítulo 3 - Sistema de conceitos.....	48
3.1 Introdução.....	48
3.2 A idéia de sistema.....	48
3.3 A importância dos sistemas de conceitos.....	49
3.4 Definição de sistema de conceitos.....	50
3.5 Elaboração de um sistema de conceitos.....	53
3.6 Sistema de conceitos da tradutologia como área de especialidade.....	54
Capítulo 4- Pesquisa Terminológica.....	56
4.1 Introdução.....	56
4.2 As fontes de coleta.....	56
4.2.1 Os textos.....	57
4.3 Metodologia para coleta de dados.....	57
4.4 Pesquisa temática: registro de dados.....	58

Capítulo 5 - Análise dos dados	61
5.1 Introdução	61
5.2 A tradutologia como área de especialidade	63
5.3 1ª Dicotomia: “<i>freie Übersetzung</i>” x “<i>treue Übersetzung</i>”	64
5.4 2ª Dicotomia: “<i>Übersetzbarkeit</i>” x “<i>Unübersetzbarkeit</i>”	68
5.5 Os problemas nos conceitos “<i>Äquivalenz</i>” e “<i>Invarianz</i>”	69
5.6 O “processo tradutório” e/ou “ato tradutório”	71
5.7 “Crítica da tradução”	72
5.8 O que fazer com “<i>übersetzungsrelevanter Bedeutungsbegriff</i>”	72
Capítulo 6 - Compilação do glossário	74
6.1 Apresentação	74
6.2 Glossário terminológico bilíngüe da área de especialidade “terminologia”: alemão → português	74
Capítulo 7 - Conclusões e sugestões	83
Anexo A: Texto original 1- Eugenio Coseriu	87
Anexo B: Texto traduzido 1- Eugenio Coseriu	95
Anexo C: Texto original 2- Wolfgang Klein	104
Anexo D: Texto traduzido 2- Wolfgang Klein	114
Anexo E: As fichas terminológicas	125
Referências Bibliográficas	148
Dicionários e Léxicos utilizados	153

Lista de siglas e abreviaturas

No corpo do trabalho:

DIN- Deutsches Institut für Normung

ISO- International Organization for Standardization

DIS- Draft International Standard

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

INFOTERM- Internationales Informationszentrum für Terminologie

CITRAT- Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Na ficha terminológica e no glossário:

cose- texto referência de onde foi retirado o contexto (texto de Eugenio Coseriu)

klei- Texto referência de onde foi retirado o contexto (texto de Wolfgang Klein)

al- língua de partida: alemão

pt- língua de chegada: português

SA- sintagma adjetival (e.g. nome + adjetivo)

Sms- substantivo masculino singular

Sns- substantivo neutro singular

Sfs- substantivo feminino singular

Spl- substantivo plural

A- acadêmico (termo consagrado)

P- parcial (correspondência na língua de chegada)

INEM- mnemônico para o documentador (p/Ina Emmel)

AS- Ausgangssprache (língua de saída)

ZS- Zielsprache (língua de chegada)

m- masculino

f- feminino

n- neutro

pl.- plural

v- verbo

Resumo

Os estudos terminológicos se pretendem tão gerais para que possam ser aplicados em qualquer área de especialidade. Um dos objetivos deste trabalho é fazer uma aplicação prática desses ditames na área de especialidade “tradutologia”, em uma concepção terminológica descritiva bilíngue, e verificar a sua exequibilidade. Baseio a minha pesquisa na tradução que fiz de dois textos alemães nesta área, que, pela sua relevância, também anexo ao trabalho. Os resultados desta aplicação prática são apresentados em forma de um fichário terminológico nos padrões fixados pela terminologia, para que possam servir para a formação de um banco de dados. Com base nas fichas terminológicas, faço também a análise dos problemas detectados na tradução dos termos. Apresento, além disso, um glossário contendo todos os termos analisados. Concluo que os estudos terminológicos terão que abordar melhor a questão da terminologia em áreas onde o objeto de estudos não pode ser considerado “concreto”, como é o caso na “tradutologia”, e terão que fornecer melhores subsídios para elaboração de sistemas de conceitos nessas áreas.

Abstract

The terminology studies claim to be so general in order that they may be applied to any given technical or specialized area. In this dissertation I carry out a practical application, by means of a bilingual terminological descriptive approach, on terminology of the translation studies area, in order to verify its effectiveness. The base of analysis was my translation of two German texts in this area, which I also include here because of their significance. The results of the experiment I present in form of terminological index-cards, in the pattern established by the terminological studies, so that they may be transferred into a terminological data bank. I also analyze the problems detected by the translation of the terms, and present a glossary containing all the analyzed ones. Finishing my work, I conclude that the terminology studies must approach more specifically the question of terminology in areas in which the object of analysis can not be considered “concrete”, as in the case of the translation studies area, and that they should provide more data on how to elaborate systems of concepts in such areas.

Capítulo 1. Introdução

A idéia de escrever um trabalho sobre a problemática da tradução de terminologia técnica surgiu durante a minha atuação como professora da cadeira “Teoria e Prática da Tradução” para os alunos do Curso de Letras-Bacharelado: Tradutor Bilingüe Português-Alemão, no 1º semestre de 1996, nesta universidade.

Pela escassez de trabalhos sobre tradutologia em português em nosso departamento, os alunos se viam forçados a “enfrentar” a bibliografia alemã, esta sim disponível em número considerável. Pela grande dificuldade apresentada na compreensão desses textos, motivado, por certo, pelo concomitante aprendizado da própria língua, esses alunos sugeriram que eles mesmos poderiam traduzir “alguns”, o que valeria tanto para o atendimento aos próprios objetivos do curso, como também para facilitar “a vida” dos alunos vindouros.

Aceito o desafio, iniciamos um trabalho conjunto de estruturação de como isso se efetivaria, haja vista que tínhamos para tanto apenas um encontro semanal. Levantamos as principais dificuldades que uma tarefa dessa ordem representaria e constatamos, sem nenhum embasamento teórico mas apenas através da manifestação da experiência de cada um, que a dificuldade primária residia na compreensão e tradução de terminologia técnica. Concluimos que, se a tarefa de efetivamente traduzir textos técnicos da tradutologia não pudesse ser efetivada, ao menos se poderia tentar montar um glossário (bilingüe) da terminologia encontrada nos textos estudados. Evidentemente essa empreitada representou uma mudança de rumo dos objetivos iniciais. Os alunos passaram a coletar os termos e as respectivas definições ou explicações, para então tentar traduzi-los. Valeram-se também do inventário de termos da tradutologia idealizado por Königs (1981:314-338) para fins de ensino da tradução. Ao final do semestre, haviam montado um pequeno banco, mas que eles mesmos consideraram pouco “sistemático” e que mereceria um tratamento mais formal para que pudesse ao menos servir de subsídio a turmas futuras. Mesmo assim, haviam se familiarizado com a terminologia, o que lhes facilitou a leitura e a compreensão dos textos.

Diante desse resultado, resolvi realizar, eu mesma, essa tarefa de “sistematização”, cujo resultado é o objeto desta dissertação. Assim sendo, os meus objetivos podem ser listados da seguinte forma:

- realização de uma pesquisa sobre o que vem a ser a “terminologia como ciência” e como ela pode ser aplicada a uma área específica;
- verificação da inter-relação entre o “fazer terminológico” e o “fazer tradutório” em um exemplo concreto (na tradução de dois textos de especialidade);
- levantamento de termos técnicos e fichamento dos mesmos seguindo os critérios da pesquisa terminológica estudada, para que os mesmos possam ser utilizados na formação de um banco de dados;
- elaboração de um glossário bilíngüe (alemão→ português) com esses termos, que possa servir ao leitor e/ou tradutor de textos sobre tradutologia;

E como objetivo secundário, mas não menos importante:

- colocação, à disposição do público brasileiro, de duas traduções de textos versando sobre tradutologia.

Também delimito o meu trabalho quanto aos seguintes aspectos:

- o glossário e as fichas terminológicas só abrangem os termos efetivamente constantes dos dois textos que foram traduzidos;
- as fichas terminológicas estão agrupadas por áreas de pertinência, mas os sistemas de conceitos (a representação gráfica dos mesmos) só foram montados para alguns termos.

Ainda antes de partir para as considerações sobre essa “sistematização”, acho interessante justificar um trabalho desse tipo mais objetivamente e levantar hipóteses sobre alguns aspectos.

Conforme constata Aubert (1996b:14), existe uma escassez de trabalhos terminológicos em determinadas áreas do saber e do fazer humanos, principalmente em forma bilíngüe. Considero a “tradutologia” uma dessas áreas menos favorecidas sob o enfoque terminológico, o que dificulta a transferência de textos científicos para o português considerando-se a sua premência, já que o Brasil está em seus primórdios na própria área de estudos tradutológicos. Levando em conta que o mesmo acontece também na área dos estudos terminológicos, um trabalho que se propõe, através de uma metodologia adequada, a gerar um produto (no meu caso, um glossário bilíngüe) que venha efetivamente a ajudar o tradutor em sua tarefa, justifica-se por si só. O glossário, no entanto, não se pretende completo, muito pelo contrário, ele é apenas a primeira etapa de um projeto a ser conduzido

a longo prazo, pois, seguindo o pensamento de Wersig (1976:47), o trabalho terminológico, na maioria das vezes, só pode ser realizado em grupo, já que a variedade de conhecimentos especiais requeridos para o mesmo extrapola a capacidade de uma pessoa só.

Tratando-se de um trabalho terminológico descritivo em uma área que não constitui tradicionalmente fonte de pesquisa e de sistematização de preceitos gerais de terminologização como as que se realiza nas áreas técnicas em geral, onde o objeto de estudo é, na maioria das vezes, “concreto”, minhas hipóteses baseiam-se na viabilização efetiva dessa empreitada, segundo os princípios ditados pela ciência da terminologia¹, princípios estes que, como já disse, serão arrolados também:

- a área de especialidade “tradutologia”, por sua heterogeneidade e interdisciplinaridade, não permite a organização de seus conceitos em um sistema único;
- a tradutologia como área de especialidade bastante recente não apresenta ainda uma “estabilidade” suficiente que permita uma clara definição das relações entre os conceitos, por serem estas ‘polihierárquicas’ (critério arrolado por Arntz e Picht, 1995:83);
- a elaboração de sistemas parciais com relações de dependência diferenciadas comprometem a complementação futura dos mesmos, conforme recomendação normativa dos princípios gerais para terminologização.

Como ponto de partida na tentativa de “sistematização”, tentei inteirar-me das concepções teóricas que visualizam a terminologia como ciência. Por ser, tal qual a tradutologia, uma disciplina bastante recente, embora seja sabido que pesquisadores e cientistas individuais tenham se ocupado desde sempre com a sistematização dos meios de expressão de suas respectivas áreas, não se pode falar da existência de uma teoria “única”. Tive acesso a bibliografias que representam, respectivamente, as escolas clássicas nos estudos terminológicos: a Escola de Praga de Terminologia (através de J.Horecký e J.Filipec), a Escola Soviética de Terminologia (através de D.S.Lotte, T.L.Kandelaki e A.A.Reformatskij) e a Escola de Viena de Terminologia (através de E.Wüster e H.Felber). Verifiquei igualmente as concepções alemãs (através de R.Arntz), a dos países nórdicos (através de H.Picht) e as canadenses. Pude verificar, como ponto comum, a similaridade na interpretação do conceito como unidade de pensamento e conhecimento. O conceito também é interpretado, pelos autores supra-citados e pelas escolas que representam, como

¹ Termo utilizado por Barbosa (1996:28).

sendo pertinente a um sistema, além de ser visto como uma grandeza passível de ser definida, revelando assim, uma relação que extrapola a expressão lingüística. Para Laurén e Picht (1993:528), existem duas concepções de conceito nessas diferentes escolas: uma de orientação mais filosófica (onomasiológica), onde o conteúdo (*Inhalt*) é o conceito, e outra, lingüística (semasiológica), onde o conteúdo é o significado. As duas, no entanto, não são necessariamente antagônicas, mas sim, complementares. A concepção saussureana da relação conceito/denominação, sendo a denominação a designação de um conceito, subjaz a todas as escolas. Laurén e Picht (idem:531) vêem que existe uma preocupação nas diferentes escolas de que o sistema de denominações deveria, sempre que possível, espelhar também o sistema de conceitos. Verifiquei que esse fato nem sempre é viável em um trabalho terminológico descritivo, devendo ser mais facilmente realizável em um trabalho normativo. O modo como esses aspectos gerais sobre terminologia foram abordados pontualmente aqui pode ser acompanhado ao longo do trabalho que está estruturado da seguinte forma:

Inicialmente, no Capítulo 2, faço um levantamento teórico do que seria a terminologia como ciência, ou seja, a ciência dos conceitos e de suas denominações no âmbito das linguagens de especialidade. Referencio também os aspectos “práticos” desta teoria, o que Aubert (1996b:13) chama de “fazer terminológico”, e a questão da normalização dos princípios gerais de terminologização, responsáveis pela uniformização nos procedimentos. Em seguida, trato a tradutologia também como ciência, pontuando a questão da tradução de termos de especialidade e das linguagens de especialidade. Concluo o referencial teórico contrapondo (ou seria integrando?) a aplicação das duas ciências e concentrando as considerações nos aspectos específicos levantados aqui, enfatizando os procedimentos em caso de detecção de “lacunas terminológicas” por parte do tradutor.

No Capítulo 3, trato da questão do sistema de conceitos sob a ótica teórica e de sua importância dentro dos estudos terminológicos. Levanto as definições de sistema de conceitos; analiso e questiono a sua exeqüibilidade para a área da tradutologia.

O Capítulo 4 está destinado a prover informações sobre como a pesquisa terminológica foi efetivada. Neste capítulo descrevo também a metodologia utilizada, exemplifico e explico o conteúdo da ficha terminológica e referencio os textos de base para a coleta.

A análise das soluções encontradas (ou não!) que exigiram um empenho maior e que podem ser polemizadas está referenciada no Capítulo 5. Neste capítulo ainda, lanço os respectivos sistemas de conceitos (sempre parciais!) que elaborei para determinados termos.

No Capítulo 6, registro os dados referentes à elaboração do glossário, as delimitações do mesmo e, evidentemente, o próprio glossário.

Retomando os meus objetivos e hipóteses, concluo o trabalho no Capítulo 7, onde faço sugestões para continuação desta pesquisa e para outras que me ocorreram durante a execução da tarefa.

Fechem o trabalho as referências bibliográficas e a relação dos dicionários utilizados, e os anexos, respectivamente, os dois textos que serviram como *corpus* para a coleta de termos e as respectivas traduções feitas por mim, bem como as fichas terminológicas que elaborei para a montagem do glossário e para constituírem um futuro banco de dados. Estas fichas foram agrupadas por tema, sempre visando facilitar a análise e o respectivo direcionamento para encaixamento em um sistema.

Antes de iniciar o referencial teórico, desejo chamar a atenção para o fato de que todas as citações em alemão foram traduzidas por mim no escopo do trabalho e não em notas de rodapé. Embora a norma recomende o contrário, optei por fazê-lo deste modo, por entender que assim eu poderia dar mais fluidez ao texto, principalmente ao leitor não familiarizado com a língua alemã. Em se tratando de um trabalho sobre terminologia, no entanto, devo reconhecer que nem sempre a tradução destas citações mereceu o rigor terminológico devido, principalmente nas definições regidas por norma.

Capítulo 2- Quadro teórico

2.1 Introdução

Como o presente trabalho se situa no ponto de embricamento do *fazer tradutório* e do *fazer terminológico*, entendo que o referencial teórico basicamente terá que compreender individualmente essas duas áreas: a da tradutologia e a da terminologia, bem como as teorias com as quais se possa analisar e discutir os problemas decorrentes da interrelação. Enfatizo que oriento as minhas considerações primordialmente para fins de tradução de terminologia do alemão para o português. A concepção é essencialmente descritiva: não tenho a pretensão de estabelecer definições ou designações, e nem de dar aos resultados um caráter normativo.

A terminologia será abordada em seu aspecto dinâmico, o que Wüster (1976:40) chama de "*Terminologielehre*"²: o processo através do qual se constitui o sistema de conceitos e o sistema de denominações de uma área de especialidade.

A tradutologia será analisada em seus aspectos teóricos, e igualmente como elemento na constituição de terminologia.

No referencial teórico da inter-relação das mesmas, levanto as questões que me ajudarão na análise dos dados.

2.2 Terminologia

2.2.1 Introdução

Para sistematizar o campo de investigação da terminologia, tento situar as considerações teóricas dos autores pesquisados dentro de certos parâmetros específicos. Pluralizo as análises por não existir, até o momento, uma concepção unânime em torno de algo que se poderia chamar de uma "Teoria das Linguagens de Especialidade". Observo que com isso não exploro a questão da terminologia até a exaustão, mas simplesmente referencio os pontos pertinentes ao estudo proposto.

² O autor sustenta que dentro da própria palavra temos, na verdade, uma tautologia, já que '-logie' e 'Lehre' (=estudos) significam praticamente a mesma coisa, mas que até hoje não apareceu ainda uma melhor sugestão.

Inicialmente desenvolvo a questão arrolada por Aubert (1996b:13) sobre o que viria a ser um *fazer* terminológico, que, em níveis de Brasil, considerando-se uma adequada descrição e sistematização, ainda deixa a desejar, mas que já é foco de interesse tanto do CITRAT na USP, bem como da ABNT. Como um *fazer* terminológico pressupõe trabalho em cima de uma terminologia no âmbito de uma linguagem de especialidade, passo, em seguida, a fazer considerações sobre o que seria essa linguagem em relação à linguagem dita “comum”, arrolando definições de diversos autores e particularizando as considerações para a linguagem da tradutologia (“tradutologia” vista aqui como área de especialidade). Estabelecida essa relação, levanto a questão do termo dentro das linguagens de especialidade. O termo é interpretado aqui como um dos componentes essenciais dessas linguagens; ele é assumido como etiqueta³ para uma determinada área a ser denominada (idem:30). Com isso estabelece-se a diferença entre unidade lexical (centro dos estudos lexicográficos) e unidade terminológica (centro dos estudos terminológicos). A abrangência da unidade terminológica (mono- ou plurivocabular) e as suas características dentro do par lingüístico em questão também são abordadas aqui. A seguir analiso os dois constituintes de uma unidade terminológica: a noção (=conceito) e a designação e também a relação entre elas, verificando, para tanto, o que dizem os autores a respeito dos problemas advindos do estabelecimento dessa relação para a constituição de uma unidade referencial.

Antes de fazer considerações sobre normalização de terminologias, tanto em nível nacional como internacional, referencio a disciplina “terminologia” quanto a sua conceituação e delimitação.

2.2.2 Princípios básicos de um *fazer* terminológico

Embora a terminologia e a tradutologia sejam campos de conhecimento marcadamente distintos e autônomos, Aubert (1996b:13) sustenta que no *fazer* tradutório e no *fazer* terminológico os caminhos se cruzam e entrecruzam. E se cruzam, principalmente, por serem os tradutores profissionais os principais usuários finais dos produtos da pesquisa terminológica, ou seja, dos dicionários técnicos, dos glossários e dos bancos de dados terminológicos.

³ Não como a nomenclatura, no entanto, já que esta etiqueta “objetos” (cf. em 2.2.7).

Segundo Aubert (idem:14), o *fazer* terminológico consiste na geração desses produtos tendo como base uma metodologia apropriada para que o resultado forneça subsídios confiáveis ao tradutor em sua tarefa. Para Arntz e Picht (1995:220), o trabalho terminológico sistemático, cujo produto final realmente são os dicionários, os glossários etc. pressupõe que o terminólogo “trabalhe” uma determinada área de especialidade (*Fachgebiet*) em conjunto com a sua respectiva terminologia. Essas terminologias, fruto de um trabalho terminológico que carece cada vez mais de maior precisão, de acordo com Aubert (idem:25), são, entre outros pontos (cf. em 2.2.7), a base para ordenamento e transferência de conhecimento. O autor entende terminologia como sendo o estudo descritivo e sistematizador (padronizador) dos vocabulários das línguas de especialidade. Constata o mesmo que existem sensíveis lacunas nas descrições do uso mono- e bilíngüe no que diz respeito aos materiais terminológicos existentes no mercado, lacunas estas que podem se restringir a determinadas línguas ou a determinadas áreas do saber.

Hoffmann (1988:106) vê como objetivos do trabalho terminológico: a obtenção de clareza sobre a essência de conceitos, a delimitação do conteúdo e da abrangência conceitual e o estabelecimento da relação entre o conceito e o signo lingüístico.

2.2.3 Linguagem de especialidade e linguagem comum

Como o presente trabalho lida com a questão da terminologia, vale de início fazer uma referência aos termos “linguagem de especialidade”, “termo de especialidade” e “vocabulário de especialidade”. Os pesquisadores do CITRAT valem-se desses termos e os consideram sinônimos, respectivamente, de “linguagem técnica/científica”, “termo técnico/científico” e “vocabulário técnico/científico”. Azenha (1996) utiliza apenas “linguagens técnicas”, “termos técnicos” e “vocabulário técnico”. Só Aubert diz explicitamente, em nota de rodapé, que “de especialidade” é uma tradução do inglês (*language for special purposes*). A solução por ele encontrada se mostrou satisfatória, a meu ver, também para o termo alemão *Fachsprache*; portanto, doravante passo a adotá-la aqui.

Segundo Fluck (1991:11 e 1984:14), a unidade terminológica, ou termo “linguagem de especialidade”, por mais simples e compreensível que possa parecer, até hoje ainda não foi definida consensualmente exatamente pelo fato de se tentar fazê-lo em contraposição ao

conceito “linguagem comum” que, por sua vez, também não foi ainda devidamente definido. Uma definição do conceito “linguagem comum”, que a meu ver poderia servir como ponto de partida de uma tentativa de diferenciação, seria aquela dada por Hjelmslev (1968; apud Koller, 1992:182) de que a mesma não foi instituída para fins específicos, mas que pode ser utilizada para todos os propósitos imagináveis.

Outra dificuldade reside no fato levantado por Arntz (1986:285) de que uma simples análise das estruturas lexicais de algumas linguagens de especialidade dentro de uma mesma língua revela sensíveis diferenças, que estão intimamente ligadas com a própria história de constituição dessas respectivas áreas de especialidade (e.g., a incidência maior ou menor de radicais gregos e latinos ou o modo de usá-los. Cito um exemplo de Fluck (1984:225): *benzene* (inglês) é diferente de *Benzin* (alemão), o correto aqui seria *Benzol*).

De qualquer forma, a linguagem de especialidade como um todo, segundo Benes (1976:93), está empenhada em apresentar os fatos (= *Sachverhalte*) tematicamente de modo mais completo e explícito possível, lingüisticamente, no entanto, de modo mais suscinto possível. Dessa tendência à condensação lingüística resulta a preferência por uma estreita relação dos elementos oracionais dentro de uma sentença. O autor arrola uma série de particularidades do que ele chama de “sintaxe da linguagem de especialidade” (do alemão), que evidentemente não são igualmente válidas para o português.

Existe porém um consenso geral, diz Fluck, de que a peculiaridade das linguagens de especialidade está no seu vocabulário especial destinado a atender às exigências da especialidade em questão. E esse vocabulário especial apresenta contínuas recorrências à linguagem comum.

Passo a transcrever a seguir, as definições ou visualizações de linguagem de especialidade apresentadas pelos autores pesquisados:

Aubert (1996b:27):

“Por linguagem de especialidade entende-se, genericamente, o conjunto de marcas lexicais, sintáticas, estilísticas e discursivas que tipificam o uso de um código lingüístico qualquer em ambiente de interação social centrado em uma determinada atividade humana.”

Schmidt, apud Fluck (1991:14 e 1984:14), e apud Hoffmann (1987:34):

“Linguagem de especialidade é o meio para uma compreensão ideal de um assunto técnico entre técnicos (especialistas). Ela é particularizada por um vocabulário técnico específico e por normas

especiais de escolha, utilização e frequência de meios lexicais e gramaticais da linguagem comum; ela não é autônoma, mas, sim atualizada em textos técnicos (de especialidade). Esses textos são constituídos, além de uma camada técnica, sempre de elementos da linguagem comum”.⁴

Hoffmann (1987:37) cita também a definição de Mc Donald, Sager e Dungworth:

“Linguagens de especialidade são sistemas semióticos complexos e semi-autônomos, que estão baseados na linguagem comum e se originam a partir dela; sua utilização pressupõe uma formação técnica e se limita à comunicação entre técnicos (ou especialistas), que trabalham na mesma área ou em área vizinha”.⁵

Norma DIN 2342, apud Arntz e Picht (1995:10):

“Linguagem técnica (de especialidade) é aquele âmbito da linguagem voltado para a comunicação inequívoca e não-ambígua dentro da respectiva área de especialidade, cujo funcionamento está marcadamente determinado por uma terminologia específica.

Observação: O âmbito cerne da linguagem no qual tomam parte todos os membros de uma comunidade lingüística é a linguagem comum”.⁶

Arntz e Picht (1995:26) fazem a seguinte observação:

“Em suma, pode-se dizer que a linguagem técnica (de especialidade) não se resume em vocabulário técnico, mas se caracteriza também por uma série de outros fatores, especialmente de ordem sintática e textual-estrutural. Mesmo assim, a expressão técnica é marcada de forma decisiva pela dimensão lexical dos textos técnicos (de especialidade), portanto, por sua terminologia”.⁷

⁴ “Fachsprache ist das Mittel einer optimalen Verständigung über ein Fachgebiet unter Fachleuten; sie ist gekennzeichnet durch einen spezifischen Fachwortschatz und spezielle Normen für Auswahl, Verwendung und Frequenz gemeinsprachlicher, lexikalischer und grammatischer Mittel; sie existiert nicht als selbständige Erscheinungsform der Sprache, sondern wird in Fachtexten aktualisiert, die außer der fachsprachlichen Schicht immer gemeinsprachliche Elemente enthalten.”

⁵ “Fachsprachen sind halbautonome, komplexe semiotische Systeme, die auf der Gemeinsprache basieren und von ihr hergeleitet sind; ihr Gebrauch setzt eine fachliche Ausbildung voraus und ist beschränkt auf die Kommunikation zwischen Fachleuten, die auf ein und demselben oder auf verwandten Gebieten arbeiten”.

⁶ “Fachsprache ist der auf eindeutige und widerspruchsfreie Kommunikation im jeweiligen Fachgebiet gerichtete Bereich der Sprache, dessen Funktionieren durch eine festgelegte Terminologie entscheidend unterstützt wird.

Anmerkung: Der Kernbereich der Sprache, an dem alle Mitglieder einer Sprachgemeinschaft teilhaben, wird als Gemeinsprache bezeichnet.”

⁷ “Zusammenfassend läßt sich somit festhalten, daß Fachsprache sich nicht in Fachwortschatz erschöpft, sondern auch durch eine Reihe anderer, insbesondere syntaktischer und textstruktureller Merkmale charakterisiert ist. Trotzdem wird die fachliche Aussage in entscheidendem Maße von der lexikalischen Dimension der Fachtexte, also ihrer Terminologie, bestimmt.”

Fluck (1991:196) cita também a definição de Beier e Möhn:

“Linguagem técnica (de especialidade) é uma área de utilização de linguagem relativamente autônoma (...), que existe paralelamente a outras, ou melhor, a várias outras espécies de utilização de linguagem, com as quais ela se relaciona”.⁸

Como pôde ser visto, parece existir um relativo consenso sobre a imprescindibilidade de elementos da linguagem comum na constituição da linguagem de especialidade. Arntz e Picht (1995:20) dão muita ênfase ao fato e lembram, inclusive, que a linguagem comum pode existir por si só, algo que jamais acontece com a linguagem de especialidade.

Sobre a importância das linguagens de especialidade na atualidade, vale ainda referenciar Möhn (1976:30). Para ele, uma linguagem de especialidade ordenada não é apenas um pressuposto para classificação e caracterização das áreas, mas, ao mesmo tempo, uma possibilidade decisiva de acesso às mesmas.

Outro ponto relevante é que cada linguagem de especialidade não se apresenta como uma unidade sólida, homogênea, mas revela diferentes níveis de estruturação interna em função dos diferentes níveis de abstração das respectivas áreas. Em muitos casos, inclusive, observa-se que com uma redução no nível de abstração, cresce a influência da linguagem comum (Arntz, 1986:285 e Spiegel, 1976:33).

Fluck (1991:176), ao complementar as suas considerações, diz que as duas linguagens não formam um par em oposição, exatamente por se situarem em planos diferentes. Elas se diferenciam no plano semântico e no número de seus usuários, ao passo que, no plano formal, elas se igualam em muitos aspectos. É a linguagem comum que fornece a base lexical e a estrutura gramatical às linguagens de especialidade (idem:175).

2.2.3.1 Linguagem de especialidade da tradutologia/da lingüística

Fluck dedica um capítulo inteiro à caracterização de diferentes linguagens de especialidade, entre elas, a da lingüística. Vários pesquisadores, entre eles Koller (1992), Klein (1992) e Pinchuck(1977), apud Koller (1992), discutiram a questão da pertinência da

⁸ “Fachsprache als ‘ein relativ eigenständiger Bereich der Sprachverwendung (...), der neben anderen- genauer, mehreren anderen- Arten der Sprachverwendung existiert, mit denen er in Wechselbeziehungen steht’.”

tradutologia à lingüística, questão esta que se reflete nas respectivas linguagens utilizadas na descrição dessas áreas de especialidade. A pesquisadora da tradução técnica e científica Pinchuck (idem), por exemplo, diz que, embora muitas disciplinas tenham, de algum modo, participação no “desvendar dos mistérios da tradução”, é a lingüística que mais tem a contribuir. Já Koller (1992:130), nesse sentido, sustenta que não se pode restringir a problemática da tradução a aspectos lingüísticos apenas. Diz o autor que mesmo em uma tentativa de “definição lingüística geral da tradução” só conseguimos, na melhor das hipóteses, abranger o campo semântico. Klein (1992), no texto que compõe o *corpus* da minha pesquisa, discorda dessa concepção e simplifica as suas considerações colocando duas grandes questões que, segundo ele, são comuns às duas áreas: como entendemos o texto e como expressamos em outra língua um conteúdo pré-determinado? Para este autor, se a lingüística até o momento não conseguiu ainda responder satisfatoriamente como os meios de expressão de duas línguas devem se comportar (uma em relação a outra) para manterem constantes o que é expresso, isso não é motivo para considerar tradução e lingüística como ciências independentes.

Na tentativa de montagem do sistema de conceitos para a análise da terminologia da tradutologia (ver no Capítulo 3) concebi a tradutologia, de maneira bastante genérica, como um sub-sistema da lingüística. Sendo assim, valho-me das afirmações de Fluck (1991, capítulo 5.6) em relação à linguagem da lingüística como linguagem de especialidade: “é esta linguagem que nos possibilita falar sobre ‘linguagem’, ou seja, é essa metalinguagem que nos permite comunicação sobre uma linguagem objeto”. O característico da linguagem da lingüística igualmente está na sua terminologia, além das mesmas particularidades e tendências sintáticas que se observam nas outras linguagens de especialidade. Para o alemão, nesse aspecto, vale o que foi amplamente desenvolvido por Benes (1976:88-98) e eu cito aqui algumas: preferência pela voz passiva, encaixamentos e aposições, nominalizações de toda ordem.

Na lingüística, diz Fluck (idem), observa-se também uma tendência à internacionalização, principalmente no âmbito da terminologia. Aubert (1996b:17) igualmente observa o aspecto da internacionalização, referindo-se particularmente ao inglês, conforme detalhado em 2.2.5, no caso da terminologia, e em 2.4.5.1, na tradução da terminologia em textos de especialidade.

As terminologias mistas decorrentes das sub-divisões da lingüística (a sociolingüística, a psicolingüística, a neurolingüística etc.), bem como das terminologias das disciplinas vizinhas a ela, também são problemáticas. Segundo Fluck (1991:197), o resultado é um verdadeiro caos (“*Wirrwarr*”) terminológico, dificultando, em larga escala, a compreensão intersubjetiva. Quando o autor analisa a influência da linguagem comum na linguagem de especialidade, questionando a pertinência de uma palavra específica a cada uma dessas linguagens, uma questão lexicográfica portanto, diz que não se pode esperar resposta por ser essa relação complexa demais. O fato seria uma justificativa para a escassez de análises empíricas e sistemáticas sobre o assunto. O mesmo não se pode dizer sobre a pesquisa da influência da linguagem de especialidade na linguagem comum (Arntz e Picht, 1995:20-26 e Fluck, 1991:197).⁹

2.2.4 Linguagem de especialidade x termo

Os autores pesquisados enfatizam que os limites de abrangência da linguagem comum e da linguagem de especialidade não podem ser definidos com precisão (Arntz e Picht, 1995:12 e Fluck, 1991:161), sendo os mesmos não só de ordem geral, mas também de ordem individual, social e geográfica.

Mesmo levando em conta as características sintáticas e textuais-estruturais da linguagem de especialidade, é na dimensão lexical dos textos de especialidade que se localiza a essência dessas linguagens, ou seja, na sua terminologia (Arntz e Picht, 1995:26; Jumpelt, apud Fluck, 1991:12; Aubert, 1996b:27; Filipec, 1976:55).

Fluck, em sua caracterização desse léxico, faz questão de diferenciar palavras técnicas (*Fachwörter*) de termos (*Termini*). Para ele, uma palavra técnica, em contraposição a uma palavra da linguagem comum, é mais precisa e mais autônoma dentro de um determinado contexto. Essa mesma palavra adquire a qualidade de “termo” dentro de um âmbito teórico, é lá que ela é definida e convencionalizada. O autor reconhece a fragilidade da diferenciação, já que praticamente todas as palavras de especialidade podem ser

⁹ Em um trabalho sobre a constituição da terminologia de especialidade como área científica autônoma, Brand (1993:24) tenta justificar o fato com a constatação, a meu ver um tanto simplista, de o vocabulário de especialidade ser bem mais extenso do que o vocabulário da linguagem dita comum, sendo assim, seria a linguagem comum que passaria a ser mais “enriquecida” pelas diversas linguagens de especialidade do que o contrário.

justificadas como “termos”, na medida em que designarem coisas e situações de modo não-ambiguo.

Hoffmann (1988:105) vê no termo (ou na terminologia) uma particularidade que o diferencia da linguagem comum: a sua maior suscetibilidade à intervenção diretiva e ordenativa por parte do homem. Entendo que o sucesso nessa empreitada está intimamente ligado à área de especialidade em questão. Como pretendo mostrar mais adiante, para a área de especialidade da tradutologia, isso é bastante relativo.

Para Filipec (1976:55), um termo, principalmente no sentido científico da palavra, é uma unidade lexical específica, que designa um conceito (definido) no sistema de uma área de especialidade. Em um sentido mais amplo, diferentemente de Fluck portanto, ele considera os termos também como palavras técnicas (*Fachwörter*).

Na própria norma DIN 2342 (1986:6), apud Arntz e Picht (1995:36), reconhece-se “termo” e “palavra de especialidade” como sinônimos quando se define:

“Como elemento de uma terminologia, um termo é a unidade de um conceito e a sua denominação. (também: palavra de especialidade)”.¹⁰

A classe de palavras que mais se destaca na constituição de termos, como já é de se esperar, é a dos substantivos, embora, segundo Arntz e Picht (1995:121) e Fluck (1991:48), qualquer classe do vocabulário comum possa ser terminologizada. Nesse processo, o que acontece é que a palavra adquire, dentro da linguagem de especialidade em questão, um significado bem específico. A sua forma permanece inalterada, apenas a parte semântica do lexema é fixada de maneira nova. Ainda em relação aos limites semânticos de um termo, acho interessante citar o que diz Kandelaki (1993:239) a este respeito:

“Os limites semânticos do termo são condicionados pela definição, seu conteúdo é deduzido a partir das formas constantemente variáveis de uma definição de um conceito científico”.¹¹

¹⁰ “Ein Terminus ist als Element einer Terminologie die Einheit aus einem Begriff und seiner Benennung. (auch: Fachwort)”.

¹¹ “Die semantischen Grenzen des Terminus sind durch die Definition bedingt, sein Inhalt wird durch die sich ständig verändernden Formen einer Definition eines wissenschaftlichen Begriffs erschlossen”.

Hoffmann (1988:118) diz que existe uma predominância de substantivos e adjetivos nas linguagens de especialidade pois cabe a eles a tarefa de denominar a multiplicidade de objetos e fenômenos para os quais estão orientadas as atividades técnicas. Em média, eles contabilizam 60% do léxico de uma linguagem de especialidade qualquer.

O termo só mostra a sua total função no âmbito de um contexto técnico (de especialidade) situativo e lingüístico, segundo Bausch et al. (1976:13).

Filipec (1976:55), além de enfatizar que o termo não constitui apenas uma forma lingüística estática, mas que, sob limites bem estabelecidos, pressupõe uma série de operações físicas ou psíquicas, cita também as suas principais características, resumidas abaixo:

- 1- sua inserção em um determinado sistema donde advém o seu caráter relacional e a sua impossibilidade de isolamento;
- 2- seu caráter operacional, ou seja, a sua potencialidade de transmissão de uma parte de determinado conhecimento a outros, capacitando-os às aplicações pertinentes ao fato;
- 3- sua função textual;
- 4- sua função lexicológica que abrange diversos aspectos.

Filipec entende o termo como uma palavra-chave dentro de um texto de especialidade, já que nestes textos ele atua como um filtro por determinar ou privilegiar a escolha de elementos “intelectuais” ou neutros e por constituir as características principais do estilo técnico, a saber, a precisão e a não-ambigüidade.

2.2.5 Unidade terminológica

A questão da segmentação dos termos no trabalho terminológico constituindo uma unidade terminológica merece ser mencionada aqui, pensando, principalmente, na diversidade das regras e possibilidades de combinação do par lingüístico em questão. O alemão e o português, no atendimento à demanda por novos termos para designar novas realidades, valem-se de modo diferenciado dos recursos internos da língua, da utilização de elementos estrangeiros e de elementos normalizados¹² da linguagem comum.

¹² Acho interessante a utilização de “normalização” (cf. em segunda acepção no dicionário Aurélio) nos trabalhos do CITRAT. O termo “normatização”, entendo eu, seria bem mais recomendado para evitar-se uma interpretação ambígua, principalmente nesse caso. Respeitei, no entanto, o termo consagrado.

Aubert (1996b:63) diz que, ao contrário da descrição lexicográfica onde predominam os verbetes monovocabulares, o mesmo não se observa na pesquisa terminológica, em que prevalecem as formas multivocabulares. Aubert deve estar se referindo particularmente ao português ou às línguas românicas em geral, já que no alemão, conforme detalhado em Arntz e Picht (1995:121) e Fluck (1991:50-55), a formação de verbetes terminológicos pelos processos de composição (=zusammengesetzte Benennungen) e de derivação é um procedimento extremamente produtivo, embora também se observem verbetes pluri-vocabulares. E no inglês, conforme constata Filipec (1976:58), os termos podem chegar a ter até 8 elementos.

Spiegel (1976:146) arrola uma série de vantagens da composição, por substantivos, nas linguagens de especialidade do alemão. Resumo-as aqui:

- 1) obtém-se uma simplificação da expressão lingüística;
- 2) simplifica-se a flexão, já que só o segundo constituinte é flexionado;
- 3) a composição é mais econômica e racional do que o grupo de palavras;
- 4) possibilita-se a formação de sistemas de conceitos mais claros a partir de grades e séries conceituais.

Para Hoffmann (1988:98) a composição não é igualmente característica para todas as línguas. Enquanto o russo faz pouco uso do processo, a terminologia alemã é inimaginável sem “Komposita”. Observa, no entanto, que é a função atributiva e determinante dos componentes secundários a principal propriedade para designação de fenômenos complexos.

Fluck (1991:73) faz referência à argumentação de Wagner (1970) de que, no alemão, o procedimento de composição é extremamente positivo, já que este torna a unidade conceitual mais visível. Ele próprio (idem,121) lembra, no entanto, que uma composição é mais do que uma simples adição de elementos. As dificuldades residem no enquadramento das linguagens de especialidade na semântica da linguagem natural. A composição, no alemão, de substantivo+substantivo, verbo+substantivo, adjetivo+substantivo, adjetivo+verbo, preposição+substantivo são os tipos citados mais freqüentes. Arntz e Picht (1995:122) chamam a atenção para a relação substantivo+preposição“de”+substantivo e também substantivo+adjetivo nas línguas românicas, dificultando, por vezes, o estabelecimento da abrangência da unidade terminológica, uma vez que nem sempre se tem a certeza de que uma designação dessa

ordem realmente represente um conceito, ou se se trata, na verdade, de uma paráfrase. Um exemplo disso seriam os verbos substantivados que considero como “termos”: *das Verstandene, das Gemeinte* (veja o glossário - Capítulo 6). Para Hoffmann (idem:100), em muitos casos, só o especialista é capaz de identificar essa diferença (eu diria, a abrangência) que se situa na semântica. Finalmente, Herzog (1993:76) concebe a composição na linguagem técnica como uma espécie de “estenografia sintática”, que permite o estabelecimento, de forma comprimida, de novos significados a partir de “conteúdos” de palavras individuais. Outras duas vantagens para ele seriam: a partir de uma combinação ampliada, a abrangência vocabular se manteria dentro de certos limites e possibilitaria uma relativa “auto-definição” pelo princípio da subordinação e da coordenação. Esse aspecto não se confirma no português quando, por exemplo, temos a “diluição” do termo em duas unidades preposicionadas como em “*übersetzungsrelevanter Bedeutungsbegriff*” (veja o glossário - Capítulo 6).

Já os processos derivativos, prefixação e sufixação, são igualmente produtivos na constituição de unidades terminológicas nas duas línguas em questão, recomendações nesse sentido já fazem parte das normas DIN e ISO. Lembro, no entanto, que também neste ponto temos sensíveis diferenças entre o alemão e o português. Para elucidar o fato, cito apenas um exemplo dado por Arntz e Picht (1995:119) com relação ao verbo “*setzen*” (~ pôr) do alemão, que pelo recurso da prefixação (*absetzen, aussetzen, aufsetzen* etc.) permite nada menos do que 33 derivações com aproximadamente 100 significados.

Na maioria dos casos, esses processos não foram criados exclusivamente dentro das linguagens de especialidade, mas foram tomados da linguagem comum. Diz Spiegel (1976:150) que muitos “readquiriram” a sua produtividade nessas linguagens, embora tenham resultado em deslocamento de conteúdo.

Nas referências á questão do estabelecimento da unidade terminológica, tanto Fluck (1991), como Arntz e Picht (1995) e Aubert (1996b) chamam a atenção também para a utilização de empréstimos (ou seja, “de termos mantidos em sua forma lingüística original”, segundo Aubert (idem:17)). O fato observa-se particularmente para o inglês. Aubert, ao discorrer sobre o inglês como língua de trabalho universal, alerta para os problemas decorrentes do fato (ver mais adiante em 2.4.5.2 as considerações sobre “lacunas terminológicas”). Nos trabalhos terminológicos entre duas línguas quaisquer, nem sempre a universalização pretendida pela utilização do *tertius* inglês é alcançada, haja vista não se

poder desconsiderar as variações nas visões-de-mundo e nos respectivos referentes, diz o autor.

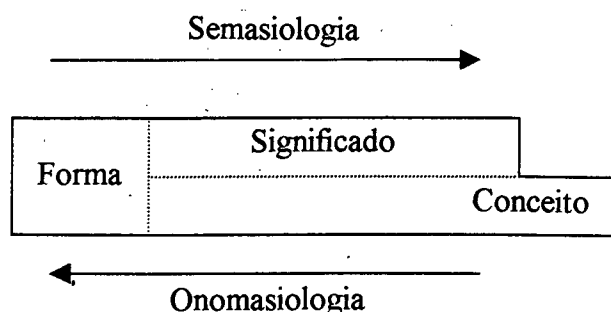
Um outro aspecto que precisa ser abordado aqui e que influi diretamente no estabelecimento da unidade terminológica seria a manutenção de elementos nacionais, muitos deles sancionados historicamente ou pela prática escolar, mesmo existindo uma clara tendência à internacionalização da terminologia técnico-científica. Cito alguns exemplos dados por Filipec (1976:58) para o alemão: *Subjekt - Satzgegenstand, Objekt - Satzergänzung, Hydrogen - Wasserstoff*.

Como último aspecto, também verifiquei como os autores vêem o “desaparecimento” de certos termos. Brand (1993:18), por exemplo, observa que do mesmo modo como uma determinada área de especialidade se desenvolve, também no termo ocorre o processo de mudança de significado, fato este manifestado de diferentes maneiras: pelo deslocamento de significado, modificações formais de palavras (a partir de uma palavra surgem duas ou mais) ou pela total eliminação de um termo, quer dizer, o termo sai de uso e é substituído por outro que melhor expressa determinada realidade.

2.2.6 Relação noção x designação

Considerações teóricas sobre a complicada relação noção (=conceito) e designação, ou significado x significante nos termos de Saussure, objeto de estudo não só da lingüística, como também da filosofia e da psicologia, também devem ser mencionadas.

Antes de levantar considerações teóricas mais específicas sobre esta relação, acho relevante, como ponto de partida, fazer a diferenciação entre “conceito” e “significado”, algo nem sempre devidamente justificado pelos teóricos. Graficamente Filipec (1993:116) representa a diferença, ou melhor, a abrangência assim:



Já Langner (1975), apud Felber (1993:383), relaciona as diferenças e eu as sintetizo aqui:

- os significados surgem no processo de evolução de uma língua, são, portanto, presos a ela / os conceitos surgem no processo de conhecimento, independente de uma língua específica, e são, como categoria do pensamento, interlinguais;
- os significados são, na maioria, polissêmicos / os conceitos são sempre monossêmicos;
- os significados são objeto de investigação da lingüística / os conceitos são objeto da lógica e da teoria do conhecimento.

Brand (1993:18) constata que o termo possui um caráter duplo. Por um lado, ele é uma palavra que deve respeitar as regras lingüísticas pelo seu lado formal, estabelecendo assim uma categoria lingüística. Por outro lado, ou seja, de acordo com a sua aplicação e o seu conteúdo, ele representa uma categoria lógica da área que ele representa e cujos conceitos ele expressa.

Arntz e Picht (1995:40) discutem a complexidade do assunto, partindo da constatação de que as próprias definições nas normas DIN e ISO, como representantes e orientadoras de pesquisas terminológicas, “visualizam” diferentemente a relação entre noção e designação como constituintes do termo.

Como já mostrei, DIN 2342 (1986:6) considera o termo como a unidade formada por um conceito e a sua denominação.

Em ISO/DIS 1087 (1988:7), por sua vez, temos:

“term: designation of a defined concept in a special language by a linguistic expression”.

Os autores constatarem que existe um paralelo entre “*term*” em inglês e “*Benennung*” em alemão e que não se observa, portanto, uma equivalência entre “*term*” e “*Terminus*”. Já que não existe esse consenso entre DIN e ISO, reproduzo aqui também o que DIN apresenta como definição de “*Benennung*” (=denominação):

DIN 2342 (1986:5), apud Arntz e Picht (idem:37):

“Uma denominação é a designação de um conceito, dentro de uma linguagem de especialidade, composta de pelo menos uma palavra.”¹³

Já que entre as normas não existe um consenso sobre o que vem a ser o “termo” propriamente dito, é no confronto das noções que a relação de equivalência entre um termo da língua X e um termo da língua Y necessariamente deve se legitimar. Essa legitimação deve poder ser verificada no estabelecimento do que vem a ser uma determinada noção dentro de um determinado sistema¹⁴. Reproduzo, a seguir, o que consta das normas como definição de noção/conceito.

Em Arntz e Picht (1995:43-44) é citado DIN 2342 (1986:2):

“Um conceito é uma unidade de pensamento, que resume aquelas características comuns, que se associa a objetos”.¹⁵

E é complementado com a seguinte observação:

“Conceitos não estão ligados a determinadas línguas, no entanto, eles são influenciados pelo contexto social e/ou cultural”.¹⁶

E, similarmente, ISO/DIS 1087 (1988:2):

“Concept: unit of thought constituted by those characteristics which are attributed to an object or to a class of objects”.

E igualmente é complementada pela nota:

“Concepts are not bound to particular languages. They are, however, influenced by social or cultural background”.

¹³ “Eine Benennung ist die aus mindestens einem Wort bestehende Bezeichnung eines Begriffs in der Fachsprache”.

¹⁴ A idéia de “sistema” será desenvolvida mais adiante, no capítulo 3.

¹⁵ “Ein Begriff ist eine Denkeinheit, die diejenigen gemeinsamen Merkmale zusammenfaßt, welche Gegenstände zugeordnet werden”.

¹⁶ “Begriffe sind nicht an bestimmte Sprachen gebunden, sie sind jedoch von dem jeweiligen gesellschaftlichen und/oder kulturellen Hintergrund beeinflusst”.

Podemos constatar que as duas normas afirmam exatamente a mesma coisa. Como este é um trabalho sobre tradução e nesta área, nem sempre os créditos de autoria são devidamente concedidos, não quero incorrer em erro e dar preferência a uma específica. A ênfase dada às “características” pelas duas normas justifica-se pelo fato de serem elas os elementos básicos que permitem a ordenação de conceitos. Baseados em suas características é que os conceitos estão em relação mútua, diz Felber (1993:387).

Arntz e Picht (1995:61) discutem ainda sobre a importância das definições no estabelecimento da relação entre noção e designação em estudos e trabalhos terminológicos. Entendem os autores que é nas definições que os conceitos ocupam o seu papel principal, é lá que os mesmos são delimitados, ou melhor, descritos com meios lingüísticos. Para Filipec (1976:59) as definições são a forma básica da tradução metalingüística do conteúdo de um termo, observando, porém, que os elementos relevantes da definição, tal qual na linguagem natural, não podem corresponder exatamente ao significado. A definição serve, pois, para formular sintaticamente as características relevantes de um termo.

Arntz e Picht (1995:61) citam DIN 2342 (1986:5):

“Uma definição é o estabelecimento de um conceito por meios lingüísticos”.¹⁷

Uma definição tem uma função bem específica, igualmente estabelecida na norma.

DIN 2330 (1979:8):

“Definições servem para estabelecer uma relação preferencialmente não-ambígua entre conceitos e denominações. Elas delimitam um conceito, à medida que este for colocado em relação a outros conceitos (conhecidos e já definidos)”.¹⁸ (apud Arntz e Picht, idem:62)

Arntz (1988:173) porém alerta especificamente para os problemas que surgem no estabelecimento de definições em trabalhos terminológicos multilíngües, por entender que não existe “a” definição, mas sim, uma multiplicidade delas. Este fato se revelou também

¹⁷ “Eine Definition ist eine Begriffsbestimmung mit sprachlichen Mitteln”.

¹⁸ “Definitionen dienen dazu, einen möglichst eindeutigen Zusammenhang zwischen Begriffen und Benennungen herzustellen. Sie grenzen einen Begriff ab, indem er zu anderen (bekanntem oder bereits definierten) in Beziehung gesetzt wird”.

quando tentei encontrar uma definição para termos como “*Bedeutung*”, “*Äquivalenz*”, “*Sinn*”, por exemplo. Para o autor (idem:185), tanto as definições como os conceitos que as representam são partes de sistemas, permitindo, muitas vezes, uma compreensão apenas de dentro para fora de um respectivo sistema. Além disso, no estabelecimento de diferenças conceituais, deve-se ter, além de conhecimento lingüístico e domínio dos métodos de trabalho terminológico, sempre e principalmente, conhecimento dos respectivos campos e assuntos.

Similarmente, Lotte (1993:159) já em 1963 afirmava que um conceito só podia ser definido cientificamente a partir do momento em que se tivesse identificado que posição o mesmo deve ocupar entre outros conceitos. E isso implica dizer que os especialistas, que se ocupam com terminologias, devem se ocupar também com questões de classificação. Em outro artigo (1993:200), Lotte faz recomendações prescritivas sobre a definição. Ele sugere que as mesmas sejam compreensíveis para o maior número possível de pessoas, pressupondo que estas tenham um certo conhecimento prévio na área. As definições devem, pois, ser expressas em palavras, ser curtas e elaboradas de tal modo que seja possível reconhecer a “essência” (*Wesen*) do conceito.

Finalmente, acredito que também neste ponto vale uma neutralização. Pensando, principalmente, na terminologia da tradutologia, o estabelecimento de definições mostra-se, por vezes, como um problema complexo. Kandelaki (1993:240) confessa que no trabalho terminológico prático sabe-se muito bem que muitos termos são utilizados e consagrados, mesmo que não se tenha para os mesmos uma definição unificada. Neste trabalho, conforme mostro na análise, foi exatamente o que ocorreu com o tão consagrado termo “equivalência” para o qual não encontrei uma definição, apesar de tão amplamente referenciado na tradutologia.

Em relação às denominações, como não poderia deixar de ser, as normas examinadas para o presente estudo também fazem recomendações prescritivas:

DIN 2330, apud Arntz e Picht (1995:116):

“As denominações devem enquadrar-se naturalmente no conjunto lingüístico (...). Devem ser:

- concisas;
- de fácil lembrança;
- de fácil pronúncia;

- próprias para formação de derivação.”¹⁹

E ISO/DIS 704 (1985:12):

“A term should

-be linguistically correct;

-be accurate;

-be concise;

-easily permit the formation of derivation.

If terms are considered for standardization they should also be monosemous.”

A norma ISO, como podemos ver, não possui o elemento, para mim “neutralizante” da prescritividade, de enquadramento “natural” no conjunto lingüístico. A norma DIN não faz recomendações quanto à normalização de termos nesta definição.

2.2.7 Conceituação e delimitação da terminologia

Além de estabelecer os elementos básicos do trabalho terminológico, acho importante fazer considerações sobre o que vem a ser “terminologia” propriamente dita e sobre a sua importância na atualidade.

O engenheiro austríaco Eugen Wüster (1898-1977), renomado e pioneiro pesquisador da área e representante maior da Escola de Viena de Terminologização, levantou a questão da confusão geral que rege a área dos estudos terminológicos. Em seu texto “*Die allgemeine Terminologielehre*” (1976:40-50), o autor fez considerações sobre os três significados por ele encontrados da “velha” palavra terminologia: terminologia como o sistema de conceitos e de designações de qualquer área de especialidade; terminologia como o estudo da terminologia de uma determinada área de especialidade; e os estudos terminológicos gerais, quer dizer, a abstração de regularidades extraídas dos estudos terminológicos especiais para diversas áreas e línguas. Para o presente trabalho não vejo necessidade de fazer diferenciação tão rigorosa da área de abrangência dos estudos terminológicos, por entender que esta seja mais de natureza didática do que prática. Acredito que uma diferenciação das demais disciplinas correlatas seja bem mais pertinente.

¹⁹ “Benennungen sollen sich zwanglos in das Sprachgefüge einordnen (...). Die Benennungen sollen sein:

-angemessen kurz

-einprägsam

-leicht sprechbar

-geeignet zum Bilden von Ableitungen.”

O primeiro passo é diferenciá-la de “lexicografia”. Enquanto esta toma as palavras como constituintes do léxico como um todo, a terminologia restringe esse universo a uma porção delimitada, a uma área de especialidade, ou, como diz Aubert (1996b:28), a “um conjunto delimitado por uma situação concreta de utilização”.

Igualmente importante é diferencia-la de “nomenclatura”. A nomenclatura, na concepção de Filipec (1976:55), possui uma função mais formal, ao mesmo tempo generalizante e classificatória. Arntz (1986:293) entende nomenclatura como uma porção de designações relacionada sistematicamente a uma determinação não-ambígua de conceitos, diferenciando-se da terminologia por sua relativa visuabilização (no sentido de “*Überschaubarkeit*” e não de “*Überschaulichkeit*”) e não-lacunosidade, e pela conseqüente estruturação extremamente rigorosa.

Para Reformatskij (1993:208), a nomenclatura não está em relação direta com os conceitos de determinada ciência, não expressando, portanto, essa ciência como sistema de conceitos.

Hoffmann (1985:162) vê a terminologia em relação, principalmente, com o sistema de conceitos da respectiva área de especialidade, e a nomenclatura, simplesmente, como etiquetadora de seus “objetos”.

DIN 2342 (1986:7), apud Arntz e Picht (1995:41), dá uma definição pragmática de nomenclatura:

“Nomenclatura é a nominalização introduzida em algumas áreas de especialidade para uma porção ordenada sistemática de noções e as suas respectivas denominações.

Nota: A especificidade da nomenclatura é a sua relativa delimitação, visuabilização e completude. A ela subjaz um sistema de conceitos rigorosamente estruturado.”²⁰

Como exemplos de nomenclatura cito as da química, da biologia, da zoologia, da anatomia etc., onde se tenta obter uma unificação através da utilização de elementos das línguas clássicas (grego e latim), de seqüências de letras do alfabeto (Vitamina A, B, C etc.), de combinação de letras e números (B11, A16) ou qualquer outra combinação de símbolos.

²⁰ “Nomenklatur ist die in einigen Fachgebieten eingeführte Benennung für eine systematisch geordnete Menge von Begriffen und ihren eindeutigen Bezeichnungen.

Anmerkung: Die Besonderheit der Nomenklatur ist ihre relative Begrenzbarkeit, Überschaubarkeit und Lückenlosigkeit; der Nomenklatur liegt ein besonders streng strukturiertes Begriffssystem zugrunde.”

A mesma norma DIN 2342 (parte 1) (1986:7), apud Arntz e Picht (1995:10), define terminologia como se segue:

“Terminologia é o conjunto de denominações e respectivas noções dentro de uma área de especialidade.”²¹

Segundo Arntz e Picht (id.,ib.), terminologia é entendida como parte da linguagem em uma área de especialidade (como vimos, essa linguagem é composta de linguagem comum + linguagem de especialidade), e portanto, como uma parte de linguagem de especialidade.

Na concepção de Wersig (1976:44), é a terminologia de uma área de especialidade que, de certo modo, cria o vocabulário da linguagem de especialidade desta área, caso se trace um paralelo com o que constitui o vocabulário da linguagem comum: a porção das denominações e os seus respectivos significados.

A terminologia tem por objetivo organizar e harmonizar as noções dentro de uma certa área de especialidade, exercendo, pois, uma função comunicativa. Ela cria ou seleciona termos para as noções e estabelece essa relação por intermédio de uma definição. O resultado é apresentado em forma de listas de termos especializados, acompanhados das respectivas definições, que servem de consulta a especialistas e tradutores, por remeterem um termo a seu referente, conforme Cintra et al. (1996: 20).

Aubert (1996b:25) desenvolve a questão dos objetivos da terminologia mais detalhadamente. Para o autor, as terminologias constituem a base de:

- a- ordenamento de conhecimento (ou seja, a classificação conceptual de cada disciplina científica ou ramo de atividade humana);
- b- a transferência de conhecimentos e de *know how* tecnológico;
- c- a formulação e disseminação de informações especializadas (redação e publicação científicas);
- d- a transferência de textos científicos para outros idiomas (pela tradução e pela interpretação);
- e- a armazenagem e a recuperação de informação especializada (por meio de linguagens de busca, *tesauri*, índices, classificações, inclusive bancos de dados eletrônicos).

O autor (id.:27) entende que a terminologia, enquanto instrumento descritivo, “tem por objeto de estudo um dos componentes essenciais das chamadas linguagens de especialidade: o seu léxico.”. O léxico é, então, entendido como constituinte de uma

²¹ “Terminologie ist der Gesamtbestand der Begriffe und ihrer Benennungen in einem Fachgebiet”.

situação não apenas extra-lingüística (“divorciada” da linguagem, conforme Aubert), mas englobando também a realidade percebida (pré-moldada lingüística e antropologicamente). E uma vez estabelecida a situação, a terminologia descritiva tem como tarefa identificar as relações noção/designação que caracterizam cada termo (idem,65).

Concluindo, uma terminologia bem elaborada não apenas é importante para a compreensão lingüística dentro de uma área de especialidade qualquer, mas muito mais, como diz Roundy (1993:91), para o desdobramento teórico dessas áreas. Para o autor, uma terminologia elaborada sistematicamente como um todo é ao mesmo tempo uma espécie de metateoria da área em questão e uma ajuda, tanto para iniciantes como para profissionais na área.

2.2.8 Considerações sobre normalização (ABNT, DIN, ISO)

Tudo o que foi comentado e descrito até esse ponto só faz sentido se os resultados obtidos forem ordenados de modo sistemático e visando proporcionar compreensão multilateral entre os membros usuários de cada área de especialidade, tanto em nível nacional como internacional.

Uma análise da listagem bibliográfica de referência em Fluck (1991:233-282) revela o crescente interesse dos pesquisadores na questão da normalização e da terminologia. Fluck cita nada menos do que 38 obras/textos sobre o assunto no corpo principal do capítulo e acresce-lhe mais 21 no anexo. Arntz e Picht (1995:316) listam 69 obras/textos. Se atentarmos para as referidas datas, também podemos facilmente visualizar um incremento exponencial dessas obras nas últimas duas décadas, principalmente no que diz respeito à normalização em nível internacional. Alguns marcos históricos na normalização foram as contribuições de Vesalius (1514-1564) para o desenvolvimento da terminologia da anatomia, passando pelo estabelecimento da rosca padronizada para parafusos em 1839, a criação da IEC (International Electrotechnical Commission) nos EUA em 1906, do DIN (Deutsches Institut für Normung e.V.) em 1917 e da ISO (International Organization for Standardization), que atualmente engloba institutos de normalização de 89 países, em 1947. Em nível nacional vale lembrar que a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) foi fundada sete anos antes da ISO, já em 1940 (cf. em Aubert, 1996b).

O trabalho sistemático com normalização de terminologias individuais- iniciado na metade do século XIX com o advento da Revolução Industrial, mas evidentemente não executado por lingüistas, e sim por especialistas de cada área em questão- só se tornou frutífero a partir do estabelecimento de princípios básicos para padronização, pois os mesmos estabelecem as metodologias para obtenção ordenada dessas terminologias e a sua conseqüente organização.

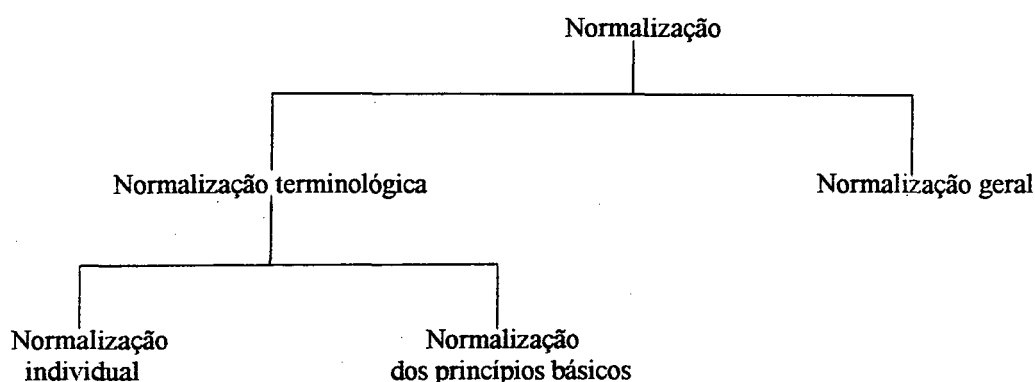
Segundo Schewe e Spiegel (1976:154), qualquer área de especialidade pode ser “trabalhada” terminologicamente. E aquelas que demandam precisão e eliminação de ambigüidades justificam um empenho terminológico também sob a ótica normativa. Nesse caso existe uma clara tendência em estender a normalização ao âmbito internacional, levando em conta o aspecto de intercâmbio de tecnologias e conhecimentos e da tradução. Wüster (1995:339) observa inclusive o fato de existir uma preocupação na uniformização mundial de denominações, ou seja, da forma lingüística dos termos (forma externa), e em casos de impossibilidade, ao menos o “sentido” (forma interna) é unificado.

O estabelecimento desses princípios básicos, concebidos de maneira tão geral para que possam ser utilizados, em princípio, em qualquer comunidade lingüística e para qualquer língua e área de especialidade, é a função básica da ISO. A ISO 704-1987 (“Principles and methods of terminology”), cujo caráter é predominantemente coordenativo, vale tanto para o trabalho terminológico individual dentro da própria ISO, como para, e talvez principalmente, o estabelecimento de normas em nível individual nacional e internacional. Arntz e Picht (1995:288), em relação a isso, citam inclusive o exemplo da Espanha, onde as normas ISO sobre os princípios básicos da terminologia foram traduzidas para o espanhol, justificado pelo fato de o país, como tantos outros, ainda se encontrar nos primórdios de seu desenvolvimento terminológico sistemático. Este país, segundo Gil (1992:264), por só agora ter começado a se preocupar com a questão da unificação de terminologias e com os trabalhos terminológicos sistemáticos, teme perder campo na corrida tecnológica mundial. Os princípios básicos de terminologização, esses sim regidos por norma, orientam trabalhos terminológicos no sentido de unificação de resultados de modo sistemático e economicamente justificáveis (Schewe e Spiegel, *idem*, *ib.*).

A ISO descreve os seus objetivos assim:

“The object of ISO is to promote the development of standards in the world with a view to facilitating international exchange of goods and services, and to developing mutual co-operation in the sphere of intellectual, scientific, technological and economic activity. The results of ISO technical work are published as International Standards”. (Directives for technical work of ISO, 12th ed. 1979) (apud Arntz e Picht, 1995:285)

A normalização como um todo, segundo Arntz e Picht (1995:144), pode ser concebida conforme o gráfico a seguir:



A normalização terminológica individual é, segundo DIN 2342 (1986:11):

“a normalização de noções e suas denominações, bem como de sistemas de conceitos e seus respectivos sistemas de denominações ou nomenclaturas”.²² (Arntz e Picht, idem: 144)

Já a normalização dos princípios básicos da terminologia, de acordo com a mesma norma é, embora numa concepção a meu ver um tanto tautológica:

“a normalização de princípios básicos e de linhas mestras para o normalização terminológica individual”.²³

²² (Terminologische Einzelnormung- auch als Terminologienormung bezeichnet) - “ist die Normung von Begriffen und ihren Benennungen sowie von Begriffssystemen und den dazugehörigen Benennungssystemen oder Nomenklaturen”.

²³ “Terminologische Grundsatznormung ist die Normung von Grundsätzen und Richtlinien für die terminologische Einzelnormung”.

Resumindo, para Arntz e Picht (1995:146), com o auxílio dessas normas deverá se verificar que:

- terminólogos, na medida do possível, trabalhem segundo os mesmos princípios básicos para a obtenção de melhores resultados e de resultados que possam ser melhor comparados;
- os resultados de trabalhos terminológicos sejam apresentados de tal forma, que possam ser trocados sem necessidade de alterações;
- a própria disciplina "Terminologia" disponha de uma terminologia homogêna apropriadamente estruturada.

Vejo na preocupação excessiva sobre a generalização dos princípios básicos estabelecidos pelas normas ISO o reconhecimento do fato de qualquer linguagem de especialidade, tanto quanto a linguagem comum, estar sujeita às leis da evolução lingüística. As normas jamais poderão ser tão rígidas de modo a desconsiderarem o aspecto "vivo" da linguagem; a terminologia dentro da situação comunicativa será sempre marcadamente sincrônica.

2.3 Tradutologia

2.3.1 Introdução

Situo o campo de investigação da tradutologia, tal qual o fiz para a terminologia, também dentro de certos parâmetros que considero importantes ao estudo que me proponho a fazer.

Inicio com as considerações feitas por Aubert sobre o que vem a ser um *fazer* tradutório, restringindo-as, primordialmente, a questões especificamente terminológicas. Como o tradutor diante de um problema terminológico estará sempre inserido em um contexto maior, o texto de especialidade, levanto em seguida as referências (teóricas e práticas) sobre a importância desse tipo de tradução na atualidade. Valho-me, para tanto, também de dados estatísticos. Subdivido essa parte para contemplar igualmente as perspectivas futuras dessa atividade dentro de um contexto multinacional cada vez mais presente nos intercâmbios científicos e tecnológicos. Depois posiciono as colocações no sentido inverso e verifico o que dizem os autores pesquisados a respeito das especificidades

das linguagens de especialidade no processo tradutório. Faço referência aqui à “fraseologia técnica” e cito alguns exemplos para elucidar a questão.

Concluo esta parte com algumas considerações sobre os problemas que surgem na tradução de textos técnicos, principalmente em relação ao tradutor.

2.3.2 Princípios básicos de um *fazer* tradutório

Passo a seguir a fazer comentários sobre as teorias do processo tradutório, não em uma concepção geral, abrangendo toda a árvore de domínio do “traduzir”, mas em uma área mais restrita, qual seja, aquela que se ocupa com a tradução de textos de especialidade, e mais pontualmente, de termos de especialidade (= “*Fachwörter*”, em alemão).

O termo de especialidade, pelo menos teoricamente e para que possibilite uma análise, é considerado aqui em sua totalidade, ou melhor, com seu campo nocional e designativo concebidos juntos e de forma exata e não-ambígua. Sabemos que na prática, com o incremento dos termos de especialidade em todas as áreas do saber, e também em áreas específicas dominadas apenas por um certo número de países, essa idealização não se confirma quantitativamente, nem tampouco qualitativamente, principalmente em relações bilíngües.

Embora a minha pesquisa se direcione pontualmente à questão da terminologia, ou melhor, à “dimensão lexical” (conforme Arntz e Picht, 1995:26) dos textos de especialidade em um universo bilíngüe, na direção tradutória alemão → português, essa não pode ser abstraída de seu contexto maior, o próprio texto de especialidade. É o texto que vai fornecer as pistas sobre a pertinência ou não da unidade lexical a um respectivo sistema de conceitos. E o papel do contexto (“co-texto” (“*Kotext*”)) no qual o termo que está inserido também será conceptual, diferentemente do contexto na linguagem comum. Filipec (1976:60) considera o contexto no texto de especialidade mais homogêneo, simples e unilateral, já que nele se manifestam as possibilidades de utilização dos conceitos designados por tais termos. Sem entrar aqui nos detalhes da homonímia e polissemia, apresento apenas o exemplo sempre citado da palavra “raiz” (=“*Wurzel*” em alemão) e que também serve aqui. Ela aparece na matemática e na botânica; e na lingüística, esse termo designa um tipo de um morfema; já na odontologia, a parte que fixa o dente, e assim por diante. A terminologia neste caso não se ocuparia com a etimologia da palavra, mas com

denominações associadas a um conceito específico. O exemplo mostra que é a utilização de um conceito dentro de uma área de especialidade específica que dá o significado a uma denominação. E em qualquer dicionário, paralelo a uma explicação geral do significado da palavra, deveriam aparecer também as aplicações especiais da mesma, segundo argumenta Horecky (1993:82).

O tradutor, ao se confrontar com um problema na tradução de um determinado item lexical terminologizado como o exemplificado, está inserido nesse contexto maior. É esse texto que carrega em si uma visão de mundo específica com seus referentes específicos e o tradutor acabará por imprimir aos próprios termos de especialidade, no texto por ele traduzido, também as suas marcas individuais, mesmo que o seu propósito seja a obtenção de uma “universalidade” conceptual.

Para tanto considero relevante caracterizar o que seria esse texto de especialidade, tanto na interpretação, por parte do tradutor, do texto original, como também no resultado de sua tarefa, ou seja, no texto traduzido.

Hoffmann (1987:233 e 1988:126), talvez de um modo não muito objetivo, tenta condensar as idéias e definições de Agricola (1979), Isenberg (1977) e Viehweger (1977) sobre o que seria um texto de especialidade, sintetizando os respectivos aspectos dinâmicos e estáticos da relação:

“O texto técnico (de especialidade) é instrumento e resultado do exercício de uma atividade lingüístico-comunicativa; ele é constituído de uma quantidade finita e ordenada de sentenças, ou de unidades sentenciais, lógicas, semântica e sintaticamente coerentes, que correspondem a signos lingüísticos complexos de proposições também complexas na consciência dos Homens, e a situações complexas na realidade objetiva”.²⁴

Posso, pois, assumir que no *fazer* tradutório o tradutor estará sujeito a variáveis que, de modo indireto ou direto, estarão sempre presentes nos textos. Assim, como diz Aubert (1996b:18), “as línguas de especialidade, como qualquer outro registro de qualquer idioma, compartilham da natureza multifacetada e permanentemente variável das línguas no tempo e no espaço”. O que o autor entende por “natureza multifacetada” está melhor explicitado por ele em 1996a, p.12, ou seja, que as línguas, enquanto fatos sociais e

²⁴ “Der Fachtext ist Instrument und Resultat der im Zusammenhang mit einer spezialisierten gesellschaftlich-produktiven Tätigkeit ausgeübten sprachlich-kommunikativen Tätigkeit; er besteht aus einer endlichen, geordneten Menge logisch, semantisch und syntaktisch kohärenter Sätze (Texteme) oder satzwertiger Einheiten, die als komplexe sprachliche Zeichen komplexen Propositionen im Bewußtsein des Menschen und komplexen Sachverhalten in der objektiven Realität entsprechen”.

históricos, representam uma somatória de várias tradições. O código linguístico em si e determinada visão de mundo constituem um vínculo que não é absoluto e uniformizante, nem estável e perene, mas que varia e se reconfigura a toda hora, no tempo e nos espaços coletivos e individuais.

2.3.3 Importância da tradução técnica/de especialidade

Fluck (1991:134) vale-se da citação de Rudolf Walter Jümpelt para dar a verdadeira dimensão ao papel atual da tradução: “o século das traduções”. Fluck justifica a expressão por intermédio de dados estatísticos. Diz o autor que se estima uma produção anual média de cerca de 2 milhões de novos temas nas literaturas técnico-científicas, que, por sua vez, demandam, evidentemente, toda sorte de traduções. Essa demanda, no entanto, não é satisfatoriamente atendida, apesar de crescentes esforços por parte dos interessados. Fluck argumenta ainda que, nas ciências naturais, por exemplo, 50% da literatura é publicada em línguas tais que mais da metade da população científica da terra não consegue ler. O resultado imediato é, evidentemente, de grandeza econômica. Se as traduções estivessem disponíveis, certamente observar-se-ia um incremento nos estágios de pesquisa em geral, em função, principalmente, do tempo economizado.

Permito-me concluir, tomando como base estes dados estatísticos, que existe uma necessidade cada vez maior de abordar a temática da tradução de modo mais abrangente possível, para que se possibilite uma transferência eficaz de conhecimentos em geral e de *know-how* tecnológico. Um desses aspectos é exatamente o que pretendo através da abordagem da problemática na tradução de termos de especialidade.

2.3.3.1 Perspectivas

Fluck (1991:223) entende que o desenvolvimento continuado das pesquisas na área das linguagens de especialidade e da tradução de textos de especialidade deve ser incentivado, principalmente através de fundamentação teórica e observação empírica, e que isto deveria ser realizado sob uma perspectiva interdisciplinar e contrastiva. O autor admite que essa tarefa parte de premissas teóricas diferentes, mas que os resultados, nessa tentativa

de superação das barreiras comunicativas, serão melhores do que os obtidos até agora nas diferentes áreas de especialidade.

2.3.4 Linguagem de especialidade na tradução

Depois de destacar a importância da tradução técnica, acho necessário também fazer algumas observações sobre como os autores visualizam essas linguagens de especialidade no próprio processo tradutório. Como o meu interesse se concentra na terminologia dentro desse processo, na verdade, eu deveria preocupar-me primordialmente com a classe dos “substantivos”, já que estes, tradicionalmente, “constituem a classe primeira na pesquisa terminológica” (Fluck, 1991:48). Hoffmann (1988:97) argumenta que os substantivos adquiriram o status de constituidores “primazes” de terminologia por conterem sensivelmente “mais informação” do que as demais classes de palavras, cuja função, em muitos casos, limita-se à sintaxe. Entretanto, lembram Arntz e Picht (1995:34), embora estes representem conteúdos técnicos específicos, jamais os mesmos podem ser analisados, nem utilizados, isoladamente. Os substantivos, mesmo quando terminologizados, sempre estarão enquadrados em um contexto lingüístico maior para que possibilitem o seu “correto” desempenho comunicativo. O tradutor de textos de especialidade deverá, na produção de seu texto, levar em conta esse “universo” lingüístico em torno do termo, estando sujeito à correta escolha de verbos, preposições etc., que este termo demandar. Para não resumir a análise de abrangência da relação entre dois ou mais conceitos valendo-se do substantivo como elemento central, os autores citam como exemplo os verbos. Enquanto que “*schweißen*” (=soldar) e “*destillieren*” (=destilar) são facilmente reconhecidos como “verbos de especialidade”, uma vez que funcionam como palavras-chave tanto isoladamente, como na utilização dentro de um contexto, o mesmo não acontece com “*ziehen*” e “*belasten*”, que só adquirem o seu caráter “técnico” quando atrelados a expressões fixas: “*einen Wechsel ziehen*”, “*eine Linie ziehen*”; “*einen Motor belasten*”, “*ein Bauelement belasten*”.

Os exemplos citados por Arntz e Picht entretanto, na concepção de Aubert (1996:30), seriam base de uma investigação lexicográfica, e não terminológica. Os verbos aqui seriam interessantes em função de seus vários sentidos; o domínio de sua aplicação, ou seja, a “situação”, não constitui a preocupação primária.

Para Fluck (1991:141) é imprescindível que o tradutor de textos de especialidade tenha, paralelo a sólidos conhecimentos lingüísticos gerais sobre os conceitos básicos de uma determinada área de especialidade, também o domínio do vocabulário específico e da respectiva “fraseologia”²⁵, tanto na língua de saída como na língua de chegada.

O tradutor desatento, sem valer-se de métodos terminológicos apropriados, não analisará o verbo como indicador de um conceito em sua “aparicação” lingüística. Picht (1988:191) cita um exemplo do alemão em que a preposição talvez faça parte da nomeação, revelando que as similaridades em questão são irrelevantes no plano conceitual, e o que vale é a diferença. Assim, torna-se necessário fazer a análise da valência do verbo para confirmar a existência de dois conceitos.

Exemplo: “*reagieren (auf seine Anwürfe)*”

“*reagieren mit (Chlor)*”

A análise do verbo no plano lexical, nesse caso, não revelaria a dupla diferenciação que existe no plano dos conceitos. A análise das características conceituais revelaria que só “*reagieren mit*” poderia ser relacionado à química, e dentro dela, só “a materiais que reagem quimicamente”, o que, segundo Picht (1993:447), não precisa ser de conhecimento do tradutor, pois o conteúdo técnico do texto será de responsabilidade do autor. Eu não concordo com o autor quanto a este aspecto. Na tradução de terminologia, como mostro mais adiante, também esse conhecimento não pode ser abstraído.

2.3.5 Problemas advindos da tradução de textos técnicos/de especialidade

Uma das questões aqui levantadas foi a do não-atendimento da demanda de traduções nas mais diversas áreas de especialidade. Uma outra seria a importância do tradutor na passagem de um texto de especialidade de uma língua para outra, novamente visando o aspecto específico de tradução dos termos de especialidade contidos nesses textos.

O tradutor diante de um texto de especialidade terá um compromisso ainda maior de manipular corretamente os termos técnicos nele contidos. Hoffmann (1988:101) dá ao termo uma importância adicional que extrapola os limites da oração, e acha que a sua

²⁵ Fraseologia é o resultado da ligação sintática de no mínimo dois elementos da linguagem para declaração de um conteúdo técnico.

repetição ao longo do texto contribuirá, significativamente, para a coerência textual. O autor confere ao termo, dentro de um modelo comunicativo mais abrangente, o poder de assumir a função referencial e de transpor o “abismo” entre o texto e a realidade. O termo também é instrumento importante na realização de determinadas intenções e estratégias comunicativas. Finalmente, para Hoffmann (idem:102), o termo, paralelo a outros recursos lingüísticos, é característica essencial do estilo técnico/científico e é ele que confere aos textos o seu caráter específico.

Fluck (1991:136), por sua vez, vai na ordem inversa: suas considerações partem do texto e chegam, finalmente, ao termo. Na tradução de textos de especialidade trata-se, primordialmente, de exata transmissão de “informação”. O conteúdo, para Fluck, constitui o elemento invariante na tradução, e este deve ser reproduzido de modo preciso e claro. Ao tradutor cabe o papel de encontrar os meios, independente das incongruências entre língua de saída e língua de chegada, que garantam que o conteúdo informacional do texto traduzido seja adequado ao conteúdo informacional do texto de saída.

Entendo que os problemas que se detectam nas traduções de textos de especialidade, em muitos casos, possam ser justificados pela não observância, por parte do tradutor, do pressuposto que Gerbert (apud Fluck; idem,137) chama de “unidade inseparável do conhecimento lingüístico com o conhecimento de ‘assunto’ ”.

2.4 Fazer terminológico x fazer tradutório

2.4.1 Introdução

A confrontação do tradutor com textos de especialidade, uma realidade cada vez mais presente em função da evolução dos mais diversos ramos da ciência e da técnica, e conseqüentemente registrando um aumento das linguagens de especialidade, constitui a necessidade de incrementação de trabalhos sistemáticos de descrição de terminologias, em uma, ou em mais línguas. Esses trabalhos descritivos, bem como os trabalhos terminológicos normativos nas mais diversas áreas que demandam síntese e precisão, servirão de subsídio ao tradutor na medida em que os mesmos possibilitem, entre aspectos tais como a precisão e a confiabilidade, uma agilização na sua atividade tradutória em razão

do tempo economizado²⁶, favorecendo, cada vez mais, a comunicação técnica não-ambigua e a inter-inteligibilidade entre técnicos e especialistas.

Portanto, como o meu trabalho situa-se nesse ponto de embricamento entre a terminologia e a tradutologia em processo, levanto aqui as referências teóricas sobre o assunto. Parto, para tanto, da verificação de como essa relação se manifesta segundo os autores pesquisados.

Em seguida, concentro as considerações no aspecto de relação de forças no par lingüístico envolvido. Como trabalho a terminologia de uma área de especialidade (a da tradutologia) em estágio de pesquisa reconhecidamente diferenciado na Alemanha e no Brasil, preocupo-me com o fato de como isso se manifestará na terminologia. Verifico também, dado que sobre o assunto existe literatura considerável, como se manifesta a influência do inglês, com a sua pretensão à “língua universal”, na comunicação científica global, ou, como diz Aubert (1992b:17), “configurando-se como o latim das relações internacionais contemporâneas”.

Se dentro de uma mesma comunidade lingüística já se observam “comportamentos terminológicos” (credito o termo a Francis Aubert) diferenciados, acho necessário tecer também comentários sobre como os pesquisadores interpretam esse fato como constituinte de barreiras e problemas na comunicação interlingual. Observo, mais uma vez, que pontuo as análises nas linguagens de especialidade.

Essas barreiras manifestam-se no processo de comparação de terminologias em nível bilíngüe, conforme mostro em seguida. Dentro desse quadro comparativo apresentam-se as assim chamadas “lacunas terminológicas” e os problemas na equivalência entre termos, dois aspectos que também abordarei aqui e que constituirão a base principal de análise dos termos levantados para este trabalho.

2.4.2 Relação entre o *fazer* terminológico e o *fazer* tradutório

Farei a abordagem dessa relação sob uma ótica essencialmente prática, interpretando o tradutor de textos de especialidade no exercício de suas atividades. Aubert (1992b:13) entende que a terminologia, enquanto campo de investigação, se relaciona estreitamente

²⁶ Arntz (apud Gil, 1992:263) lembra que na tradução de um texto técnico 75% do tempo é gasto no estabelecimento do vocabulário técnico, o que extrapola em muito o trabalho efetivamente lingüístico.

com a lexicologia, a lexicografia e a semântica, sem, no entanto, confundir-se com elas ou constituir uma sub-área das mesmas. O autor vê a terminologia como área da lingüística aplicada e/ou da sociolingüística. Já a tradutologia, segundo ele, extravasa os limites da lingüística e da literatura comparada- que para Aubert, constituem, historicamente, as suas duas matrizes teóricas iniciais- e precisa recorrer a todo o conjunto das ciências do Homem enquanto ser cultural.

Feita a distinção entre as duas disciplinas, registre-se que de modo bastante geral, o autor analisa os pontos de contato das mesmas enquanto processo. Ele observa que a contribuição da terminologia descritiva à prática tradutória é, ainda, um projeto em curso: em muitas áreas de especialidade nem sequer existem materiais terminológicos disponíveis, resultando em uma proliferação de termos, não só em relações bilíngües, mas também em termos monolíngües. Para mostrar a abrangência do problema, o autor cita um exemplo extremo dado a ele por R. Dubuc, que diz que os usuários da língua francesa dispõem de nada menos do que de 14 termos diferentes para designar uma simples prateleira de ovos de uma geladeira de uso doméstico. Em tais casos, o compromisso do terminólogo deveria ser o de trabalhar esses termos em conjunto com a respectiva área de aplicação, eliminando termos supérfluos, reduplicações, sinônimos e parassinônimos (Aubert, 1996b:15).

A proliferação de termos técnicos em áreas que ainda não foram devidamente trabalhadas terminologicamente constitui um problema suplementar para o tradutor. Este, além de não poder prescindir de competência lingüística nas duas línguas e de sólidos conhecimentos na respectiva área de especialidade, precisará inteirar-se também dos principais dialetos e registros, algo poucas vezes viável para a sua sobrevivência no ofício. Não posso argumentar que na “tradutologia” se tenha diferentes “dialetos”, mas pude verificar a forte influência exibida pelas áreas afins, algo que revela uma variação nos respectivos registros. Como exemplo, pode-se pensar na influência exercida pela lingüística, em uma concepção da tradutologia como sub-área da mesma. Schmitt (1986:254) vê nessas duas características essenciais ao tradutor não só a possibilidade de domínio de problemas tradutórios, mas, primordialmente, a própria identificação de existência dos mesmos dentro de um texto de especialidade.

2.4.3 Par lingüístico envolvido- a relação de forças

A área de especialidade “Tradutologia”, tal qual a pesquisa terminológica como um todo já referenciada aqui, ainda constitui um projeto de pesquisa novo no Brasil. Os materiais disponíveis em português são frutos de trabalhos de pesquisas individuais ou traduções de trabalhos feitos no exterior. Estabelece-se, a partir daí, que o português brasileiro, nessa área de especialidade, não compartilha de uma relação privilegiada com o alemão, tal qual a que se observa entre o inglês e o alemão e o francês e o alemão, por exemplo.

Tanto na produção científica na referida área, como na tradução das respectivas bibliografias produzidas em outras línguas, o autor/tradutor verificará que os graus de dizibilidade não são equivalentes.

Aubert (1992b:17) generaliza as considerações ao afirmar que:

“Em uma relação lingüística, cultural, tecnológica, econômica e política entre duas partes em que as correlações de forças não são equilibradas, percebe-se, claramente, a possibilidade maior de “dizer” a alteridade da parte mais forte dentro do contexto lingüístico-cultural da parte mais fraca, e a possibilidade sensivelmente menor da direção inversa”.

As considerações de Aubert se referem especialmente ao papel que ocupa o inglês na comunicação global atual. Na literatura alemã estudada deparei-me também com essa preocupação em relação ao alemão e com a análise das influências do inglês e os riscos decorrentes do fato de que essas influências se apresentam, quase sempre, de forma mascarada. O alemão, segundo Hoberg (1995:4) em uma pesquisa quase que exclusiva sobre o assunto, desde sempre se mostrou suscetível à aceitação de palavras estrangeiras e de empréstimos nas mais diversas áreas de especialidade. No alemão, muitas dessas palavras tiveram o seu “significado” alterado, contribuindo, em muitos casos, para o “enriquecimento” da língua. E em outros casos, conforme questiona o autor como lingüista através de exemplos por ele retirados da própria redação da norma DIN, visivelmente ocorre uma inversão de valores. O DIN, nesse caso, não assume a sua posição de destaque dentro da comunidade lingüística alemã, sujeitando-se aos mais diversos empréstimos e estrangeirismos oriundos do inglês, promovendo, segundo Hoberg, um “anglicismo

desnecessário”. Sem querer entrar na visão “purista”, levanto esse aspecto na análise de termos como “*Bedeutung*” e “*Übertragung*”, por exemplo.

O paralelo aqui abordado para o par lingüístico inglês-alemão foi intencional no sentido de certas considerações valerem também para o par alemão-português na tradução de termos de especialidade. Embora, em muitos casos, seja difícil explicitar as razões de uma determinada escolha lingüística pelo tradutor (na verdade, por mim!), conforme pretendo demonstrar mais adiante, o fato é que, em algumas soluções de tradução de termos, realmente se tem a impressão de ficar nela registrada, a influência da língua estrangeira, tanto do alemão como do inglês. Uma razão para tanto seria talvez o aspecto levantado por Reiß (1981:129) de que não existe ainda uma delimitação conceitual aceitável entre o que seria uma palavra estrangeira e o montante restante de empréstimos na língua alemã.

Laurén (1993:460) levanta a hipótese de que a influência internacional do inglês se dá em virtude de seu caráter românico, e não do germânico. Afinal, as próprias linguagens de especialidade do inglês são fortemente cunhadas pelo latim.

2.4.4 Tradução de terminologia como barreira na comunicação

Diante do fato real de que as possibilidades de expressão variam de língua para língua e são múltiplas dentro de cada uma em particular, levanto então, as referências teóricas de como isso se efetiva como um problema no processo tradutório, mais precisamente, na tradução de um termo de especialidade.

Como na tradução de termos de especialidade a preocupação primordial gira em torno do “conceito” para, a partir daí, estabelecer-se a forma lingüística, é de se esperar que essa forma lingüística não se manifeste de forma unívoca e direta. Arntz (1988) discorre sobre essa problemática em seu trabalho sobre o papel da definição nos trabalhos terminológicos multilíngües. Diz o autor que a evidência de que todos os termos designem a mesma coisa não é tão direta como se possa imaginar inicialmente, tanto em nível intralingual como interlingual. Contribui para isso a não realização, por parte dos tradutores, de uma pesquisa sistemática e abrangente. Na solução de qualquer problema de tradução de terminologias e diante de mais de uma opção, o tradutor deveria

sistematicamente constatar se não se trata de sinônimos e verificar se não existe equivalência de termos nos dois sistemas lingüísticos em questão.

O sucesso nessa empreitada depende da existência de uma definição para cada termo em discussão. Uma definição cientificamente válida, todavia, só é possível a partir do enquadramento do respectivo conceito em um sistema, cujo projeto é bastante complicado para a área em questão. Fotiev (1993:10), em seu trabalho sobre terminologia como disciplina científica independente chega mesmo a afirmar que:

“A falta de classificações científicas de conceitos e de definições fundamentadas, a formação assistemática e a falha de denominações técnicas, o uso inconseqüente e descuidado de denominações são a base de muitos erros nas denominações técnicas. Muitas definições e denominações possuem deficiências estruturais, e não apresentam uma clara delimitação e estabilidade de seus elementos”.²⁷

Outro ponto seria, conforme já referenciei anteriormente, a questão da composição de palavras que não se realiza de mesmo modo nas línguas envolvidas. Pode-se imaginar a dimensão do problema na tentativa de tradução de um termo como “*übereinzelsprachlich*” (“supra-monolingual”²⁸), por exemplo. Na tradução dessas composições vejo um problema adicional para o tradutor. Segundo Hoffmann (1988:100), a correta coerência sintagmática entre esses elementos é estabelecida explicitamente pela flexão e pelas preposições, e implicitamente pelas relações lógicas entre eles. O tradutor terá que identificar essa coerência no texto original e transpô-la para o seu texto.

2.4.5 Comparação e tradução de terminologias

Até aqui levantei aspectos teóricos gerais que dizem respeito às áreas da terminologia e da tradutologia, que permitiram um enquadramento geral na problemática. Agora analisarei pontualmente os problemas com os quais o tradutor se depara na tradução de terminologias, valendo-me, primordialmente, das considerações de Werner Koller em sua obra “*Einführung in die Übersetzungswissenschaft*” (1992).

²⁷ “Das Fehlen wissenschaftlicher Begriffsklassifikationen und fundierter Definitionen, die systemlose und unrichtige Fachbenennungsbildung, der inkonsequente und achtlose Gebrauch von Benennungen ist der Grund für viele Fehler der Fachbenennungen. Viele Definitionen und Fachbenennungen haben Strukturmängel, keine klare Abgrenzung und Beständigkeit ihrer Bestandteile”.

²⁸ Convencionalizo com o ponto de interrogação todas as soluções de tradução que considero insatisfatórias.

2.4.5.1 Problemas na equivalência

O próprio conceito “equivalência”, tal qual os conceitos “terminologia” e “tradutologia” já aventados, é igualmente controverso nas literaturas estudadas e receberá aqui uma análise terminológica posterior, posto que o termo é constituinte do *corpus* de pesquisa.

Koller (1992:17), antes de tematizar especificamente a questão da equivalência na tradução- observei que o autor dedica exatamente a metade de sua obra a esse assunto- relaciona o conjunto de fatores que condicionam as relações de equivalência. Eu as generalizo aqui:

- a língua de saída e de chegada com suas particularidades, possibilidades e limitações;
- o “mundo” como cada língua o classifica individualmente;
- as diferentes realidades em suas representações específicas para cada língua;
- o texto de saída com as suas particularidades no contexto das normas lingüísticas, estilísticas e estéticas da língua de saída;
- as normas lingüísticas, estilísticas e estéticas na língua de chegada e por parte do tradutor;
- as características estruturais e a qualidade dos textos;
- a criatividade (*Gestaltungswille*) e a compreensão da obra pelo tradutor;
- a teoria da tradução explícita ou implícita do tradutor;
- a tradição tradutória;
- os princípios e as prescrições tradutórias e auto-interpretação do autor do texto original;
- os requisitos práticos sob quais trabalha ou deve trabalhar o tradutor.

A concepção de Koller abrange a tradução como um todo, mas entendo que os pontos levantados servem muito bem também para o caso de tradução de terminologia tão somente.

Sem entrar no mérito individual de cada item supra citado, chamo a atenção para a verdadeira dimensão que é dada à questão da equivalência no processo tradutório. Muitos autores vêem esse aspecto diferentemente. Isso se deve ao fato, levantado por Albrecht (1992), apud Gil (1992:271) e por Stolze (1994:93), de que a equivalência não é, conforme pensam muitos, uma grandeza absoluta e que tende a ser confundida com “identidade”. Outro ponto seria a própria origem do termo, a saber, proveniente da matemática e da lógica formal onde ele representa, na verdade, um sinal de igualdade.

Como ilustração do fato cito Barbosa (1990:67) para quem a “equivalência” é um dos “procedimentos técnicos da tradução”, tal qual ele foi concebido por Vinay e Darbelnet (1977), Vásquez-Ayora (1977) e Newmark (1988), apud Barbosa (1990). Para a autora, neste processo ocorre a substituição de um segmento da língua de saída por outro elemento da língua de chegada que não o traduz literalmente, mas que lhe é funcionalmente equivalente. Como exemplo ela cita: “*It’s a piece of cake*” em inglês → “É sopa!” e “*God bless you!*” em inglês → “*Gesundheit!*” em alemão → “Saúde!”. Ou seja, diz a autora que este procedimento se aplica a elementos “cristalizados” da língua: clichês, expressões idiomáticas, provérbios e ditos populares.

Particularmente não partilho desta concepção, pois entendo “equivalência” como o objetivo primeiro de qualquer ato tradutório. Em função disso, já tenho problemas no enquadramento desse termo num sistema de conceitos. As relações de dependência entre esse conceito e os subjacentes não seriam tão diretas, de modo a permitir uma apresentação em modelo de arborescência, como explicado no Capítulo 3.

Além de citar os fatores condicionantes de relações de equivalência, Koller (1992), em sua obra “*Einführung in die Übersetzungswissenschaft*”, distribui as suas considerações teóricas em dois grandes eixos, quais sejam: *Grundlagen* (Fundamentos) e *Äquivalenz* (Equivalência). Ele tematiza o conceito “equivalência” e a multitudine de usos que os diversos autores fazem do mesmo, principalmente em determinações mais específicas, tais como: a equivalência de conteúdo, a textual, a estilística, a expressiva, a formal, a dinâmica, a funcional, a comunicativa, a pragmática e a efetiva.

Baker (1992), por sua vez, outra autora que considera a questão da equivalência como sendo mais abrangente, em sua obra “*In other words- a coursebook on translation*” adota o termo “*equivalence*” na especificação de todos os 7 capítulos (*Equivalence at word level, Equivalence above word level etc.*) e diz que o faz por “conveniência”:

“Like the division of language into discrete areas, the term **equivalence** is adopted in this book for the sake of convenience- because most translators are used to it rather than because it has any theoretical status. It is used here with the proviso that although equivalence can usually be obtained to some extent, it is influenced by a variety of linguistic and cultural factors and is therefore always relative”. (1992:6)²⁹

²⁹ Acredito que a autora já esteja “teorizando” sobre equivalência ao caracterizá-la como acima, embora afirme que não.

As argumentações feitas por Koller, no entanto, aplicam-se mais consistentemente aos aspectos que pretendo levantar aqui. (Concordo, no entanto, com Stolze (1994:92) de que as considerações de Koller ainda não são satisfatórias e que merecem análises mais abrangentes.)

O autor entende que para o esclarecimento do conceito “equivalência” deve-se partir de três premissas, sintetizadas aqui:

- 1) equivalência (de tradução) só significa que entre dois textos existe uma relação de tradução. O conceito “equivalência”, nesse caso, nada diria sobre o tipo dessa relação;
- 2) a utilização do conceito de equivalência pressupõe a indicação da abrangência referencial (*Bezugsrahmen*): as “qualidades” do texto X que devem ser preservadas na tradução e as condições lingüístico-estilísticas, textuais e pragmáticas que devem ser consideradas pela parte do receptor;
- 3) como equivalências da língua de chegada designa-se as unidades lingüísticas e textuais de diversas espécies e diferentes categorias e abrangências, determinadas pela relação de equivalência especificada pela abrangência referencial.

A partir dessas premissas, Koller (idem:216) passa a especificar mais precisamente o que viria a ser a abrangência referencial na especificação das várias espécies de equivalência, que podem ser assim resumidas:

- a) os fatos extra-lingüísticos: responsáveis pela equivalência denotativa;
- b) os tipos de verbalização orientados pela dimensão estilística, socioletal e geográfica, e pela freqüência: responsáveis pela equivalência conotativa;
- c) as normas textuais e lingüísticas para cada espécie de textos responsáveis pela equivalência textual-normativa;
- d) os receptores para os quais uma tradução deve ser adaptada para preencher a função comunicativa: responsáveis pela equivalência pragmática;
- e) as particularidades estéticas, formais e individuais do texto de saída: responsáveis pela equivalência formal-estética.

Na tradução do alemão para o português das terminologias nos textos técnicos e de especialidade o tradutor depara-se particularmente com o aspecto sintético das linguagens de especialidade do alemão, o que se revela como um problema adicional no estabelecimento de equivalências.

Benes (1976:95) diz que:

“É de suma importância para a sintaxe das linguagens de especialidade do alemão o fato de que a língua alemã dispõe de meios para formação de palavras, com os quais é possível uma concentração lingüística altamente econômica dos fatos e de sua ligação sintático-lexical extremamente sucinta: com o auxílio de uma composição pode-se, muitas vezes, expressar coisas que, em outros casos, demandariam um grupo de palavras ou uma oração subordinada inteira”.³⁰

2.4.5.2 Lacunas terminológicas

Já em 1959, em suas colocações sobre as possibilidades e impossibilidades da tradução, Roman Jakobson (apud Koller, 1992:185) teorizava sobre o problema das lacunas terminológicas na tradução.

“Qualquer experiência cognitiva e sua classificação pode ser expressa em qualquer língua existente. (...) Quando se apresentar uma lacuna, a terminologia pode ser interpretada e ampliada por empréstimos ou decalques, por neologismos ou transposições de significados, e, finalmente, por transcrições. Assim, por exemplo, um povo no nordeste da Sibéria designará ‘parafuso’ por ‘prego rosqueável’, ‘aço’ por ‘ferro duro’, ‘estanho’ por ‘ferro fino’, ‘giz’ por ‘sabão que escreve’, ‘relógio’ por ‘coração palpitante’ etc.”³¹

Koller (idem:173) relativiza essa idéia e também outras que vão na direção contrária e defendem a impossibilidade da tradução. Para ele, a tese da impossibilidade da tradução normalmente é demonstrada através de exemplos de intraduzibilidade de palavras (no nosso caso, pode-se pensar em “termos”). Mas estas palavras, na maioria das vezes, aparecem em textos e comunicação normalmente acontece através de textos. Ele acredita que não entender um determinado termo isolado não quer dizer que não se irá entender essa mesma palavra dentro de uma sentença e dentro de um texto. O leitor é sempre um sujeito ativo,

³⁰ “Von besonderer Wichtigkeit für die Syntax der deutschen Fachsprache ist allerdings die Tatsache, daß die deutsche Sprache über wortbildende Mittel verfügt, mit deren Hilfe eine ungeheure sprachökonomische Konzentration der Sachverhalte und ihre überaus knappe syntaktisch-lexikalische Verbindung möglich ist: Mit Hilfe einer Zusammensetzung kann manchmal das ausgedrückt werden, wozu man anderenfalls eine Wortgruppe oder einen ganzen Nebensatz benötigen würde.”

³¹ Jede kognitive Erfahrung und ihre Klassifizierung kann in jede existierende Sprache ausgedrückt werden. (...) Wenn sich eine Lücke zeigt, kann die Terminologie durch Lehnwörter oder Lehnübersetzungen, durch Neologismen oder Bedeutungsverschiebungen und schließlich durch Umschreibungen vereindeutigt und erweitert werden. So wird in der neugeschaffenen Hochsprache der nordsibirischen Tschuktschen “Schraube” als “sich drehender Nagel”, “Stahl” als “hartes Eisen”, “Zinn” als “dünnnes Eisen”, “Kreide” als “schreibende Seife”, “Uhr” als “pochendes Herz” wiedergegeben.

que incrementa continuamente o seu potencial de compreensão na progressão da leitura desse texto.

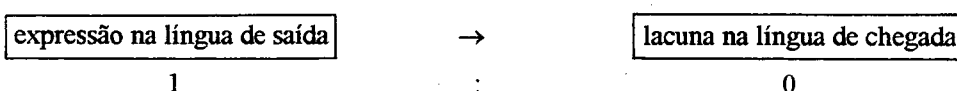
Koller acredita que isso vale tanto para o leitor do texto original como para o leitor da tradução: “o potencial de compreensão e o potencial de traduzibilidade aumentam de acordo com a progressão na leitura do texto”. A traduzibilidade não é, portanto, apenas relativa, mas sempre também progressiva. Enquanto se traduz, incrementa-se, paralelamente, a traduzibilidade das línguas. (idem:186)

Aqui reside um ponto de controvérsia nas literaturas pesquisadas. Enquanto Wilss (apud Gil, 1992:271) acha que não existe lugar para procedimentos interpretativos ou parafraseadores na tradução técnica, Koller e também Gil pensam exatamente o contrário: ao tradutor de terminologia cabe uma boa dose de interpretação e criatividade.

Por princípio, conforme Koller (idem:228), existem cinco tipos de correspondências no estabelecimento de relações de equivalência denotativa (como vimos, determinada por fatores extra-lingüísticos) no âmbito lexical: um para um (1:1), um para muitos (1:muitos), muitos para um (muitos:1), e os dois procedimentos que nos interessam aqui: um para zero (1:0) e um para correspondência parcial (1:parcial).³²

Na correspondência de 1:0 trata-se de lacunas legítimas no sistema lexical da língua de chegada, que no caso da tradução seriam temporárias, uma vez que o tradutor teria a tarefa de preenchê-las.

Koller representa essa correspondência graficamente e dá alguns exemplos:



exemplo: *layout* do inglês → ? do alemão

performance (da lingüística) → ? do alemão

Sintetizo os procedimentos sugeridos pela tradutologia com orientação lingüística, de acordo com Koller:

³² Gil (1992:270) chama estes dois procedimentos de: “falta de equivalência”(no caso de se ter que recorrer a um complicado sintagma na língua de chegada para reproduzir o conceito clara e perfeitamente definido na língua de saída) e “equivalência restringida/ restrita”.

1) estrangeirismo (ou empréstimo)- transcrição ou cópia do vocábulo ou expressão da língua de saída para a língua de chegada. Koller cita duas formas de realização:

a) invariável- em forma de citação (entre aspas).

exemplo: *joint venture* do inglês → “*joint venture*” no texto em alemão;

b) adaptado à fonologia e morfologia da língua de chegada.

exemplo: *ombudsman* do sueco → *der Ombudsmann* no texto em alemão

knockout do inglês → *nocaute* no português

pic-nic do inglês → *piquenique* no português³³

2) decalque- o vocábulo ou expressão da língua de saída é literalmente traduzido (palavra-por-palavra) para a língua de chegada.³⁴

exemplo: *bomb carpet* do inglês → *Bombenteppich* no alemão

Berufsverbote do alemão → *les interdictions professionnelles* no francês

textbook do inglês → *livro texto* no português

3) para a expressão na língua de chegada é utilizada uma expressão com significado semelhante.

exemplo: *performance* (da lingüística) do inglês → *Sprachverwendung* no alemão³⁵

public relations do inglês → *Öffentlichkeitsarbeit*, ou *Kontaktpflege*, ou *Werbung* ou *Propaganda* no alemão.

4) a expressão na língua de saída é transcrita na língua de chegada, é comentada ou definida (explicação por meio da transcrição da definição).

exemplo: *non-foods* do inglês → *Produkte, die keine Lebensmittel sind.* no alemão

ICM do português bras. → *the Brazilian sales taxes* no inglês

5) adaptação- a situação na língua de saída é transcrita na língua de chegada, ocorre uma adaptação cultural.

Koller (idem:236), nas referências à questão das “lacunas parciais”, apresenta o seguinte gráfico:

³³ Estes dois últimos exemplos, bem como os demais abaixo (do português), foram retirados de Heloísa Barbosa (1990).

³⁴ Faço uma referência específica ao decalque para o termo “*Übersetzung*” na análise mais adiante.

³⁵ Observo que a utilização do também possível termo “*Performanz*” seria, nesse caso, um exemplo de decalque.



exemplo: *Geist* no alemão → *mind* no inglês

Stimmung no alemão → *ambiance* no francês

Muitos autores, diz Koller (1992), consideram estes exemplos típicos de palavras “não-traduzíveis”. Mas para ele, em muitos casos, uma correspondência parcial atende perfeitamente aos requisitos de uma tradução “adequada”. Entendo que muitas das minhas soluções possam ser interpretadas assim. Em outros casos, onde da tradução exata do termo depende todo o conteúdo do texto e a sua correta compreensão, a tradução e a traduzibilidade atingem o seu limite. Neste caso, só resta o recurso do comentário.

Arntz e Picht (1995:164) complementam que o lexicógrafo ou o tradutor, na utilização de qualquer procedimento do tipo descrito acima, deve chamar a atenção do usuário para as respectivas sugestões de traduções, para que o mesmo não interprete as mesmas como “termos equivalentes” fortemente ancorados na língua de chegada. Eu questiono até que ponto isso sempre será possível.

Apesar de ter listado os procedimentos tradutórios para preenchimento de lacunas conforme a orientação de Koller, estes são bastante controversos nas literaturas pesquisadas. Em se tratando de Brasil, Heloísa Barbosa, no capítulo 3 de sua obra “Procedimentos técnicos da tradução- Uma nova proposta”, discute exatamente essas discrepâncias entre os autores, bem como a divergência terminológica na nomeação dos fenômenos, algo que considero bem pertinente ao presente trabalho. Tentei, na medida do possível, adaptar-me, nas minhas análises, à terminologia proposta pela autora, por considerá-la uma especialista já reconhecida na área, fazendo comentários nos pontos onde isso for pertinente (como foi o caso já levantado aqui do termo “equivalência”). Pois, como diz Koller (1992:51), cabe ao tradutor a decisão de associar-se à uma “tradição” terminológica ou de criar a sua própria. Um fator determinante nesta decisão depende também do grau de “consagração” de determinadas terminologias.

Capítulo 3- Sistema de conceitos

3.1 Introdução

A grande ênfase dada pelos autores pesquisados à idéia de sistema nos estudos terminológicos levou-me a desenvolver também esta questão.

Apresento, primeiramente, as características que um sistema deve ter, segundo a Escola de Praga, e as neutralizações dessa concepção por ser ela um tanto rígida, segundo os pesquisadores atuais.

Em seguida levanto o porquê da importância dada aos sistemas de conceitos nas pesquisas terminológicas. Lanço também as respectivas definições e exemplificações, enfatizando a especificidade dos mesmos para as áreas “técnicas”.

Verifico igualmente as orientações para a elaboração de um sistema de conceitos, ressaltando sua relativa generalização.

Finalmente, tento aplicar as considerações teóricas levantadas na elaboração de sistemas para a área de especialidade “terminologia” e constato as limitações na exeqüibilidade dos mesmos.

3.2 A idéia de sistema

A Escola de Praga, assim relata Filipec (1993:109), já em 1929 desenvolveu as teses que concebem a língua como um sistema de funções. Um sistema, para ser entendido como tal, deve ter seis características. Apresento-as resumidamente aqui:

- a) ser um complexo integral de elementos coesos (inter-relacionados);
- b) compor uma unidade própria com o “ambiente” (*Umgebung*);
- c) ser um elemento de um sistema superordinado, existindo, portanto, sistemas e subsistemas;
- d) cada elemento por si também constitui um sistema. O alcance desses dois princípios é determinado pela empiria;
- e) em cada sistema reina uma hierarquia;
- f) a estrutura deve ser concebida como porção de relações entre os elementos ou subsistemas.

Paralelo a esta concepção um tanto rígida de sistema, também existem sistemas mais “fracos”, cujos elementos estão em relação mais solta ou mais fraca, diz Filipec. Acredito que a tradutologia é um bom exemplo disso.

No caso de sistemas lingüísticos a terminologia constitui um sistema específico. Filipec (1993:113) considera o termo uma unidade lexical definida no sistema de uma área de especialidade. O termo possui um significado conceitual dominante através de redução de aspectos como a expressividade e os componentes estilísticos e de restrição de outros (construtividade e distribuição). Resulta daí a sua autonomia relativamente grande em relação ao contexto, se bem que este, como já foi dito aqui, é importante em qualquer trabalho terminológico.

3.3 A importância dos sistemas de conceitos

Um dos pontos mais enfatizados por todos os autores pesquisados, independente da escola de filiação dos mesmos, é a importância do sistema de conceitos na pesquisa terminológica.

Aubert (1996b:62), utilizando a expressão do francês *arbre de domaine*, denomina esse sistema de árvore de domínio quando o modelo se organiza em estrutura de arborescência (área, sub-área, tema e as diversas classes semânticas pertinentes à estrutura). Quando a relação entre os traços semânticos for mais complexa, ele prefere adotar o modelo de uma grade conceptual.

Segundo Arntz e Picht (1995:75), a justificativa dada para a necessidade de ordenação sistemática de conceitos e denominações de uma determinada área de especialidade é que só esta ordenação permite o correto tratamento de relações conceituais, de características e de definições. Um conceito, como já foi dito, não pode ser analisado isoladamente, mas sempre em relação a conceitos vizinhos. Isto é particularmente importante não só na pesquisa terminológica, mas também na tradução de textos de especialidade. Afirmam os autores acima que a compreensão de um conceito específico só é possível mediante a integração do terminólogo ou do tradutor no respectivo sistema de conceitos.

Wersing (1976:45) também faz considerações semelhantes sobre o assunto e complementa que a terminologia de uma determinada área de especialidade só pode ser

devidamente constituída a partir da análise do respectivo sistema de conceitos dessa área, que, por sua vez, levará igualmente à sistematização da própria área em questão. Na definição de conceito (idem:48), entra em jogo sempre a sua diferenciação do conceito vizinho. Isso, evidentemente, só é possível por meios lingüísticos, caso se queira “comunicar” os resultados de pesquisa terminológica. Para Wersing, ocorre, nesse processo, uma relativa “simulação do pensamento”, já que a linguagem só o reproduz parcialmente. A linguagem terá que “espelhar”, de forma mais exata (não-ambígua) possível, a relação conceito/designação.

3.4 Definição de sistema de conceitos

Com o intuito de formalizar essa idéia de sistema de conceitos, incluo mais uma vez aqui as respectivas definições constantes das Normas DIN e ISO, chamando a atenção para as diferenças que considero relevantes para a análise.

Em Arntz e Picht (1995:76) temos, respectivamente, DIN 2331 (1980:2):

“Um sistema de conceitos é um conjunto de conceitos entre os quais existem ou foram estabelecidas relações e que desse modo constituem um todo conexo”.³⁶

E ISO/DIS 1087 que define:

“System of concepts: structured set of concepts established according to the relations between them, each concept being determined by its position in the system of concepts”.

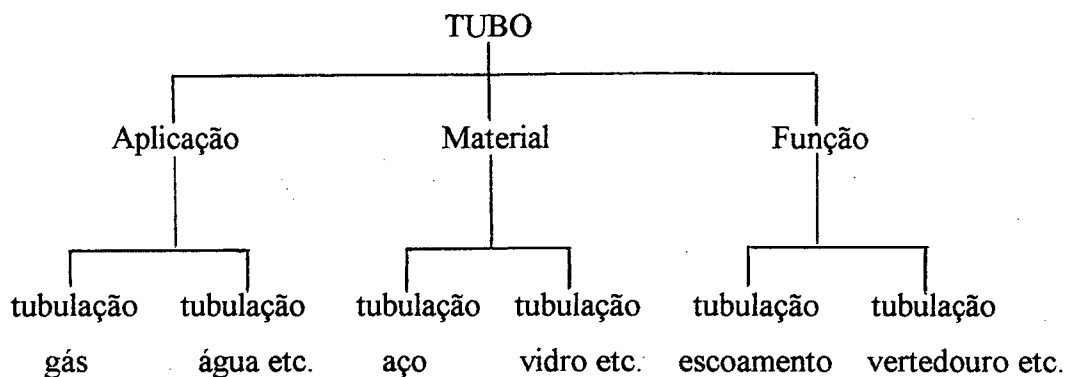
Enquanto a norma ISO enfatiza a noção de “estrutura” no estabelecimento de um sistema de conceitos, a norma DIN apenas fala de “um todo conexo”.

Já na exemplificação gráfica de sistemas de conceitos, como é de se esperar, sempre aparecem os das áreas assim chamadas “técnicas”, ou seja, áreas em que o objeto tratado pode ser considerado “concreto”, que, por princípio, é igual para qualquer observador, independente de sua língua. Embora os autores enfatizem a necessidade de implementação desses sistemas em qualquer pesquisa/levantamento terminológico e justifiquem que essa

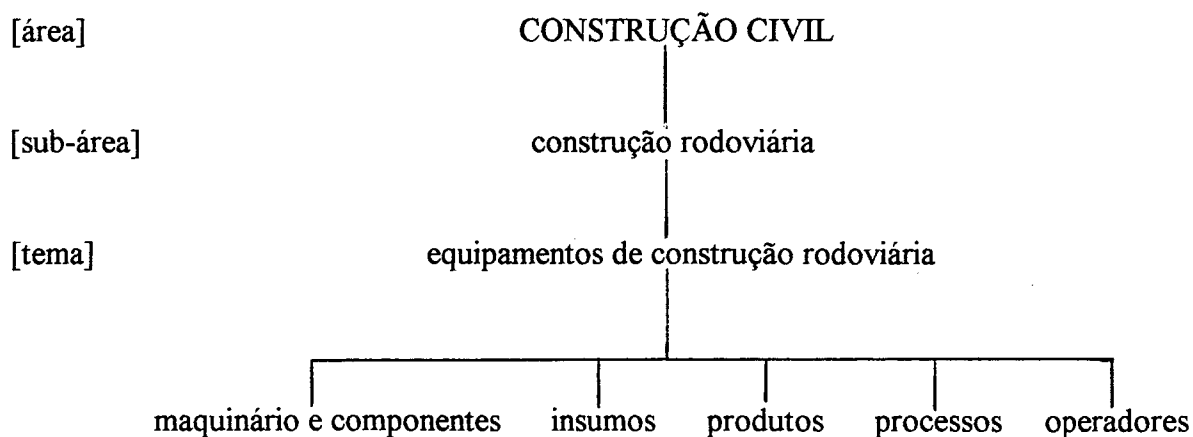
³⁶ “Ein ‘Begriffssystem’ ist eine Menge von Begriffen, zwischen denen Beziehungen bestehen oder hergestellt worden sind und die derart ein zusammenhängendes Ganzes darstellen”.

pesquisa é possível para qualquer área de especialidade, os exemplos apresentados e as orientações para elaboração dos mesmos são sempre similares aos que apresento aqui e que foram retirados, respectivamente, de:

Arntz e Picht (1995:84):



Aubert (1995:62)- modelo da arborescência



Arntz e Picht chamariam o modelo acima de “polihierárquico” já que nele se combinam, ao mesmo tempo, diferentes conjuntos de características, ou critérios de ordenação. Alertam os autores para a possibilidade de se extrapolar a capacidade de visualização/apreensão em modelos como este. Nesse caso, sugerem os mesmos, “seria

melhor valer-se de ‘sistemas parciais’”. Wersing (1976:48) vê um problema na utilização de “sistemas parciais”, dado que, na listagem dos mesmos, existe a possibilidade de não mais reconhecer-se a relação sistemática entre eles. O autor sugere então um meio termo, ou seja, a utilização de “campos conceituais” (=Begriffsfelder), embora também reconheça aqui a fragilidade no dimensionamento desses campos.

A utilização de “campos conceituais” para Arntz e Picht (1995:111) é recomendada quando as estruturas conceituais de uma determinada área de especialidade forem tão complexas e multiformes (o que é seguramente o caso na tradutologia!), de modo a não permitirem ordenação em sistemas, mas os autores não explicam de que modo se detecta essa necessidade.

A natureza um tanto vaga do conceito “campos conceituais” é confirmada nas respectivas definições em DIN e ISO. Em Arntz e Picht (1995:111), temos:

DIN 2342 (1986:3):

“Um campo conceitual é uma porção de conceitos, que estão em relação mútua”.³⁷

DIN 2339- Parte I (1987:3):

Um campo conceitual é “uma porção de conceitos de uma área de especialidade, que estão em uma relação sistemática”.³⁸

ISO/DIS 1087 (1988:6):

“concept field: group of thematically related concepts.

Note: It can be used as a starting point for establishing systems of concepts”.

Se analisarmos as três definições acima, devemos constatar que a vagueza não está apenas nas expressões “porção” e “group”, mas principalmente, e no sentido que nos interessa, na forma como a relação entre conceitos deverá se estabelecer. Entendo que “relação mútua”, “relação sistemática” e “relação temática” são noções pouco especificadoras, e não se sabe realmente como as mesmas se estabelecem e o que englobam.

³⁷ “Ein Begriffsfeld ist eine Menge von Begriffen, die zueinander in Beziehung stehen”.

³⁸ Ein Begriffsfeld ist “eine Menge von Begriffen eines Fachgebiets, die in einem systematischen Zusammenhang stehen”.

Já na comparação das três, por mais que se queira traçar um paralelo entre as diferentes concepções de “relação”, as definições partem de perspectivas completamente distintas, cujo resultado final, necessariamente, não será o mesmo.

3.5 Elaboração de um sistema de conceitos

A Norma DIN 2331 foi desenvolvida com o propósito de estabelecer os princípios básicos a serem observados na elaboração de um sistema de conceitos e no estabelecimento de relações de conceitos dentro desses sistemas. Essa norma, que data de 1976, surgiu em função da falta de clareza e a incerteza sobre o modo de constituição de sistemas de conceitos no âmbito da Norma DIN 2330. A norma, no entanto, conforme já era previsto, até hoje não está livre de críticas. As controvérsias geradas foram problematizadas por Schewe e Spiegel (1976:152-161). A importância dos princípios básicos, segundo esses autores, revela-se principalmente no momento em que se adota aleatoriamente e sem senso crítico expressões de outras línguas ou até mesmo quando se introduz as mesmas como sendo expressões alemãs.

Arntz e Picht (1995:78) listam e discutem esses princípios básicos e chamam a atenção para o fato de que os mesmos independem da forma de apresentação escolhida para o sistema de conceitos. Considero particularmente complicada essa generalização, exatamente pela complexidade apresentada por certas áreas de especialidade na constituição de respectivos sistemas de conceitos. Mesmo assim, é interessante referenciá-los aqui, resumindo, para tanto, as explanações dadas pelos autores:

- a) inequivocidade: as relações precisam ser claras e inequívocas, independente da forma de apresentação do sistema;
- b) inteligibilidade: o sistema precisa ser compreensível para o usuário “mediano”;
- c) apreensibilidade: o tamanho do sistema não deverá extrapolar a capacidade humana de apreender um número limitado de conceitos e as relações existentes entre eles;
- d) complementabilidade: o sistema deverá ser construído tão flexível quanto possível, que permita modificações conceituais e acréscimos, sem necessidade de reestruturação.

Este último aspecto também é tematizado por Filipec (1993:113) que considera os sistemas terminológicos ao mesmo tempo fechados, já que em relação a outros sistemas os

termos de uma área criam redes relacionais específicas, e abertos pois permitem também influências e intervenções externas.

Arntz e Picht, mesmo explicitando os princípios básicos, não vão muito além na orientação sobre a elaboração efetiva de um sistema de conceitos. Para eles (idem:231), o ponto de partida pode ser a constatação intuitiva de uma certa ordem conceitual durante a triagem inicial de termos e de informações secundárias. Recomendações adicionais são feitas no sentido de se elaborar um sistema de conceitos para cada língua em questão, no caso de pesquisa terminológica bilíngüe. Mas também aqui é feita uma generalização, a meu ver bastante simplista, de que esse procedimento se revela “obsoleto” no caso de se observar depois uma “unificação” dos respectivos sistemas de conceitos. Nesse caso, o sistema de conceitos seria uma “hipótese de trabalho” a ser confirmada até que a estrutura final do sistema tivesse sido desenhada (idem:232).

Hoffmann (1988:110) entende que os sistemas de conceitos como “modelos do plano do conteúdo” sejam independentes da língua, algo que não pode ser visto nos modelos citados aqui. As suas posições nos tesouros podem ser ocupadas, ao mesmo tempo, por diversas línguas.

3.6 Sistema de conceitos da tradutologia como área de especialidade

As considerações feitas sobre sistemas de conceitos já devem ter dado uma orientação para o que pretendo demonstrar, ou seja, a dificuldade de se montar um sistema com os conceitos da tradutologia.

Bausch, Schewe e Spiegel (1976:15) afirmam categoricamente que a postulação de uma linguagem de especialidade como um sistema lingüístico autônomo funcional implica dizer que o seu sistema terminológico pode ser extraído, descrito e analisado. Esse pressuposto teórico é concebido de maneira tão geral que fica difícil retirar do mesmo um passo prático para se iniciar a montagem de um sistema de conceitos que não atenda a padrões fixos de relações conceituais, ou seja, de relações cronológicas, causais, genéticas, instrumentais, funcionais etc., como é o caso da tradutologia.

Uma justificativa geral para a dificuldade pode ser pensada a partir da concepção de terminologia como sistema de Filipec (1993:114): a terminologia, como qualquer manifestação lingüística, reivindica uma certa evolução lingüística e um amadurecimento

lingüístico, mas que pode surgir também de uma só vez, sob o risco de sofrer correções posteriores. Filipec conclui que existem sistemas, ou partes de sistemas, que são mais “fortes” que outros, por razões de influências mais favoráveis na sua constituição. Quais seriam essas “influências” e como elas se manifestam, no entanto, o autor não explica.

Um outro passo para justificar essa dificuldade de montagem de um sistema de conceitos seria através da já complicada caracterização da área de especialidade “tradutologia”. Koller (1992:128), por exemplo, a subdivide em nove áreas principais e mostra, já nessa subdivisão, o seu caráter interdisciplinar, referindo-se particularmente à lingüística, à filosofia da linguagem, à teoria literária, à teoria da comunicação, à teoria da recepção e à estilística. A tradutologia, segundo a sua concepção, só pode ser entendida como síntese e sobre-conceito (*Oberbegriff*) de todas as linhas de pesquisa que se ocupam com os fenômenos “tradução como processo” e “tradução como produto”. Embora não seja o meu intuito aqui, pode-se facilmente criticar essa divisão em 9 campos proposta por Koller, principalmente pelo fato dele próprio cair em contradição na delimitação das áreas de atuação de cada divisão. Uma solução mais interessante certamente seria uma que partisse desses grandes eixos (tradução como processo e tradução como produto), que ele mesmo referenciou. O que eu intencionava aqui era usar essa divisão feita por Koller para delimitar a área da tradutologia das áreas vizinhas, para então tentar encaixar os termos selecionados para a composição de meu banco de dados em um desses setores, seguindo o modelo de arborescência de Aubert citado anteriormente. Mas mesmo que eu consiga justificar todos os termos selecionados como pertencentes à área da tradutologia, a heterogeneidade dos mesmos não me permitem a sua ordenação dentro de um sistema representável graficamente. O que foi possível fazer é agrupá-los por assunto no anexo E. Como pode ser constatado, aloquei os termos levantados em 22 áreas de pertinência, relacionadas na abertura do respectivo anexo.

Capítulo 4 - Pesquisa terminológica

4.1 Introdução

Como um dos propósitos do trabalho é também a apresentação, em forma de um glossário³⁹ bilíngüe, dos termos da tradutologia aqui levantados que possa vir a ser útil ao tradutor na passagem de textos dessa área do alemão para o português, tive a preocupação de selecionar textos que apresentassem um volume expressivo desses termos, na área em questão. Em nenhum momento, porém, tive a pretensão de cobrir exaustivamente a área, já que isso demandaria um investimento muito maior de tempo. Também não tive a preocupação de distinguir termos essenciais de termos acessórios, já que o volume de fontes analisadas não me permitiriam justificar tal enquadramento estatisticamente.

4.2 As fontes de coleta

Tanto a norma ISO 704 (1987), apud Arntz e Picht (1995), como o CITRAT, apud Aubert (1996b:40), recomendam que os textos escritos a serem utilizados como fonte de pesquisa de terminologia descritiva tenham o caráter introdutório ou de iniciação à área, por entenderem que estes textos, por sua própria natureza, apresentam também as definições ou os contextos explicativos dos referidos termos. Os textos escolhidos, apesar de sua heterogeneidade na abordagem de assuntos diferenciados dentro da área da tradutologia e do distanciamento entre as respectivas publicações, serviram muito bem ao propósito do presente trabalho. Consegui extrair deles um bom número de termos para a análise e listagem. Acredito mesmo que qualquer texto sobre tradutologia que venha a ser utilizado para pesquisa terminológica, seja ele de caráter introdutório ou não, apresente um certo grau de “hibridismo temático” de que trata Aubert (1996b:61), pelas próprias características interdisciplinares da tradutologia, mas isso não é impecilho para realização de uma pesquisa terminológica nos moldes que me propus.

³⁹ A escolha deste termo já se mostrou como um problema terminológico em si. Barbosa (1996:23-45) analisa a questão da confusão que existe na terminologia das obras lexicográficas pelo uso arbitrário das denominações “dicionário”, “vocabulário”, “léxico” e “glossário”. Como a NBR 49/1968 (apud Barbosa, id.:ib.) entende por “glossário” o vocabulário em que se explicam palavras obscuras ou referentes a determinada especialidade técnica, científica etc., geralmente apensa a um livro, resolvi adotar esse termo aqui.

4.2.1 Os textos

Os textos escolhidos para a tradução e conseqüente coleta de termos foram:

“*Falsche und richtige Fragestellungen in der Übersetzungstheorie*” de Eugenio Coseriu. O texto foi publicado em 1978.

“*Was kann sich die Übersetzungswissenschaft von der Linguistik erwarten?*” de Wolfgang Klein. O texto foi publicado em 1992.

4.3 Metodologia para coleta de termos

Uma vez estabelecida a área a ser abrangida pelo presente estudo, ou seja, a tradutologia, realizei uma triagem inicial, que totalizou cerca de 230 termos. Esse processo foi, de certa maneira, intuitivo, valendo-me para tanto de minha experiência pessoal como pesquisadora e tradutora de textos da área. Depois fiz uma seleção sistemática dos termos que iriam compor o inventário a ser fichado, observando-se os seguintes critérios:

- verificação da pertinência efetiva do termo ao vocabulário do sistema de conceitos elaborado para a área da tradutologia;
- abrangência da unidade terminológica (mono- ou plurivocabular).

É lícito lembrar que assumo a postura de que a tradutologia é uma área interdisciplinarmente concebida; portanto, pode-se argumentar que alguns dos termos levantados podem fazer parte também do vocabulário terminológico de outras áreas. O que é importante, todavia, é a perspectiva analítica e descritiva dada a cada termo dentro de um contexto efetivo de uso. Para isso, parti de uma situação concreta de aplicação dessa terminologia num contexto bilíngüe, ou seja, na tradução, do alemão para o português, de textos que versavam sobre tradutologia. A preocupação central, então, não se resume aos vários sentidos que o termo possa vir a ter nas diferentes áreas, mas, numa visão primordialmente sincrônica, àquele sentido na respectiva situação de comunicação, no âmbito da linguagem de especialidade em pauta.

4.4 Pesquisa temática: registro de dados

Levantados os termos que comporiam o meu banco de dados, parti para os procedimentos de análise e registro dos mesmos. Na tentativa de assegurar um aproveitamento futuro de meu trabalho por tradutores e pesquisadores e, quem sabe, contribuir para a formação de um Banco de Dados Terminológicos da tradutologia, preocupei-me em uniformizar os procedimentos, valendo-me para tal da Metodologia de Pesquisa Terminológica Bilingüe elaborada pelo CITRAT (1996)⁴⁰, bem como das orientações de Arntz e Picht (1995) referentes aos métodos do trabalho prático terminológico.

Embora o acesso a recursos de informática seja uma realidade, concebi inicialmente fichas manuais de registro que me facilitavam a manipulação e a visualização conjunta dos problemas a serem analisados. Esta ficha, no entanto, reproduz fielmente a ficha proposta pelos autores pesquisados e pode ser transposta para o suporte eletrônico ao final da pesquisa.

A ficha bilíngüe contém 22 campos, resumidamente assim distribuídos:

Campo 01: LP: língua de partida do termo em questão

Campo 02: Ocorrência LP: aparecimento no contexto levantado

Campo 03: Termo LP: o verbete em si (mono- ou plurivocabular)

Campo 04: Padronizado: indicação de consagração por ação padronizadora

Campo 05: Fonte: sigla mnemônica da fonte utilizada

Campo 06: Ano: publicação da fonte ou entrevista

Campo 07: Uso: restrições de natureza regional, dialetal ou socioletal

Campo 08: Morfologia: ex. Sms=substantivo masculino singular

Campo 09: Sintaxe: para termos plurivocabulares

Campo 10: Contexto: transcrição do contexto na fonte que proporcione uma definição ou explicação do termo

⁴⁰ Metodologia publicada em Cadernos de Terminologia nº2- Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngüe, organizada por Francis Aubert.

Campo 11: Unitermos: registro de termos chaves da definição ou explicação que gerarão outras fichas

Campo 12: Sinônimos: referendados pela fonte

Campo 13: LC: língua de chegada do termo em questão

Campo 14: Termo LC: termo equivalente na língua de chegada

Campo 15: Equivalência: indicação se os termos se recobrem semanticamente na LP e LC

Campo 16: Área: retirada do sistema de conceitos

Campo 17: Sub-área: retirada do sistema de conceitos

Campo 18: Tema: retirado do sistema de conceitos

Campo 19: Data: de elaboração ou alteração da ficha

Campo 20: Documentador: abreviatura

Campo 21: Revisor: abreviatura

Campo 22: Definição: preenchida após consulta a especialista

Reproduzo uma ficha preenchida para possibilitar uma melhor visualização dos campos acima:

<u>FICHA TERMINOLÓGICA</u>				
01 al	02 Dolmetschen	03 dolmetschen	04	
05 cose	06 78	07 AC	08 v	09
10 Später unterscheidet Schleiermacher (...) (1813), nach der Art der zu übersetzenden Texten zwei Arten der "Übertragung", die praktisch ausgerichtet ("Dolmetschen") und die Übertragung als Kunst ("Übersetzung").				
11 ZS, Translation	12			
13 pt	14 interpretar			15
16 tipos de tradução		17 tradução oral		
18				
19 30/07/98		20 INEM		21
22 Dolmetschen bezeichnet die mündliche Realisierung der Translation. Der ausgangssprachlicher Text wird nur einmal und in mündlicher Form präsentiert. Der Dolmetscher muß sofort zumindest das Wesentliche des Textes erfassen und in die Zielsprache umsetzen. (Königs, 1981: 316).				

Justifico o não preenchimento ou o preenchimento parcial dos campos 16, 17 e 18 para certos termos por não ter conseguido enquadrá-los em um sistema de conceitos. Tal fato se deu por eu dispor de um número muito reduzido de termos pertinentes ao campo abordado, não permitindo qualquer ordenação em sistema. Um exemplo seria o termo “*terminologischer Wortschatz*” (Anexo E7) que demandaria, na verdade, também a análise de “*allgemeiner Wortschatz*” no mesmo nível hierárquico, termo este no entanto não constante do corpus analisado. Outra razão seria o fato de não ter encontrado as respectivas definições que me permitiriam concluir sobre as relações de dependência entre os termos. É evidente que estes campos serão complementados no desenvolvimento futuro do banco de dados.

Capítulo 5 - Análise dos dados

5.1 Introdução

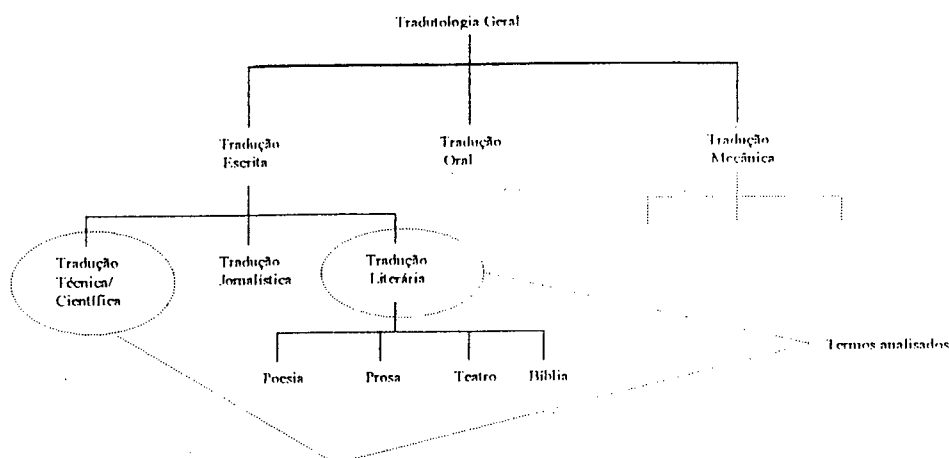
Conforme mencionei ao longo do trabalho e segundo a minha proposta inicial, farei neste capítulo uma análise mais detalhada de algumas das soluções (ou da falta das mesmas!) encontradas na tradução dos termos de especialidade da tradutologia extraídos dos dois textos constituidores do *corpus* de minha pesquisa.

Uma vez que abro margens à discussão de que alguns termos não tenham sido reconhecidos por mim como tais, e que outros, como já disse, possam fazer parte de outras áreas de especialidade pertinentes à que me propus a analisar, a totalidade de termos encontrados, ou melhor, efetivamente fichados somam 92. Não se justificaria aqui uma análise descritiva de todos eles, dado que isto demandaria um volume de informações nem sempre argumentável. Por outro lado, entendo que muitas das soluções encontradas são óbvias e diretas (poder-se-ia até dizer que são exemplos de “tradução literal” nos moldes que discuto também aqui!) e a própria ficha terminológica já traz os dados pertinentes. Portanto, o que faço aqui é uma triagem de termos “interessantes” para análise e que demandaram um empenho maior dentro do levantamento teórico realizado..

No procedimento de triagem de cada termo e no estabelecimento de sua abrangência (mono ou plurivocabular) segui os critérios já descritos em 2.2.5, além de me basear na minha experiência de pesquisadora e tradutora de textos na área e conseqüente confrontação recorrente com muitos desses termos. Portanto, nem sempre foi o texto que serviu de base para o estabelecimento de uma unidade terminológica, embora a mesma tenha sido citada nele. Com isso, o contexto lançado no campo 10 da respectiva ficha do termo em questão nem sempre possui as características explicativas e definitórias recomendadas pelos estudos terminológicos. Cito como exemplo o termo “tradução literária”, uma das dicotomias de muitos trabalhos tradutológicos ao longo dos séculos. Nesse caso, portanto, a simples citação do termo dentro do texto de Coseriu já foi suficiente para incluí-lo em meu glossário.

Um outro aspecto para o qual quero chamar atenção é o fato de, sempre pensando na questão de sistema de conceito, existirem termos que evidentemente estariam no mesmo

“*ranking*” de análise de um termo qualquer analisado aqui e que isto não foi feito. A justificativa para tal é que eu teria problemas na delimitação do trabalho, principalmente em relação à demanda de volume e tempo. Um exemplo seriam os conceitos de uma árvore de domínio que comportaria, por exemplo, o termo “tradução literária” supra-citado, em uma concepção teórica qualquer. Portanto, não analiso neste trabalho o termo “tradução jornalística”.



Assim sendo, os fatores delimitantes utilizados são efetivamente os textos escolhidos, melhor dizendo, os termos extraídos destes textos.

Para dar uma melhor dinâmica à análise, optei por apresentar o termo através da reprodução de sua respectiva ficha terminológica, mas só nos casos em que o contraponho a outro conceito. Entendo que, assim, os dados referentes à sintaxe e à morfologia e também às informações relevantes que podem ser deduzidas a partir do contexto e da definição (no caso de eu tê-la encontrado) ficam mais prontamente visíveis, evitando a constante consulta aos anexos.

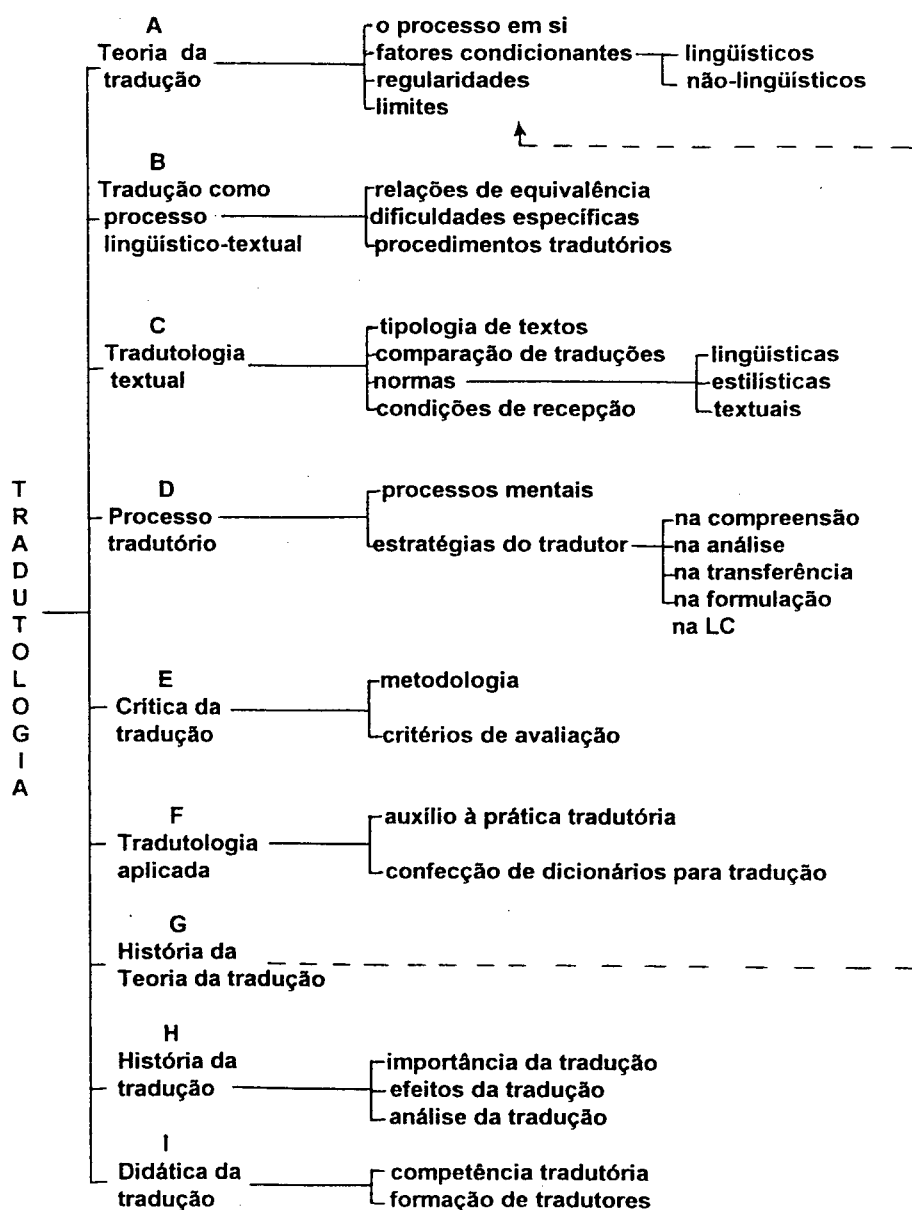
A análise dos dados mais relevantes foi feita em blocos, ou seja, de cada conjunto de conceitos pertencentes a um determinado sistema concebido por mim como tal. Por serem as relações de dependência entre os termos primordialmente abstratas, conforme especificado em 3.6, nem sempre foi possível adotar o esquema de arborescência ou de grade conceptual. Portanto, lanço, sempre que possível, também o esquema e a referência específica ao anexo. As soluções encontradas (ou não!) são justificadas em seguida dentro dos modelos teóricos estudados. Casos pontuais merecem uma referência teórica específica.

Lembro que o glossário contendo todos os termos levantados é apresentado em ordem alfabética e que nele são feitas referências cruzadas ao anexo (fichário).

Finalmente, observo que certos termos aparecem em mais de uma árvore ou campo de domínio exatamente pela heterogeneidade apresentada pela área de especialidade “tradutologia”. Dependendo do enfoque teórico, esse conceito pode ser visualizado em uma concepção histórica, ou dentro dos vários tipos de tradução existentes, como foi o caso no exemplo da “tradução literal”, ou ainda em contraposição aos vários procedimentos tradutórios na análise da tradução como processo lingüístico-textual no estágio atual de pesquisa.

5.2 A tradutologia como área de especialidade

Para possibilitar uma visualização geral do que compreenderia a tradutologia como área de especialidade, reproduzo, em forma de gráfico, a sub-divisão feita por Koller (1992:123-128) da mesma, segundo o estágio atual de pesquisa.



Por apresentarem características introdutórias à área, evidentemente, os termos dos textos por mim escolhidos não podem ser exclusivamente enquadrados em uma sub-área específica das citadas acima. A terminologia contida nos textos se distribui ao longo de quase todo o esquema desenhado, não de modo exaustivo, no entanto.

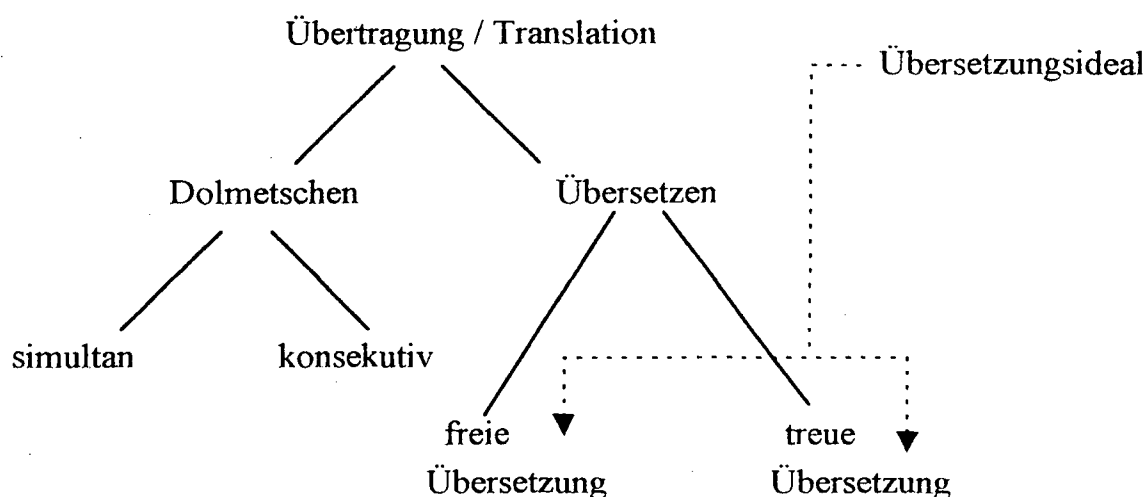
5.3 1ª Dicotomia: “*freie Übersetzung*” x “*treue Übersetzung*”

FICHA TERMINOLÓGICA				
01 al	02 <i>freie Übersetzung</i>	03 <i>freie Übersetzung</i>	04	
05 cose	06 78	07 AC	08 —	09 SA
10 Später unterscheidet Schleiermacher (...), nach der Art der zu übersetzende Texte zwei Arten der “Übertragung”, die praktisch ausgerichtete (“Dolmetschen”) und die Übertragung als Kunst (“Übersetzung”), und bei dieser je nach dem Zweck des Übersetzens die treue und die freie Übersetzung, wobei letztere übrigens nur zwei Pole sind, zwischen denen eine breite Skala zulässig ist.				
11		12		
13 pt	14 <i>tradução livre</i>			15
16 procedimento tradutório		17 dicotomias clássicas		
18				
19 13/08/98		20 INEM		21
22				

FICHA TERMINOLÓGICA				
01 al	02 <i>treue Übersetzung</i>	03 <i>treue Übersetzung</i>	04	
05 cose	06 78	07 AC	08 —	09 SA
10 Später unterscheidet Schleiermacher (...), nach der Art der zu übersetzende Texte zwei Arten der “Übertragung”, die praktisch ausgerichtete (“Dolmetschen”) und die Übertragung als Kunst (“Übersetzung”), und bei dieser je nach dem Zweck des Übersetzens die treue und die freie Übersetzung, wobei letztere übrigens nur zwei Pole sind, zwischen denen eine breite Skala zulässig ist.				
11		12 <i>wörtliche Übersetzung (?)</i>		
13 pt	14 <i>tradução fiel</i>			15
16 procedimento tradutório		17 dicotomias clássicas		
18				
19 13/08/98		20 INEM		21
22				

A análise se inicia com os conceitos que constituem as dicotomias típicas da tradutologia. As áreas de tensão nas reflexões sobre tradução, a da “tradução livre” (*freie*

Übersetzung) e da “tradução fiel” (*treue Übersetzung*) e todas as suas variantes (tradução livre x tradução literal, tradução oblíqua x tradução direta etc.) remontam a Cícero (55 a.C.) que concebia a tradução livre como único modo para o desdobramento criativo do tradutor (*ut interpres x ut orator*) (apud Wilss, 1988:121). Mais tarde, em 1813, Schleiermacher concebe a tradução conforme a sua realização (oral ou escrita).



Em nosso século houve um desdobramento do que seria a tradução “fiel” e passou-se a avaliá-la, ou não, segundo a literalidade (ou “palavra-por-palavra”, para alguns). Estabeleceu-se aí uma confusão terminológica: segundo Koller (1992:331), embora a estilística comparada tenha tendido a equiparar “*wörtliche Übersetzung*” (tradução literal) com “*Wort-für-Wort Übersetzung*” (tradução palavra-por-palavra), elas designam procedimentos diferentes. A tradução palavra-por-palavra se orienta pelas estruturas da língua de saída, sem considerar a língua de chegada. A tradução literal, por sua vez, conserva a estrutura frasal da língua de saída, levando em conta as regras sintáticas da língua de chegada. Königs (1981:337) define os dois procedimentos também assim. Já Wilss (1988:117) sobe na hierarquia do sistema acima e passa a fazer a diferenciação entre literalidade (*wörtliche Übersetzung*) e não-literalidade (*nicht-wörtliche Übersetzung*), que para ele seria simplesmente “tradução livre”. A diferenciação que reside no campo conceitual subjacente só pode ser desambigüizada através do texto, conforme levantado em 2.3.2. O significado só pode ser deduzido pelo contexto, fato este que demanda

conhecimento na área em questão (Schmitt, 1986:272), o que, por sua vez, é um pressuposto para qualquer empreitada de tradução.

O próximo passo seria analisar a abrangência do termo “*Übersetzen*”, tanto em sua forma verbal como nominal. Wilss (1988) e Coseriu (1978) fazem questão de diferenciar entre “o traduzir” (*das Übersetzen*) e “traduzir” (*übersetzen*) simplesmente. Na forma verbal seria uma concepção mais geral que é facilmente confundida com a impossibilidade racional da tradução (ou seja, com “transmissão”(?) (*Übertragung*)). Eles defendem que a tradução existente é “o traduzir”, uma atividade que não conhece limites racionais, mas apenas empíricos, para estas ou aquelas línguas ou comunidades lingüísticas, e para estes ou aqueles textos. Esse termo também já foi analisado por Yebra (1985:29) com referência à suscetibilidade maior do alemão ao decalque (cf. discutido aqui em 2.4.5.2 no preenchimento de lacunas terminológicas) se comparado ao empréstimo, o que se deve, provavelmente, aos processos de derivação e à composição de palavras mais típicos às linguagens técnicas desta língua. Diz o autor:

“Para lo que el inglés llama translation, préstamo naturalizado del latín translatio, y el francés traduction, el italiano traduzione, el español traducción y el portugués tradução, préstamos del latín traductio, el alemán, que habría podido decir Traduktion, ha preferido el calco Übersetzung, de trans (=über) positio (=Setzung), o bien Übertragung de trans y latio. El alemán debe en gran parte su riqueza y autonomía léxicas a su gran capacidad para el calco”.

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Übersetzung	03 Übersetzung	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs
10 (...) die existierende Übersetzung ist das Übersetzen, eine Tätigkeit, die keine rationalen, sondern nur empirische Grenzen- für diese oder jene Sprachen bzw. Sprachgemeinschaften, für diese oder jene Texte- kennt.			
11AS, ZS	12 Umsetzung		
13 pt	14 tradução		15
16	17		
18			
19 29/08/98	20 INEM		21
22 Eine Übersetzung ist die adäquate interlinguale Umsetzung ausgangssprachlichen Materials unter Einhaltung zielsprachlicher Syntax, Lexik und stilistischer Normen, eine Umsetzung deren Adäquatheit von der Kompetenz des Übersetzers bestimmt wird und unter Einfluß performativischer Prozesse, psychologischer Strukturierungs-Mechanismen und Erfahrungen des Übersetzers sowie situationeller Komponenten steht. (Königs, 1981:204)			

FICHA TERMINOLÓGICA				
01 al	02 Übertragung	03 Übertragung	04	
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs	09
10 Man muß eben zwischen der (...) Übersetzung als einzelsprachliche bezogener Technik, die wir konventionell Übertragung nennen wollen, und der tatsächlichen Tätigkeit der Übersetzer (auch "Übersetzung als Kunst genannt), die wir (...) Übersetzen nennen, unterscheiden.				
11 Äquivalenz		12 Translation, Umsetzung		
13 pt	14 transmissão / retransmissão (?)			15
16		17		
18				
19 12/06/98		20 INEM		21
22 Die Übersetzung ist eine rein technische Tätigkeit: die Technik der Feststellung von "Entsprechungen", d.h. von Äquivalenzen in der Bezeichnung. Die Übertragung ist die Übersetzung, die oft in rationaler Hinsicht unmöglich ist. (Coseriu, 1978)				

Já o conceito subjacente a "*Übertragung*" é claramente controverso nas bibliografias alemãs estudadas. Königs (1981:336) argumenta que com este termo consagrou-se a tradução direcionada à equivalência máxima de efeitos e por regra bastante complicada, qual seja, a tradução de textos literários. Uma das acepções do dicionário DUDEN também é esta. Entretanto, o termo é empregado aqui em sentido mais geral, violando claramente as recomendações do DIN 2330 (apud Fluck, 1991:120) sobre a utilização de denominações já existentes, dando-lhes um novo sentido na referida área de abrangência já consagrada.

Não encontrei uma solução ideal para o português, já que o termo "tradução" é usado indistintamente tanto para "*Übertragung*" como para "*Übersetzung*". Theodor (1986:149) também teorizou sobre o termo em questão e sugeriu "translação", inspirado, tal qual os autores alemães, não no termo inglês "*translation*", mas remontando ao latim "*translatio*". Em outra obra (1976:87), porém, o autor se vale de "retransmissão" e "transposição", respectivamente, o que fecha um círculo de incongruências terminológicas que mereceria um trabalho por si. Exemplos como estes demonstram a premência de um estudo terminológico mais abrangente na área da tradutologia.

5.4 2ª Dicotomia: “Übersetzbarkeit” x “Unübersetzbarkeit”

<u>FICHA TERMINOLÓGICA</u>				
01 al	02 Übersetzbarkeit	03 Übersetzbarkeit	04	
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs	09
10 Freilich hätte ich diesen Beitrag ebensogut “Leistung und Grenzen der Übersetzung” oder “Übersetzbarkeit” und “Unübersetzbarkeit” betiteln können (...)				
11		12 Möglichkeit der Übersetzung		
13 pt	14 tradutibilidade, traduzibilidade			15
16 tradutologia		17 dicotomias históricas		
18				
19 15/08/98		20 INEM		21
22				

<u>FICHA TERMINOLÓGICA</u>				
01 al	02 Unübersetzbarkeit	03 Unübersetzbarkeit	04	
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs	09
10 Freilich hätte ich diesen Beitrag ebensogut “Leistung und Grenzen der Übersetzung” oder “Übersetzbarkeit” und “Unübersetzbarkeit” betiteln können (...)				
11		12 Unmöglichkeit der Übersetzung		
13 pt	14 impossibilidade da tradução			15
16 tradutologia		17 dicotomias históricas		
18				
19 21/08/98		20 INEM		21
22				

Uma segunda dicotomia também exaustivamente discutida nas literaturas seria a questão da tradutibilidade x não-tradutibilidade, inclusive é este o tema do texto de Coseriu utilizado como *corpus* neste trabalho. Nesta discussão, variam as concepções e conseqüentemente as abrangências dos dois conceitos. Enquanto Catford (1969) e Deter (1967), apud Königs, 1981:331, analisam primordialmente o aspecto lingüístico, Neubert (1968), apud Königs (idem,ib.) se concentra na tipologia de texto e o próprio Königs vê a problemática sob a ótica da equivalência. Nos textos brasileiros estudados as referências ao assunto giram em torno da tradutibilidade de obras literárias.

Observo que no alemão a forma nominal “*Unübersetzbarkeit*” e a forma adjetival “*unübersetzbar*” são bastante comuns. Em português eu só encontrei o termo em sua forma adjetival (“intraduzível”) (como em Aubert, 1984:74). Isto parece ser um exemplo para caracterizar a suscetibilidade maior do alemão ao recurso de processos derivativos no estabelecimento de uma unidade terminológica, conforme referenciado em 2.2.5. No português, nesse caso, usar-se-ia “impossibilidade da tradução” ou “não-tradutibilidade”. Violar-se-ia, talvez, as recomendações normativas, levantadas em 2.2.6, de que as denominações deveriam ser “concisas” e de “fácil pronúncia” na utilização de um termo como “intradutibilidade”, por exemplo.

5.5 Os problemas nos conceitos “*Äquivalenz*” e “*Invarianz*”

<u>FICHA TERMINOLÓGICA</u>				
01 al	02 Äquivalenzen	03 Äquivalenz	04	
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs	09
10 In der Übersetzung geht es folglich an erster Stelle um Äquivalenzen in der Bezeichnung, (...) Das es sich außerdem um Äquivalenzen in bestimmten Situationen und Kontexten handelt, muß man bei der Feststellung der Entsprechungen zwischen Bedeutung und Verwendung der Bedeutung unterscheiden, da auch oppositiv analoge Bedeutungen in verschiedenen Sprachen in verschiedene Weise verwendet werden können.				
11	12 Übersetzungsäquivalenz			
13 pt	14 equivalência			15
16 propósito da tradução		17		
18				
19 16/08/98		20 INEM		21
22				

<u>FICHA TERMINOLÓGICA</u>				
01 al	02 Invarianz	03 Invarianz	04	
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs	09
10 Die älteste Übersetzungstheorie (...) verlangt im allgemeinen nur die Invarianz des Textinhalts, der üblicherweise “Sinn” (<i>sensus</i>) genannt wird, obwohl bisweilen oder für bestimmte Texte auch andere Forderungen an die Übersetzung gestellt werden.				
11 Übersetzung_ZS	12 Übersetzungsäquivalenz (?)			
13 pt	14 invariância			15
16		17		
18				
19 12/08/98		20 INEM		21
22 Invarianz ist die Unveränderlichkeit des ausgangssprachlichen Textgehalts bei seiner Übersetzung in die Zielsprache. (Invarianz ≠ Äquivalenz) (Königs, 1981:321).				

Arntz e Picht (1995:158) e Stolze (1994:92) constatam que “equivalência” é um dos conceitos mais fundamentais e portanto, também um dos mais controversos na tradutologia, e conseqüentemente na terminologia, conforme tematizado em 2.4.5.1. A estilística comparada de Vinay e Darbelnet (1995) entende “équivalence” como sendo um dos procedimentos tradutórios, ao passo que Koller (1992) e Baker (1992) a entendem como propósito de qualquer ato tradutório e Snell-Hornby (apud Koller, 1992:227) fala inclusive de uma “ilusão” de equivalência.

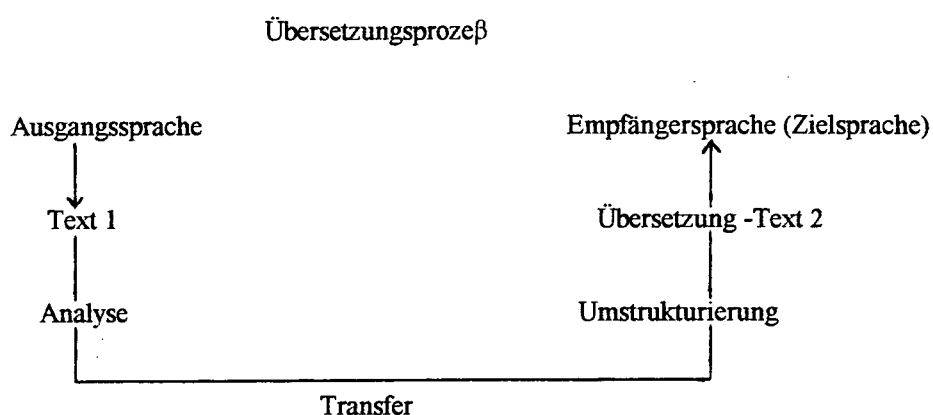
Acredito ter aqui um exemplo típico onde a dificuldade maior não reside na forma lingüística, mas, sim, nas diferenças conceituais subjacentes a ela. Também não posso me basear na definição que deveria servir para o estabelecimento não-ambíguo entre a noção e a designação, conforme recomendações normativas discutidas aqui em 2.2.6, por não ter encontrado uma que atendesse a todas as concepções. Lotte (1993:194) e, como citei, Kandelaki (1993:240) tematizam essa questão afirmando que uma série de conceitos muito importantes nem sequer possui uma definição, mas apenas uma explicação aproximada. Além disso, muitas definições são ultrapassadas, outras contêm elementos e conceitos que, por sua vez, necessitam igualmente de uma definição.

Com o conceito “invariância” acontece discussão semelhante entre os pesquisadores da tradução. Em termos de dicionários, só os alemães, em uma segunda acepção, já fazem referência à “invariância conceitual”, ao passo que os dicionários brasileiros remetem o conceito ao campo da física ou da matemática.

Existe, então, uma certa confusão conceitual tentando equiparar os dois conceitos. Königs (1981:321) explica a diferença entre os dois através de um exemplo: se na tradução da Bíblia para os asiáticos se substitui o termo “pão” pelo termo “arroz”, resulta daí uma equivalência conotativa e pragmática ideal. Mas, ao mudar-se o contexto extra-lingüístico, o resultado não pode mais ser caracterizado pela invariância. Koller(1992) fala também de “invariância de conteúdo”, “invariância de sentido” e “invariância de efeito” e traça um paralelo com o conceito “equivalência”, sem, no entanto, explicar o que ele entende por “invariância”. Soma-se a isso, o fato de que não encontrei o termo “invariância” nos textos brasileiros estudados.

5.6 O “processo tradutório” e/ou “ato tradutório”

Como termos da tradutologia por muitos autores considerados como equivalentes, os mesmos só podem ser entendidos dentro de um sistema de conceitos. Em Nida (1981:125), temos o seguinte esquema sob o rótulo “*Übersetzungsprozeß*”, que inclui evidentemente a tradução como “produto” (o texto traduzido).



Já em Koller (1992:13), “*Übersetzungsprozeß*” é colocado em contraposição a “*Übersetzungsprodukt*”, o que significa dizer que, o primeiro conceito, só abrange os aspectos psicolinguísticos e cognitivo-psicológicos da tradução.

Nos textos brasileiros estudados encontrei os dois termos “processo tradutório” e “ato tradutório”. O termo “processo” parece ser mais utilizado em textos que versam sobre tradução em sua concepção mais geral, o termo “ato”, por sua vez, mais com referência à tradução literária. Não realizei, no entanto, um levantamento estatístico para confirmar esta hipótese. De qualquer forma, Azenha (1996:145) fala em “processo tradutório”, não especificando a sua abrangência; Paiva (1985:134) vale-se de “ato tradutório” englobando nele o efetivo produto final (o texto traduzido). Em Rónai (1981) e Theodor (1976), encontrei “ato tradutório” nas teorizações sobre tradução literária.

A definição lançada por mim na respectiva ficha terminológica é a que foi dada por Königs (1991:334) por entender que a mesma atende aos requisitos recomendados por Lotte (1993:194) de que uma definição deva apresentar as características essenciais e suficientes que destacam as particularidades do conceito a ser definido.

5.7 “Crítica da tradução”

Uma das sub-divisões da tradutologia proposta por Koller (1992) é exatamente a Crítica da Tradução (*Übersetzungskritik*). DUDEN (1985) define “*Kritik*”, em 1ª acepção, como sendo uma avaliação científica, segundo critérios objetivos. Os princípios da Crítica da Tradução são constituídos pela crítica textual, a comparação de traduções e a avaliação de traduções; e eles englobam as relações entre o autor, o tradutor e os receptores potenciais, segundo Koller (1992). No âmbito da Crítica da Tradução também se estabelecem as bases para avaliação das equivalências (cf. em Königs, 1981:206). Em função destas considerações teóricas, incluí neste conjunto igualmente os conceitos “*kontrastiver Vergleich*” e “*Fehlübersetzung*” (Anexo E6).

Na tradução destes termos, observei o seguinte: o termo composto em alemão é usado também em forma adjetival/adverbial, como em “*übersetzungskritisch diskutieren*” (Koller, 1992:235) e “*in übersetzungskritischer Sicht*” (idem, ib.:267). Posso pensar aqui em uma “fraseologia técnica”, conforme discutido em 2.3.4. Uma construção desta ordem é muito usual na língua alemã, podendo, segundo Warner (1976:109), inclusive ser “trabalhada”, para que ela se adapte às respectivas situações gramaticais (usando o exemplo acima, poderíamos ter “*übersetzungskritische Diskussion*”). A construção preposicionada em português (“crítica da tradução”) não permite tal adaptação.

5.8 O que fazer com “*übersetzungsrelevanter Bedeutungsbegriff*”?

Tanto quanto na semântica, também na tradutologia a ênfase está no significado. Enquanto a semântica formal se ocupa com o “significado das coisas” e a filosofia analítica com as “forças dos enunciados”, a tradutologia vê a noção de significado sob uma ótica específica. Poder-se-ia até pensar em uma teoria de significado específica para a tradutologia, conforme defendida por Klein (1992), visando à especificidade que não é atendida pelas demais teorias. Pensando em toda a discussão em torno do significado na tradutologia, agrupei os termos referentes nos anexos E15 a E22, intitulando cada sub-conjunto conforme a área de abrangência.

Antes de analisar o termo título desta seção, quero levantar a questão da sufixação adjetival constante em “*sinnvolle Übersetzung*”. Entendo que a contraposição “*__-voll*” x

“__-los”, tão evidente em alemão, não possa ser realizada da mesma forma em português, principalmente quando atrelada a um conceito tão indefinido como “*Sinn*” (sentido). Penso em um exemplo como “*sinnlose Übersetzung*” que, em português, sem sombra de dúvida, seria “tradução sem sentido”. Mas não vejo o mesmo efeito na contraposição “tradução com sentido”. As soluções sugeridas (“tradução conveniente” e “tradução plena”) estão longe de serem ideais, mas não me ocorreu outra possibilidade.

Quanto ao termo “*übersetzungsrelevanter Bedeutungsbegriff*” (anexo E15), a dificuldade maior residiu igualmente na tradução do adjetivo composto. Conforme tematizado em 2.2.5, a composição e a derivação conferem sinteticidade às linguagens de especialidade. Lotte (1993:175) considera a sinteticidade um pressuposto básico no estabelecimento de uma unidade terminológica. Aqui tenho um exemplo típico de violação desse pressuposto na tradução do termo para o português (“conceito de significado relevante para a tradução”). As relações sintáticas entre os termos na tradução levam, a meu entender, a uma mudança (ou seria uma diluição?) do sentido como um todo. No alemão, vejo claramente uma unidade terminológica; no português, por sua vez, tenho a impressão de se tratar de uma paráfrase, pouco contribuindo para a simplicidade e a compreensibilidade do sistema de conceitos.

Capítulo 6- Compilação do glossário

6.1 Apresentação

Uma vez concluída a análise dos termos, valendo-me, sempre que possível, do procedimento onomasiológico⁴¹ (ou seja, tomando como base o conceito e o seu enquadramento em um sistema), apresento em seguida uma listagem alfabética dos mesmos, sempre sob a ótica descritiva.

Lembro mais uma vez que a delimitação dos conceitos individuais da área de especialidade “tradutologia” mostrou-se extremamente complexa, conforme demonstrei nos Capítulos 3 e 4 aqui.

A minha intenção com esta listagem é apresentar, de forma sintética, os resultados obtidos na presente pesquisa que possam servir de auxílio aos interessados na tradutologia e que se vêem confrontados com a compreensão ou com a tradução destes termos do alemão para o português.

Lanço também, sempre que possível, dados sobre o significado dos termos ou uma síntese da definição, caso eu a tenha encontrado nas literaturas estudadas. Sempre que for necessário, apresento também exemplos elucidativos.

Como as fichas terminológicas (em anexo) foram agrupadas por assunto ou campo de aplicação, faço, no glossário, uma indicação de referência cruzada.

O modelo de apresentação foi baseado em “*Wörterbuch der industriellen Technik. Deutsch - Portugiesisch*” de Richard Ernst (1976), por considerar este dicionário bastante objetivo e completo. Entendo que as informações sintáticas, os exemplos e as demais indicações definitórias, de sinonímia e de referência cruzada dentro do próprio inventário e nesta forma conferem versatilidade ao glossário.

Deixo claro que a continuação da pesquisa levará necessariamente a um rearranjo das referências cruzadas, bem como das fichas terminológicas.

6.2 Glossário terminológico bilíngüe da área de especialidade “tradutologia”: alemão → português

⁴¹ Concordo, no entanto, com Aubert (1996b,28) de que a distinção entre os procedimentos semasiológicos e onomasiológicos se sustentam apenas na criação de um termo e que a inversão de prioridade nos referidos procedimentos é bem menos evidente.

TERMINOLOGIA DA TRADUTOLOGIA

Referência à
Ficha Terminológica

A	
Adaptation <i>f</i> / <i>adaptação f</i> (Übersetzungsverfahren: Umsetzung von Konzepten, die es in der ZS nicht gibt) (auch Anpassung)	E22
Anpassung <i>f</i> / <i>adaptação f</i> (Übersetzungsverfahren) (auch Adaptation)	E22
Äquivalenz <i>f</i> / <i>equivalência f</i> (Ziel der Übersetzung → Schaffen von Äquivalenz) (≠ <i>équivalence (Stylistique comparée)</i> → dort ein Übersetzungsverfahren) (siehe Invarianz)	E13
Äquivalenzbegriff <i>m</i> / <i>conceito m de equivalência</i> (je nach Funktion der Übersetzung bestimmt) (siehe übersetzungsrelevanter Äquivalenzbegriff)	E13
Ausdruck <i>m</i> / <i>expressão f</i> (immer sprachlich)	E16
Ausdrucksebene <i>f</i> / <i>plano m da expressão</i> (immer sprachlich)	E16
Ausdrucksvarianten <i>pl</i> / <i>variantes f pl de expressão</i> (auch: Ausdrucksweisen)	E16
Ausgangssprache <i>f</i> / <i>língua f de saída, língua f original, língua f fonte</i> (auch: AS) (Sprache des zu übersetzenden Textes)	E3
Ausgedrückte <i>n</i> / <i>conteúdo m expresso</i>	E10
außersprachliche Mittel <i>pl</i> / <i>meios m pl extra-lingüísticos</i>	E18
außersprachliche Realität <i>f</i> / <i>realidade f extra-lingüística</i> (auch: außersprachlicher Kontext)	E18
außersprachlicher Kontext <i>m</i> / <i>contexto m / realidade f extra-lingüístico/a</i> (auch: außersprachliche Realität)	E18

außersprachlicher Sachverhalt *m* / situação *f* extra-lingüística (~)

außersprachlicher Tatbestand *m* / situação *f* extra-lingüística (~)

auszudrückender Inhalt *m* / conteúdo *m* a ser expresso **E17**
(erschlossen durch den Übersetzer)

B

Bedeutung *f* / significado *m*, referência *f* **E14**
(der jeweils einzelsprachlich gegebene Inhalt)

Bedeutungsanpassung *f* / adaptação *f* de/do significado **E21**
(Verfahren des Übersetzers bei Nicht-Entsprechungen in den einzelsprachlichen Bedeutungen)
(auch Adaptation)

Bedeutungsbegriffe *pl* / conceitos *m pl* de significado **E15**
(vom Übersetzer bestimmt)

Bedeutungseinheit *f* / unidade *f* de significação, unidade *f* de tradução **E21**
(kann aus einem Wort, einem Syntagma oder einem ganzen Text bestehen)

Bedeutungsgleichheit *f* / igualdade *f* de significado, correspondência *f* de significado **E21**
(einzelsprachliche Bedeutungen sind gleich. Beispiel: Apfel→maçã)

Bedeutungswahrung *f* / manutenção *f* de significado/ significação(?) **E21**

Bedeutungstheorien *pl* / teorias *f pl* de significado **E19**
(relevant für den Übersetzer, aber nicht hinreichend für seine Tätigkeit)

Bewertung *f* / avaliação *f* **E6**
(siehe Übersetzungskritik)

Bezeichnung *f* / designação *f* **E14**
(der Bezug auf die außersprachliche Sache)

D
dolmetschen *v* / interpretar *v* **E5**
(mündliche Realisierung der Translation/Übersetzung)
(siehe konsekutives Dolmetschen und simultanes Dolmetschen)

Dolmetschen *f* / interpretação *f* **E5**
(mündliche Realisierung der Translation/Übersetzung)
(siehe Übersetzung)

Dolmetscher *m* / tradutor *m* intérprete **E5**

Doppeldeutigkeit *f* / ambigüidade(?)*f*, jogo *m* de palavras **E12**

E

Eindeutigkeit *f* / univocidade *f*(?), inequívocidade *f*
(nur eine Bedeutung habend) **E12**

Einzelsprache *f* / língua *f* individual

einzelsprachige Bedeutung *f* / significado *m* da/na língua individual **E19**

einzelsprachiger Sinn *m* / sentido *m* da/na língua individual

Emprunt *m* / empréstimo *m* **E9**

(Übersetzungsverfahren: Schließen einer konzeptuellen/lexikalischen Lücke in der ZS durch Übernahme des AS-Ausdrucks)
(auch: Entlehnung)
(siehe Lehnübersetzung)

Entlehnung *f* / empréstimo *m* **E9**

(Übersetzungsverfahren: Schließen einer konzeptuellen/lexikalischen Lücke in der ZS durch Übernahme des AS-Ausdrucks)
(auch: Emprunt)
(siehe Lehnübersetzung)

Ersetzung *f* / substituição *f* **E11**
(eine formale Übersetzungsprozedur / fast eine Ausnahme in der üblichen Übersetzung)

F

Fehlübersetzung *f* / tradução *f* errônea/falha **E6**
(hinsichtlich der Bedeutung des AS-Textes und hinsichtlich der sprachlichen Struktur des AS-Textes)
(siehe Übersetzungskritik)

freie Übersetzung *f* / tradução *m* livre **E4**
(siehe wörtliche Übersetzung)

G

Gemeinte *n* / intencionado *m* **E10**
(die Einheit von inhaltlicher Information und Situation, die zu übersetzen ist)

Gleichbleibende *n* / o que permanece constante (?) **E11**

gleichhalten *v* / manter *v* constante **E11**

- I**
- Inhalt** *m* / conteúdo *m* **E14**
 (der "übersetzte" Inhalt ≠ einzelsprachliche Inhalt)
- Invarianz** *f* / invariância *f* **E13**
 (Unveränderlichkeit des AS-Textgehalts bei seiner Übersetzung in die ZS: ≠ Äquivalenz)
 (siehe Äquivalenz)
- K**
- kompositionelle Bedeutung** *f* / significado *m* composicional
- konsekutives Dolmetschen** *n* / tradução *f* consecutiva, interpretação *f* consecutiva
 (Umsetzung beginnt im Anschluß an die AS-Äußerung)
 (siehe simultanes Dolmetschen)
- kontextabhängiger Ausdruck** *m* / expressão *f* dependente do contexto **E16**
 (Antonym: kontextautonomer Ausdruck)
- kontrastiver Vergleich** *m* / comparação *f* contrastiva, análise *f* contrastiva **E6**
 (zwischen AS-Text und ZS-Text)
 (siehe Übersetzungskritik)
- L**
- Lehnübersetzung** *f* / decalque *m* **E9**
 (Übersetzungsverfahren- spezieller Fall der Entlehnung: Erhaltung der Struktur des AS-Syntagmas bei Übersetzung der einzelnen Elemente)
 (siehe Entlehnung)
- lexikalische Bedeutung** *f* / significado *m* lexical **E19**
 (siehe kompositionelle Bedeutung)
 (siehe pragmatische Bedeutung)
- literarische Übersetzung** *f* / tradução *f* literária **E7**
 (neben inhaltlich-grammatischer Korrektheit, auch Erzeugung von gleichwertiger stilistischer Wirkungsmerkmale)
 (Gegenstand: literarische Texte)
 (siehe unmögliche Übersetzung)
- M**
- Mehrdeutigkeit** *f* / multivocidade *f* (?) **E12**
 (mehrere Bedeutungen habend / Ambiguität)

- meinen** *v* / *intencionar v* **E10**
 (der Übersetzer versucht zu erschliessen, was der Autor des AS-Text gemeint hat)
 (siehe Gemeinte)
- Modulation** *f* / *modulação f* **E22**
 (Übersetzungsverfahren: *Stylistique comparée* - impliziert ein 'changement de concept' bei
 Wahrung des Sinns. Beispiel: Lebensgefahr → danger de mort
 (siehe Nachahmung)
- N**
- Nachahmung** *f* / *modulação f* **E21**
 (Übersetzungsverfahren)
 (siehe Modulation)
- nichtsprachliches Wissen** *n* / *conhecimento m não-lingüístico* **E18**
 (das weitere Wissen, das der Sprecher (oder Autor) bei seinen Hörer unterstellt und dem er
 seine Worte anpaßt)
 (eine Voraussetzung beim Übersetzen)
- O**
- Opposition** *f* / *oposição f* **E15**
- Originaltext** *m* / *texto m original, texto m de saída* **E3**
 (ein Textvorkommen auf der Ebene der "parole", in der AS eingebettet)
 (auch ausgangssprachlicher Text)
- P**
- pragmatische Bedeutung** *f* / *significado m pragmático* **E19**
 ("Watch out!" im Eng. und "Vorsicht!" im Deut. haben ≠ "lexikalische Bedeutung" aber =
 "pragmatische Bedeutung")
- Produktionsvorgang** *m* / *procedimento m da produção, produção f* **E5**
 (siehe Verstehensvorgang)
- S**
- simultanes Dolmetschen** *n* / *tradução f simultânea, interpretação f simultânea* **E5**
 (der Dolmetscher muß die AS-Äußerung noch während ihrer Produktion umsetzen)
 (auch Simultandolmetschen)
 (siehe konsekutives Dolmetschen)
- Sinn** *m* / *sentido m* **E14**
- sinnvolle Übersetzung** *f* / *tradução f conveniente, tradução f plena* **E20**
 (auch: sinngemäße Übertragung)

soziale Bedeutung <i>f</i> / significado <i>m</i> social(?)/cultural(?) (siehe pragmatische Bedeutung)	E20
sprachlicher Gehalt <i>m</i> / conteúdo <i>m</i> lingüístico (= Bezeichnung+ Bedeutung+ Sinn) (auch: sprachlicher Inhalt)	E17
sprachlicher Inhalt <i>m</i> / conteúdo <i>m</i> lingüístico (auch: sprachlicher Gehalt)	E17
sprachliche Mittel <i>pl</i> / meios <i>m pl</i> lingüísticos	E18
T	
terminologischer Wortschatz <i>m</i> / vocabulário <i>m</i> terminológico (≠ Nomenklatur) (auch: Terminologie)	E7
Translation <i>f</i> / tradução (?) <i>f</i> (spezielle Realisierung: das Übersetzen + das Dolmetschen)	E8
treue Übersetzung <i>f</i> / tradução <i>f</i> fiel	E4
U	
Übernahme <i>f</i> / transferência (?) <i>f</i> (eine Form des AS-Textmaterials wird im ZS-Text übernommen)	E9
Übersetzbarkeit <i>f</i> / tradutibilidade <i>f</i> , traduzibilidade <i>f</i> (auch: Möglichkeit der Übersetzung) (siehe Unübersetzbarkeit)	E1
Übersetzen <i>n</i> / prática <i>f</i> tradutória (besteht aus Übertragung und Nicht-Übertragung)	E8
übersetzen <i>v</i> / traduzir <i>v</i> (eine der sprachlichen Fähigkeiten der Menschen - intralingual und interlingual)	E8
Übersetzung <i>f</i> / tradução <i>f</i> (1. die adäquate interlinguale Umsetzung ausgangssprachlichen Materials unter Einhaltung zielsprachlicher Syntax, Lexik und stylistischer Normen, 2. das Ergebnis in der ZS, der ZS-Text) (auch Translation)	E8
Übersetzungsforschung <i>f</i> / pesquisa <i>f</i> na/da tradução, na tradutologia	E2
Übersetzungsideal <i>n</i> / ideal <i>m</i> de tradução	E4

(geprägt in Zusammenhang mit den Begriffen "freie Übersetzung" und "treue Übersetzung")

Übersetzungskritik *f* / crítica *f* da tradução **E6**
(objektive Beurteilung einer Übersetzung)
(siehe Fehlübersetzung)

Übersetzungspraxis *f* / prática *f* tradutória **E2**

Übersetzungsprozeß *m* / processo *m* tradutório, ato *m* tradutório **E3**
(vom Beginn de AS-Nachricht bis zur Produktion seines ZS-Äquivalents)

übersetzungsrelevanter Bedeutungsbegriff *m* / conceito de significado *m* relevante **E15**
para a tradução

Übersetzungstheorie *f* / teoria *f* da tradução, tradutologia *f* **E2**

Übersetzungswissenschaft *f* / ciência *f* da tradução, tradutologia *f* **E2**

Übertragung *f* / transmissão (?) *f*, retransmissão (?) *f* **E8**
(Technik der Feststellung von Entsprechungen)
(auch: Bezeichnung für Übersetzung literarischer Texte)

Unübersetzbarkeit *f* / impossibilidade *f* da tradução, não-tradutibilidade *f* **E1**
(meistens für die literarische Übersetzung angenommen)

V

Verhältnis *n* / relação *f* **E13**
(zwischen AS-Text und ZS-Text und zwischen AS und ZS)

Verstandene *n* / o que foi entendido **E10**
(was der Übersetzer vom AS-Text verstanden hat und überträgt \cong was der Autor des AS-
Text gemeint hat)
(siehe Gemeinte)

Verstehensvorgang *m* / procedimento *m* da compreensão, compreensão *f* **E5**
(beim Übersetzen sind Verstehens- und Produktionsvorgang verbunden)
(siehe Produktionsvorgang)

W

wesentlicher Bedeutungsbegriff *m* / conceito de significado *m* essencial **E15**
(für die Übersetzung von Bedeutung)

wiedergeben *v* / reproduzir (?) *v* **E11**
(\neq ersetzen)

wissenschaftliche Übersetzung *f* / tradução *f* científica, tradução *f* técnica **E7**

Wort-für-Wort Übersetzung *f* / tradução *f* palavra-por-palavra **E4**
 (richtet sich nach den AS-Strukturen ohne Rücksicht auf die ZS. Beispiel: Você deve pagar a conta. → Du mußt bezahlen die Rechnung.)
 (siehe wörtliche Übersetzung)

wörtliche Übersetzung *f* / tradução *f* literal **E4**
 (der Übersetzer hat sich 'nur' um lexikalische Äquivalenz zu bemühen (Stylistique comparée). Beispiel: O homem compra um livro. → Der Mann kauft ein Buch.)
 (siehe Wort-für-Wort Übersetzung)

Z

Zielsprache *f* / língua *f* de chegada, língua *f* alvo **E3**
 (sprachliches System, in das ein Text aus der AS übersetzt wird)
 (auch ZS)
 (siehe Ausgangsprache)

Capítulo 7- Conclusão e sugestões

Um dos objetivos da dissertação foi realizar uma aplicação prática dos ditames da “ciência da terminologia”, no que tange à sistematização da pesquisa terminológica descritiva. No trabalho de revisão bibliográfica, para a efetivação da tarefa, constatei que os autores, embora generalizem a suas afirmações de aplicabilidade dos preceitos terminológicos para qualquer área de especialidade, não fornecem subsídios suficientes para consecução dos mesmos em áreas como esta em que me propus a aplicá-los. Entendo isso não como uma falha na teoria, mas apenas como uma “incompletude temporária”. Acredito que haverá um incremento nos estudos terminológicos em geral, motivado pelo interesse cada vez maior demonstrado pelos especialistas das mais diversas áreas do saber, que estão interessados em difundir conhecimento de modo mais eficaz e não-ambíguo. Essa preocupação se reflete também na questão da terminologia. Penso que esse trabalho, em termos de Brasil ou pelo menos em termos de nossa instituição, serve de motivação para continuação da pesquisa.

Quanto ao trabalho em si, a dificuldade maior residiu na falta de “instruções” para a elaboração de um sistema de conceitos, o que é um pressuposto básico em todas as teorias estudadas, para uma área em que o objeto de estudos não é “concreto”, ou seja, não existe uma correspondência entre o conceito e uma “realidade extra-lingüística igualmente palpável para qualquer observador” (Arntz, 186:292). Mesmo assim, levantei as relações de dependência entre os termos e consegui agrupá-los dentro de uma certa sistemática. Acredito ter conseguido demonstrar, em alguns casos pontuais, como isso se efetivou concretamente, valendo-me para tanto dos princípios gerais estabelecidos pelos estudos terminológicos. Por outro lado, a teoria serviu muito bem para o estabelecimento de unidades terminológicas e para justificar a sua abrangência (mono- ou plurivocabular). A partir dos critérios levantados, consegui extrair dos textos um bom número de termos para compor o meu banco de dados. Possíveis incongruências podem ser justificadas pela heterogeneidade dos temas abordados nos textos e pelo fato de ter empreendido a tarefa sozinha, algo que não é recomendado pelos estudos terminológicos.

Um segundo aspecto que me propus a analisar foi o dos problemas que surgem na tradução dos termos para o português. Igualmente neste ponto, a revisão teórica realizada, agora na área da tradutologia, no que diz respeito à tradução de linguagens de especialidade, e mais precisamente ainda, de termos de especialidade, se mostrou insatisfatória. As bibliografias tratam das mesmas áreas que são contempladas pelos estudos terminológicos. A única exceção é a área do Direito, que já mereceu, por parte dos pesquisadores, uma dedicação específica sob a ótica da tradução de terminologia. No caso da tradutologia, um outro fator que deve contribuir para a falta de sistematização da sua terminologia deve ser a discussão em torno de seu estabelecimento como disciplina ou ciência autônoma.

De minha parte, tive grande dificuldade de me distanciar do “objeto”, não só pela estreita inter-relação do *fazer* terminológico e do *fazer* tradutório, mas, principalmente, pelo fato de analisar “tradutologicamente” a própria tradutologia. O fato não me impediu, no entanto, de concluir que a terminologia como área de especialidade não mereceu até hoje um empenho mais específico com a questão da linguagem de especialidade que se usa para descrevê-la, tanto em nível das línguas individuais, como em relações bilíngües. Somente Königs (1981) fez um levantamento desta terminologia para fins de ensino de tradução, demonstrando uma preocupação no sentido de uniformizar o vocabulário técnico para todos que, de uma forma ou de outra, se ocupam com as questões teóricas e práticas da tradução. Entendo que o meu trabalho constrói em cima de alguns dados levantados por Königs (no caso dos termos terem aparecido também em meus textos), na medida em que dou um tratamento terminológico aos mesmos.

Do atrelamento das questões terminológicas às questões tradutológicas, resultaram as fichas terminológicas dos termos coletados. Analisando o conjunto de fichas constantes do Anexo E, mesmo com as pendências e as soluções parciais indicadas, acredito ter dado o primeiro impulso para a formação de um futuro banco de dados na área em questão. Estas fichas podem ser complementadas e ajustadas, à medida que a pesquisa evoluir. Os referidos sistemas de conceitos, no entanto, em função da delimitação que tive que dar ao meu trabalho (valendo-me de dois textos apenas), precisam ser repensados e reestruturados a cada nova entrada de dados e evolução na área. O trabalho terminológico descritivo não

pode, afinal, “correr na frente” e prever “espaços” no sistema, bem diferente da terminologia normativa, portanto.

Depois de ter concluído o fichário e de elaborar a sua ordenação por áreas de enfoque ou pertinência, montei o glossário. Reconheço que este mereceria um tratamento lexicográfico mais minucioso, mas que não foi meu propósito aqui. Nele apresento os dados efetivamente levantados com a pesquisa e faço a referência cruzada ao anexo do fichário. Entendo que assim possibilto uma consulta objetiva a todas as informações coletadas, além de propiciar uma síntese “palpável” de termos da tradutologia que possam vir a servir ao leitor e/ou tradutor de textos sobre tradutologia.

Como um ponto igualmente importante, gostaria ainda de comentar a tradução dos dois textos constituidores do meu *corpus* para a pesquisa. Pela relevância dos temas abordados nos mesmos para os estudos tradutológicos e pela reconhecida importância dos autores no âmbito dos estudos lingüísticos em geral, e na tradução em particular, penso ter contribuído para a divulgação destes trabalhos também para o público brasileiro. Posto que o propósito primeiro foi realizar as traduções para os fins específicos deste trabalho, as mesmas ainda precisam passar por um “crivo” estilístico e gramatical. Pelo ineditismo do texto de Wolfgang Klein, tentarei publicá-lo em uma próxima edição dos Cadernos de Tradução. A tradução do texto de Eugenio Coseriu também poderá servir para uma análise contrastiva, visto que o próprio autor acompanhou a tradução do mesmo também para o espanhol, e a tradução já disponível em português foi feita a partir do texto em espanhol.

Concluindo, este experimento, embora tenha apresentado características ainda fragmentárias em alguns aspectos, principalmente no que diz respeito à elaboração de sistemas de conceitos, a meu entender, serve também como base para um estudo a ser desenvolvido a longo prazo, envolvendo mais interessados e especialistas.

Em função disso, gostaria de fazer algumas sugestões para continuação da pesquisa. Como existe uma comprovada deficiência em português de material versando sobre tradutologia, sugiro que seja dada continuação à elaboração deste fichário e do glossário. Um glossário mais representativo da referida área servirá de auxílio aos tradutores na

agilização e uniformização da tarefa de verter para o português o maior número de textos possíveis com o intuito de colocar o Brasil em patamar semelhante ao da Alemanha (levando-se em consideração o par lingüístico envolvido aqui) na questão de acesso a materiais tradutológicos. Um outro ponto seria o de estender esta tarefa também a outras línguas, em um projeto maior que poderia integrar a área de ensino de línguas estrangeiras, e de se elaborar um dicionário multilíngüe, cuja consecução poderia ser promovida aqui dentro da universidade pelo próprio GT de Tradução, envolvendo os alunos dos diversos cursos de língua estrangeira. Entendo que o trabalho em um dicionário, além de altamente motivante em função de um objeto concreto resultante, integraria os interessados na área de tradução e promoveria um ponto comum de interesse entre alunos e professores. Está feito o desafio!

Anexo A - Texto original 1: Eugenio Coseriu

L. Grähs/ G. Korlén/ B. Malmberg (Hrsg.), Theory and Practice of Translation. Nobel Symposium 39, Stockholm, September 6-10, 1976, Bern/Frankfurt a. M. /Las Vegas: Lang 1978, S. 17-32.

FALSCHES UND RICHTIGE FRAGESTELLUNGEN IN DER ÜBERSETZUNGSTHEORIE

Von Eugenio Coseriu

1.1 Der Titel dieses Beitrags könnte provokativ klingen, er ist aber nicht provokativ gemeint. Es handelt sich um das, was einen Sprachtheoretiker beim Lesen von nicht wenigen Büchern und Aufsätzen zur Übersetzungstheorie gerade in theoretischer Hinsicht stört, und um einige Überlegungen zur Überwindung dieser störenden Aspekte. Freilich hätte ich diesen Beitrag ebensogut „Leistung und Grenzen der Übersetzung“ oder „Übersetzbarkeit und Unübersetzbarkeit“ betiteln können, denn darum geht es letzten Endes in „sachlicher“, d.h. objektbezogener Hinsicht. Der Klarheit halber habe ich es jedoch vorgezogen, die Hauptpunkte einer kohärenten und ihrem Gegenstand angemessenen Übersetzungstheorie vom Gesichtspunkt der entsprechenden Fragestellungen aus darzulegen. Mit „in der Übersetzungstheorie“ meine ich übrigens nicht etwa eine bestimmte Übersetzungstheorie und auch nicht alle Übersetzungstheorien, sondern die Übersetzungstheorie als Forschungsbereich. In diesem Sinne kann man wohl, wie ich glaube, behaupten, daß man in der Übersetzungstheorie, auch in der jüngsten, immer wieder falschen Fragestellungen begegnet, die auf Verwechslungen bzw. auf Nichtunterscheidungen beruhen. Zwar begegnet man in der Übersetzungstheorie sehr oft auch vollkommen richtigen Fragestellungen und sogar auch eben den Fragestellungen, die ich hier als „richtig“ vertreten möchte. Dennoch gibt es einerseits ganze Bücher, die zwar als „Übersetzungstheorie“ auftreten, die aber die eigentlichen theoretischen Probleme der Übersetzung m.E. überhaupt nicht bzw. nur verkehrt stellen. Andererseits findet man in keinem mir bekannten Werk zur Übersetzungstheorie alle „richtigen“ Fragestellungen zusammen und zugleich organisch und zusammenhängend begründet; vielmehr begegnet man diesen Fragestellungen nur vereinzelt, einmal der einen und einmal der anderen, und aus richtigen und richtig formulierten Prinzipien werden oft auch nicht mit voller Kohärenz alle notwendigen Konsequenzen gezogen.

1.2. Dies ist freilich auch nicht leicht, und zwar weder vom Objekt noch vom Stand der Forschung her. Wie beim Sprechen überhaupt, hängt auch beim Übersetzen – das ja eine besondere Art des Sprechens ist – alles mit allem zusammen, so daß jede Formulierung eines Prinzips einer Partialisierung gleichkommt. Und vom Stand der Forschung her ist die angedeutete Aufgabe deshalb nicht leicht, weil die Übersetzungstheorie eigentlich eine Sektion der Textlinguistik sein müßte, und diese befindet sich trotz der Fortschritte der letzten Jahre immer noch in ihren Anfängen: Ja, es ist der Textlinguistik bisher noch nicht gelungen, ihren Gegenstand genau abzugrenzen und all ihre „Kategorien“ zu identifizieren und sinnvoll zu ordnen.

1.3. Auch wir werden uns hier auf einige Hauptpunkte beschränken müssen, allerdings auf diejenigen, die uns wesentlich scheinen und weitentwickelt werden können; dies sogar auf die Gefahr hin, daß wir z.T. auch Bekanntes und mehr oder weniger allgemein Angenommenes wiederholen. Es sei auch von Anfang an bemerkt, daß die guten Übersetzer die theoretischen Probleme ihrer Tätigkeit intuitiv richtig stellen und in praktischer Hinsicht lösen: So wie man für die Theorie des Sprechens die Sprecher beobachten muß, müßte man für die Übersetzungstheorie die Übersetzer beobachten.

2.1. Die auffallendsten unter den Fragestellungen, die ich für falsch halte, sind folgende:

(1) Die Problematik der Übersetzung und des Übersetzens wird als eine die Einzelsprachen (die < langues >) betreffende Problematik angesehen.

(2) Es wird von der Übersetzung (bzw. von der „idealen“, aber theoretisch schon „unmöglichen“ Übersetzung) wenigstens implizite verlangt, daß sie alles in den Originaltexten Gemeinte und durch diese Texte als gemeint Verstandene mit den Mitteln der Zielsprache wiedergibt; sie könne dies aber nicht, und deshalb sei sie schon ihrem Wesen nach „unvollkommen“, wenn auch praktisch notwendig.

(3) Die Übersetzung als einzelsprachlich bezogene Technik („Übertragung“) wird dem Übersetzen (d.h. der Tätigkeit der Übersetzer) gleichgesetzt. Dies führt u.a. zu dem Paradoxon, daß Übersetzung zwar theoretisch unmöglich, empirisch jedoch eine Realität sei.

(4) Es wird eine abstrakte optimale Invarianz für die Übersetzung überhaupt angenommen.

2.2. Wie diese vier Fragestellungen – und vor allem die ihnen entgegengesetzten – miteinander zusammenhängen, wird sich im folgenden zeigen. Dazu wollen wir diese Fragestellungen ihrer Reihe nach im einzelnen erörtern.

3.1.1. Die Problematik der Übersetzung wird also zunächst sehr oft vom Gesichtspunkt der Einzelsprachen aus gestellt, d.h. als Problematik, die das Verhältnis Ausgangssprache – Zielsprache

betreffen würde, womit auch die Übersetzungstheorie als ein Sonderfall der „Linguistik der Sprachen“, nämlich der konfrontativen Linguistik, angesehen wird. Insbesondere wird diese Problematik vom Gesichtspunkt der einzelsprachlichen Bedeutungen und ihres kontrastiven Vergleichs aus angegangen.

3.1.2. Zwar haben wir es dabei nicht mehr mit der älteren bzw. populären (von den guten Übersetzern übrigens nie geteilten) Auffassung zu tun, gemäß der die einzelsprachlichen Inhalte einfach die gleichen wären, wodurch die Übersetzung einer Ersetzung auf der Ausdrucksebene gleichkäme. Zumindest seit Schleiermacher weiß man auch reflektiert und explizite das, was die guten Übersetzer und die zwei- und mehrsprachigen Sprecher immer schon intuitiv gewußt haben, nämlich daß die Inhalte zweier verschiedener Sprachen – abgesehen vom terminologischen Wortschatz – oft nicht nur nicht in einem Verhältnis 1 zu 1 und nicht nur nicht in einem „rationalen“ Verhältnis vom Typ 1 zu 2 (bzw. 1 zu 3, 1 zu 4 usw.) – wie im Falle von engl. *to know* – frz. *savoir / connaître*, it. *scala* – dt. *Treppe / Leiter*, frz. *fleur* – dt. *Blume / Blüte* usw. –, sondern einfach in einem „irrationalen“ Verhältnis zueinander stecken, so daß gewisse Inhalte der Sprache A nur z.T. gewissen Inhalten der Sprache B entsprechen, die ihrerseits auch anderen Inhalten der Sprache A entsprechen, die wiederum auch anderen Inhalten der Sprache B entsprechen usw., so daß sehr viele Inhalte zweier Sprachen „inkommensurabel“ sind. Zugleich aber betrachtet man gerade diese Verschiedenheit der einzelsprachlichen Gestaltung der Bedeutungen als das Hauptproblem der Übersetzungstheorie bzw. als die Hauptschwierigkeit des Übersetzens, man fragt, wie man diesen oder jenen isolierten Ausdruck „ins Französische“ oder „ins Deutsche“ übersetzt, man spricht von „unübersetzbaren Wörtern“ wie dt. *gemütlich*, *Leistung*, *Sehnsucht*, *gönnen*, port. *saudade*, rum. *dor*. Nun – in der Hinsicht, in der *gemütlich* „unübersetzbar“ ist, sind eigentlich fast alle Wörter des primären, nichtterminologischen Wortschatzes in nicht historisch oder kulturell eng zusammenhängenden Sprachen (und oft auch in diesen) „unübersetzbar“. Frz. *porter* kann man nicht in dieser Hinsicht ins Italienische „übersetzen“, da *porter* die Angabe einschließt, daß das sekundär Fortbewegte sich nicht zugleich selbsttätig fortbewegt, eine Angabe, die hingegen bei it. *portare* fehlt. Sp. *venir* („Bewegung in Richtung auf den Ort der 1. Person zu“) kann man nicht ins Italienische übersetzen (it. *venire* bedeutet Bewegung in Richtung auf den Ort der 1. und der 2. Person zu). Schw. *leka* kann nicht ins Deutsche „übersetzt“ werden, da das Deutsche das Spielen der Kinder nicht vom Spielen der Erwachsenen unterscheidet; man könnte es ins Italienische, besser gesagt, ins Toskanische „übersetzen“, da das Toskanische zufällig eine ähnliche Opposition wie *spela / leka* kennt (*giocare / baloccarsi*), aber auch in diesem Fall ist der Status der Opposition in den beiden Sprachen nicht völlig gleich. Der Fall der Wörter wie *gemütlich*, *Leistung* usw. ist nur insofern anders, als man es bei diesen Wörtern mit eindeutiger „Irrationalität“ bzw. mit einer höheren „Inkommensurabilität“ des Verhältnisses zu tun hat.

3.1.3. Die moderne Theorie der Übersetzung bemerkt hierzu (wie übrigens schon die ältere), daß „Wörter“ nicht übersetzt werden. Man weiß wohl, was damit gemeint und was daran richtig ist (vgl. w.u., 3.1.4.). Die Formulierung ist allerdings nicht besonders glücklich, denn einerseits werden in gewisser Hinsicht auch „Wörter“ übersetzt, andererseits werden aber in der Hinsicht, in der Wörter nicht übersetzt werden, auch Konstruktionen und Sätze nicht übersetzt. In dieser Hinsicht kann man auch einen so einfachen schwedischen Satz wie *Jag vet inte* z. B. ins Italienische nicht „übersetzen“, da der schwedische Satz eine besondere Art der Negierung enthält und das Italienische den Unterschied zwischen der Negierung mit *inte* und der Negierung mit *icke* bzw. mit *ej* nicht kennt. Ebenso entspricht schw. *tack så mycket* nicht dt. *danke sehr*, *besten Dank* usw.: Eine bessere Entsprechung wäre wohl it. *grazie tante*, was aber auch nicht genau das gleiche wie der schwedische Ausdruck bedeutet. Schw. *var så god* ist ebenfalls nicht „übersetzbar“ (die Entsprechungen wären z.B. dt. *bitte*, it. *per piacere*, *prego*, sp. *por favor*, die aber jeweils etwas anderes bedeuten); tosk. *Buona sera* kann man ins Deutsche trotz der Bedeutung der beiden Wörter nicht mit *Guten Abend* „übersetzen“, da die Toskaner schon nach 13 Uhr *Buona sera* sagen; und dt. *Guten Morgen* kann man ins Französische, Italienische oder Spanische gar nicht „übersetzen“, da die Bedeutungsentsprechungen *Bon matin*, *Buon mattino*, *Buena mañana* überhaupt nicht gesagt werden.

3.1.4. Ausgehend von einem so einfachen Beispiel wie dt. *Guten Morgen* kann man eindeutig feststellen, worin die Aufgabe der Übersetzung eigentlich besteht. Die Bedeutung — der einzelsprachliche Inhalt — des deutschen Ausdrucks entspricht sicherlich <<Bon matin>>, <<Buon mattino>>, <<Buena mañana>>, seine richtige Übersetzung ist jedoch *Bonjour*, *Buon giorno*, *Buen día* (*Buenos días*), d. h. nicht anders als für *Guten Tag*. Es geht also nicht einfach darum, daß „Wörter“ nicht übersetzt werden. Man muß vielmehr sagen, daß einzelsprachliche Inhalte als solche nicht „übersetzt“ werden; mehr noch: daß die Übersetzung überhaupt nicht die Ebene der Einzelsprachen, sondern die Ebene der Texte betrifft (auch *Guten Tag* ist ein „Text“). Nur Texte werden übersetzt; und die Texte werden nicht mit sprachlichen Mitteln allein erzeugt, sondern zugleich, in verschiedenem Maß, auch mit Hilfe von außersprachlichen Mitteln. Dies ist das Grundprinzip, von dem alles übrige bei der Übersetzung (und daher auch in der Übersetzungstheorie) abhängt.

3.2.1. Es geht in der Übersetzung darum, „einen gleichen Textinhalt“ in verschiedenen Sprachen auszudrücken. Da nun die einzelsprachlichen Inhalte verschieden sind, der „übersetzte“ Inhalt aber „der gleiche“ sein muß, kann dieser Inhalt auch nicht einzelsprachlich, sondern nur übereinzelsprachlich sein.

3.2.2. Welches ist aber dieser „übereinzelsprachliche“ Inhalt, wenn er gerade nicht die einzelsprachliche Bedeutung sein kann? Man muß drei Hauptarten des sprachlichen Inhalts unterscheiden: Bezeichnung, Bedeutung und Sinn.

Die Bedeutung ist der jeweils einzelsprachlich — und zwar ausschließlich durch die Einzelsprache als solche — gegebene Inhalt. Die Bezeichnung hingegen ist der Bezug auf die außersprachliche „Sache“, auf den außersprachlichen „Sachverhalt“ oder „Tatbestand“ bzw. das außersprachlich Gemeinte selbst. Die Bezeichnung ist zwar nur über sprachliche Bedeutungen erreichbar, sie fällt aber keineswegs mit der Bedeutung zusammen. So sind z.B. dt. *bringen*, frz. *apporter*, sp. *traer*, it. *portare* verschiedene Bedeutungen, die nur durch die betreffenden semantischen Oppositionen in der jeweiligen Sprache abgrenzbar sind; sie können aber in bestimmten Situationen genau das gleiche bezeichnen; ebenso it. *scala* und dt. *Treppe*. Oder, was die „Sachverhalte“ oder „Tatbestände“ betrifft: Die Tatsache, daß das Wasser beim Baden in einem Fluß, in einem See oder im Meer relativ seicht ist, bezeichnet man im Deutschen mit *Hier kann man stehen*, im Spanischen mit *Aquí se hace pie* (wörtlich: „Hier tut man Fuß“), im Italienischen mit *Qui si tocca* (wörtlich: „Hier berührt man“), d.h. über völlig verschiedene Bedeutung; die Tatsache, daß die Größe zweier Gegenstände A und B verschieden ist, bezeichnet man in gewissen Sprachen mit „A ist größer als B“, in anderen Sprachen mit „A übertrifft B an Größe“ (bzw. „A ist groß, es übertrifft B“) und in wieder anderen Sprachen einfach mit „A ist groß, B ist klein“. Ebenso, oft, in ein und derselben Sprache: cf. *La porte est ouverte ~ La porte n'est pas fermée, Er schwieg ~ Er sagte nichts, Caesar Pompeium vicit ~ Pompeius a Caesare victus est*.

Der Sinn ist der besondere Inhalt eines Textes oder einer Texteinheit, soweit dieser Inhalt nicht mit der Bedeutung und mit der Bezeichnung zusammenfällt. So z. B. kann der Sinn von *Sokrates ist sterblich* in einem Syllogismus „Was für die ganze Klasse gilt, gilt notwendigerweise für jedes Glied dieser Klasse“ sein („Sokrates“ ist hier nur ein Beispiel, und das Beispiel könnte auch ein völlig anderes sein); in einer Situation des praktischen Lebens kann derselbe Ausdruck z. B. den Sinn „Mahnung an Xanthippe“ haben und in einem Gedicht den Sinn eines dichterischen Symbols für die Sterblichkeit und Ohnmacht des Menschen. Sinn in sprachlicher Hinsicht gibt es nur in Texten; der Sinn ist aber grundsätzlich und weitgehend auch auf andere, nicht sprachliche Ausdrucksweisen übertragbar (so z. B. könnten ein Roman und ein Film etwa den gleichen Gesamtsinn haben). Frage, Antwort, Aufforderung, Feststellung, Einwand, Zurückweisung, Erwiderung, Bitte, Befehl, Beispiel, Unterstellung, Anrede, Gruß usw. sind Kategorien des Sinnes und dadurch der Texte.

3.2.3. Die Aufgabe der Übersetzung ist es nun, in sprachlicher Hinsicht, nicht die gleiche Bedeutung, sondern die gleiche Bezeichnung und den gleichen Sinn durch die Mittel (d. h. eigentlich durch die Bedeutungen) einer anderen Sprache wiederzugeben.

3.3.1. Wir wollen dieses Problem zunächst von der Seite der Bezeichnung und des Unterschieds Bedeutung — Bezeichnung her betrachten. Das Problem beim Übersetzen ist in dieser Hinsicht das Problem der identischen Bezeichnung mit verschiedenen Sprachmitteln, d. h. nicht etwa „Wie übersetzt man diese oder jene Bedeutung dieser Sprache?“, sondern „Wie nennt man den gleichen Sachverhalt bzw. Tatbestand in einer anderen Sprache in der gleichen Situation?“. Der Übersetzer geht also zuerst (beim Verstehen der Bezeichnung im Originaltext) semasiologisch und dann (bei der Feststellung der Entsprechung in einer anderen Sprache) onomasiologisch vor. Übersetzung ist implizite Semasiologie und Onomasiologie, jedoch Semasiologie und Onomasiologie der Texte, nicht der Sprachen.

3.3.2. Dies schließt verschiedenes ein:

a) Wenn die Übersetzung (und zwar auch die „richtige“ Übersetzung) existiert, obwohl sie angeblich unmöglich ist, so kann dieser Widerspruch nur auf einer Verwechslung beruhen. In der Tat bezieht sich die Behauptung, die Übersetzung sei unmöglich — was zunächst unsere Unterscheidung betrifft —, auf die Bedeutung, die Feststellung ihrer Existenz hingegen, wenigstens implizite, auf die Bezeichnung. Eine Unmöglichkeit der Übersetzung besteht aber in dieser Hinsicht nicht, und sie mit Bezug auf die Bedeutungen zu vertreten ist sinnlos, da Bedeutungen gerade nicht übersetzt werden. Mehr noch: Sie dürfen nicht übersetzt werden, da die Aufgabe der Übersetzung eine völlig andere ist; sie können nicht übersetzt werden, weil sie per definitionem einzelsprachlich sind (weshalb sie auch nur „beschrieben“, d.h. analytisch erklärt werden können); und es ist nicht sinnvoll zu verlangen, daß sie als solche wiedergegeben werden: Eine italienische Erklärung der Bedeutung wie „Vengo in direzione al posto della prima persona“ für sp. *vengo* wäre in einer Übersetzung nicht nur höchst merkwürdig, sondern einfach absurd, da der gemeinte Sachverhalt im Italienischen nicht so, sondern einfach ebenfalls *vengo* genannt wird. Analytische Erklärungen der einzelsprachlichen Bedeutungen sind in einem Wörterbuch oder in einer kontrastiven Lexikologie am Platze; eine Übersetzung aber ist kein Wörterbuch und keine lexikologische Studie, sondern ein Sprechen mit einer anderen Sprache und mit einem vorgegebenen Inhalt. Die Bedeutungen der Ausgangssprache funktionieren dabei in der ersten, semasiologischen Phase; sobald aber das, was der Text bezeichnet, verstanden worden ist, werden sie ausgeklammert, denn in der zweiten, der onomasiologischen Phase — d. h. im eigentlichen Übersetzungsprozeß — geht es darum, Bedeutungen der Zielsprache zu finden, die das gleiche bezeichnen können:



Von Bed.1 zu Bed. 2 führt keine direkte Linie: In der semasiologischen Phase verhält sich der Übersetzer wie ein Sprecher der Ausgangssprache, der einen Text versteht („dekodiert“), in der onomasiologischen

Phase wie ein Sprecher der Zielsprache, der einen Text erzeugt („enkodiert“), mit dem einzigen Unterschied, daß ihm der auszudrückende Inhalt bis in die Einzelheiten vorgegeben ist. Außerdem funktionieren die einzelsprachlichen Bedeutungen im Text nicht als solche, sondern nur als „Varianten“ (als Bedeutungseinheiten können sie nämlich nur aus vielen verschiedenen Redeakten oder, auf der Ebene der Sprache selbst, durch die Kommutationsprobe ermittelt werden), und sie gehören nicht zum mitgeteilten Inhalt des Textes: Sie sind vielmehr Instrumente zur Mitteilung dieses Inhalts. Durch die Bedeutung werden Sachverhalte bzw. Tatbestände bezeichnet: Man spricht mittels der Bedeutungen, man teilt nicht Bedeutungen mit (es sei denn, daß sie gerade das Bezeichnete sind; cf. 4.2.1.). Der mitgeteilte Textinhalt besteht ausschließlich aus Bezeichnung und Sinn.

b) In der Übersetzung geht es folglich an erster Stelle um Äquivalenzen in der Bezeichnung. Das Verhältnis zwischen den daran beteiligten Bedeutungen der Ausgangssprache und der Zielsprache ist dabei nur ein indirektes: Es wird nicht, wie in der kontrastiven Linguistik, auf der Ebene der Bedeutungen selbst hergestellt, sondern es besteht nur insoweit, als analoge oder verschiedene Bedeutungen dieser Sprachen sich einander in der Bezeichnung „entsprechen“, d. h. in der Bezeichnung (regelmäßig, oder meist, oder auch nur in bestimmten Fällen) zusammenfallen können.

c) Da es sich außerdem um Äquivalenzen in bestimmten Situationen und Kontexten handelt, muß man bei der Feststellung der Entsprechungen zwischen Bedeutung und Verwendung der Bedeutung unterscheiden, da auch oppositiv analoge Bedeutungen in verschiedenen Sprachen auf verschiedene Weise verwendet werden können. So z. B. entspricht dt. *Keine Ursache* (als Antwort auf ein *Danke*) im Französischen nicht **Aucune cause* und im Italienischen nicht **Nessuna causa*, sondern *Pas de quoi* und *Non c'è di che* (oder: *Ma Le pare?*); *Kein Eingang* (auf einem Schild) ist nicht **Aucune entrée*, **Nessuna entrata*, sondern *Défense d'entrer*, *Proibito (Vietato) entrare* u. ä.; für dt. *Schade!* hat man im Französischen eine analoge Bedeutung (*Dommage!*), im Englischen und im Spanischen hingegen die Bedeutung (etwa) „Mitleid“ (*What a pity!*; *Qué lástima!*), im Portugiesischen die Bedeutung „Schmerz“ (*Que pena!*) und im Italienischen und Rumänischen die Bedeutung „Sünde“ (*Che peccato!*, *Ce pacat!*); dt. *betrügen* entspricht auf der Ebene der Bedeutungen it. *ingannare*, für *Seine Frau betrügt ihn* wird aber im Italienischen *Sua moglie lo tradisce* gesagt, da das Italienische in diesem Fall nicht die Bedeutung „betrügen“, sondern die Bedeutung „verraten“ verwendet. Auch bei grundsätzlich ohne weiteres verwendbaren Entsprechungen muß man in verschiedenen Sprachen mit der Bevorzugung der einen oder der anderen Entsprechung rechnen; so z. B. wird man für dt. *Natürlich* im Italienischen und im Spanischen oft nicht das zwar mögliche *Naturalmente*, sondern z. B. *Si capisce che* bzw. *Claro está que* (oder *Desde luego*) finden und für dt. *Es ist rutschig* im Italienischen nicht das mögliche *È scivoloso*, sondern *Si scivola*. Man kann in dieser Hinsicht eine sehr weite Kasuistik aufstellen, die bis zur auf den ersten Blick unmotivierten Bevorzugung einer bestimmten Wortfolge geht; cf. dt. *schwarzweiß*, frz. *noir et blanc* gegenüber it. *bianco e nero*, sp. *blanco y negro*, rum. *alb si negru*.

d) Die in einem Text bezeichneten Tatbestände brauchen selbstverständlich nicht auch in der Zielsprache schon benannte Tatbestände zu sein. Das gleiche gilt für die entsprechenden Situationen, denn es handelt sich in der Übersetzung natürlich nicht nur um in den entsprechenden Sprachgemeinschaften übliche Situationen (wie etwa im Falle des Schildes mit *Kein Eingang*). Wichtig ist vielmehr, daß man in den beiden Sprachgemeinschaften die Bestandteile der gemeinten Tatbestände kennt und sie in den beiden Sprachen bezeichnen, daß man analoge Situationen mit den Mitteln der beiden Sprachen konstruieren kann. So ist nicht gerade üblich, daß sich ein Reisender (ein Handelsvertreter), 'in ein ungeheueres Ungeziefer' verwandelt, auch wenn er Gregor Samsa heißt; aber man kann sich vorstellen, was damit gemeint ist, wenn man die Begriffe „Reisender“, „Ungeziefer“, „sich verwandeln“ usw. hat. In dem Maß, in dem auch Bestandteile eines Tatbestandes in einer Sprachgemeinschaft unbekannt sind und in der entsprechenden Sprache über keine Bezeichnung verfügen, sind die betreffenden Texte nicht im eigentlichen Sinne übersetzbar (cf. w. u., f).

e) Auch Wörter werden übersetzt in dem Maße, in dem sie zur Bezeichnung beitragen. Nur können sie in vielen Fällen nicht bzw. sie dürfen nicht übersetzt werden, wenn die gleiche Bezeichnung vermittelt werden soll.

f) Die Verschiedenheit der einzelsprachlichen Bedeutungen, d.h. die verschiedene Gestaltung der Wirklichkeit durch die Einzelsprachen, ist nicht, wie man so oft meint, das Problem par excellence der Übersetzung, sondern vielmehr ihre Voraussetzung, die Bedingung ihrer Existenz: Gerade deshalb gibt es Übersetzung und nicht nur bloße Ersetzung auf der Ausdrucksebene. Auch stellt die Verschiedenheit der einzelsprachlichen Bedeutungen an sich keine rationale Grenze für die Übersetzbarkeit dar, da die Übersetzung per definitionem gleiche Bezeichnung mittels grundsätzlich verschiedener Bedeutungen ist. Natürlich liegt in der Verschiedenheit der einzelsprachlichen Bedeutungen ein wichtiges Problem für die Übersetzungspraxis, da die Äquivalenzen in der Bezeichnung meist von Fall zu Fall ermittelt werden müssen und die Hilfsmittel, über die die Übersetzer dafür verfügen (insbesondere die zweisprachigen Wörterbücher), in dieser Hinsicht sehr unvollkommen sind (mehr hat auf diesem Gebiet in letzter Zeit die sog. « stylistique comparée » geleistet). Es handelt sich aber dabei um ein empirisches Problem. In theoretischer Hinsicht besteht hingegen das Problem nur, wenn eine Sprache für eine bestimmte Bezeichnung überhaupt keine Bedeutung hat, d. h. wenn sie eine bestimmte Realität überhaupt nicht gestaltet, denn in diesem Fall ist die Übersetzung tatsächlich im eigentlichen Sinne unmöglich (so im oft angeführten Falle des „Schnees“ in den Sprachen vieler Sprachgemeinschaften, die den Schnee überhaupt nicht kennen). Aber gerade dieser Fall bereitet der Übersetzungspraxis (dem Übersetzen; cf. 5.1.) keine

besonderen Schwierigkeiten: Bei bisher unbekanntem Bezeichnungen (in der Zielsprache noch nicht benannten „Realitäten“) verfahren die Übersetzer wie die Sprecher im allgemeinen, d. h., sie wenden dafür eben die gleichen Verfahren an, die die Sprecher einer Sprache in solchen Fällen anwenden: Übernahme von Ausdrücken aus der Ausgangssprache, Bedeutungsanpassung („Lehnübersetzung“), Schaffen von neuen Ausdrücken und Bedeutungen mit einheimischen Mitteln.

3.4.1. Andererseits aber funktionieren die Texte, wie schon w. o. angedeutet, nicht nur durch ihren sprachlichen Gehalt, sondern auch durch ihren impliziten Bezug auf allgemeingültige Denkprinzipien, auf die allgemeine „Kenntnis der Sachen“, auf Vorstellungen und Meinungen in bezug auf die „Sachen“ sowie auf allerlei außersprachliche Kontexte (cf. Coseriu 1955—1956, insb. 49 f.). Außerdem können sich Texte auf andere in der entsprechenden Sprachgemeinschaft bekannte Texte beziehen. Schließlich kann in Texten die Sprache selbst nicht nur als Zeichensystem, sondern auch als „Realität“ verwendet werden (cf. 4.2.).

Dies alles bestimmt schon die Bezeichnung (so sind z. B. *die Sonne, der Mond* auch ohne weitere Determination eindeutige individuelle Bezeichnungen, weil wir in unserem „natürlichen Kontext“ nur eine Sonne und nur einen Mond kennen), es trägt aber vor allem zum Sinn der Texte bei. Wenn man eine Erzählung liest, die folgendermaßen anfängt: „Der fünfte Mond stand schon am Himmel. Bang Tronk öffnete plötzlich seine zweiundzwanzig Augen und erstreckte, einen nach dem anderen, seine sechs Arme“, versteht man sogleich durch die allgemeine Kenntnis der Sachen und ohne daß dies ausdrücklich angegeben wird, daß es sich um ein „Phantasiestück“ handelt, daß sich die entsprechende Handlung nicht auf der Erde abspielt und daß Bang Tronk kein menschliches Wesen ist, zumindest kein irdisches.

3.4.2. In allen Fällen nun, in welchen die außerprachlichen, an der Erzeugung des Textes implizite beteiligten Mittel allgemein (für alle Menschen) gelten, werden sie auch für die Übersetzung stillschweigend vorausgesetzt. Sobald aber diese Mittel nur eine begrenzte Gültigkeit haben oder die Sprache des Originaltextes darin nicht nur als rein instrumentales Bezeichnungssystem funktioniert (und beides ist sehr oft der Fall), kann beim Übersetzen ein Konflikt zwischen Bezeichnung und Sinn entstehen. Dies geschieht insbesondere in zwei Fällen: a) wenn die bezeichneten Sachen selbst ihrerseits in den entsprechenden Sprachgemeinschaften auf verschiedene Weise symbolisch funktionieren und b) wenn einzelsprachliche Fakten im Originaltext nicht nur eine bezeichnende, sondern zugleich eine direkt symbolisierende Funktion haben. So z. B. wird Schwarz in vielen Gemeinschaften mit Tod, Trauer, traurigen Gefühlen assoziiert, Weiß hingegen mit fröhlichen, mit ruhiger und angenehmer Gesinnung; in gewissen Gemeinschaften ist es aber umgekehrt: Weiß gilt gerade als Farbe der Trauer. Ein Text wie: „Alles ist schwarz um mich. Schwarze Bäume, schwarze Vögel, schwarze Blumen, schwarze Wolken am Himmel“ wird deshalb in verschiedenen Sprachgemeinschaften nicht nur verschiedenen, sondern genau entgegengesetzten Sinn haben können, so daß man, wenn man auf dem Sinn besteht, wohl *schwarz* mit „weiß“, und umgekehrt, wird übersetzen müssen. Ebenso kann eine einzelsprachliche Kategorie, z. B. das grammatische Genus, zum Symbol des natürlichen Geschlechtes gemacht werden. In einem deutschen Märchen werden die Sonne als Frau und der Mond als Mann auftreten können, und in der Vorstellung der Deutschen ist der Tod ein Mann; anders hingegen in den romanischen Sprachgemeinschaften, da in den romanischen Sprachen das Wort für „Sonne“ ein Maskulinum ist und die Wörter für „Mond“ und „Tod“ Feminina sind.

3.4.3. In solchen Fällen wird sich der Übersetzer entweder für die Bezeichnung oder für den Sinn entscheiden müssen. Will er den Sinn beibehalten, wird er die Bezeichnung ändern müssen; will er hingegen die Bezeichnung beibehalten, wird er evtl. außerhalb der Übersetzung selbst (z.B. in einer Fußnote oder in einem erklärenden Kommentar) angeben müssen, daß die gleiche Bezeichnung in der dem Originaltext entsprechenden Sprachgemeinschaft einen anderen Sinn hat. Ebenso, wenn „Sachen“ oder sprachliche Fakten nur in der einen Sprachgemeinschaft auch symbolischen Wert haben, in der anderen aber keinen (die Ziege z. B. ist nicht überall Symbol für weibliche Dummheit)

4.1. Damit kommen wir zur zweiten Fragestellung. In einer sonst scharfsinnigen Schrift zur Übersetzungstheorie liest man, daß das deutsche Wort *Wald* ins Spanische nicht übersetzt werden kann, und zwar nicht deshalb, weil das Spanische *bosque* und *selva* unterscheidet, sondern deshalb, weil die Gefühle, die das Wort *Wald* bei den Deutschen auslöst, völlig anders seien als die Gefühle, die das Wort *bosque* bei den Spaniern hervorrufen kann. Nun ist dies — auch wenn man davon absieht, ob sie gemeinten Gefühle für alle Deutschen und immer gelten, was keineswegs feststeht — in der Übersetzungstheorie eine typische, bedauerliche Verwechslung, denn es wird hier von der Übersetzung implizite etwas verlangt, was man sinnvollerweise auch schon vom Sprechen schlechthin nicht verlangen kann. Die gemeinten Gefühle — soweit sie überhaupt bestehen — werden nämlich nicht durch das Wort *Wald* als solches, sondern durch die Wälder selbst als bezeichnete „Sache“ ausgelöst. Daß diese Gefühle nicht mitgeteilt werden, ist deshalb auch keine Unvollkommenheit der Übersetzung gegenüber den Originaltexten, sondern eine ihrer rationalen Grenzen, und zwar die hauptsächlichste, eine Grenze, die aber für das Sprechen schlechthin gilt, das ja auch nicht als solches diese Gefühle bewirkt: Dafür sorgen die im Sprechen gemeinten oder vom Sprechen vorausgesetzten „Realia“. Die Übersetzung als rein sprachliche Technik betrifft aber nur die sprachlichen, nicht auch die außerprachlichen Mittel des Sprechens. Nicht all das in einem Text Gemeinte, sondern — abgesehen vom verschiedenen Ausmaß der in verschiedenen Sprachen üblichen bzw. notwendigen „Verbalisierung“ — nur das in diesem Text sprachlich Gesagte, d.h. das durch die Sprache in ihrer Zeichenfunktion Ausgedrückte, das „Verbalisierte“, ist in dieser Hinsicht Gegenstand der Übersetzung

und kann grundsätzlich übersetzt werden. Die am Sprechen beteiligten „Realia“ kann man nicht übersetzen, weil sie eben nicht zum Gesagten gehören: Sie können nur angegeben oder beschrieben werden.

4.2.0 Ähnliches gilt auch für die Sprache selbst, soweit sie in den Texten nicht, oder nicht allein, in ihrer Zeichenfunktion, sondern ebenfalls als „Realität“ verwendet wird. Dabei muß man verschiedene Fälle unterscheiden:

4.2.1 Sprachliches kann zunächst in Texten als Gegenstand des Sprechens erscheinen, d.h. als die „Realität“, von der gesprochen wird. Dies geschieht im sog. „metasprachlichen“ Gebrauch der Sprache und stellt wohl den einfachsten Fall dar. In diesem Fall darf das Sprachliche nicht übersetzt werden, wenn die Bezeichnung erhalten bleiben soll: Es muß als „bezeichnete Realität“ in die Übersetzung übernommen werden. In einer klassischen englischen Übersetzung von Aristoteles' >De interpretatione< findet man gr. τρ ἀγγέλαφος mit *mermaid* „übersetzt“ in einem Kontext, in dem Aristoteles gerade vom Wort ἀγγέλαφος als solchem spricht; dies ist nun keine getreue Übersetzung, sondern eine „Anpassung“.

4.2.2 Die Sprache kann mit bezeichnender und zugleich mit „symptomatischer“ (d. h. den Sprecher beschreibender bzw. charakterisierender) Funktion verwendet werden. In einem hochdeutschen Text kann z.B. eine Gestalt bayerisch oder mit bayerischen Zügen sprechen. Das, was die Gestalt sagt, kann nun grundsätzlich übersetzt werden, nicht aber das „Bayerische“ ihres Sprechens. Das Bayerische hat aber womöglich gerade als solches im betreffenden Text eine bestimmte Funktion: die Funktion nämlich, die Hjelmslev „Konnotation“ nennt und die man besser „Evokation“ nennen könnte: Es ruft Assoziationen hervor, die man in der deutschen Sprachgemeinschaft mit den Bayern verbindet. Das gleiche gilt mutatis mutandis für die Sprachniveaus und die Sprachstile einer historischen Sprache (z. B. „Vulgärsprache“, „familiärer Stil“ usw.). In dieser Hinsicht ist keine Übersetzung, sondern nur eine Anpassung möglich: Wenn es für die Erhaltung des Sinnes gerade darauf ankommt, muß man in der Zielsprache z. B. eine Mundart wählen, die in der entsprechenden Sprachgemeinschaft das gleiche - oder mehr oder weniger Ähnliches - wie das Bayerische in der deutschen Sprachgemeinschaft evozieren kann. Inwiefern aber solche Anpassungen in der Praxis überhaupt möglich sind, hängt von der „diatopischen“ (mundartlichen), „diatrasischen“ (soziokulturellen) und „diaphasischen“ (stilistischen) Gestaltung der jeweiligen Zielsprache und von den damit in der betreffenden Sprachgemeinschaft verbundenen Assoziationen ab.

4.2.3 Ferner kann das Sprachliche mit bezeichnender Funktion und zugleich - durch Klang, Rhythmus, Dimension und andere Eigenschaften - mit „malerische“ (d. h. die bezeichnete Realität direkt darstellender) Funktion oder durch Homophonie bzw. phonische Ähnlichkeit mit intentioneller Mehrdeutigkeit (wie in vielen Wortspielen) verwendet werden. Auch in diesem Fall ist die Übersetzung im eigentlichen Sinne nur für die bezeichnende Funktion möglich, nicht aber für die „malerische“ Funktion bzw. für die Mehrdeutigkeit. Das „Malerische“ und die Mehrdeutigkeit können nur nachgeahmt werden, und oft ist die Nachahmung kaum möglich, wenn sowohl die Bezeichnung als auch der Sinn erhalten bleiben sollen, denn sie hängt davon ab, ob die Zielsprache ähnliche Ausdrücke wie die Ausgangssprache für die gleichen Bezeichnungen besitzt. Ein italienischer Werbetext für ein Getränk lautet *Chi beve Neri, Neri beve*, was auch als *Chi beve Neri, ne ribeve* interpretiert werden kann. Deutsche Übersetzungen wie „Wer Neri trinkt, trinkt Neri“ oder „Wer Neri trinkt, trinkt es wieder“ bzw. „Wer einmal Neri trinkt, wird es wieder trinken“ wären natürlich sinnlos, denn in jedem Fall hätte man nur eine Bezeichnung, und der Sinn des Wortspiels, die Doppeldeutigkeit, ginge verloren.

4.2.4 Schießlich kann die Sprache zugleich als primäre Sprache mit Bezeichnungsfunktion und als Metasprache verwendet werden. Dies ist der Fall, wenn man gerade mit und zugleich von gewissen einzelsprachlichen Oppositionen, mit und zugleich von gewissen einzelsprachlichen Formen spricht. So z. B. kann man sp. *No lo trae sino que lo lleva* ins Italienische nicht getreu übersetzen, da das Italienische die Opposition nicht kennt; ebenso nicht sp. *Ganaréis pero venceréis*, da das Italienische sowohl für „siegen“ als auch für „(eine Schlacht, einen Krieg) gewinnen“ *vincere* sagt. In solchen Fällen sind wohl analytische Erklärungen der einzelsprachlichen Bedeutungen (cf. 3.3.2. a)) oder wiederum Nachahmungen am Platze, und inwiefern dabei sowohl die Bezeichnung als auch der Sinn des Originaltextes in der Übersetzung erhalten bleiben können, ist meist unbestimmt. Trotzdem sind solche Fälle noch verhältnismäßig einfach: In Texten begegnet man oft noch viel komplizierteren Fällen.

4.3 Die eigentliche rationale Grenze der Übersetzung ist also nicht durch die Verschiedenheit der Sprachen, durch die Sprachen als Bezeichnungssysteme gegeben, sondern durch die in den Texten verwendete Realität (einschließlich der Sprache als „Realität“). Man darf es nochmals nachdrücklich betonen: Nur das „Gesagte“, nur die Sprache in ihrer Zeichenfunktion im strengen Sinne kann übersetzt werden, nicht aber die „außersprachlichen Realitäten“, die von den Texten vorausgesetzt werden, noch die in den Texten präsenten Realitäten, insoweit sie darin eben als Realitäten funktionieren.

5.1 Dies führt uns zur dritten Fragestellung. Wenn man die Übersetzung kritisch diskutiert und auf ihre Grenzen hinweist, meint man normalerweise die Übersetzung als rein sprachliche Technik; was man aber von ihr implizite verlangt, betrifft eigentlich nicht diese Technik (von der man eben sagt, daß sie dieses und jenes nicht leisten kann), sondern die Übersetzung als Tätigkeit der Übersetzer, von denen aber wiederum bemerkt wird, daß sie, wenigstens zum Teil, auch das leisten können, was die Übersetzung grundsätzlich nicht leisten kann. Der Widerspruch kann nur durch eine weitere Unterscheidung aufgehoben werden. Man muß eben zwischen der bisher behandelten Übersetzung als einzelsprachlich bezogener Technik, die wir hier konventionell Übertragung nennen wollen, und der tatsächlichen Tätigkeit der Übersetzer (auch „Übersetzung als Kunst“ genannt), die wir im folgenden Übersetzen nennen,

unterscheiden. Die „Übertragung“ ist in diesem Sinne eine rein technische Tätigkeit: die Technik der Feststellung von „Entsprechungen“, d. h. von Äquivalenzen in der Bezeichnung; das „Übersetzen“ hingegen ist eine komplexe Tätigkeit, die bei weitem nicht nur aus Übertragung besteht, ja oft sogar gerade Nicht-Übertragung sein kann bzw. muß. Das, was grundsätzlich schon nicht „übersetzt“ (d. h. übertragen) werden kann, wird beim Übersetzen auch nicht übertragen. Das Übersetzen schließt nämlich von Fall zu Fall auch Schaffen von Entsprechungen (d. h. von neuen Bedeutungen und Ausdrucksweisen in der Zielsprache), Übernahme, Anpassung, Nachahmung, analytische Erklärung, Kommentar bzw. Erläuterung ein (letzteres außerhalb des Textes oder gelegentlich auch im Text der Übersetzung selbst: Für *Jupiter* kann z. B. ein Übersetzer der *Gott Jupiter* sagen, wenn er annimmt, daß seinen Adressaten diese Information fehlt).

5.2 Dadurch wird das Paradoxon der grundsätzlich unmöglichen, jedoch empirisch existierenden Übersetzung auch von dieser Seite her aufgehoben: Die Übersetzung, die oft in rationaler Hinsicht unmöglich ist, ist die Übertragung; die existierende Übersetzung ist das Übersetzen, eine Tätigkeit, die keine rationalen, sondern nur empirische Grenzen — für diese oder jene Sprachen bzw. Sprachgemeinschaften, für diese oder jene Texte — kennt.

6.1. Mit der Unterscheidung Übertragung — Übersetzen hängt schließlich das Problem der von der Übersetzung zu verlangenden „Invarianz“ zusammen. Die älteste Übersetzungstheorie (die sich übrigens z. T. bis zur deutschen Romantik fortsetzt) verlangt im allgemeinen nur die Invarianz des Textinhalts, der üblicherweise „Sinn“ (sensus) genannt wird, obwohl bisweilen oder für bestimmte Texte auch andere Forderungen an die Übersetzung gestellt werden. Da man festgestellt hat, daß die Übersetzung als einzelsprachlich bezogene Technik in ihren Möglichkeiten begrenzt ist, d. h., daß nicht alles übertragen werden kann, spricht man in der neueren Übersetzungstheorie mehr oder weniger explizite von verschiedenen Invarianzstufen, die für verschiedene Aspekte der zu übersetzenden Texte gelten sollen. Und es ist auch eine Skala der optimalen Invarianz erstellt worden, die von einem Minimum an Invarianz bei der Phonetik bzw. bei der Graphie bis zu einem Maximum beim Sinn der Texte geht. Eine solche Fragestellung ist nun in zweierlei Hinsicht nicht annehmbar. Erstens haben die verschiedenen Aspekte der Texte, die in dieser Skala berücksichtigt werden, nicht denselben Status. So sind das Phönische und das Graphische nur Instrumente, die Vermittlung von Sinn hingegen Zweck der Texte. Mehr noch, das Phönische und das Graphische sind normalerweise (d.h. wenn es nur um die Bezeichnung geht) Instrumente zweiten Grades: Sie sind Instrumente für die Bedeutung, und diese ihrerseits Instrument für die Bezeichnung; in dieser Hinsicht ist deshalb die optimale Invarianz des Phönischen bzw. des Graphischen gleich Null. Wenn aber das Phönische und das Graphische Instrumente ersten Grades sind, wenn sie also unmittelbar zum Sinn beitragen (wie z. B. wenn sie „malerisch“ funktionieren), müssen sie wohl besonders beachtet werden, und man kann sich dann nicht mit einem Minimum an Invarianz begnügen. Zweitens gewinnt das Problem der Invarianz neue Aspekte — und in gewisser Hinsicht löst es sich sogar auf —, wenn man Übertragung und Übersetzen unterscheidet. Eine abstrakte optimale Invarianz kann nämlich für die Übertragung schon grundsätzlich nicht gesetzt werden, da es sich dabei um Existenzfeststellungen handelt, die als solche überhaupt keine Gradualität dulden. D. h., die genauen „Entsprechungen in der Bezeichnung“ zwischen der Ausgangssprache und der Zielsprache gibt es, oder es gibt sie nicht: Von mehr oder weniger geeigneten Entsprechungen kann man eigentlich nicht sprechen. Und wenn mehrere Entsprechungen vorhanden sind, so sind sie entweder nicht vollkommen äquivalent, oder es ist zwischen ihnen nicht in abstracto, sondern in Abhängigkeit vom jeweiligen Text zu wählen. Für das Übersetzen andererseits kommt eine abstrakte optimale Invarianz überhaupt nicht in Frage. Das Übersetzen ist nämlich eine finalistische und historisch bedingte Tätigkeit, so daß das Optimale von Fall zu Fall je nach den Adressaten, der Art des Textes und dem Zweck der Übersetzung verschieden sein kann. Mehr noch: Die Verschiedenheit der optimalen Invarianz kann auch Sektionen ein und desselben Textes betreffen.

6.2.1 Die Notwendigkeit einer Differenzierung ist übrigens auch schon in der älteren Übersetzungstheorie gesehen worden. Bis zur Renaissance vertritt man zwar normalerweise ein Übersetzungsideal (bzw. verschiedene Übersetzungsideale). Trotzdem wird eine Differenzierung schon von Hieronymus in seiner berühmten Epistel >Ad Pammachium (De optimo genere interpretandi) <, im Hinblick nämlich auf die „Übersetzungstreue“, vorgenommen: Hieronymus vertritt zwar das Übersetzungsideal, gemäß dem man „sensus exprimere de sensu“ müsse, er macht aber eine Ausnahme (und im Rahmen seiner Tätigkeit ist diese Ausnahme keineswegs unbedeutend!) für die Heilige Schrift, „ubi et verborum ordo myterium est“ und wo man deshalb „verbum e verbo“ übersetzen müsse. In der Renaissance stellt Luther, >Sendbrief vom Dolmetschen< (1530), das Problem wiederum vom Gesichtspunkt eines Übersetzungsideals aus; implizite hat er aber doch eine Differenzierung im Sinne, und zwar je nach den Adressaten, denen man ja „auf das Maul sehen“ müsse. Und Juan Luis Vives, >De ratione dicendi< (Löwen 1533), unterscheidet ausdrücklich drei Arten von Übersetzung je nach den zu übersetzenden Texten: a) Übersetzungen, in denen nur der *sensus* der Texte, b) solche, in denen nur die Ausdrucksweise (*phrasis et dictio*), und c) solche, in denen sowohl der *sensus* als auch die Ausdrucksweise (*et res et verba*) berücksichtigt werden sollen (vgl. Coseriu 1971). Später unterscheidet Schleiermacher, >Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens< (1813), nach der Art der zu übersetzenden Texte zwei Arten der „Übertragung“, die praktisch ausgerichtete („Dolmetschen“) und die Übertragung als Kunst („Übersetzung“), und bei dieser je nach dem Zweck des Übersetzens die treue und die freie Übersetzung, wobei letztere übrigens nur zwei Pole sind, zwischen denen eine breite Skala zulässig ist. Und Goethe

unternimmt bekanntlich eine Differenzierung der Invarianzforderungen wiederum nach dem Zweck des jeweiligen Übersetzens.

6.2.2 All diese Differenzierungen sind sinnvoll, sie müssen nur miteinander kombiniert und auch auf Textsektionen bezogen werden. Als finalistische Tätigkeit verlangt nämlich das Übersetzen eine weitgehend sowohl nach der Art der Texte und ihrer Sektionen als auch nach den Adressaten und nach dem jeweiligen Zweck der Übersetzung differenzierte Invarianz. Unterscheidungen wie „wörtlich“ vs. „frei“ im Hinblick auf die zu fordernde Invarianz sind dabei von geringem Nutzen und schon deshalb diskutierbar. Denn einerseits ist die Qualifizierung „wörtlich“ zweideutig: Sie kann sich nämlich sowohl auf die sog. „treue“ Übersetzung als auch auf die besondere, von Lorenzo Hervás und W. von Humboldt eingeführte sprachwissenschaftliche Technik der analytischen Erklärung von einzelsprachlichen Bedeutungen (cf. 3.3.2 a)) beziehen. Andererseits, und abgesehen davon, erweisen sich solche Unterscheidungen als völlig unzulänglich, wenn sie auf die abstrakt zu fordernde optimale Invarianz, z. B. auf allgemeine Textsorten (etwa „wissenschaftliche“ und „literarische“ Texte) unabhängig von den Adressaten und vom Zweck des Übersetzens, oder auch nur einfach auf ganze Texte bezogen werden. Denn literarische Übersetzungen müssen u. U. auch eben „wörtlich“ und wissenschaftliche Übersetzungen können auch „frei“ sein. So sind sogar im Falle des o.a. Beispiels *παράλογος* je nach dem Zweck des Übersetzens und den Adressaten doch verschiedene Übersetzungen annehmbar. Für philologische Zwecke (wenn die Möglichkeit gegeben werden soll, aufgrund der Übersetzung das von Aristoteles eigentlich Gesagte genau anzuführen) ist natürlich eine „Anpassung“ wie *mermaid* nicht zulässig, wohl aber, wenn es dem Übersetzer nur darum geht, die von Aristoteles vertretene allgemeine Idee zu vermitteln; außerdem kann beides auch kombiniert werden (wie z. B. wenn man *παράλογος* durch „Lehnübersetzung“, d. h. durch Nachahmung des griechischen Wortes, mit *hirco cervus* oder mit *Bockhirsch* übersetzt).

6.2.3 Ein allgemeingültiges Übersetzungsideal ist eine *contradictio in adiecto*, denn eine allgemeingültige optimale Invarianz für das Übersetzen kann es ebensowenig geben, wie es ein allgemeingültiges Optimum für das Sprechen überhaupt gibt. Das Übersetzen ist am ehesten dem Sprechen analog, und es gelten deshalb für das Übersetzen wie für das Sprechen nur finalistisch motivierte und finalistisch differenzierte Normen. Auch die „beste Übersetzung“ schlechthin für einen bestimmten Text gibt es aus demselben Grund nicht: Es gibt nur die beste Übersetzung dieses Textes für bestimmte Adressaten, zu einen bestimmten Zweck und in einer bestimmten geschichtlichen Situation.

Bibliographie

- Coseriu, E. (1955-1956): Determinación y Entorno, in: Romanistisches Jahrbuch 7, S. 29-54.
 Coseriu, E. (1971): Das Problem des Übersetzens bei Juan Luiz Vives. in: Bausch, K.-R./ H.M. M. Gauger (Hrsg). Interlinguística, Sprachvergleich und Übersetzen. Festschrift für Mario Wandruszka, Tübingen, S. 571 bis 582.

Anexo B - Texto traduzido 1: Eugenio Coseriu

QUESTIONAMENTOS FALSOS E VERDADEIROS NA TEORIA DA TRADUÇÃO.

Eugenio Coseriu
(tradução: Ina Emmel)

1.1 O título deste trabalho poderia soar polêmico, mas a intenção por trás dele não é, seguramente, esta. Trata-se, sobretudo sob ponto de vista teórico, daquilo que incomoda um linguista na leitura de um número considerável de livros e textos no âmbito da Teoria da Tradução, e também de algumas considerações na direção da superação destes aspectos polêmicos. Sem dúvida eu poderia ter intitulado este artigo “Limites e Possibilidades da Tradução” ou “Traduzibilidade e Não-Traduzibilidade”, pois, numa perspectiva real, é este o nosso problema aqui. Por motivos de clareza, entretanto, eu dei preferência a explanar os pontos principais de uma Teoria da Tradução coerente e que respeita a especificidade de seu objeto sob a ótica dos respectivos questionamentos. Já por “na Teoria da Tradução” eu não entendo uma Teoria da Tradução específica e também não todas as teorias da tradução, mas sim, a teoria como campo de pesquisa. Neste sentido, acho sim que se pode afirmar que na Teoria da Tradução, também na mais recente, reincidentemente nos deparamos com falsos questionamentos que estão fundamentados em enganos, ou melhor, em indiferenciações. Ainda assim, muitas vezes nos deparamos nela também com questionamentos perfeitamente pertinentes e, inclusive, com aqueles questionamentos, que aqui represento como “certos”. Todavia, de um lado existem livros inteiros que se apresentam como “Teoria da Tradução”, mas que, a meu ver, nem mostram os problemas teóricos específicos da tradução, ou o fazem de maneira errônea. Por outro lado, não se encontra em nenhuma obra sobre Teoria da Tradução que eu conheça todos os questionamentos “certos” integrados e devidamente organizados e interrelacionados. Muito mais se encontra os mesmos isoladamente, uma vez um, uma vez o outro, e dos princípios certos e formulados corretamente, muitas vezes, não se extraem, com total coerência, todas as conseqüências necessárias.

1.2 Isto seguramente também não é fácil, tanto sob ponto de vista do objeto, como do estágio da pesquisa. Tanto quanto no falar, também na tradução, que nada mais é do que um tipo especial de fala, tudo depende de tudo, ao passo que cada formulação de um princípio se iguala a uma fragmentação. E sob ponto de vista do estágio da pesquisa a tarefa citada acima não é fácil, pois a Teoria da Tradução deveria ser uma sub-divisão da Linguística Textual, e esta, apesar de progressos nos últimos anos, se encontra ainda em seus primórdios. Com efeito, a Linguística Textual até hoje ainda não conseguiu delimitar exatamente o seu objeto, nem tampouco conseguiu identificar e organizar coerentemente todos os seus princípios básicos.

1.3 Também nós teremos que nos restringir aqui a determinados pontos principais, mais especificamente, aqueles que nos parecem essenciais e que podem continuar sendo desenvolvidos, mesmo sob o risco de repetirmos coisas em parte já conhecidas ou de modo geral óbvias. Ressalte-se de início que intuitivamente os bons tradutores colocam os problemas teóricos de sua atividade de modo correto e os solucionam na prática. Vale lembrar também que, do mesmo modo como na Teoria da Fala se deve observar os falantes, deveria se observar os tradutores na Teoria da Tradução.

2.1 Entre os questionamentos, os que eu considero destacadamente falsos são os seguintes:

(1) A problemática da tradução e do traduzir é atacada como uma problemática que se refere às línguas em si (as “*langues*”).

(2) Exige-se da tradução (mais precisamente da tradução “ideal”, mas teoricamente já “impossível”), pelo menos implicitamente, que ela reproduza com os meios da língua alvo, tudo o que foi intencionado no texto original e tudo que é entendido como intenção nestes textos. Mas sendo esta uma tarefa reconhecidamente impossível para ela, a tradução já seria por isso “incompleta” em sua essência, se bem que necessária na prática.

(3) A tradução como técnica puramente mono-lingüística (“transferência”) é igualada ao traduzir (ou seja, à atividade do tradutor). Entre outras coisas isso leva ao paradoxo de que a tradução, embora teoricamente impossível, empiricamente, no entanto, seja uma realidade.

(4) Assume-se uma invariância abstrata ideal para a tradução em si.

2.2 Como estes quatro questionamentos e, acima de tudo, aqueles que estão em sua contraposição estão relacionados entre si, será demonstrado em seguida. Para tanto passamos a esclarecer seqüencialmente cada um deles.

3.1.1 A problemática da tradução muitas vezes é formulada sob a ótica de cada língua individual, isto é, como problemática que se referiria exclusivamente à relação língua fonte - língua alvo, através do que também a Teoria da Tradução seria visto como disciplina especial da “Lingüística das Línguas”, mais precisamente da Lingüística Comparada. A problemática é tematizada especialmente sob a ótica das referências em cada uma das línguas, numa comparação contrastiva.

3.1.2 Neste caso não se trata mais da velha, ou melhor popular concepção, segundo a qual os conteúdos lingüísticos simplesmente seriam os mesmos nas duas línguas (concepção esta, aliás, nunca partilhada pelos bons tradutores) e segundo a qual a tradução seria igualada a uma substituição no plano da expressão. Pelo menos desde Schleiermacher sabemos também refletida e explicitamente aquilo que os bons tradutores e os falantes de duas ou mais línguas já sabiam sempre intuitivamente, ou seja, que os conteúdos de duas línguas, exceto pelo vocabulário terminológico, muitas vezes não estão numa relação 1:1 e não estão numa relação “racional” do tipo 1:2 (ou melhor 1:3, 1:4, etc.), como por exemplo *to know* (inglês) e *savoir/connaitre* (francês), *scala* (italiano) e *Treppe/Leiter* (alemão), *fleur* (francês) e *Blume/Blüte* (alemão) etc., mas simplesmente estão numa relação “irracional” um com o outro. Tanto é que alguns conteúdos da língua A só correspondem em parte aos conteúdos da língua B, os quais, por sua vez, também correspondem a outros conteúdos da língua A, os quais novamente correspondem a bem outros conteúdos da língua B e assim por diante, até o ponto em que muitos conteúdos de duas línguas sejam “incomensuráveis”. Ao mesmo tempo observa-se porém ser exatamente a discrepância na constituição das referências de cada língua o problema principal da Teoria da Tradução, ou melhor, a dificuldade maior do traduzir. Pergunta-se como traduzimos uma expressão isolada “para o francês” ou “para o alemão”, falamos de “palavras intraduzíveis” como por exemplo *gemütlich*, *Leistung*, *Sehnsucht*, *gönnen* (do alemão), *saudade* (do português), e *dor* (do romeno). Agora, da mesma maneira como *gemütlich* é “intraduzível”, também o são quase todas as palavras do vocabulário básico, não-terminológico, de línguas que não possuem fortes relações históricas ou culturais, embora, muitas vezes, até estas o sejam. A palavra francesa *porter* sob esta perspectiva não pode ser “traduzida” para o italiano, pois *porter* engloba a informação de que, o que se movimenta secundariamente, não se movimenta ao mesmo tempo espontaneamente, uma informação que por sua vez falta no italiano *portare*. O espanhol *venir* (“movimento em direção da localização da 1ª pessoa”) não se pode traduzir para o italiano (*venir* em italiano significa movimento em direção da localização da 1ª e da 2ª pessoa). A palavra sueca *leka* não pode ser “traduzida” para o alemão, já que brincar/jogar no alemão não faz diferença entre brincar/jogar infantil e brincar/jogar do adulto. Poder-se-ia “traduzi-la” para o italiano, melhor dizendo para o toscano, pois o toscano, por mera coincidência, possui uma oposição similar como *spela / leka*, mas também neste caso o *status* da oposição nas duas línguas não é exatamente o mesmo. O caso de palavras como *gemütlich*, *Leistung* etc., só é diferente na medida em que nestas palavras se trata de uma inconfundível “irracionalidade”, ou melhor, de uma “incomensurabilidade” mais elevada da relação.

3.1.3 A moderna Teoria da Tradução com respeito a isto observa que “palavras” não são traduzidas. Aliás, isso também já dizia a teoria antiga. Bem se sabe o que se quer dizer com isto e o que é correto nesta afirmação (veja para tanto 3.1.4). Sem dúvida a formulação não é muito feliz, pois, por um lado, de certo modo, também “palavras” são traduzidas. Já por outro lado, do mesmo modo como não se traduzem palavras, também não se traduzem expressões e sentenças. Sob essa perspectiva, não se pode “traduzir” para o italiano uma simples oração sueca como *Jag vet inte*, por exemplo, já que a mesma contém uma forma especial de negação e o italiano não conhece a diferença da negação com *inte* e da negação com *iche*, ou melhor, com *ej*. Do mesmo modo *tack så mycket* em sueco não corresponde ao *danke sehr* e *besten Dank*, etc. em alemão: uma correspondência melhor seria, talvez, *grazie tante* do italiano, mas que por sua vez não significaria o mesmo que a expressão sueca. Igualmente “não-traduzível” é *var så god* em sueco (a correspondência seria, por exemplo, *bitte* (alemão), *per piacere*, *prego* (italiano), *por favor* (espanhol e português), os quais, por sua vez, também significam algo um pouco diferente). *Buena sera* em toscano não se pode “traduzir” para *Guten Abend* em alemão apesar da referência das duas palavras, visto que os toscanos já a utilizam depois das 13:00 h. Já *Guten Morgen* do alemão não se pode “traduzir” de modo algum para o francês, para o italiano ou para o espanhol, pois as correspondências nas referências *Bon matin*, *Buon mattino*, *Buena mañana*, não são nem ditas nestas línguas.

3.1.4 Partindo-se de um exemplo tão simples como *Guten Morgen* em alemão pode-se constatar, indubitavelmente, no que afinal consiste a tarefa da tradução. A referência da expressão alemã, ou seja, o conteúdo da língua individual, corresponde certamente a “*Bon matin*”, “*Buon mattino*”, “*Buena mañana*”, entretanto, sua correta tradução é *Bonjour*, *Buon giorno*, *Buen día* (*Buenos días*), quer dizer, não diferente do que para *Guten Tag* do alemão. Não se trata, portanto, simplesmente do fato de que “palavras” não são traduzidas. Devemos, sim, dizer que conteúdos lingüísticos de uma língua individual não são traduzidos como tais. Ou mais ainda, que a tradução nem diz respeito ao plano da língua individual, mas sim que ela diz respeito ao plano do texto (também *Boa tarde* é um “texto”). Somente textos são traduzidos e estes são gerados não apenas com meios lingüísticos, mas, em diferentes medidas, também com o auxílio de meios extra-lingüísticos. Este é o princípio fundamental do qual depende tudo o que resta na tradução (e por isso também na Teoria da Tradução).

3.2.1 Na tradução trata-se de expressar “um mesmo conteúdo textual” em diferentes línguas. Mas como os conteúdos lingüísticos das línguas individuais são diferentes e o conteúdo “traduzido” precisa, no entanto, ser “igual”, este conteúdo também não pode ser monolingual, mas sim somente “supra-monolingual” (“*übereinzelsprachlich*”).

3.2.2 Qual é, no entanto, este conteúdo “supra-monolingual” se ele não pode ser a referência lingüística individual? Deve-se diferenciar três tipos de conteúdo lingüístico: “designação”, “referência” e “sentido”.

A referência é, de qualquer modo, o conteúdo dado pela própria língua individual, ou seja, o exclusivamente dado por ela como tal. A designação, por sua vez, é a relação com a “coisa” extra-lingüística, com a situação real ou o fato extra-lingüístico, ou ainda, com o intencionado extra-lingüístico em si. Embora a designação só possa ser obtida através de referências lingüísticas, ela não coincide, de modo algum, com a própria referência. Desse modo, por exemplo, *bringen* do alemão, *apporter* do francês, *traer* do espanhol e *portare* do italiano são referências diferentes que só podem ser delimitadas através de oposições semânticas próprias na respectiva língua; mas que em situações específicas podem designar exatamente o mesmo; do mesmo modo que *scala* em italiano e *Treppe* em alemão. Ou, no que se refere à situação real ou aos fatos: o fato da água no banho de rio, lago ou mar “dar pé” é designado em alemão com *Hier kann man stehen*, no espanhol com *Aquí se hace pié* (literalmente: Aqui se faz pé), no italiano com *Qui se tocca* (literalmente: Aqui se toca), quer dizer, através de referências totalmente diferentes. O fato do tamanho de dois objetos A e B ser diferente, designa-se em determinadas línguas com “A é maior que B”, em outras com “A supera B em tamanho” (ou ainda “A é grande, ele supera B”), ao passo que em outras línguas se diz simplesmente “A é grande, B é pequeno”. Do mesmo modo, muitas vezes, no âmbito da própria língua, como por exemplo *La porte est ouverte ~ La porte n'est pas fermée*, *Er schwieg ~ Er sagte nichts*, *Caesar Pompeium vicit ~ Pompeius a Caesar victus est*.

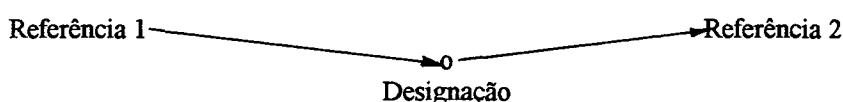
O sentido é o conteúdo especia de um texto ou de uma unidade textual, na medida em que esse conteúdo não coincida simplesmente com a referência ou com a designação. Desse modo, por exemplo, o sentido de *Sócrates é mortal* pode ser um silogismo do tipo “o que vale para a classe como um todo, necessariamente vale para cada membro dessa classe” (“Sócrates” aqui só é um exemplo, o qual poderia muito bem ser um outro qualquer). Numa situação da vida prática a mesma expressão pode, por exemplo, ter o sentido “alerta à Xanthippe”, e numa poesia, ter o sentido de um símbolo poético para a mortalidade e a incapacidade do homem. O sentido, sob ponto de vista lingüístico, só existe em textos; mas o sentido também pode ser fundamental e amplamente transferido para outros meios de expressão não-lingüísticos (assim, por exemplo, um romance e um filme poderiam ter aproximadamente o mesmo sentido geral). Pergunta, resposta, comando, constatação, interpelação, recusa, réplica, pedido, ordem, exemplo, subordinação, invocação, cumprimento etc., são categorias do sentido e, portanto, dos textos.

3.2.3 É portanto tarefa da tradução, sob ponto de vista lingüístico, reproduzir por meios de uma outra língua (mais precisamente, por meio das referências), não a mesma referência, mas sim, a mesma designação e o mesmo sentido.

3.3.1 Queremos analisar este problema agora pelo lado da designação e pela diferença referência x designação. Visto assim, o problema no processo tradutório é o problema da designação idêntica com diferentes meios lingüísticos. Por exemplo, não se questiona “Como se traduz esse ou aquele significado nesta língua?”, mas sim, “Como chamamos a mesma situação real, ou melhor, o mesmo fato numa outra língua, na mesma situação de ocorrência?”. O tradutor procede pois primeiro semasiologicamente (na compreensão da designação do texto original) e depois onomasiologicamente (na constatação da correspondência na outra língua). Tradução é semasiologia e onomasiologia implícita, porém de textos e não de línguas.

3.3.2 Isto encerra em si vários aspectos:

a) Se existir a tradução (e também a tradução “correta”), embora ela seja alegadamente impossível, então esta contradição só pode residir num engano. Na verdade, a afirmação de que a tradução seria impossível, o que por ora atinge a nossa diferenciação, se refere à referência. Por outro lado, a constatação de sua existência, pelo menos implicitamente, refere-se à designação. Porém, a idéia de impossibilidade da tradução não se sustenta nesta perspectiva, e defendê-la com relação às referências não tem sentido, pois exatamente referências não são traduzidas. Mais ainda: elas não devem ser traduzidas exatamente por ser a tarefa da tradução, uma tarefa totalmente diferente; elas não podem ser traduzidas pois referências, por definição, são próprias de uma língua individual (é por isso que elas só podem ser “descritas”, quer dizer, só podem ser explicadas analiticamente). E não tem sentido exigir que os mesmas sejam reproduzidas como tais. Uma explicação em italiano da referência como, por exemplo, “*Vengo in direzione al posto della prima persona*” para *vengo* em espanhol não seria só extremamente estranha numa tradução, como até absurda, já que esta situação real em italiano não é dita desta maneira, mas sim igualmente *vengo*. As explicações analíticas das referências de uma língua particular têm o seu lugar num dicionário ou numa lexicologia contrastiva, mas uma tradução não é um dicionário e nem um estudo lexicológico. Ela é, sim, um falar com uma língua diferente e com um conteúdo pré-determinado. As referências da língua de saída só funcionam na primeira fase, ou seja, na semasiológica; mas assim que foi entendido o que o texto designa, elas são isoladas, pois nesta segunda fase, a onomasiológica, ou seja, no processo tradutório em si, trata-se do fato de encontrar referências na língua de chegada, que podem designar a mesma coisa:



Da Ref. 1 para a Ref. 2 não segue uma linha direta: na fase semasiológica o tradutor se comporta como um falante da língua de saída, o qual entende (“decodifica”) um texto. Na fase onomasiológica ele se comporta como um falante da língua de chegada, o qual produz (“codifica”) um texto, com a única diferença que o conteúdo a ser expresso é pré-determinado, inclusive em seus pormenores. Além disso, em um texto, as referências de uma língua individual não funcionam como tais, mas sim, somente como “variantes” (pois, como unidades referenciais elas só podem ser verificadas pela prova da comutação à partir de múltiplos e diferentes atos de fala, ou seja, no plano da língua em si) e elas não pertencem ao conteúdo comunicado do texto. Elas são, muito mais, instrumentos para a comunicação deste conteúdo. Através das referências são designados fatos, ou melhor, situações reais. Fala-se por intermédio de referências, mas não se comunica referências (exceto se elas próprias forem o designado; conforme 4.2.1). O conteúdo textual comunicado consiste exclusivamente de designação e sentido.

b) Na tradução, por conseguinte, trata-se em primeiro lugar de equivalências na designação. A relação entre as referências da língua fonte e da língua alvo é, portanto, uma relação indireta. Ao contrário do que acontece na Linguística Contrastiva, a relação não é estabelecida no plano das referências em si, mas sim, ela só existe até um certo limite, até onde referências análogas ou diferentes destas línguas se “correspondam” mutuamente na designação, quer dizer, na medida em que possam coincidir na designação (regularmente, ou quase sempre, ou somente em alguns casos).

c) Como além disso se trata de equivalências em situações e contextos específicos, deve-se, na verificação das correspondências, diferenciar entre referência e utilização da referência, já que referências análogas positivas também podem ser utilizadas de diversas maneiras nas diferentes línguas. Assim, por exemplo, *Keine Ursache* do alemão (como resposta a um *Danke*) não é * *Aucune cause* no francês, nem * *Nessuna causa* no italiano, mas sim, *Pas de quoi* e *Non c'è di che* (ou: *Ma Le pare?*). Igualmente *Kein Eingang* (numa placa) não é * *Aucune entrée*, * *Nessuna entrata*, mas sim, *Défense d'entrer*, *Proibito (Vietato) entrare* ou algo similar. Para *Schade!* em alemão temos em francês uma referência análoga (*Domage!*), no inglês e no espanhol por sua vez, mais ou menos a referência “dó” (*What a pity!*, *¡Qué lástima!*); já no português a referência “dor” (*Que pena!*) e no italiano e romeno a referência “pecado” (*Che peccato!*, *Ce pacat!*). *Betrügen* em alemão ao nível da referência corresponde ao *ingannare*. Para *Seine Frau betrügt ihn*, diz-se, no entanto, *Sua moglie lo tradisce*, o que, neste caso, não corresponde à referência de “*betrügen*”, mas sim à referência de “*verraten*”. Também em situações onde as correspondências são basicamente idênticas, em muitas línguas deve-se favorecer uma em detrimento a outra. Assim, por exemplo, para *Natürlich* em alemão muitas vezes não vai se encontrar o também possível *Naturalmente* em italiano ou espanhol, mas sim, por exemplo, *Si capisce che* e *Claro que está* (ou *Desde luego*). E para *Es ist rutschig* em alemão, não se usa o também possível *É scivoloso*, mas sim, *Si scivola*. Sob esta perspectiva pode-se estabelecer uma ampla casuística, que vai até uma preferência, à primeira vista desmotivada, de uma determinada seqüência de palavras. Vejamos o exemplo: *schwarzweiß* em alemão e *noir et blanc* em

francês, em contraposição ao *bianco e nero* em italiano, *blanco y negro* em espanhol e *alb si negru* em romeno.

d) Os fatos designados em um texto não precisam, evidentemente ser fatos já nomeados na língua de chegada. O mesmo vale para as situações correspondentes, pois na tradução não se trata apenas das habituais situações das comunidades lingüísticas correspondentes (como no caso da placa *Kein Eingang*). Muito mais importante é que se conheça, nas duas línguas, os constituintes dos fatos intencionados e que se designe os mesmos nas duas línguas, a fim de que se possa construir situações análogas com meios de ambas as línguas. Não é portanto costume que um viajante (um representante) se transforme num “inseto monstruoso”, mesmo que ele se chame Gregor Samsa; mas que se possa imaginar o que se intenciona com isso, caso se possua os conceitos “viajante”, “inseto”, “se transformar” etc. Na medida em que numa determinada língua não são conhecidos os constituintes de um fato e que não se disponha de uma designação para os mesmos na língua correspondente, também os textos correspondentes não são traduzíveis em seu sentido próprio.

e) Também palavras são traduzidas na medida em que elas contribuam para a designação. Em muitos casos, porém, elas não podem, ou melhor, não devem ser traduzidas caso se deseje mediar a mesma designação.

f) A diferença nas referências de uma língua, quer dizer, a constituição diferenciada da realidade através das línguas individuais não é, como muitas vezes se pensa, o problema *par excellence* na tradução, mas sim, muito mais, seu pressuposto, a condição para a sua existência: exatamente por isso existe a tradução e não apenas uma simples substituição no plano da expressão. Também a diferença nas referências das línguas individuais não estabelece uma barreira racional para a traduzibilidade, já que a tradução é, por definição, designação igual por intermédio de referências fundamentalmente diferentes. Naturalmente, um importante problema na prática tradutória se situa na diferença das referências das línguas individuais, pois as equivalências na designação devem, na maioria das vezes, ser checadas de caso a caso e os meios de ajuda dos quais o tradutor dispõe para tanto (especialmente os dicionários bilingües), neste ponto, são bastante incompletos (neste campo, ultimamente, a “*stylistique comparée*” tem desempenhado um papel melhor). Trata-se aqui porém de um problema empírico. Sob ponto de vista teórico, o problema só se constitui se uma língua nem possui uma referência para uma determinada designação, quer dizer, se ela nem constitui uma determinada realidade, pois, neste caso, a tradução em seu sentido próprio realmente é impossível (assim é o caso do sempre citado exemplo “neve” em muitas comunidades lingüísticas, que nem conhecem neve). Mas exatamente esse caso não oferece dificuldade especial alguma à prática tradutória (à tradução, conforme 5.1). Nas designações até agora desconhecidas (na língua alvo não nomeadas “realidades”) os tradutores se comportam como os falantes em geral, quer dizer, eles se valem exatamente dos mesmos recursos dos quais se valem os falantes de uma língua nesses casos, ou seja, do empréstimo das expressões da língua de saída, adaptação da referência, estabelecimento de novas expressões e referências com meios da própria língua.

3.4.1 Mas por outro lado, como já aludido anteriormente, os textos funcionam não só pelo seu conteúdo lingüístico, mas também pela sua relação implícita com os princípios universais do pensamento, com o “conhecimento geral das coisas”, com as imaginações e opiniões em relação às “coisas”, como também com os mais variados contextos extra-lingüísticos (conforme Coseriu 1955-1956, especialmente 49f.). Além disso, os textos podem se referir a outros textos na respectiva comunidade lingüística. Afinal, nos textos a língua em si pode ser utilizada não só como sistema de signos, mas também como “realidade”. (conforme 4.2).

Tudo isso já é determinado pela designação (assim, por exemplo, *o sol, a lua* são, sem qualquer outra determinação, designações individuais inequívocas, pois em nosso “contexto natural” nós só conhecemos um sol e uma lua), mas, acima de tudo, isso contribui para o sentido dos textos. Se lemos um conto que começa da seguinte forma: “A quinta lua já estava no céu. Bank Tronk repentinamente abriu seus vinte e dois olhos e esticou cada um de seus seis braços”, entendemos imediatamente, pelo conhecimento geral das coisas, e sem que isso esteja especificamente expresso, de que se trata de uma obra “fantasiosa”, que a ação correspondente não transcorre na terra e que Bank Tronk não é um ser humano, pelo menos não um terráquio.

3.4.2 Portanto, em todas as situações nas quais os meios extra-lingüísticos implícitos na constituição do texto possuem valor geral (válido para todos os homens), os mesmos também serão pressupostos implícitos na tradução. Mas, na medida em que esses meios passarem a ter validade limitada ou que língua do texto original não funcione nele como sistema de designação puramente instrumental (e essas duas coisas ocorrem muitas vezes), pode ocorrer um conflito entre designação e sentido na tradução. Isso ocorre particularmente em dois casos: a) quando as próprias coisas designadas dentro da comunidade lingüística funcionam simbolicamente de modo variado, e b) quando fatos lingüísticos de uma língua

particular no texto original não possuem somente uma função designada, mas ao mesmo tempo também, uma função simbólica. Assim, por exemplo, o preto em muitas comunidades é associado com morte, luto, sentimentos tristes; o branco, por sua vez, com sentimentos alegres, com aspectos calmos e agradáveis. Em outras comunidades ocorre bem o contrário: exatamente o branco vale como cor de luto. Um texto como: “Tudo é negro em torno de mim. Árvores negras, aves negras, flores negras, nuvens negras no céu” em muitas comunidades não só terá um sentido diferente, como este será exatamente contrário, de modo que, se quisermos mantê-lo igual, provavelmente, teremos que traduzir *preto* por “branco” e vice-versa. Do mesmo modo uma categoria lingüística de uma língua particular, como por exemplo o gênero gramatical, pode ser transformada em símbolo do gênero natural. Nos contos infantis alemães o sol (*die Sonne*) poderá aparecer como mulher e a lua (*der Mond*) como homem, e na imaginação do alemão, a morte (*der Tod*) é um homem. O contrário acontece nas comunidades lingüísticas latinas, como podemos constatar no português.

3.4.3 Nesses casos cabe ao tradutor a opção pela designação ou pelo sentido. Se ele quiser manter o sentido, precisará mudar a designação; ao passo que se ele quiser manter a designação, terá que anotar, fora da tradução em si, (por exemplo, em nota de rodapé ou em comentário) que a mesma designação, na comunidade lingüística do texto original, possui um outro sentido. Do mesmo modo quando “coisas” ou fatos lingüísticos numa determinada língua possuírem, ao mesmo tempo, também um valor simbólico, mas em outra, porém, não, como é o caso de *Ziege* em alemão (= cabra), o que não é, seguramente, em todo lugar símbolo para a burrice feminina.

4.1 Com isso chegamos ao segundo questionamento. Numa obra consagrada sobre Teoria da Tradução lê-se que a palavra alemã *Wald* não pode ser traduzida para o espanhol, não por este diferenciar *bosque* de *selva*, mas sim, porque a palavra *Wald* desperta nos alemães sentimentos totalmente distintos do que a palavra *bosque* nos espanhóis. Mesmo partindo-se do fato que estes sentimentos intencionados valham para todos os alemães o tempo todo, o que aliás não é uma regra, isto, na Teoria da Tradução, constitui um típico e lamentável engano, pois, exige-se implicitamente da tradução, algo que tampouco se pode exigir do falar. Os sentimentos intencionados, se é que eles existem, não são resgatados pela palavra *Wald* como tal, mas sim por selvas/florestas em si como “coisas” designadas. O fato pelo qual esses sentimentos não são transmitidos não se constitui por isso numa incompletude da tradução em relação aos textos originais, mas sim, ele é um de seus limites racionais, ou melhor, ele é o mais importante dos limites. Um limite que também dificilmente vale para a fala, a qual, afinal, também não ativa esses sentimentos como tal: para tanto contribuem as “realidades” intencionadas na fala ou pressupostas por ela. A tradução como técnica puramente lingüística atinge, entretanto, só os meios lingüísticos da fala, e não também os extra-lingüísticos. Não levando em consideração a extensão da “verbalização” usual e necessária nas diversas línguas, nem tudo o que é intencionado no texto, mas somente o que nesse texto é lingüisticamente dito, quer dizer, aquilo que é expresso pela língua em sua função simbólica, o “verbalizado”, é nesse aspecto objeto da tradução e pode, efetivamente, ser traduzido. As “realidades” co-ocorrentes na fala não se pode traduzir, já que elas não pertencem àquilo que é dito. Elas só podem ser citadas ou descritas.

4.2.0 Algo similar vale também para a língua em si no quanto em textos ela também não é utilizada, ou pelo menos não exclusivamente, em sua função simbólica, mas sim, igualmente como “realidade”. Neste aspecto devemos diferenciar diversos casos:

4.2.1 O lingüístico pode, por sua vez, aparecer em textos como objeto da fala, quer dizer, como “realidade” de qual se fala. Isto acontece no assim chamado uso “metalingüístico” da língua e provavelmente constitui o caso mais simples. Nesse caso, o lingüístico não deve ser traduzido, caso se queira manter a designação: na tradução ele deve ser assumido como “realidade designada”. Numa tradução inglesa clássica de Aristóteles “De interpretatione” encontramos o grego *τραγέλαφος* “traduzido” por *mermaid* num contexto no qual Aristóteles fala justamente da palavra *τραγέλαφος* como tal. Isso, portanto, não é uma tradução fiel, mas sim, uma “adaptação”.

4.2.2 A língua pode ser utilizada com função “designativa” e ao mesmo tempo com função “sintomática”. Num texto em alemão clássico um indivíduo pode, por exemplo, falar com sotaque da Baviera ou com nuances da Baviera. O que o indivíduo diz pode efetivamente ser traduzido, mas não o “bavariês” do seu falar. Mas esse “bavariês”, provavelmente, terá como tal uma função determinada no texto: exatamente aquela função que Hjelmslev chama de “conotação”, e que se poderia chamar também de “evocação”. Ele ativa associações, as quais, na comunidade lingüística alemã, são relacionadas com os bávaros. O mesmo vale *mutatis mutandis* para os *niveaus* e estilos lingüísticos de uma língua histórica (por exemplo a “língua vulgar” e o “estilo familiar”). Nesse aspecto, não é possível uma tradução, mas somente uma adaptação: se for para manter o sentido, deve-se, por exemplo, escolher na língua de chegada um estilo de expressão que na comunidade lingüística correspondente evoque o mesmo, ou pelo menos algo parecido, que o bávaro pode evocar na comunidade lingüística alemã. Até que ponto uma adaptação dessa ordem é

possível na prática, vai depender da constituição dialetal (estilo de expressão), sociocultural e estilística da língua de chegada em questão e das associações relacionadas ao fato na respectiva comunidade lingüística.

4.2.3 Além disso, o lingüístico pode ser utilizado com função designativa e ao mesmo tempo, através de sonoridade, ritmo, dimensão e outras particularidades, com função “pictural” (=“*malerisch*”) (quer dizer, a realidade designada sendo diretamente representada), ou através de homofonia, ou melhor, similaridade fônica com ambigüidade intencional (tal qual nos jogos de palavras). Também nesse caso a tradução propriamente dita só é possível para a função designativa e não também para função “pictural” ou para a ambigüidade. O “pictural” e a ambigüidade só podem ser imitados, e muitas vezes essa imitação é quase impossível, como nos casos em que tanto a designação quanto o sentido forem para ser mantidos, pois ela depende do fato de existirem na língua de chegada, para as mesmas designações, expressões similares as da língua de saída. Um texto italiano de propaganda para bebida como *Chi beve Neri, Neri beve* pode ser interpretado também como *Chi beve Neri, ne ribeve*. Traduções alemãs como “Wer Neri trinkt, trinkt Neri” ou “Wer Neri trinkt, trinkt es wieder” ou melhor “Wer Neri trinkt, wird es wieder trinken” naturalmente seriam sem sentido, pois em qualquer um dos casos, só se teria a designação, e o sentido do jogo de palavras, o sentido duplo, se perderia.

4.2.4 Finalmente a língua pode ser utilizada como língua primária com função de designação e, simultaneamente, como meta-língua. Esse é justamente o caso quando se fala com e ao mesmo tempo de determinadas oposições de uma língua, e com e ao mesmo tempo de determinadas formas dentro de uma língua. Assim, por exemplo, não se pode traduzir fielmente *No lo trae sino que lo lleva* do espanhol para o italiano, pois em italiano não se possui a oposição “traer”- “llevar”. Do mesmo modo *Ganaréis pero no venceréis*, pois no italiano *vincere* é utilizado tanto para “vencer” como para “ganhar”. Nesses casos, provavelmente, tanto ocorreriam explicações analíticas das referências individuais de cada língua (conforme 3.3.2a) como também adaptações, e até que ponto a designação, como também o sentido do texto original poderiam ser conservados na tradução fica, na maioria das vezes, indefinido. Mesmo assim, esses casos ainda são relativamente simples: nos textos, muitas vezes, nos deparamos com situações bem mais complicadas.

4.3 Portanto, o limite racional da tradução não é determinado pela diferença das línguas e pelas línguas como sistemas de designação, mas sim, pela da realidade empregada nos textos (incluindo a “língua” como realidade). Podemos enfatizar mais uma vez: somente o “dito”, a língua na sua função referencial, pode ser traduzido em sentido restrito, não porém as “realidades extra-lingüísticas”, as quais são pressupostas pelos textos, nem tampouco as realidades presentes nos textos, na medida em que elas funcionem como tais nos mesmos.

5.1 Isso nos leva ao terceiro questionamento. Ao discutirmos a tradução criticamente, indicando seus limites, normalmente a consideramos como técnica puramente lingüística. Mas o que exigimos dela implicitamente, na verdade não diz respeito a essa técnica (da qual afinal se diz, não poder atender a isto ou aquilo), mas sim diz respeito à tradução como atividade dos tradutores, mas dos quais, por sua vez, se exige que, pelo menos em parte, realizem também aquilo que a tradução em si fundamentalmente não pode fazer. A contradição só pode residir numa outra diferenciação. Devemos, pois, fazer uma diferença entre a tradução tratada até aqui como técnica referente a uma língua individual, a qual queremos chamar aqui convencionalmente “transmissão”, e a própria atividade do tradutor (também chamada de “tradução como arte”), que doravante chamaremos “traduzir”. A “transmissão” é nesse sentido uma atividade puramente técnica: a técnica da constatação de “correspondências”, quer dizer, de equivalências na designação. O “traduzir”, por sua vez, é uma atividade complexa, que de longe não se consiste apenas de “transmissão”, mas sim, em muitos casos, até pode ou até deve ser “não-transmissão”. Aquilo que fundamentalmente não pode ser “traduzido” (que dizer, transmitido), no traduzir também não será transmitido. O traduzir, afinal, dependendo do caso, engloba também a produção de equivalências (quer dizer, de novas referências e modos de expressão na língua de chegada), de empréstimo, de adaptação, de imitação, de explicação analítica, de comentário, ou melhor esclarecimento (este último fora do texto em si, ou até dentro do texto em alguns casos: para *Júpiter*, por exemplo, o tradutor poderá dizer *o deus Júpiter*, caso ele assuma que esta informação falte aos seus receptores).

5.2 Com isso o paradoxo da tradução como sendo algo fundamentalmente impossível, porém empiricamente existente, também se anula sob esta perspectiva: a tradução que sob ponto de vista racional é muitas vezes impossível é a transmissão; a tradução existente é o traduzir, uma atividade que para estas ou aquelas línguas, ou melhor, comunidades lingüísticas, e para estes ou aqueles textos, não conhece limites racionais, mas sim, só limites empíricos.

6.1 Afinal, o problema da “invariança” que se exige da tradução está relacionado com a diferenciação transmissão - tradução. A mais antiga teoria da tradução (a qual, ressalte-se, em parte se estende até o Romantismo alemão) em geral exige somente a invariança do conteúdo textual, este

normalmente chamado de “sentido” (*sensus*), às vezes, porém, para determinados textos também são colocadas outras exigências à tradução. Como se constatou que a tradução como técnica que se restringe a uma língua individual é limitada em suas possibilidades, quer dizer, que nem tudo pode ser transmitido, fala-se dentro das teorias atuais, mais ou menos explicitamente, de diferentes níveis de invariância, os quais devem valer para diferentes aspectos dos textos a serem traduzidos. Também foi elaborada uma escala de invariância ótima, a qual vai desde um mínimo na fonética, ou melhor, na grafia, até um máximo no sentido do texto. Um questionamento dessa ordem, porém, não é admissível sob dois pontos de vista. Em primeiro lugar os diferentes aspectos dos textos que são levados em consideração nessa escala não possuem o mesmo status. Assim, o fônico e o gráfico são apenas instrumentos, a propagação de sentido porém, é o propósito do texto. Mais ainda, o fônico e o gráfico são normalmente (quer dizer, caso se trate somente da designação) instrumentos de segunda ordem: eles são instrumentos para a referência, e essa, por sua vez, é instrumento para a designação: nesse caso, portanto, a invariância ótima do fônico, ou melhor, do gráfico é igual a zero. Se, no entanto, o fônico e o gráfico forem instrumentos de primeira ordem, se eles contribuírem indiscutivelmente para o sentido (funcionando, por exemplo, “picturalmente”), eles devem ser especialmente observados, e não se pode mais satisfazer-se com um mínimo em invariância. Em segundo lugar o problema da invariância ganha novos aspectos e de certo modo até se resolve, no momento em que diferenciamos transmissão de tradução. Uma invariância abstrata ótima não pode ser atribuída fundamentalmente para a transmissão, já que se trata ali de constatações de existência, as quais como tal nem admitem uma gradualidade. Quer dizer, as exatas “correspondências na designação” entre a língua de saída e a língua de chegada existem ou não existem: não se pode, pois, falar de correspondências mais ou menos apropriadas. E se estiverem disponíveis mais correspondências, então, ou não são totalmente equivalentes, ou deve-se fazer uma opção entre elas, não em abstrato, mas em dependência do respectivo texto. Já para o traduzir, uma invariância ótima abstrata nem pode ser aventada. O traduzir é, pois, uma atividade finalística e historicamente condicionada, de modo que o ótimo pode ser diferente de caso a caso, dependendo do receptor, do tipo de texto e da função da tradução. Mais ainda: a heterogeneidade da invariância ótima também pode atingir seções do mesmo texto.

6.2.1 A necessidade de uma diferenciação já era também considerada nas teorias de tradução mais antigas. Até a Renascença normalmente defendia-se um ideal de tradução (ou melhor, vários ideais de tradução). Apesar disso, uma diferenciação com vistas à “fidelidade” da tradução já era feita por Gerônimo em sua famosa epístola “Ad Pammachium (De optimo genere interpretandi)”. Gerônimo, embora defenda o ideal da tradução, segundo o qual devemos “*sensum exprimere de sensu*”, faz também uma exceção (e no limite de sua atividade essa exceção não é de modo algum insignificante!) para a Escritura Sagrada, “*ubi et verborum ordo mysterium est*” e na qual deveríamos traduzir “*verbum e verbo*”. Na Renascença, Lutero em seu “Sendbrief vom Dolmetschen” (1530) coloca a questão novamente sob a ótica de um ideal de tradução. Implicitamente, porém, ele tem em mente uma diferenciação, ou seja, dependendo do tipo de receptor. E Juan Luis Vives, “De ratione dicende” (Löwen, 1533) faz expressamente uma diferença entre três tipos de tradução, de acordo com os textos a serem traduzidos: a) traduções nas quais só se deve observar o *sensus* dos textos, b) traduções nas quais só se deve observar o modo de expressão (*phrasis et dictio*) e c) traduções nas quais tanto se deve observar o *sensus* como também o modo de expressão (*et res et verba*) (compare com Coseriu 1971). Mais tarde em “Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens” (1813), Schleiermacher faz a diferença entre dois tipos de “transmissão”, de acordo com o tipo de texto a ser traduzido. A “transmissão” orientada para a prática (“Dolmetschen”= tradução oral) e a transmissão como arte (“Übersetzung”= tradução), e nesta, de acordo com função da tradução, a tradução fiel ou tradução livre. Esta última constituída apenas de dois polos, permitindo, pois, uma ampla escala de variação. E como é sabido, Goethe assume uma diferenciação das exigências de invariância, novamente segundo a função da respectiva tradução.

6.2.2 Todas essas diferenciações são significativas, elas só devem ser combinadas entre si e também relacionadas à seções textuais. Afinal, como ação finalística, o traduzir exige uma ampla invariância diferenciada, tanto de acordo com o tipo de texto e de suas seções, como também de acordo com os receptores e a função da tradução. De mais a mais, diferenciações como “palavra-por-palavra” x “livre” com vistas a uma invariância imposta são de pouca valia e já por isso discutíveis. Pois por um lado a qualificação “literal” possui duplo sentido: ela pode referir-se tanto à tradução “fiel”, como também à técnica lingüística de explicação analítica de referências de uma língua particular, conforme introduzido por Lorenzo Hervás e W. von Humbolt (conforme 3.3.2a). Por outro lado, essas diferenciações se mostram totalmente insuficientes quando forem relacionadas à invariância ótima demandada abstratamente, como por exemplo, a tipos gerais de textos (“científicos”, “literários”, etc.) independente do receptor e da função do traduzir, ou simplesmente a textos inteiros. Pois traduções literárias, sob certas circunstâncias, devem ser também “literais” e traduções técnicas podem, por sua vez, ser “livres”. Até no exemplo supra-citado são,

pois, aceitáveis diferentes traduções, dependendo da função do traduzir e do receptor. Para propósitos filológicos (caso essa possibilidade seja dada, com base na tradução do efetivamente dito por Aristóteles) uma “adaptação” como *mermaid* evidentemente não é admissível, mas certamente o é quando o tradutor quiser transmitir a idéia geral defendida por Aristóteles; além disso pode ocorrer uma combinação de ambos (como por exemplo quando traduzimos τραγέλαφος com um “empréstimo”, quer dizer, por uma aproximação da palavra grega, com *hircocervus* ou com *Bockhirsch*(~veado), por exemplo).

6.2.3 Um ideal de tradução integralmente válido é um *contradictio in adiecto*, pois tampouco pode existir uma invariância ótima integralmente válida para o traduzir, como também não existe um ótimo integralmente válido para o próprio falar. O traduzir é mais proximamente análogo ao falar, valendo, portanto, tanto para o traduzir como para o falar, somente normas finalisticamente motivadas e finalisticamente diferenciadas. Pelo mesmo motivo também não existe a “melhor tradução” para um determinado texto. Só existe a melhor tradução deste texto para receptores específicos, com um determinado propósito e dentro de uma determinada situação histórica.

Bibliografia

Coseriu, E. “Determinación y entorno” in: Romanistisches Jahrbuch, n° 7, 1955-1956, p. 29-54.

Coseriu, E. “Das Problem des Übersetzens bei Juan Luis Vives” in: Interlinguistica. Sprachvergleich und Übersetzen. Festschrift für Mario Wandruszka, Tübingen, p. 571-582.

Anexo C - Texto original 2: Wolfgang Klein

Wolfgang Klein

Was kann sich die Übersetzungswissenschaft von der Linguistik erwarten?

Jene reine Sprache, die in fremde gebannt
ist, in der eigenen zu erlösen, die im Werk
gefangene in der Umdichtung zu befreien,
ist die Aufgabe des Übersetzers.

Walter Benjamin

1. Einleitung

Zu den Merkwürdigkeiten der Wissenschaften zählt ja eine gewisse stillschweigende, aber doch gut befestigte Herablassung, die sich oft zwischen den Vertretern verschiedener Teilrichtungen einer Disziplin findet. Anders aber als die Hackordnung auf dem Hühnerhof ist diese Einstellung eine wechselseitige. Wie auf einem Bild von Escher gelingt es den Vertretern der theoretischen Physik, auf jene der Festkörperphysik herabzuschauen, weil deren Tätigkeit doch vielleicht nicht frei von technologischen Beimengungen und daher nicht so ganz reine Wissenschaft ist, und zugleich umgekehrt diesen, auf jene herabzuschauen, weil sich deren Theorien nur schwer je durch die Tat erweisen lassen: Was die theoretische Physik über die Entstehung des Weltalls sagt, hat bestenfalls den Bestätigungsgrad des biblischen Schöpfungsberichts. Ein solches Verhältnis findet sich in vielen Disziplinen, darunter auch, und vielleicht gar besonders deutlich, in der Linguistik. Dort stehen sich, grob gesprochen, vorrangig formal orientierte Vertreter der theoretischen Linguistik und vorrangig funktional orientierte Vertreter der empirischen Forschung gegenüber. Erstere betrachten, bei aller Freundlichkeit im sozialen Umgang, letztere doch nur als Fliegenbeinzähler, die im Morast der Fakten gründeln und allenfalls als nützliche Zubringer gelten können, wo doch die eigentliche Wissenschaft dort zuhause ist, wo die reinen Formen wohnen; letztere hingegen halten erstere für eine Art Spätscholastiker, die in ihrem Lehnstuhl sauber und präzise ausgeführte Grundrisse für unüberschaubare Luftschlösser entwerfen. Immerhin, in einem sind sich beide einig: daß nämlich ihr wissenschaftlicher Status doch ein wesentlich höherer sei als der jener, die sich mit „Anwendungen“ befassen, also beispielsweise dem Sprachunterricht oder dem Übersetzen. Was bleibt da jenen, die sich nun gerade für diese Themen interessieren und auch ihrer Tätigkeit den Glamour der Wissenschaft verleihen möchten? Zweierlei: entweder sie erborgen den Glanz, indem sie Methoden und Begriffe, vielleicht auch nur Termini, aus der „reputierlichen“ Linguistik übernehmen, oder sie emanzipieren sich und machen eine eigene Wissenschaft auf, die Sprachlehrforschung, oder die Übersetzungswissenschaft.

Diese Einstellungen sind sehr verbreitet, wenn auch nicht immer eingestanden. Mir erschienen sie immer ein wenig kurios; aber sie sind zweifellos ein wesentlicher Zug nicht der Wissenschaft, sondern der Soziologie, vielleicht gar der Psychopathologie der Wissenschaftler. Es wäre auch sehr einfältig zu glauben, der jetzigen Landschaft der Disziplinen, wie sie etwa an den Universitäten vertreten sind, läge eine schlüssige innere Systematik zugrunde. Die Karte der Wissenschaften ist soziologisch wie die Karte der Nationen, und ihre Änderungen werden gleichermaßen von rationalen wie emotionalen Gründen bestimmt: neue fruchtbare Gebiete werden im Grenzland zweier Disziplinen entdeckt wie neue Bodenschätze im Grenzland zweier Nationen, und sie wecken die unterschiedlichsten Interessen, werden von der einen oder andern Seite absorbiert oder führen zur Gründung einer neuen Disziplin, einer neuen Nation; andere Gebiete sind leerbotanisieret oder ausgebeutet, und die dort wohnen verlieren an Macht und ihre Disziplin im einen, ihre Nation im andern Falle wird unbedeutend und verschwindet endlich.

Das Übersetzen von einer Sprache in eine andere ist ein komplizierter und interessanter Prozeß, der von zahlreichen Faktoren bestimmt wird. Es kann keinen vernünftigen Zweifel geben, daß dieser Prozeß ein lohnender Gegenstand der wissenschaftlichen Erforschung ist, oder sein könnte. Ist diese Aufgabe der Linguistik zuzuschlagen, oder sollte sie Gegenstand einer eigenen Wissenschaft sein? Die Antwort auf diese Frage sollte man vernünftigerweise davon abhängig machen, um welche Probleme es bei diesem Gegenstand geht und auf welchen Wegen sie sich am besten klären lassen. Dazu will ich im folgenden einige Überlegungen anstellen. Sie lassen sich in zwei ganz gegenläufigen Thesen zusammenfassen:

- Erstens, am Prozeß des Übersetzens gibt es nichts, was über die Erforschung der Sprache und des Sprachgebrauchs hinausführen würde; ich sehe deshalb keinen inhaltlichen Grund für eine eigene Disziplin „Übersetzungswissenschaft“. Aber es mag sehr wohl gute Gründe anderer Art geben, beispielsweise organisatorische, die eine solche Ausgliederung praktisch sinnvoll machen.

- Zweitens, zur Klärung der spezifischen Probleme des Übersetzens kann die moderne Linguistik, wie sie sich nun einmal entwickelt hat, recht wenig beitragen. Das sieht recht defätistisch aus, ist es aber nicht, denn es gibt eine simple Konsequenz daraus, die sich als weitere These formulieren läßt:

- Drittens, die Linguistik sollte die spezifischen Probleme des Übersetzens als genuin linguistische Probleme ernstnehmen und als wesentliche Komponente bei ihren Forschungen berücksichtigen. Der Rest dieses Aufsatzes ist wie folgt aufgebaut: In Abschnitt 2 wird erörtert, was nach meiner Ansicht der Gegenstand der „Übersetzungswissenschaft“ (wie ich nun einmal sagen will) ist und weshalb er nicht über den Gegenstandsbereich der Linguistik hinausführt. In Abschnitt 3 wird an einer Reihe von Punkten erläutert, weshalb die moderne Linguistik zu diesen Gegenstand und seiner Erforschung wenig Konkretes beitragen kann. Und der letzte, kurze Abschnitt befaßt sich mit der in der dritten These genannten Folgerung, die man aus den beiden ersten ziehen sollte.

2. Was lohnt sich beim Übersetzen zu erforschen?

Gegenstand der Linguistik ist die Sprache - also jene eigentümliche Fähigkeit des Menschen, die irgendwo in seinem Gehirn gespeichert ist und die es ihm erlaubt, durch geschickte Manipulation des Luftdrucks - oder anderer materieller Träger wie Tinte oder Kreide - bestimmte Vorstellungen aus einem Kopf auf den Kopf anderer zu übertragen und dadurch deren Denken und Handeln zu beeinflussen. Diese Fähigkeit ist schwer zu erforschen - eben deshalb, weil sie irgendwo im Gehirn sitzt und man sie nicht sehen und greifen kann, was uns unmittelbar zugänglich ist, der Sprachschall oder auch die graphischen Zeichen auf dem Papier, ist ja nicht die Sprache, sondern es sind **Produkte** dieser Fähigkeit. Um sie selbst zu erforschen, gibt es im großen und ganzen zwei Wege. Zum einen kann man eben diese Produkte untersuchen und daraus vorsichtig Rückschlüsse auf die zugrundeliegende Fähigkeit ziehen. Solche „produktorientierte“ Untersuchungen bilden das wichtigste Instrument der traditionellen wie der modernen strukturellen Sprachwissenschaft. Zum andern kann man aber auch den Produktionsvorgang und umgekehrt den Verstehensvorgang selbst untersuchen. Solche „prozeßorientierte“ Verfahren sind eher für die sogenannte Psycholinguistik typisch: aber sie finden sich auch in der Phonetik, in der Konversationsanalyse und nicht zuletzt in der neuerdings beliebten Methode, die „intuitions“ des Sprechers zu testen: Wenn man einem Sprecher einen Satz vorlegt und ihn um Urteile darüber bittet, so überprüft man eigentlich einen - freilich sehr spezifischen - Verstehensprozeß. Im Grunde sind hier produktorientiertes und prozeßorientiertes Vorgehen zu einem experimentellen Design von meist mäßiger Sorgfalt verbunden. Beide Vorgehensweisen haben ihre Stärken und Schwächen, und eine umfassende Erforschung der Sprache kann auf keine von ihnen verzichten.

Das Übersetzen ist eine besondere Anwendung der menschlichen Sprachfähigkeit. Das Besondere liegt aber lediglich darin, daß, anders als beim normalen Sprechen, sich der Übersetzende nicht frei überlegen kann, was er in Worte kleiden möchte, sondern es ist vorgegeben - in Form von Worten und Sätzen einer anderen Sprache, denen er den auszudrückenden Inhalt entnehmen muß. Die normalerweise getrennten Prozesse des Sprachverstehens und der Sprachproduktion sind beim Übersetzen verbunden - entweder unmittelbar, wie beim Simultandolmetschen, oder „off line“, wie beim gewöhnlichen Übersetzen schriftlicher Texte -, und sie verteilen sich auf zwei Sprachen. Ich vermag in diesen beiden Besonderheiten, die das Übersetzen vom üblichen Sprechen unterscheiden, aber nichts zu sehen, was über den normalen Gegenstandsbereich der Linguistik hinausführen würde. Und gleichwie bei der normalen Erforschung der Sprache kann man auch beim Übersetzen eher prozeßorientiert oder eher produktorientiert vorgehen.

Im ersten Fall geht es darum, den Übersetzungsprozeß in seine einzelnen Komponenten zu zerlegen und ihren Ablauf zu studieren. Dabei geht es im wesentlichen um zwei Fragen, nämlich (a) Wie versteht man einen Text?, und (b) Wie drückt man einen bestimmten, vorgegebenen Inhalt aus? Ebendies sind aber die Leitfragen der normalen Sprachverstehensforschung bzw. Sprachproduktionsforschung, und ich sehe darin nichts Besonderes - jedenfalls solange beide Prozesse zeitlich einigermaßen getrennt sind. Ein eigentümlicher Fall ist hier allenfalls das Simultandolmetschen, bei dem beide Prozesse ständig parallel ablaufen. Die üblichen Modelle der menschlichen Sprachverarbeitung haben diesen Fall nicht im Blick, und seine Untersuchung könnte ein interessantes und vielleicht völlig neues Licht auf Struktur und Funktion der menschlichen Sprachverarbeitung werfen. Entsprechende Arbeiten gibt es jedoch bislang nicht, wie denn überhaupt kaum Untersuchungen zum realen Ablauf des Übersetzungsprozesses angestellt worden sind.

Als Gegenstand der Übersetzungswissenschaft wird normalerweise nicht der Prozeß angesehen, sondern sein Produkt - der übersetzte Text - und sein Verhältnis zu jenem Produkt, das den auszudrückenden Inhalt liefert - dem Original. Hierin liegt im unmittelbaren Ziel sehr wohl ein Unterschied zum normalen Forschungsinteresse der Linguistik. Dort untersucht man fertige Äußerungen, um daraus Rückschlüsse auf die Gesetzmäßigkeiten der Sprache zu ziehen, nach denen diese Äußerungen gebildet sind, und damit letztlich auf die Natur der menschlichen Sprachfähigkeit. In der Übersetzungswissenschaft hingegen geht es um das systematische Verhältnis von zwei Texten zueinander, die in einer Hinsicht gleich sind - sie drücken dasselbe aus - und in anderer nicht - nämlich in den Mitteln, mit denen sie dieses Gleichbleibende ausdrücken. Daher gibt es, so scheint mir, zwei leitende Fragen, die zu klären sind: (a) Was ist es, das da gleichbleiben soll?, und (b) Wie verhalten sich die Ausdrucksmittel zueinander?

Was gleichbleiben soll, ist nach allgemeiner Ansicht die Bedeutung. Aber dabei gibt es zwei Probleme. Zum einen sollen oft auch Eigenschaften erhalten bleiben, die man normalerweise nicht zur Bedeutung rechnet.

So möchte man zumindest bei literarischen Texten auch gewisse formale Eigentümlichkeiten bewahren, beispielsweise das Versmaß, die Klangstruktur und dergleichen, also Eigenschaften, die man auch bei sehr großzügiger Auslegung dieses Begriffs nicht zur „Bedeutung“ schlagen kann (sonst wird dieser Begriff so weit, daß er jeglichen Sinn verliert). Und zum andern kann man unter „Bedeutung“ wohl sehr verschiedenes verstehen - beispielsweise die möglichen Welten, in denen ein Satz wahr ist, oder die Wirkungen, die eine Äußerung bei einem Sprecher zeitigt, um nur zwei verbreitete und gleichermaßen sinnvolle Bedeutungsbegriffe zu zitieren; ich komme weiter gleich darauf zurück. Es gibt also sehr verschiedene Vorstellungen davon, was „Bedeutung“ ist und demnach bei einer Übersetzung erhalten bleiben sollte. Aber alle diese Bedeutungsbegriffe sind auch ansonsten in der Erforschung der Sprache wichtig, und es gibt keinen Grund, einen spezifisch übersetzungswissenschaftlichen hinzuzufügen. Die Klärung der ersten Frage zählt daher, soweit die Bedeutung betroffen ist, zu den üblichen Aufgaben der Linguistik. Ob diese freilich ihrer Aufgabe gerecht wird, ist ein ganz anderer Punkt; er soll in Abschnitt 3.1 diskutiert werden.

Um die zweite Frage, nämlich die nach dem Verhältnis zwischen den Ausdrucksmitteln in beiden Sprachen, klären zu können, braucht man ein tertium comparationis, vor dessen Hintergrund man sie vergleichen kann. Das ist in aller Regel eben die für konstant angesehene Bedeutung, mit all den angedeuteten Schwierigkeiten. Etwas anders gesagt: Bevor man die Äquivalenz bestimmter Ausdrucksmittel wie Wort, Satzstruktur, Textaufbau usw. diskutieren kann, muß zunächst einmal klar sein, welchen Äquivalenzbegriff man im Sinn hat. Ob ein Satz und sein Gegenstück nur unter den gleichen Bedingungen wahr sein sollen, ob sie dieselbe illokutive Kraft haben sollen, oder ob sie gar dieselbe Stimmung erzeugen sollen, sind sehr unterschiedliche Anforderungen. Hält man dies aber fest, dann ist man bei den üblichen Aufgaben der Sprachwissenschaft angelangt: In welchem Verhältnis stehen die verschiedenen Ausdrucksmittel in einer Sprache zu dem, was sie ausdrücken? Es gibt, soweit ich sehen kann, keine spezifisch übersetzungswissenschaftliche Analyse des Verhältnisses von Ausdruck und Bedeutung. Wiederum eine andere Frage ist auch hier, ob die Linguistik diesen ihren Aufgaben gerecht wird - ob sie also in der Tat in der Lage ist anzugeben, was die lexikalische Bedeutung der einzelnen Wörter ist und wie sich aus diesen nach irgendwelchen Regeln die Bedeutung zusammengesetzter Ausdrücke ergibt. Hierfür sind nun Übersetzungen (wie übrigens auch Paraphrasen in derselben Sprache) ein guter Test.

Das Problem des Übersetzens zu erforschen, verlangt daher nicht, über die eigentlichen Aufgaben der Linguistik hinauszugehen: Es müssen bestimmte Bedeutungsbegriffe geklärt werden, und es muß geklärt werden, welche Ausdrucksmittel in den untersuchten Sprachen eben diese unterschiedlichen Bedeutungen wiedergeben. Das ist es, was die Linguisten auch sonst tun, oder zumindest zu tun beanspruchen. Probleme der Übersetzungswissenschaft sind Probleme der Linguistik. Das heißt aber nicht, daß jene, die erstere erforschen wollen, bloß zu sehen brauchen, was „die Linguisten“ dazu zu sagen haben. Mir scheint im Gegenteil, daß das Übersetzen, diese spezifische Facette des menschlichen Sprachvermögens, uns wie mit der Lupe eine Anzahl von Problemen groß vor Augen führt, die zu klären eine Herausforderung für jede seriöse sprachwissenschaftliche Forschung ist.

Nach dem in der Einleitung Gesagten sollte deutlich sein, daß all diese Überlegungen wenig darüber besagen, ob es wissenschaftspolitisch oder organisatorisch sinnvoll ist, eine eigene Disziplin „Übersetzungswissenschaft“ zu etablieren. Wenn ein Themenbereich innerhalb eines Faches einen gewissen Aplomb hat, ist es oft praktisch, ihn als eigenes Fach auszugliedern. Wissenschaftlich zählt die Erforschung von Kristallen, ihrer Entstehung, ihrer Struktur, ihrer elektrischen Eigenschaften, zur Physik; aber es gibt mancherlei gute Gründe, sie als eigenes Fach zu etablieren. Ähnliches gilt nach meinem Dafürhalten auch für die Übersetzungswissenschaft. Hier aber ging es lediglich um die Frage, was man beim Übersetzen eigentlich zum Gegenstand ernsthafter wissenschaftlicher, auf Prinzipien gerichteter Forschung machen kann und inwieweit dies über die Aufgabe der Linguistik, nämlich die Erforschung des menschlichen Sprachvermögens, hinausführt. Nach meiner Auffassung führt es überhaupt nicht darüber hinaus. Eine ganz andere Frage ist freilich, inwieweit die moderne Linguistik den Problemen des Übersetzens - und das heißt, ihren Problemen - gerecht wird. Dies soll exemplarisch im nächsten Abschnitt diskutiert werden.

3. Was hat die moderne Linguistik zu den spezifischen Problemen des Übersetzens zu sagen?

Die beiden Probleme, um die es geht, sind oben genannt - nämlich: „Was von dem Ausgedrückten soll konstant gehalten werden?“ und „Wie wird dieses Konstante in beiden Sprachen durch die unterschiedlichen Mittel wie Wortwahl, Syntax, Textaufbau ausgedrückt?“. Diese Probleme sind nicht spezifisch, insofern sie nur beim Übersetzen auftreten; aber sie zeigen sich dort in einer spezifischen Form. Wird das, was die moderne Linguistik zu beiden Problemen zu sagen hat, dieser spezifischen Form gerecht?

3.1 Was vom Ausgedrückten soll konstant gehalten werden?

Was konstant gehalten wird, ist im allgemeinen die Bedeutung: sie soll im Original und in dessen Übersetzung gleich sein, oder, wie man meist sagt, die beiden Texte sollen „äquivalent“ sein. Dabei ergeben sich, wie oben schon bemerkt, zwei Schwierigkeiten. Zum einen möchte man oft Eigenschaften erhalten, die im üblichen Verstand nicht zur Bedeutung zählen, beispielsweise bei einem Gedicht die Sonettform oder bei einem Geschäftsvertrag die Einteilung in Paragraphen. Solche Eigenschaften zu erforschen, ist

vielleicht kein spezifisch linguistisches Problem; aber sie sind auch kein besonderes Problem für die Übersetzungswissenschaft (wenn auch wohl für die Praxis des Übersetzens). Deshalb gehe ich hier nicht weiter darauf ein, sondern beschränke mich auf die andere Schwierigkeit: Was ist mit „Bedeutung“ gemeint, wenn man sagt, die Bedeutung solle gleichgehalten werden?

Es ist offenkundig, daß die beiden Ausdrücke *Watch out!* und *Vorsicht!* nicht dasselbe bedeuten - in einem gewissen Sinne; in einem anderen Sinne bedeuten sie natürlich genau dasselbe. Ihre „lexikalische Bedeutung“ ist verschieden, ihre „pragmatische Bedeutung“ ist, jedenfalls in bestimmten Situationen, gleich. Das ist klar, und ebensoklar ist, daß bei einer sinnvollen Übersetzung letztere und nicht erstere gewahrt werden muß; wer *Vorsicht!* mit *Caution!* übersetzen würde, den würde jeder Lehrer zu Recht rügen. Klar ist drittens, daß lexikalische und pragmatische Bedeutung zumindest im Normalfall in irgendeiner systematischen Beziehung zueinander stehen müssen. Schließlich kann man nicht mit beliebigen Wörtern beliebige Funktionen erfüllen.

Wir haben hier die Ausdrücke „lexikalische Bedeutung“ und „pragmatische Bedeutung“ nur zur Erläuterung des Beispiels und ohne besonderen Anspruch auf Genauigkeit benutzt. Von der Linguistik kann man billigerweise zweierlei erwarten. Erstens muß sie diese Begriffe von Bedeutung und möglicherweise andere, die gleichfalls eine Rolle spielen, präzise definieren, und zwar soweit, daß empirische Behauptungen über Bedeutungsgleichheit überprüfbar sind. Zweitens muß sie klären, wie die verschiedenen Arten der Bedeutung eines Ausdrucks, also etwa lexikalische und pragmatische, systematisch aufeinander bezogen sind. Kann sie dies?

Die Frage ist nicht leicht zu beantworten, weil sich die Linguisten bislang auch nicht entfernt auf eine Theorie der Semantik geeinigt haben. Ich will hier kurz drei Betrachtungsweisen erörtern, die vergleichsweise gut entwickelt und weit verbreitet sind: (a) die „logische Semantik“, d.h. die von Frege, Wittgenstein, Tarski herrührende und von Montague, Lewis und andern systematisch auf die natürliche Sprache ausgedehnte Bedeutungstheorie; (b) die Sprechakttheorie mit ihrer Unterscheidung zwischen lokutiver, illokutiver und perlokutiver Rolle von Äußerungen; (c) die in der „Konversationsanalyse“ vertretene Idee, Bedeutung sei etwas, das sich nicht systematisch aus den Ausdrücken ergibt, sondern von den Gesprächsteilnehmern in der Interaktion „ausgehandelt“ wird. Zu jeder dieser Betrachtungsweisen gibt es eine unübersehbare Literatur, und keine kann hier wirklich gewürdigt werden. Es geht im folgenden nur um die schlichte Frage, ob sie geeignet sind, den üblichen Problemen der Bedeutungswahrung, wie sie bei Übersetzungen tagaus tagein auftreten, gerecht zu werden.

3.1.1 Intension

Unter den drei Betrachtungsweisen ist sicher die erste mit Abstand am besten entwickelt; das gilt sowohl für die formale Präzision wie für die Anwendung auf sprachliche Fakten. Es gibt ganz verschiedene Ausformungen der logischen Semantik. Für sie alle sind jedoch drei Momente konstitutiv. Erstens, dem Begriff der „Wahrheit“ eines Satzes (in einer möglichen Welt) kommt eine entscheidende Rolle zu. Zweitens, die Bedeutung eines zusammengesetzten Ausdrucks ergibt sich nach festen Regeln aus der Bedeutung der Elemente, aus denen er sich zusammensetzt („Fregeprinzip“). Drittens, man muß zumindest zwei Arten der Bedeutung eines Ausdrucks unterscheiden, beispielsweise jene, die Frege mit „Sinn“ und „Bedeutung“ bezeichnet.

Ein Satz wie *Nous étions à l'étude quand le proviseur entra* ist in diesem Sinne ein zusammengesetzter Ausdruck. Seine Bedeutung ergibt sich aus der Bedeutung seiner Elemente, also der Wörter *nous*, *étude*, *proviseur* usw., der Art, wie diese syntaktisch verknüpft sind. Seine Bedeutung ist nun auf einer Ebene („Intension“) eine Funktion von möglichen Welten in Wahrheitswerte („wahr“ und „falsch“), d.h. eine Funktion, die für jede denkbare Sachlage („mögliche Welt“) angibt, ob der Satz dieser Sachlage entspricht oder nicht; auf der zweiten Ebene („Extension“) ist die Bedeutung eines Satzes ein solcher Wahrheitswert, nämlich jener, den man erhält, wenn man eine spezielle mögliche Welt betrachtet. (Es ist üblich und erforderlich, die Bedeutung nicht nur von möglichen Welten abhängig zu machen, sondern noch von anderen „Indices“, etwa der Sprechzeit; nur so lassen sich kontextabhängige Ausdrücke wie etwa *jetzt*, *morgen* usw. analysieren; dies können wir hier aber zum Zwecke des Arguments schadlos vernachlässigen).

Was hilft uns diese hier nur angedeutete Theorie bei der Beantwortung der Frage, in welchem Sinne die Bedeutung gewahrt werden soll? Ich will im folgenden an fünf Punkten zeigen, daß sich der Nutzen in Grenzen hält. Die Beispiele, die ich wähle, sind keineswegs besonders subtil, im Gegenteil: jeder, der sich je einmal mit Übersetzungen befaßt hat, wird sie für trivial halten. Aber das macht die Punkte, auf die es hier ankommt, besonders schlagend. Denn wenn schon die alltäglichsten Probleme nicht gelöst werden können - wie steht es dann mit den abgelegeneren?

1. Tautologien sind in allen möglichen Welten wahr, und ebenso sind Kontradiktionen in allen Welten falsch. Alle Tautologien und entsprechend alle Kontradiktionen haben also dieselbe Bedeutung (sowohl im Sinne der Intension wie im Sinne der Extension). Wenn nun ein Schüler den Satz *Two plus three is five* mit *drei mal sieben ist einundzwanzig* übersetzen würde, so würden dies wohl nur wenige Lehrer als korrekt passieren lassen - obwohl im Sinne der logischen Semantik der deutsche und der englische Satz dasselbe bedeuten. Das zeigt, daß Bedeutung im Sinne von Extension und Intension sicher nicht hinreicht, um auch den elementarsten Ansprüchen einer Übersetzungstheorie gerecht zu werden: Es geht nicht nur darum, den

Wahrheitswert (in einer oder in allen Welten) zu erhalten. Die Ausdrücke *two, three, plus, five* haben eine andere lexikalische Bedeutung als *sieben, mal, drei, einundzwanzig*, und irgendwie muß dies gleichfalls gewahrt bleiben, nicht nur die Intension des ganzen Satzes.

2. Wenn man jemanden warnen will, nicht über eine Stufe zu stolpern, sagt man im Deutschen oft *Vorsicht!*. Im Englischen wäre es sehr merkwürdig, unter denselben Bedingungen *Caution!* zu sagen. Wir haben dieses Beispiel bereits oben erwähnt. Fälle dieser Art zählen zu den allertrivialsten Beispielen von Fehlübersetzungen, fast schon unter der Würde der wissenschaftlichen Untersuchung: Es muß, wie wir oben sagten, die „pragmatische Bedeutung“ gewahrt werden, und dazu benötigt man im Englischen andere Ausdrücke als die lexikalisch entsprechenden im Deutschen. Über diesen wesentlichen Bedeutungsbegriff hat die formale Semantik nichts zu sagen, beansprucht sie auch gar nicht. Es ist aber klar, daß man diesen Bedeutungsbegriff auch benötigt. Ein anderes und vielleicht nicht ganz so offensichtliches Beispiel ist die Wahl bestimmter Termini in Verträgen oder Patentschriften, die erforderlich ist, um die gleichen rechtsverbindlichen Wirkungen zu zeitigen. Letztere sind es, die gewahrt werden müssen, nicht oder nicht unbedingt die Intension.

3. Der Bedeutungsbegriff der formalen Semantik bezieht sich lediglich auf das, was man oft die „denotative Bedeutung“ nennt, nicht aber auf die „konnotative“- also nur auf das, worauf sich ein Ausdruck bezieht, nicht auf all die damit systematisch verbundenen Assoziationen. Daß letztere in einer Übersetzung zu wahren wichtig ist, oft wichtiger als die denotative, ist gleichfalls auf schon triviale Weise offenkundig; dies gilt keineswegs nur für literarische Texte, sondern ebensowohl für eine Presseerklärung.

4. Lassen wir all dies einmal beiseite und nehmen an, daß bei einer Übersetzung nur die Wahrheit gerettet werden muß. Welcher der unter (2) angeführten Sätze wahrt die Intension bzw. - dies ist eine schwächere Forderung - die Extension von (1):

- (1) Nous étions à l'étude quand le proviseur entra.
- (2a) Wir machten gerade Aufgaben, als der Schulvorsteher eintrat.
- (2b) Als der Schulvorsteher eintrat, machten wir gerade Aufgaben.
- (2c) Während wir unsere Aufgaben machten, kam der Schulvorsteher herein.
- (2d) Wir waren bei unseren Hausarbeiten, als der Direktor hereintrat.

Man kann sich zunächst schwerlich einen Zustand der Welt vorstellen, bei dem (2a) wahr ist, (2b) aber falsch; dies gilt ebenfalls für (2c). Aber intuitiv ist nur (2a) eine einigermaßen „richtige“ Übersetzung. Bei (2b) ist irgendwie die „Topik-Fokus-Struktur“ verkehrt, und bei (2c) wird das temporale Verhältnis zwischen den beiden Geschehnissen, dem Aufgabenmachen und dem Eintritt des „proviseur“, auf eine Weise expliziert, die dem im Original Ausgedrückten nicht so recht entspricht - obwohl in beiden Fällen gesagt wird, daß letzteres Ereignis in den zeitlichen Rahmen des ersteren fällt. Es werden bei (2d) und (2c) bestimmte Aspekte der Bedeutung nicht gewahrt, die jenseits der Begriffe Intension und Extension liegen. Sie hängen mit der „Topik-Fokus-Struktur“ der zu übersetzenden Äußerung zusammen, die bei (2a) mehr oder minder bewahrt wird, in den beiden andern Fällen aber nicht.

5. Sowohl (2a) wie (2d) wahren zumindest einigermaßen die „Topik-Fokus-Struktur“ des Originals. Wahren sie nun aber auch die Intension von (1)? Ist eine Welt denkbar, in der das von (1) Ausgedrückte gilt, nicht aber das von (2a) Ausgedrückte, und umgekehrt (wobei unterstellt sei, daß die deiktische Information in beiden Fällen gleich ist)? - Man weiß gar nicht recht, nach welchen Kriterien man eine solche Frage entscheiden soll. Ist es möglich, daß der Satz *Nous étions à l'étude* wahr ist, nicht aber der Satz *Wir machten gerade Aufgaben*? Was mit dem französischen Satz gemeint ist, kann man eigentlich nur recht verstehen, wenn man die Situation an den französischen Schulen kennt, von denen hier die Rede ist: am Vormittag Unterricht, am Nachmittag gemeinsame Aufgaben in einem besonderen Arbeitsraum. Es ist ganz klar, daß man gerade Aufgaben machen kann, ohne in diesem Sinne „à l'étude“ zu sein. Aber drückt denn der französische Satz letzteres wirklich aus, oder besagt er nur, daß wir eben dabei waren, unsere Aufgaben zu machen, und alles andere ergibt sich bloß aus nichtsprachlichem Wissen? Was ist bei der Übersetzung zu wahren: das was im Satz gleichsam Wort für Wort ausgedrückt ist - die „kompositionelle Bedeutung“-, oder das, was der Leser, an den sich dieser Satz wendet, normalerweise verstehen würde? Sicherlich letzteres, oder zumindest eher letzteres, denn sonst könnte man genausogut übersetzen *Wir waren beim Studieren*, und es wäre auch nicht falsch. Niemand würde dies aber für eine angemessene Übersetzung halten. Und wie ist es, wenn man, wie bei (2d), von „Hausaufgaben“ statt einfach von „Aufgaben“ redet? Der Satz *Nous étions à l'étude* kann sehr wohl bedeuten, daß wir gerade Hausaufgaben machten; nur ist das hier nicht gemeint. Aber das, was gemeint ist, kann man eben nicht allein den Worten entnehmen, sondern es rührt aus nichtsprachlichem Wissen. Dieselben Überlegungen kann man für den zweiten Teilsatz anstellen: kann (*quand*) *le proviseur entra* wahr sein und zugleich (*als*) *der Schulvorsteher eintrat* falsch? Natürlich; es kommt darauf an, was man mit *proviseur* und mit *Schulvorsteher* oder aber *Direktor* (wie in 2d) meint. Ob man dies im gleichen Sinne versteht, hängt vom nichtsprachlichen Wissen ab.

Das Problem, um das es hier geht, ist ein altbekanntes. Wie wir einen Satz verstehen, hängt zum einen von seiner „kompositionellen Bedeutung“ ab, zum andern von einer Menge nichtsprachlichen Wissens, das wir zu seiner Interpretation heranziehen. Erstere ergibt sich aus der Bedeutung der einzelnen Wörter und der Art, wie diese syntaktisch zusammengesetzt sind; Begriffe wie Intension und Extension beziehen sich auf diese kompositionelle Bedeutung. Letztere bezieht sich auf all das weitere Wissen, das der Sprecher (oder Autor) bei seinem Hörer (oder Leser) unterstellt und dem er seine Worte anpaßt. Die „Interpretation“ einer

Äußerung ergibt sich erst aus dem Zusammenspiel von kompositioneller Bedeutung und nichtsprachlichem Wissen; was in einer sinnvollen Übersetzung bewahrt werden muß, ist aber offenbar nicht nur die kompositionelle Bedeutung, sondern die „Interpretation“.

Das Fazit ist klar. Begriffe wie Intension und Extension sind wohldefiniert; aber sie decken nicht das ab, was an Bedeutung in einer sinnvollen Übersetzung gewahrt werden soll. Dies ist keine Kritik an der Begrifflichkeit der formalen Semantik. Sie ist in Sachen Bedeutung das Beste, was derzeit auf dem Markt der Linguistik zu haben ist. Aber sie wird schon relativ elementaren, ja trivialen Anforderungen an einen „übersetzungsrelevanten“ Bedeutungsbegriff nicht gerecht. Sie ist auch gar nicht dafür gedacht. Aber was kann sich der Übersetzungswissenschaftler dann von der Linguistik für seine Probleme erhoffen? Nun gibt es in der Linguistik durchaus Vorstellungen, die über den besonders gut entwickelten, aber doch vergleichsweise engen Bedeutungsbegriff der formalen Semantik hinausgehen. Ein Beispiel ist die der analytischen Philosophie entstammende Lehre von den verschiedenen „Kräften“ einer Äußerung. Darauf gehe ich nun kurz ein.

3.1.2 Lokutive, illokutive und perlokutive Kraft

Die Vorstellung ist grob gesagt, daß eine Äußerung neben ihrer „locutionary force“ (meist als „lokutive Rolle“ oder „lokutive Bedeutung“ übersetzt) noch eine illokutive und eine perlokutive besitzt; letztere braucht uns hier nicht zu interessieren; was damit gemeint ist, ist umstritten, und es spielt für die vorliegenden Probleme keine Rolle. Die lokutive Kraft entspricht *cum grano salis* dem, was wir oben als „kompositionelle Bedeutung“ bezeichnet haben - das, was sich aus der Bedeutung der einzelnen Wörter und der Art ihrer Zusammensetzung nach festen grammatischen Regeln ergibt. Eine illokutive Kraft hat die Äußerung insofern, als sie dient, in einer Situation bestimmte Handlungen zu vollziehen - Anweisungen zu geben, Behauptungen zu machen, etwas zu versprechen, und dergleichen mehr. Diese Art der Bedeutung ergibt sich daraus, daß ein Satz (oder allgemein ein Ausdruck) mit bestimmter lokutiver Bedeutung nach bestimmten Regeln in einer bestimmten sozialen Konstellation geäußert wird. So kann beispielsweise der Satz *Ich komme morgen vorbei* je nach Konstellation die Funktion einer Behauptung, einer Warnung, einer Drohung, eines Versprechens haben. Er kann bei gleicher kompositioneller Bedeutung unterschiedliche „pragmatische Bedeutungen“ haben.

Dies ist in der Tat, wie in Abschnitt 3.1.1, Punkt 2, gesagt wurde, ein für die Übersetzungswissenschaft wesentliches Moment. Um beim dortigen Beispiel zu bleiben: Die Ausdrücke *Vorsicht!* und *Watch out!* haben zwar nicht dieselbe lexikalische und damit kompositionelle Bedeutung, wohl aber dieselbe pragmatische: sie haben dieselbe oder zumindest sehr ähnliche illokutive Kraft. Was bei einer Übersetzung gewahrt werden soll, ist ebendies, und nicht die lexikalische Bedeutung - jedenfalls in manchen Fällen. Insofern wird die Vorstellung von illokutiver Bedeutung zumindest einer der fünf in Abschnitt 3.1.1 genannten vom Bedeutungsbegriff der logischen Semantik nicht erfüllten Anforderungen gerecht - allerdings nur im Prinzip. In der Praxis hat die Sprechaktheorie seit Searle (1969) trotz vieler Bemühungen nur mäßige Fortschritte gemacht. Sie ist empirisch nicht entfernt so weit ausgebaut wie die formale Semantik. Dies ist allerdings kein grundsätzlicher Einwand; man kann nicht ausschließen, daß es irgendwann doch gelingt, sie zu einer allgemeinen und empirisch umfassenden Analyse der pragmatischen Bedeutung fortzuentwickeln. Ich selbst bezweifle dies. Aber selbst wenn es gelänge, würde sie den vier anderen in 3.1.1 genannten Anforderungen auch nicht weiter gerecht als die formale Semantik. Und es ist nicht zu sehen, wie sie diesen Anforderungen gerecht werden könnte.

3.1.3 Radikale Kontextualisierung

Eines der fünf Probleme war, daß das explizit Ausgedrückte immer vor dem Hintergrund einer Fülle nichtsprachlichen Wissens zu sehen ist; wir haben dies am Beispiel des Wissens über die französische Schule oben angedeutet. Schaut man sich die Übersetzungskritik und auch die Diskussion typischer Schwierigkeiten in der Übersetzungswissenschaft an, so ist die Rolle des unterschiedlichen „Kontextes“ im weitesten Sinne sicher das wichtigste der fünf Probleme. Man kann die Wörter und Sätze übertragen; aber sie sind im Original in bestimmter Weise an nichtsprachliches Wissen angepaßt, und wie soll man verfahren, wenn dieses Wissen beim neuen Leser nicht, oder nicht in dieser Weise, vorhanden ist? Soll man Wissen nachliefern, etwa in Form von Anmerkungen, soll man expliziter werden, soll man Esel und Schafe der Bibel bei der Übersetzung ins Guughu Yimidhurr durch Känguruhs und Koalabären ersetzen? Fragen dieser Art sind Dauerbrenner der Übersetzungswissenschaft. Was kann die moderne Linguistik zu ihrer Lösung beitragen?

Die beiden oben kurz diskutierten Bedeutungstheorien leisten dazu wenig. Kein Vorwurf, wie schon gesagt, sie sind dafür nicht gemacht. Eine Möglichkeit, dem überragenden Gewicht des Kontextes - dem ganzen Hintergrundwissen, den mehr oder minder geteilten Annahmen von Sprecher und Hörer - gerecht zu werden, besteht in einer radikalen Kontextualisierung der Bedeutung. Dieser Weg wird von manchen Vertretern der Konversationsanalyse verfolgt. Wörter und Sätze haben keine feste Bedeutung, diese wird vielmehr erst in der Interaktion „ausgehandelt“. In dieser Vorstellung steckt durchaus ein wichtiges Moment: Was jemand, der in einer bestimmten Situation sagt *Schon wieder Frikadellen* oder *Ich liebe dich*

doch damit „wirklich meint“, läßt sich, wenn überhaupt, nur durch einen komplizierten Prozeß der Interaktion ausmitteln. Schließlich ist es nicht eben ungewöhnlich, auf eine solche Äußerung mit der Frage *Wie meinst Du das?* zu reagieren, die dann ihrerseits wiederum zu allerlei verbalen und nichtverbalen Reaktionen führen kann. Was sich dabei herauschält, ist so etwas wie die „soziale Bedeutung“ für die betreffenden Gesprächspartner, und diese ergibt sich nicht aus einer konventionellen Zuordnung von Form und Funktion, wie dies etwa bei der kompositionellen Bedeutung angenommen wird.

So wichtig und sinnvoll ein solcher Bedeutungsbegriff sein mag - er ist für den Übersetzungswissenschaftler von mäßigem Vorteil. Zum einen kann die „soziale Bedeutung“ die „kompositionelle Bedeutung“ nicht ersetzen, sondern allenfalls auf ihr aufbauen. Wenn es keine feste, im jeweiligen Sprachsystem geregelte Zuordnung von Form und Bedeutung gäbe, sondern der Kontext alles richten würde, dann wären Übersetzungen eigentlich überflüssig, und damit auch die Wissenschaft davon: etwas übersetzen heißt ja schließlich, eine bestimmte konventionelle Zuordnung, etwa die im Französischen übliche, durch eine andere, etwa die im Deutschen übliche, zu ersetzen. Und zum andern hat der Übersetzer, der beispielsweise den Satz (1) auf Deutsch wiedergeben soll, nichts weiter auszuhandeln: Er kann gar nicht weiter interagieren, er muß einfach einen Satz oder auch einen Text durch einen anderen Text ersetzen. All dies spricht nicht gegen die Vorstellung, daß es so etwas wie eine soziale Bedeutung gibt, die in hohem Maße kontextabhängig ist und sich erst aus der Interaktion ergibt; es hilft nur nicht bei der Lösung der Probleme, um die es in der Übersetzungswissenschaft geht.

3.1.4 Fazit

Eine Übersetzung soll in gewisser Weise dasselbe ausdrücken wie das Original: Sie soll die Bedeutung wahren. Bedeutungsbegriffe gibt es viele. Was sich die Übersetzungswissenschaft von der Linguistik erwarten kann, ist eine für ihre Zwecke brauchbare Präzisierung dieses Konzeptes. Aber wenn unsere obigen Betrachtungen stichhaltig sind, kann, was die Linguisten hier anzubieten haben, auch vergleichsweise elementaren Anforderungen, auf die man beim Übersetzen alltäglich stößt, nicht gerecht werden. Vielleicht gibt es andere Bedeutungstheorien, die ebendies leisten; aber wenn, kenne ich sie nicht.

3.2 Wie verhalten sich die Ausdrucksmittel zueinander?

Im vorigen Abschnitt ging es um die Frage, was das Konstante bei Original und Übersetzung ist und was die moderne Linguistik beitragen kann, es präzise zu fassen. Das Konstante, wie immer es definiert sein mag, muß in beiden Sprachen mit unterschiedlichen Mitteln verwirklicht werden. Diese Mittel müssen sich also in gewisser Weise entsprechen. Das heißt natürlich nicht, daß jeweils ein Wort einem andern entsprechen muß; man übersetzt ja nicht einzelne Wörter, sondern Texte. Aber die Texte bauen sich aus Wörtern auf, die nach bestimmten Regeln miteinander verbunden sind, und die Bedeutung eines Textes ergibt sich - zumindest auf einer Ebene - aus der Bedeutung der elementaren Einheiten, eben der Wörter, und aus den semantischen Auswirkungen der Regeln, nach denen sie zu größeren Einheiten verbunden sind. Wie wir im vorigen Abschnitt gesehen haben, liefern Wortbedeutungen und semantischer Beitrag der gramatischen Regeln nicht alles an Bedeutung, was unter der Perspektive der Übersetzung relevant wäre. Aber ich will hier die Diskussion einmal auf diese beiden Punkte beschränken und die Rolle der kontextuellen Information, deren Wichtigkeit allgemein zugestanden, deren genaues Funktionieren aber nach wie vor schlecht erforscht ist, außer Acht lassen.

Das Interesse der Übersetzungswissenschaft kann nicht dahingehen, einfach Wortschatz und Grammatik (im wesentlichen Syntax und Morphologie) zweier Sprachen zu vergleichen. Das mag ein Zeil der Sprachtypologie oder Universalienforschung sein. Aus diesem Grunde ist auch der größte Teil der modernen Syntaxforschung für die Übersetzungsforschung nicht sehr ergiebig, denn dort geht es um die Strukturen für sich genommen. Hier aber kommt es darauf an zu klären, inwieweit eine Verbindung bestimmter Wörter in der einen Sprache zu demselben Ergebnis führt wie eine Verbindung anderer Wörter in der andern Sprache. Etwas simpler gesagt: Es geht um die lexikalische Semantik und um die semantischen Auswirkungen der Syntax (und Morphologie). Dies sind Kernthemen in der Erforschung einer jeden Einzelsprache, und man würde annehmen, daß die Linguistik dazu etwas zu sagen hat. Was hat sie zu jenen Aspekten der Wort- und Satzsemantik zu sagen, die für den Übersetzungswissenschaftler relevant sind? Beginnen wir mit der lexikalischen Semantik.

3.2.1 Wortsemantik

It's only words.
Bee Gees

Die Bee Gees meinen zwar nicht die Sprache; aber es wäre vielleicht nicht unpassend. Im naiven Verstand besteht die Sprache im wesentlichen aus Wörtern, und manche durchaus bedeutende linguistische Traditionen, etwa die chinesische, befassen sich nahezu ausschließlich mit der Analyse des Wortschatzes. Ich selbst halte diese Einschätzung im Grunde für richtig; wenn man alle Wörter einer Sprache beherrschen würde, aber keine einzige syntaktische Regel, so könnte man sich einigermaßen verständigen; nicht so, wenn man alle syntaktischen und morphologischen Regeln kennen würde, aber von keinem einzigen Wort

die Bedeutung wüßte. Von der Sprache gilt daher vielleicht nicht völlig, was die Bee Gees singen; aber es gilt doch zu 90 Prozent. Es ist daher auch kein Wunder, daß die meisten Probleme, die sich bei Übersetzungen ergeben, Probleme der Wortbedeutung sind. Dies hat, um es noch einmal zu betonen, nichts damit zu tun, daß man nicht wortweise übersetzt, aber die Bedeutung, die man anders wiedergeben muß, beruht eben auf der Bedeutung einzelner Wörter.

Wie kann man die Bedeutung von Wörtern beschreiben? Im wesentlichen werden vier Methoden verwandt, oder zumindest vorgeschlagen. Die erste ist die der üblichen einsprachigen Wörterbücher (Paul, Duden, Wahrig im Deutschen; OED oder Webster's im Englischen, Robert im Französischen). Die Wörter werden alphabetisch sortiert, und bei jedem Eintrag werden verschiedene „Verwendungsweisen“ des Wortes (oder auch einer Wortkombination) durch einen gewöhnlich komplexeren Ausdruck in derselben Sprache paraphrasiert, oft auch mit Beispielen versehen. Ferner wird angenommen - sicher nicht ohne Grund -, daß der Leser die komplexere Paraphrase wie auch die Beispiele versteht. So wird beispielsweise im ersten modernen Wörterbuch dieser Art, dem von Samuel Johnson, die Bedeutung von *horse* paraphrasiert durch *equine quadruped*. Die zweite Methode ist im Grunde dieselbe, bloß daß hier die Paraphrase durch Ausdrücke einer anderen Sprache erfolgt; dies ist die übliche Methode zweisprachiger Wörterbücher; das Prinzip ist dasselbe, der Nutzen vielleicht etwas unterschiedlich. Beide Methoden sind seit Jahrhunderten im Schwange, und sie werden im wesentlichen von Leuten verwendet, die keine besonderen theoretischen Ambitionen haben, sondern die sich die praktische Aufgabe gesetzt haben, den Wortschatz einer Sprache zu bestimmten Zwecken möglichst umfassend, übersichtlich und klar zu beschreiben. Wie jedermann weiß, gelingt dies unterschiedlich gut; aber Beschreibungen dieser Art sind kein Produkt der modernen Linguistik und reflektieren allenfalls am Rande deren Einsichten und Methoden.

Linguisten, sofern sie sich nicht nur dazu äußern, was Wortbedeutungen sind, sondern auch konkrete Analysen von Wortbedeutungen vorlegen, bedienen sich im wesentlichen zweier anderer Methoden. Die erste ist die Analyse nach „semantischen Merkmalen“, die der sogenannten strukturellen Semantik zugeschrieben wird. Die Termini variieren etwas - „semantic features“, „markers“, Sememe, Grundprädikate und andere. Die Idee ist jedoch dieselbe. Es gibt eine endliche Liste solcher elementarer Bedeutungsmerkmale, die jeweils mehr oder minder gut definiert sind. Die Bedeutung eines lexikalischen Eintrags im Wörterbuch wird durch eine Kombination solcher elementarer Bedeutungsmerkmale beschrieben. Die Art und Weise, wie sich diese Merkmale verbinden können - Syntax des „markerese“, wie Lewis (1972) etwas ironisch sagt-, wird dabei gewöhnlich nicht explizit gemacht. Diese Art, Wortbedeutungen zu beschreiben, wurde nie auf den ganzen Wortschatz irgendeiner Sprache angewandt; ich glaube nicht, daß irgendwo mehr als hundert Wörter einer Sprache auf diese Weise analysiert worden sind. Es gibt aber einige Musteranalysen für gut durchstrukturierte Teilbereiche des Vokabulars, etwa die Bewegungs- (Beispiele werden etwa bei Lyons 1977 diskutiert). Ein einziger Blick in ein konventionelles Wörterbuch zeigt, daß diese Analyse zwar schön konsistent sind, aber um Welten hinter dem zurückbleiben, was dem naiven Lexikographen alles über die betreffenden Wörter bekannt ist und was dem Übersetzer täglich Kopfzerbrechen macht. Wer dies nicht glaubt, möge sich einfach anschauen, was die Merkmalsanalyse etwa zur Bedeutung von Verben wie *kommen*, *gehen*, *laufen*, *rennen* zu sagen hat und was dazu in einem etwas umfassenderen ein- oder zweisprachigen Wörterbuch steht. Mit andern Worten: Die strukturellen Semantiker erklären zwar, wie man es machen könnte, machen es aber nicht.

Die zweite Methode, die in der neueren Linguistik vorgeschlagen wird, verwendet keine Merkmale, sondern Bedeutungsrelationen, etwa Hypernymie, Synonymie, Implikationen und dergleichen mehr. Die Bedeutung eines Wortes wird durch die Relationen beschrieben, in denen es zu andern Wörtern steht. Auch diese Methode gibt es in mehreren Varianten, etwa den erstmals von Carnap vorgeschlagenen „Bedeutungspostulaten“, wie sie gelegentlich in der logischen Semantik verwandt werden, oder den semantischen Netzen der künstlichen Intelligenz. Auch hier gibt es bislang keinerlei Versuch, den Wortschatz irgendeiner Sprache auch nur halbwegs umfassend zu beschreiben, sondern allenfalls einige interessante Illustrationen der Idee. Das ist sicher kein Beweis dafür, daß diese Methode nicht funktioniert. Aber es scheint mir auch kein reiner Zufall. Das wird sofort deutlich, wenn man einmal versucht, etwa um bei unserem Beispiel *Nous étions à l'étude, quand le proviseur entra*. zu bleiben - die lexikalische Bedeutung der französischen Wörter *étude* und *proviseur* durch solche Bedeutungsrelationen zu beschreiben - und zwar so, daß der Übersetzungswissenschaftler daraus für seine alltäglichen Probleme etwas damit anfangen kann. Erst recht gilt dies natürlich, wenn man, wie die meisten Vertreter der formalen Semantik, gar keinen Versuch macht, die Bedeutung elementarer Einheiten weiter zu beschreiben, sondern einfach sagt, die Bedeutung von *étude* ist *étude*.

Um auch hier gleich ein naheliegendes Mißverständnis zu verhindern: Dies ist keine Kritik an der modernen Linguistik und ihren Vorstellungen zur Semantik. Was sie zur Semantik zu sagen hat, ist sehr scharfsinnig, und ich wüßte auch gar nicht, wie man anders vorgehen sollte. Aber es trägt im Augenblick jedenfalls wenig dazu bei, die Probleme der Übersetzungswissenschaft im Bereich der Wortsemantik zu lösen.

3.2.2 Satzsemantik

In der formalen Semantik nimmt man in aller Regel die Wortbedeutungen für gegeben an und schaut, welche semantischen Auswirkungen es hat, wenn man die betreffenden Wörter zu größeren Einheiten, insbesondere zu Sätzen, zusammengefügt[sic!]. Die Satzsemantik ist daher wesentlich besser ausgebaut als

die Wortsemantik. Eine semantische Regel dieser Art könnte etwa lauten (ich formuliere die Regel sinngemäß in schlichter Prosa):

Der Satz *Karlchen fährt Roller* ist wahr in einer Welt *w* genau dann, wenn die von *fährt Roller* bezeichnete Eigenschaft in *w* ein Element der Menge der von *Karlchen* bezeichneten Eigenschaften ist.

Das Beispiel ist simpel, und es mag in den Augen eines Übersetzers schon ans Triviale grenzen. Daß eine solche Regel aber keineswegs trivial ist, wird deutlich, wenn man sich nicht auf die Intuition des Übersetzers verlassen kann, der diese und ähnliche Regeln automatisch anwendet, sondern wenn die semantischen Konsequenzen der Syntax explizit formuliert werden müssen, wie dies bei der maschinellen Übersetzung der Fall ist. Hier, so glaube ich, kann sich die Übersetzungswissenschaft von der Linguistik einiges erhoffen, ja, bereits einiges holen. Wieviel?

Wo die Grenzen liegen, läßt sich am Beispiel der „präferierten Varianten“ erläutern, die Monika Doherty in ihrem Beitrag in diesem Heft anführt. Man kann den englischen Satzanfang (3)

(3) The major problem limiting all the applications of these new techniques is that...

unter anderem so übersetzen:

(4a) Das Hauptproblem, das alle die Anwendungen dieser Techniken einschränkt, ist, daß...

(4b) Das größte, alle die Anwendungen dieser neuen Techniken einschränkende Problem ist, daß...

(4c) Das größte, den Einsatz der neuen Techniken einschränkende Problem ist, daß...

(4e) Der Einsatz der neuen Techniken wird hauptsächlich dadurch eingeschränkt, daß...

Alle diese Varianten sind in gewisser Weise richtig, aber sie werden zusehends besser, und nur (4d) klingt „idiomatisch“. Woran liegt dies? Von der Übersetzungswissenschaft muß man erwarten, daß sie diese Frage beantworten kann. Wie vermag ihr die Linguistik dabei zu helfen?

Die vier deutschen Satzanfänge sind etwas unterschiedlich aufgebaut; aber die zu ihrer Bildung angewandten grammatischen Regeln führen im Ergebnis zur selben Bedeutung (mit allen caveats hinsichtlich dieses Begriffs). Sie „verpacken“ diese Bedeutung jedoch etwas anders. Man könnte auch sagen, (4a) bis (4d) drücken jeweils dieselbe Proposition aus, und dies ist eben auch jene, die in (3) ausgedrückt wurde. Aber die Art, wie diese Proposition ausgedrückt wird, ist verschieden, und im Deutschen würde man sie eher durch (4d) denn durch (4a) ausdrücken. Was die Linguistik nun kann, ist diese unterschiedlichen „Verpackungen“ akkurat zu beschreiben. Was sie nicht kann, ist zu erklären, wieso (4d) eine unvergleichlich „bessere“ Verpackung ist als (4a) und demnach auch den englischen Satz besser wiedergibt, obwohl letztere Variante dem Englischen in der Form ähnlicher ist. Solche Fragen pflegt der Linguist ins Reich der Stilistik oder der Rhetorik zu verweisen, vielleicht gar das der Ästhetik. Jedenfalls rechnet er sie nicht zum Kernbereich der Linguistik - deren Aufgabe es ist, die menschliche Sprachfähigkeit zu beschreiben. Aber zum einen wird damit das Problem allenfalls beiseitegeschoben. Und zum andern ist die Fähigkeit, zwischen der Angemessenheit solcher Ausdrucksvarianten zu entscheiden, nicht minder ein Teil der menschlichen Sprachfähigkeit als jene zu entscheiden, ob ein Ausdruck grammatisch zulässig ist, oder ob seine Bedeutung aus der eines anderen Ausdruck grammatisch zulässig ist, oder ob seine Bedeutung aus der eines anderen Ausdrucks folgt. Dieser Punkt wird von Doherty zu Recht betont.

Wenn die Linguistik nun ihren eigenen Ansprüchen genügen will, nämlich die sprachliche Kompetenz des Menschen zu beschreiben, dann muß sie auch diesem Teil der Kompetenz Rechnung tragen - nicht um den Übersetzungswissenschaften einen Gefallen zu tun, sondern weil das zu ihrer eigentlichen Aufgabe gehört. Dies ist aber nicht einfach möglich, indem man den üblichen Themen des Linguisten ein weiteres hinzufügt. Normalerweise wird die Aufgabe, die menschliche Sprachkompetenz zu beschreiben, so aufgefaßt, daß es zum einen darauf ankommt, das Repertoire an Ausdrucksmitteln anzugeben - so weit als möglich nicht durch Auflisten, sondern durch die Angabe allgemeiner Bauprinzipien - und zum andern darauf anzugeben, wie sich die Bedeutung zusammengesetzter Einheiten aus der Bedeutung elementarer Einheiten ergibt. Um der obigen Anforderung gerecht zu werden, kommt es darauf an zu klären, nach welchen Prinzipien in einer bestimmten Situation eine bestimmte Proposition sprachlich umgesetzt wird. Dies steht zwar nicht im Widerspruch zum üblichen linguistischen Vorgehen; aber es ist eine ganz andere Perspektive. Unter dieser Perspektive ist die menschliche Kompetenz selbst eine Art Übersetzungsfähigkeit - nämlich die Fähigkeit, kognitive Repräsentationen ineinander zu übersetzen. Diese „Übersetzung“ führt von einer mehr oder minder sprachneutralen Repräsentation eines Gedankens bis zu jener Repräsentation, welche die motorische Artikulation der Stimmorgane oder der Schreibmuskulatur steuert. (Entsprechendes gilt umgekehrt für den Verstehensprozeß.)

Dies ist, wie gesagt, nicht die übliche Betrachtungsweise der Linguistik, wo man eher nach dem Prinzip des Baukastens zu denken pflegt; darin sind diese oder jene Teile, und man kann sie zu diesen oder jenen Zwecken benutzen. Aber es ist jene Betrachtungsweise, die erforderlich ist, wenn sie ihrer ureigenen

Aufgabe gerecht werden soll, nämlich die Aufgabe, die menschliche Sprachfähigkeit zu beschreiben. Und es ist jene Betrachtungsweise, die erforderlich ist, damit sich die Übersetzungswissenschaft etwas von der Linguistik erhoffen darf.

3.2.3 Fazit

Die Frage, um die es im vorliegenden Abschnitt ging, war, wie sich die Ausdrucksmittel zweier Sprachen zueinander verhalten, wenn man das, was sie ausdrücken sollen, konstant hält - wie immer das Konstante definiert sein mag. Die moderne Linguistik hat zur Antwort wenig beizutragen. Das gilt sowohl für die Wortsemantik wie für die Satzsemantik. Zu ersterer ist sie bislang über scharfsinnige Grundsatzüberlegungen und einige Musteranalysen wenig hinausgekommen. Letztere ist wesentlich besser entfaltet; doch wird auch hier kaum jene Ebene erreicht, auf der die alltäglichsten Probleme des Übersetzens und auch damit des Übersetzungswissenschaftlers liegen. Diese Probleme sind aber nichts Exotisches, das zunächst einmal aus der Betrachtung ausgeklammert werden sollte; sie zu lösen, ist eine genuine Aufgabe der Linguistik, wenn sie ihrem eigenen Anspruch, die menschliche Sprachfähigkeit zu beschreiben, gerecht werden will.

4. Schluß

Wenn denn zutrifft, was im vorangehenden gesagt wurde, dann läßt sich die Ausgangsfrage dieses Aufsatzes klar beantworten: Fast nichts, bzw. fast alles. Die Linguisten haben derzeit zur Lösung selbst ganz alltäglicher Probleme der Übersetzung recht wenig anzubieten. Das liegt nicht daran, daß diese Probleme außerhalb ihres Aufgabenbereichs lägen. Schließlich sollte man, um nur einen Punkt aufzugreifen, von der Linguistik erwarten, daß sie in der Lage ist, die Bedeutung von Wörtern genau und systematisch zu beschreiben. Die Probleme der Übersetzungswissenschaft, soweit sie systematischer Natur und damit systematischer wissenschaftlicher Analyse zugänglich sind, sind die Probleme der Linguistik selbst, und wenn letztere geklärt sind, sind auch erstere geklärt. Sie sind es aber nicht, und das sollte die Linguisten etwas Bescheidenheit lehren. Die einfachsten Probleme des Übersetzens führen uns plastisch vor Augen, wie wenig die Linguistik nach wie vor ihren eigenen, genuinen Aufgaben zu sagen hat. Sie können uns aber auch helfen, diese Aufgaben besser zu verstehen und besser zu lösen. Die Übersetzungswissenschaft kann sich wenig von der Linguistik erwarten: sie kann aber nicht wenig zu ihr beitragen.

Literatur

- Lewis, D. (1972): „General Semantics“, in D. Davidson und G. Harman (Hrsg.), *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: Reidel, S. 169-218.
 Lyons, J. (1971): *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
 Searle, J. (1969): *Speech Acts*. Cambridge University Press.

What May Translation Science Expect from Linguistics?

Summary

Three theses are advanced and defended in this paper: (a) Problems of translation theory do not go beyond the scope of what can be expected from linguistics; (b) In actual fact, linguistics has to say rather little to the everyday problems of translation; (c) Linguists should take the specific problems of translation more seriously and consider them to be an integral part of their job. This would not only help to solve these specific problems but also to solve the task of linguistics in general - the task to explain the human language faculty.

Anexo D - Texto traduzido 2: Wolfgang Klein

“O que a Tradutologia pode esperar da Lingüística?”

Wolfgang Klein

(tradução: Ina Emmel)

Jene reine Sprache, die in fremde gebannt
ist, in der eigenen zu erlösen, die im Werk
gefangene in der Umdichtung zu befreien,
ist die Aufgabe des Übersetzers.
Walter Benjamin

1. Introdução

Contribui para a excentricidade das ciências um certo desprezo velado, mas mesmo assim bem documentado, que freqüentemente acontece, de modo recíproco, entre representantes de diferentes orientações teóricas de uma determinada disciplina. Tal qual o quadro de Escher, é possível aos defensores da Física Teórica discriminar os representantes da Física Aplicada, porque sua atividade talvez não esteja livre de inferências tecnológicas e, portanto, não se constituir assim numa ciência pura. E do mesmo modo estes, por sua vez, discriminarem os primeiros, já que suas teorias dificilmente têm comprovação na prática: o que a Física Teórica pode dizer sobre a constituição do universo é, no melhor dos casos, uma comprovação do relato bíblico do gênesis. Uma relação desta ordem pode ser encontrada em muitas disciplinas, entre as quais, e talvez até destacadamente, a Lingüística. Lá se defrontam, grosso modo, os representantes com orientação primordialmente formalista da lingüística teórica e os representantes com orientação primordialmente funcionalista da pesquisa empírica. Os primeiros, mesmo imbuídos de toda a simpatia do convívio social, consideram os últimos meros taxionomistas, que “chafurdam” nos fatos e, na melhor das hipóteses, podem valer como meros contribuintes, mesmo sabendo que a ciência em si está situada lá onde “moram” as formas puras. Os funcionalistas, por sua vez, consideram os formalistas uma espécie de escolásticos tardios, que, recostados em suas poltronas de escritório, desenvolvem linhas mestras limpas e precisas para construção de verdadeiros castelos de areia. Mesmo assim, em um aspecto ambos concordam, ou seja, que os seu status científico é consideravelmente maior que o daqueles que se ocupam com as “aplicações”, como por exemplo, com o ensino de línguas ou com a tradução.

O que resta então àqueles que se interessam justamente por estes temas e que também desejam dar à sua atividade o “glamour” de uma ciência? Há duas possibilidades: ou eles pedem emprestado o brilho teórico, na medida em que assumem os métodos e os conceitos, ou talvez apenas a terminologia, de uma teoria Lingüística “reputada”, ou eles se emancipam e fundam uma ciência própria, tal qual a “Pesquisa do Ensino de Línguas” ou a “Tradutologia”.

Estas atitudes são bastante difundidas, embora nem sempre assumidas. A mim me pareceram sempre um tanto curiosas; mas elas são, sem sombra de dúvidas, uma corrente essencial, não da ciência, mas da sociologia, ou até mesmo da psicopatologia dos cientistas. Seria também bastante simplório acreditar que, subjacente ao panorama atual das disciplinas, estaria uma sistemática interna concludente. O mapa das ciências é sociológico, tal qual o mapa das nações, e suas alterações são determinadas tanto por motivos racionais como emocionais: regiões frutíferas novas são descobertas na região limítrofe de duas teorias, do mesmo modo como novas riquezas minerais nas fronteiras de duas nações. E elas despertam variados interesses, e são absorvidas por um ou por outro lado, ou levam ainda ao estabelecimento de novas disciplinas, de uma nova nação. Outras regiões são dizimadas ou exploradas e os que lá vivem perdem, por um lado, o seu poder e a sua disciplina, e por outro, a sua nação, se tornam insignificantes e finalmente desaparecem.

O traduzir de uma língua para outra é um processo complicado e interessante, que é determinado por inúmeros fatores. Não pode existir dúvida alguma que este processo é, ou poderia ser, objeto merecedor de pesquisa científica. Seria esta uma tarefa da Lingüística, ou deveria ser ele objeto de uma ciência autônoma? A resposta para esta questão deveria ser dada em dependência de que problema se trata neste caso e a partir de qual caminho ele se resolve melhor. Para tanto, eu quero, a seguir, fazer algumas

considerações. Elas podem ser resumidas em duas teses antagônicas:

– Primeiramente, no processo da tradução em si não existe nada que extrapole a pesquisa da língua e do uso da língua; eu não vejo, portanto, motivo substancial para uma disciplina própria “Tradutologia”. No entanto, devem existir bons motivos de outra ordem que justifiquem na prática uma separação, como por exemplo, razões organizacionais.

– Segundo, para elucidação dos problemas específicos do traduzir, a Lingüística moderna, do modo como ela se desenvolveu até o momento, pouco tem a contribuir. Isto parece bastante depreciativo, mas na verdade não é, pois resulta numa simples consequência, e esta pode se constituir em mais uma tese:

– Terceiro, a Lingüística deveria considerar os problemas específicos do traduzir como sendo problemas genuinamente lingüísticos, considerando-os, portanto, componentes essenciais das suas pesquisas.

O restante do presente artigo está estruturado da seguinte maneira: no capítulo 2 será elucidado o que, segundo a minha visão, é o objeto da “Tradutologia” (como por ora quero chamá-la aqui) e porque ele não extrapola em nada o objeto da Lingüística. No capítulo 3 será esclarecida uma série de pontos a respeito do porquê da Lingüística moderna não ter contribuído concretamente em favor deste objeto e de sua pesquisa. E o último e breve capítulo se ocupa com a consequência que se pode extrair da terceira tese citada, que se conclui das duas primeiras.

2. O que vale a pena pesquisar no traduzir

O objeto da Lingüística é a língua, ou seja, aquela capacidade particular ao homem que está armazenada em algum lugar do seu cérebro, e que lhe permite, através da correta manipulação da pressão do ar, ou de outro material como tinta ou giz, transmitir, de uma determinada cabeça para outras, certas imaginações e com isto influenciar o pensar e o agir delas. Esta capacidade é difícil de ser pesquisada exatamente devido ao fato dela estar situada em algum lugar do cérebro onde não se pode vê-la, nem tocá-la. Diretamente acessíveis são as ondas acústicas e também os sinais gráficos no papel, mas estes não são, afinal, a língua, e sim o produto desta capacidade. Para que se possa pesquisá-la, existem, grosso modo, dois caminhos. Por um podemos examinar exatamente estes produtos e a partir deles cuidadosamente tirar conclusões a respeito da capacidade que lhe é subjacente. Estas averiguações direcionadas para o “produto” constituem o instrumento mais importante da lingüística tradicional, bem como da lingüística estrutural moderna. Por outro procedimento, podemos também examinar a produção em si, e, na direção contrária, a compreensão. Esses procedimentos orientados para o “processo” são, na verdade, típicos da Psicolingüística, mas podem ser encontrados também na Fonética, na Análise Conversacional, e nos métodos, não menos importantes e atualmente particularmente utilizados, para teste de “intuições” do falante. Quando apresentamos uma sentença a um falante solicitando-lhe um juízo a respeito, testamos, na verdade, um processo de compreensão, que é, sem dúvida, um processo bem específico. No fundo estão interligados aqui procedimentos orientados para o produto e procedimentos orientados para o processo, em direção a um design experimental sofisticado. As duas maneiras de proceder possuem seus pontos fortes e fracos, e uma investigação mais abrangente da língua não pode abrir mão de nenhuma delas.

O traduzir é uma aplicação especial da capacidade lingüística humana. O peculiar reside no fato de que, diferente do que no falar normal, o tradutor não pode refletir livremente sobre o que ele deseja revestir de palavras, pois isto está predeterminado em forma de palavras e sentenças, só que em outra língua. Destas palavras e sentenças o tradutor precisa extrair o conteúdo a ser expresso. Os processos normalmente separados de compreensão e de produção lingüística são interligados no traduzir – ou de forma imediata como na tradução simultânea, ou “off line” tal qual na tradução usual de textos escritos, e eles se dividem em duas línguas. Acredito não existir nada nestas duas particularidades que diferenciam o traduzir do falar comum que extrapole o alcance normal do objeto da Lingüística. E do mesmo modo como na pesquisa normal da língua, também no traduzir pode-se proceder orientado preferencialmente para o processo ou para o produto.

No primeiro caso, trata-se de decompor o processo tradutório em seus componentes individuais e passar a estudar a sua evolução. Duas questões, em essência, estão em jogo nisso, ou seja, (a) como se entende um texto?, e (b) como se expressa um conteúdo específico que é pré-determinado? Exatamente estas são as questões mestras da pesquisa normal de compreensão lingüística, ou da pesquisa de produção lingüística, e não vejo nisto nada de especial, pelo menos enquanto os dois processos ocorram separadamente num espaço temporal. Um caso de exceção seria a tradução simultânea, onde ambos os processos transcorrem sempre paralelamente. Os modelos usuais de processamento lingüístico humano não levam em consideração este caso e o seu exame talvez poderia dar uma luz totalmente nova e interessante a respeito da estrutura e do funcionamento do processamento lingüístico. Não existem, até o momento,

trabalhos a respeito, do mesmo modo como são raras as pesquisas sobre o desenrolar real do processo tradutório.

Como objeto de análise da “Tradutologia” normalmente não se toma o processo, mas, sim, o produto (= o texto traduzido) e a sua relação com aquele produto que fornece o conteúdo a ser expresso, ou seja, o texto original. Aqui sim se situa uma diferença em relação ao interesse normal da pesquisa lingüística. Lá se analisam declarações prontas, para delas tirar conclusões sobre as normas da língua, segundo as quais as declarações foram formadas, e com isso, em última instância, sobre a natureza da capacidade lingüística humana. Já na Tradutologia trata-se da relação sistemática de dois textos confrontados, que por um lado são iguais pois expressam o mesmo, e por outro lado não, ou seja, quanto aos meios pelos quais eles expressam aquilo que é para ser mantido igual. Em função disso me parecem existir duas questões básicas que devem ser elucidadas: (a) O que é isto que precisa ser mantido igual?, e (b) Como os meios de expressão se comportam uns em relação aos outros?

O que precisa ser mantido constante, segundo a maioria, é o significado. Mas nisto existem dois problemas. Por um lado, muitas vezes, também é para serem mantidas particularidades normalmente não consideradas como constituintes do significado. Desse modo, por exemplo, deseja-se conservar certas particularidades formais nos textos literários, tal qual a métrica, a estrutura sonora e similares. Portanto, particularidades que, mesmo assumindo grande amplitude do conceito, não podem ser consideradas como fazendo parte da “significado” (senão este conceito fica tão amplo, perdendo qualquer sentido). E por outro lado, pode-se bem entender por “significado” coisas bastante diferenciadas – como por exemplo, possíveis mundos, nos quais uma sentença é verdadeira, ou os efeitos que uma declaração causa num falante, só para citar dois conceitos de significado amplamente divulgados e igualmente importantes. Comentarei estes casos mais adiante. Existem, pois, idéias muito diferenciadas daquilo que seria “significado” e que, portanto, deveriam ser mantidas numa tradução. Mas todos os conceitos de significado também são igualmente importantes na pesquisa da língua, e não existe motivo para acrescentar-lhe um especificamente “tradutológico”. Portanto, no âmbito da significado, a elucidação da primeira questão é tarefa normal da Lingüística. Se, no entanto, a Lingüística cumpre esta tarefa é uma questão totalmente diferente, que discutiremos no parágrafo 3.1.

Para podermos esclarecer a segunda questão, ou seja, a relação entre os meios de expressão nas duas línguas, precisamos de um *tertium comparationis* diante do qual podemos compará-las. Este é, portanto, para todas as regras, o significado assumido como constante, com todas as dificuldades aventadas. Dito de outro modo: antes que se possa discutir a equivalência de determinados meios de expressão tais como palavra, estrutural frasal, estrutura textual etc., devemos esclarecer qual é o conceito de equivalência que temos em mente. Se uma oração e sua contrapartida é para serem verdadeiras somente sob iguais condições, se é para terem a mesma força ilocutiva, ou se é para transmitirem o mesmo “clima” (“Stimmung”) são exigências bastante diferentes. Mas se formos levar isto em consideração, então chegamos às tarefas normais da Lingüística: em que situação de relação estão os diferentes meios de expressão de uma língua com aquilo que eles expressam? Não existe, até onde eu posso ver, nenhuma análise tradutória da relação de expressão e significado. Novamente, uma questão que se coloca é se a Lingüística faz juz a esta, também sua, tarefa, ou seja, se ela está em condições de esclarecer qual seria o significado lexical das palavras individuais, e como se dá o significado das expressões compostas que surgem a partir de regras quaisquer. Para tanto, um bom teste são exatamente as traduções (como também as paráfrases dentro de uma mesma língua). Pesquisar os problemas do traduzir, portanto, não exige ir-se além das tarefas próprias da Lingüística: certos conceitos de significado é que precisam ser esclarecidos, e precisam ser esclarecidos também, quais os meios de expressão nas línguas examinadas expressam exatamente estes diferentes significados. E é isto que os lingüistas fazem, ou melhor, dizem fazer. Os problemas da Tradutologia são os problemas da Lingüística. Mas isto não quer dizer que aqueles que pesquisam a primeira só precisam ver o que os lingüistas têm a dizer a respeito. A mim me parece o contrário: o traduzir, esta faceta específica do potencial lingüístico humano, nos coloca diante dos olhos uma série de problemas como sob uma lupa, e o esclarecimento dos mesmos se constitui num desafio para qualquer pesquisa lingüística séria.

Se faz sentido, sob ótica político-científica ou organizacional, o estabelecimento de uma ciência autônoma “Tradutologia”, deve ter ficado claro que as considerações feitas na introdução pouco devem ter contribuído para tal. Se um âmbito temático alcança um certo destaque dentro de uma área, muitas vezes é conveniente considerá-lo uma área autônoma. Cientificamente a pesquisa de cristais, seu surgimento, sua estrutura, suas particularidades elétricas pertencem à Física; mas existem tantos outros bons motivos para considerá-la uma disciplina independente. Algo similar, segundo minha visão, também vale para a Tradutologia. Mas aqui se tratou principalmente da questão, o que no traduzir se pode constituir como objeto de pesquisa científica séria, baseando-se em princípios científicos, e até que extensão isso extrapola a tarefa da Lingüística, ou seja, a pesquisa da capacidade lingüística humana. Na minha opinião ela não

extrapola essa tarefa em nada. Uma bem outra questão é, seguramente, até que ponto a Linguística moderna faz jus aos problemas do traduzir, ou seja, a seus próprios problemas. Isso será discutido no capítulo a seguir sob a forma de exemplos.

3. O que a Linguística tem a dizer em relação aos problemas específicos do traduzir?

Os dois problemas, dos quais se está tratando, foram citados acima, ou seja: “O que do expresso deve ser mantido constante?” e “Como esse constante é expresso nas duas línguas através dos diferentes meios, tais como escolha de palavras, sintaxe, construção textual?”. Estes problemas não são exclusivos à tradução, mas é lá que eles se mostram de forma específica. Será que a Linguística moderna, no que tange esses dois problemas, faz jus a essa forma específica?

3.1. O que do que está expresso deve ser mantido constante?

O que deve ser mantido constante é, de modo geral, o significado: ele deve ser o mesmo no original e na sua tradução, ou, como se diz, os dois textos devem ser “equivalentes”. Surgem daí, como já mencionado acima, duas dificuldades. Por um lado deseja-se conservar particularidades que, segundo o juízo normal, não fazem parte do significado, como por exemplo, a forma do soneto numa poesia ou a distribuição dos parágrafos num contrato comercial. Pesquisar tais particularidades não é talvez um problema lingüístico específico; mas elas também não são um problema especial para a Tradutologia (mas certamente para a prática tradutória) Por esse motivo, não me estenderei mais nesse ponto aqui e me concentrarei na outra dificuldade: O que é intencionado com “significado”, quando se diz que o significado deve ser mantido igual?

É evidente que as duas expressões “*Watch out!*” e “*Cuidado!*” não significam a mesma coisa num certo sentido, mas em outro sentido elas significam exatamente o mesmo. Seu “significado lexical” é diferente, seu “significado pragmático” é, pelo menos em certas situações, o mesmo. Isto é claro, como também é igualmente claro que numa tradução pertinente deva ser mantido o último e não o primeiro: aquele que traduzisse “*Cuidado!*” com “*Caution!*” seria corrigido por qualquer professor. Claro também é que significado lexical e pragmático devem estar em alguma relação sistemática, um em relação ao outro, pelo menos nos casos normais. Afinal, não se pode preencher quaisquer funções desejadas com quaisquer palavras desejadas.

As expressões “significado lexical” e “significado pragmático” foram utilizadas aqui só para elucidação do exemplo, sem nenhuma pretensão à exatidão. Da Linguística pode-se esperar, na verdade, duas coisas. Primeiramente, ela deve definir com precisão estes conceitos de significado, e possivelmente também outros que venham a importar aqui, até o limite onde afirmações empíricas sobre igualdade de significado possam ser comprovadas. Em segundo lugar, ela deve esclarecer, de que modo os diferentes tipos de significado de uma expressão como, por exemplo, os lexicais e pragmáticos, se referem sistematicamente uns aos outros. Ela pode fazer isso?

Não é fácil responder a esta questão, pois até hoje nem os lingüistas são unânimes sobre uma Teoria Semântica. Desejo elucidar brevemente aqui três modos de observação, que foram igualmente bem desenvolvidos e amplamente divulgados: (a) a “Semântica Lógica”, quer dizer, aquela Teoria do Significado originada por Frege, Wittgenstein e Tarski e expandida sistematicamente para a linguagem natural por Montague, Lewis e outros; (b) a Teoria dos Atos de Fala com a sua diferenciação entre os papéis locutivos, ilocutivos e perlocutivos das declarações; (c) a idéia defendida na “análise conversacional” de que significado seria algo, que não resulta sistematicamente das expressões, mas que é “negociado” pelos participantes do discurso, na interação. Para cada um desses pontos de vista existe literatura exaustiva, e nenhum pode ser preterida aqui. Trataremos a seguir somente da questão de pertinência às questões costumeiras de manutenção do significado, tal como acontece, dia após dia, nas traduções.

3.1.1. Intensão

Entre os três pontos, o primeiro foi, sem dúvida, o melhor desenvolvido; isso vale tanto para a precisão formal como para a aplicação sobre fatos lingüísticos. Existem as mais diversas variantes da Semântica Lógica. Para todas elas, no entanto, três momentos são constitutivos. Primeiro, o conceito de “verdade” de uma sentença (num mundo possível) ocupa um papel decisivo. Segundo, o significado de uma expressão composta (= do todo) se dá segundo regras fixas a partir do significado dos elementos individuais constituintes (= das partes) (Princípio de Frege). Terceiro, devemos distinguir pelo menos dois tipos de significado de uma expressão, por exemplo, aqueles que Frege designa “sentido” e “referência”.

Uma sentença como *'Nous étions à l'étude quand le proviseur entra'* é, neste sentido, uma expressão composta. Seu significado se dá a partir do significado de seus elementos, portanto, das palavras *'nous'*, *'étude'*, *'proviseur'* etc., bem como da maneira como elas estão conectadas sintaticamente. Seu significado é, pois, num certo plano ("intensão") uma função de possíveis mundos em valores de verdade ("verdadeiro" e "falso"), quer dizer, uma função que, para qualquer situação imaginável ("mundo possível"), determina, se a sentença corresponde ou não a esta situação. No outro plano ("extensão") o significado de uma sentença é um valor de verdade tal, ou seja, aquele que se obtém, quando se observa um mundo possível especial. (É usual e possível fazer com que o significado não só dependa de mundos possíveis, como também de outros "índices" como, por exemplo, do momento da fala. Só desse modo é possível analisar expressões dependentes de contexto, tais como *agora*, *amanhã* etc., mas essa análise, por força de nosso argumento, pode ser desprezada aqui).

Do que nos serve a teoria, só mencionada aqui, na resposta à pergunta em que sentido o significado é para ser mantido. Desejo mostrar a seguir, em cinco pontos, que a utilidade é restrita. Os exemplos, que eu escolho, não são de modo algum particularmente sutis. Bem ao contrário, cada qual que tenha se ocupado alguma vez com traduções vai considerá-los até triviais. Mas exatamente isso faz os pontos levantados aqui bastante pertinentes. Pois, se já não se resolvem os problemas mais triviais do dia-a-dia, como ficam os mais complicados?

1. Tautologias são verdadeiras em todos os mundo possíveis, do mesmo modo como as contradições são falsas em todos os mundos. Portanto, todas as tautologias e, correspondentemente, todas as contradições têm o mesmo significado (tanto no sentido da intensão, como no sentido da extensão). Agora, se um aluno traduzir a sentença *'Two plus three is five'* por *'Sete vezes três são vinte e um'*, certamente seriam poucos os professores que deixariam passar isso como correto – mesmo que no sentido da semântica lógica, a sentença em inglês e a sentença em português signifiquem a mesma coisa. Isso mostra que significado no sentido de extensão e intensão certamente não é suficiente para fazer jus aos mais elementares dos requisitos de uma Teoria da Tradução: não se trata, portanto, somente da manutenção do valor de verdade (num mundo ou em todos os mundos). As expressões *two*, *three*, *plus*, *five* possuem um significado lexical diferente de *sete*, *vezes*, *três*, *vinte e um* e de algum modo isso precisa ser igualmente mantido, e não somente a intensão da sentença inteira.

2. Quando queremos alertar alguém para não tropeçar num degrau, muitas vezes dizemos *'Cuidado!'*. Em inglês soaria bastante estranho, numa mesma situação, dizer-se *'Caution!'*. Já citamos esse exemplo anteriormente. Casos como esse constituem os mais triviais exemplos de erro nas traduções, praticamente indignos de pesquisa científica: como já dito anteriormente, é o "significado pragmático" que precisa ser mantido, e para tanto precisamos de outras expressões no inglês do que os correspondentes lexicais em português. Sobre esse conceito essencial de significado a Semântica Formal nada tem a dizer, e nem é essa a sua pretensão. Mas está claro que necessitamos desse conceito de significado também. Um outro exemplo, talvez não tão aparente à primeira vista, é a escolha de determinados termos em contratos e registros de patentes, que estão disponíveis para que se obtenha efeitos legais iguais. Esses efeitos é que precisam ser mantidos, e não a intensão ou necessariamente esta.

3. O conceito de significado da Semântica Formal se refere àquilo que muitas vezes chamamos de "significado denotativo", mas não ao "conotativo" – portanto só àquele a que se refere uma expressão, não a todas as associações com ela sistematicamente relacionadas. Já é também trivialmente reconhecida a importância de se manter o significado conotativo numa tradução, as vezes até mais importante que a manutenção do denotativo; isso vale não só para os textos literários, mas igualmente para os esclarecimentos da imprensa.

4. Vamos abandonar todas essas considerações e assumir que numa tradução só se deva conservar a verdade. Qual das sentenças em (2) conserva a intensão, ou melhor dizendo, a extensão de (1), para não sermos tão rigorosos.

(1) *Nous étions à l'étude quand le proviseur entra.*

(2a) *Wir machten gerade Aufgaben, als der Schulvorsteher eintrat.*

(Fazíamos justamente as tarefas quando o inspetor entrou.)

(2b) *Als der Schulvorsteher eintrat, machten wir gerade Aufgaben.*

(Quando o inspetor entrou, fazíamos justamente as tarefas.)

(2c) *Während wir unsere Aufgaben machten, kam der Schulvorsteher herein.*

(Enquanto fazíamos as tarefas, o inspetor adentrou.)

(2d) *Wir waren bei unseren Hausarbeiten, als der Direktor hereintrat.*

(Estávamos fazendo nossas tarefas de casa quando o diretor adentrou)

Fica difícil imaginar uma situação de mundo em que (2a) seja verdadeira, mas (2b) não; o que vale igualmente para (2c). Mas intuitivamente, só (2a) é uma tradução mais ou menos “correta”. Em (2b), de algum modo, a estrutura “tópico-foco” está errada e em (2c) a relação temporal entre os dois acontecimentos, ou seja, o fazer das tarefas e a entrada do “provisieur” está explicitada de um modo que não corresponde exatamente ao expresso no original, embora, em ambos os casos, se diga, que o último fato recai no limite temporal do primeiro. Em (2b) e (2c) alguns aspectos específicos do significado não são conservados, que por sua vez estão fora dos conceitos de intensão e extensão. Eles estão relacionados com a estrutura “tópico-foco” da expressão a ser traduzida, que em (2a) foi mais ou menos mantida, mas nos outros dois casos não.

5. Tanto (2a) como (2d) conservam mais ou menos a estrutura “tópico-foco” do original. Mas será que eles conservam também a intensão em (1)? Pode-se pensar num mundo onde vale o que está expresso em (1), mas não o que está expresso em (2a), e também o contrário (mantido que as informações dêiticas nos dois casos seja a mesma)? Nem se sabe ao certo a partir de que critérios se deve decidir uma questão como essa. É possível que uma sentença como *‘Nous étions à l’étude’* seja verdadeira, mas não uma sentença como *‘Estávamos justamente fazendo as tarefas’*? O que é intencionado com a sentença francesa, na verdade só pode ser entendido corretamente, se se conhece a situação nas escolas francesas da qual se está tratando aqui, ou seja, aulas no período matutino, execução conjunta das tarefas no período vespertino, numa sala de trabalho específica. Fica bem claro, que se pode estar fazendo tarefas, sem necessariamente estar “à l’étude”. Mas será que a sentença francesa realmente expressa isso, ou será que ela só diz que estávamos apenas fazendo as tarefas, e que todo o resto se deduz somente do conhecimento não-lingüístico? Deve ser mantido na tradução: aquilo que na sentença está expresso palavra por palavra – o significado composicional, ou aquilo que o leitor a quem essa sentença se destina entenderia normalmente? Certamente o último, ou pelo menos preferencialmente o último, pois senão poderíamos igualmente traduzir ‘Estávamos estudando’, e isto também não seria falso, mas ninguém o consideraria uma tradução apropriada. E como fica no caso de (2d) quando falamos ‘tarefas de casa’ ao invés de simplesmente ‘tarefas’? A sentença *‘Nous étions à l’étude’* pode muito bem significar que fazíamos exatamente tarefas de casa; mas não é isto que é intencionado aqui. No entanto, aquilo que é intencionado não se pode extrair das palavras tão somente, mas isso se origina de conhecimento não-lingüístico. As mesmas considerações podem ser aplicadas à segunda parte da sentença: pode ser ao mesmo tempo verdadeiro (*quand le proviseur entra*) e falso (*als der Schulpflichter eintrat*)? Naturalmente, depende do que entendemos por ‘provisieur’ e por ‘Schulpflichter’ ou ‘Direktor’ (como em (2d)). Se o entendemos do mesmo modo vai depender do conhecimento não-lingüístico.

O problema de que se está tratando aqui é amplamente conhecido. O modo como nós entendemos uma sentença depende, por um lado, de seu significado composicional, e, por outro lado, de uma série de conhecimentos não-lingüísticos, que são puxados para uma interpretação. O primeiro resulta do significado das palavras individuais e do modo como elas se estruturam sintaticamente; conceitos como intensão e extensão se referem ao significado composicional. O segundo modo se refere a todo o conhecimento adicional que o falante (ou autor) supõe no seu ouvinte (ou leitor) e ao qual ele adapta suas palavras. A “interpretação” de uma sentença resulta do jogo conjunto do significado composicional e do conhecimento não-lingüístico; o que precisa ser conservado em uma tradução legítima (“*sinnvolle Übersetzung*”) seguramente não é apenas o significado composicional, mas a “interpretação”.

A conclusão está clara. Conceitos como intensão e extensão são bem definidos, mas eles não cobrem a abrangência do significado que precisa ser mantido numa tradução legítima. Isto não é uma crítica a conceitualização da Semântica Formal. Ela é, no que tange o significado das coisas, o melhor que por ora se encontra no mercado da Lingüística, mas ela não faz jus às reivindicações relativamente elementares, triviais até, de um conceito de significado relevante para a tradução. Ela também não foi desenvolvida com esse propósito. Mas afinal, o que pode então o pesquisador de tradução esperar da Lingüística para a solução dos seus problemas? Nos estudos lingüísticos até já existem considerações que extrapolam esse conceito de significado tão bem desenvolvido pela Semântica Formal, mas, comparativamente, ainda são bastante limitadas. Um exemplo disso seria o estudo das diversas “forças” de uma declaração proveniente da filosofia analítica. A seguir desenvolverei superficialmente esta questão.

3.1.2. Força locutiva, ilocutiva e perlocutiva

Imagina-se, grosso modo, que uma declaração tenha, paralelo a sua “locutionary force” (muitas vezes traduzido por “papel locutivo” ou “significado locutivo”) ainda uma força ilocutiva e uma perlocutiva. A última não irá nos interessar aqui por ser bastante polêmica e não importar na presente problemática. A força ilocutiva corresponde *cum grano salis* ao que chamamos acima de “significado composicional”, ou

seja, àquilo que resulta do significado das palavras individuais e do modo como elas estão interligadas segundo regras gramaticais fixas. A declaração passa a ter uma força ilocutiva a partir do momento em que ela, numa situação, desempenhar/desencadear determinadas atitudes, como por exemplo, dar instruções, fazer afirmações, prometer algo, e similares. Este tipo de significado resulta do fato de que, uma sentença (ou normalmente uma expressão) com significado locutivo específico é dita segundo regras específicas, em uma constelação social também específica. Assim, por exemplo, a sentença '*Passo lá amanhã*', dependendo da constelação, pode ter a função de uma afirmação, um alerta, uma ameaça e de uma promessa. Com o mesmo significado composicional, a sentença pode ter diferentes "significados pragmáticos".

Na verdade, como foi dito no parágrafo 3.1.1, item 2, esse é um ponto essencial para a tradutologia. Para ficar no exemplo lá citado: As expressões "*Cuidado!*" e "*Watch out!*" na verdade não têm o mesmo significado lexical, ou seja, o mesmo significado composicional, mas certamente têm o mesmo significado pragmático. Elas têm a mesma, ou pelo menos muito parecida, força ilocutiva. Portanto, o que deve ser mantido numa tradução é exatamente isso e não o significado lexical, pelo menos em muitos casos. A idéia de significado ilocutivo faz jus a pelo menos um dos cinco pontos citados no parágrafo 3.1.1 sobre o não atendimento do conceito de significado da semântica lógica, embora só em princípio. Na prática, a Teoria dos Atos de Fala), mesmo com muita dedicação, pouco progresso tem feito nesse sentido desde Searle (1969). Empiricamente esta teoria nem de longe está tão desenvolvida como a semântica formal. Na verdade isso não é uma objeção fundamental; não podemos descartar a idéia de que algum dia ainda seja possível desenvolvê-la de tal modo que ela venha a se constituir numa análise geral e empiricamente abrangente do significado pragmático. Particularmente duvido disso. Mas mesmo que acontecesse, ela não faria mais jus do que a semântica formal às outras quatro exigências citadas em 3.1.1. E não dá para ver como ela atenderia a estas exigências.

3.1.3. Contextualização radical

Um dos cinco problemas era que o explicitamente expresso sempre deveria ser visto diante de um fundo constituído de conhecimento não-lingüístico, conforme foi exemplificado acima com o conhecimento sobre o sistema escolar francês. Se olharmos a crítica da tradução e também a discussão sobre problemas típicos na tradutologia, o papel dos diferentes "contextos" seguramente constitui o mais importante dos cinco problemas. Podemos transpor palavras e sentenças, mas estas estão ajustadas de um modo específico a conhecimentos não-lingüísticos no original, e como devemos agir quando esse conhecimento não está disponível para o novo leitor, ou pelo menos não desta maneira? Devemos fornecer também esse conhecimento, talvez em forma de notas, devemos ser mais explícitos, devemos substituir os burros e as ovelhas por cangurus e coalas na tradução da bíblia para o Guughu Yimidhrr? Perguntas dessa ordem já se tornaram clássicas na tradutologia. Em que a lingüística moderna pode contribuir para a sua resposta?

As duas teorias do significado citadas acima pouco têm a contribuir. Não as culpo como já disse, afinal elas não foram feitas com este propósito. Uma possibilidade de fazer jus ao extremo peso do contexto, ou seja, a todo conhecimento de base, a todas as suposições mais ou menos compartilhadas de falantes e ouvintes consiste numa contextualização radical do significado. Esse caminho é trilhado por muitos seguidores da análise conversacional. Palavras e sentenças não têm um significado fixo, ele é, muito mais, "negociado" só no momento da interação. A esta idéia subjaz um importante ponto de vista: o que alguém que numa dada situação diz "*De novo bolinho de carne!*" ou "*Mas eu te amo.*" "realmente quer dizer" só pode ser deduzido, se isso for de todo possível, através de um complicado processo de interação. Afinal, não é de todo estranho reagir-se a uma declaração como esta com a pergunta: "O que você quer dizer com isso?", que, por sua vez, novamente, pode levar a uma série de reações verbais e não-verbais. Debulha-se disso uma espécie de "significado social" para os participantes do discurso, e este não resulta de uma associação convencional de forma e função, tal como assumida no significado composicional.

Tão importante e útil que um conceito de significado possa ser, ele é de suma vantagem para o pesquisador da tradução. Por um lado o "significado social" não pode substituir o "significado composicional", mas, no melhor dos casos, construir em cima dele. Se não existisse uma regra fixa de associação de forma e função em cada uma das línguas, e que tudo fosse determinado pelo contexto, nem se justificaria a existência de traduções e nem tampouco, de uma ciência sobre elas. Afinal, traduzir algo quer dizer substituir uma determinada relação convencional usual no francês por uma determinada relação convencional no alemão. Por outro lado, o tradutor que, por exemplo, é para dizer em português a sentença (1), não tem nada mais a fazer: ele nem pode interagir mais, ele precisa simplesmente substituir uma oração ou um texto por outra oração ou texto. Isso tudo não depõe contra o fato de existir algo como um significado social, que em grande escala é dependente do contexto e que só se dá a partir da interação, mas só não ajuda na solução dos problemas dos quais se trata na tradutologia.

3.1.4. Resultado

Uma tradução deve, em certo sentido, expressar a mesma coisa que o original: ela deve conservar o significado. Conceitos de significado existem muitos. O que a tradutologia pode esperar da lingüística é uma precisão desse conceito que seja útil aos seus propósitos. Mas se nossas considerações acima forem pertinentes, então o que os lingüistas têm a oferecer não faz jus a esse propósito e, comparativamente, nem tampouco às exigências mais elementares com as quais o tradutor se depara diariamente. Talvez existam outras teorias de significado que forneçam exatamente isso, mas, se elas existem, eu não as conheço.

3.2. Como os meios de expressão se comportam uns em relação aos outros?

No parágrafo anterior tratava-se da questão do que seria o constante no original e na tradução e como o lingüista pode contribuir para defini-lo mais precisamente. O constante, seja lá como isso é definido, deve ser realizado em ambas as línguas através de meios diferentes. Portanto, esses meios devem se corresponder de certo modo. Isso naturalmente não quer dizer que cada palavra deva corresponder a uma outra palavra; afinal, não se traduzem palavras, mas textos. Mas esses textos são constituídos de palavras, que estão relacionadas segundo regras específicas, e o significado de um texto se dá, pelo menos em um dos planos, a partir do significado das unidades elementares, portanto, das palavras e dos efeitos semânticos das regras, a partir das quais elas estão relacionadas a unidades maiores. Como vimos no capítulo anterior, significado das palavras e contribuição semântica das regras gramaticais não fornecem todo o significado que seria relevante sob a perspectiva da tradução. Mas quero restringir a minha discussão aqui a esses dois pontos, ignorando por ora o papel da informação contextual, cuja importância é amplamente reconhecida, mas cujas pesquisas sobre o seu funcionamento exato ainda deixam a desejar.

O interesse da tradutologia não pode se limitar a simplesmente comparar vocabulário e gramática (na essência, sintaxe e morfologia) de duas línguas. Isso pode ser um objetivo da tipologia lingüística ou da pesquisa dos universais lingüísticos. Por esse motivo também grande parte da pesquisa atual sobre sintaxe é de pouca valia para a pesquisa tradutológica, pois lá se trata de estruturas tomadas por si próprias. Aqui, no entanto, trata-se de esclarecer até que ponto a união de palavras específicas numa determinada língua levam ao mesmo resultado que a união de outras palavras na outra língua. Dito de maneira mais simples: trata-se da semântica lexical e dos efeitos semânticos da sintaxe (e morfologia). Esses são temas centrais na pesquisa de cada uma das línguas, e poderíamos achar que a lingüística teria algo para dizer a respeito. O que ela tem para dizer em relação àqueles aspectos da semântica da palavra e da sentença que são relevantes para o pesquisador/cientista da tradução? Iniciemos com a semântica lexical.

3.2.1. Semântica da palavra

It's only words.

Bee Gees

Na verdade os Bee Gees não estão pensando na língua, mas isto talvez não seria inconveniente. No juízo ingênuo a língua é essencialmente constituída de palavras, e várias tradições lingüísticas, extremamente significativas no entanto, ocupam-se quase que exclusivamente com a análise do vocabulário, como, por exemplo, a chinesa. No fundo até acho essa avaliação correta. Se dominássemos todas as palavras de uma língua, mas nenhuma regra sintática, poderíamos até nos entender de certa forma, o contrário aconteceria se conhecêssemos todas as regras sintáticas e morfológicas, mas significado de nenhuma palavra. Da língua, portanto, não vale integralmente o que cantam os Bee Gees, mas pelo menos 90%. Portanto, não é de se admirar que a maior parte dos problemas que aparecem nas traduções sejam problemas de significado de palavras. Isso não tem nada a ver, devo frisar mais uma vez, com o fato de que não se traduz literalmente. Mas o significado, que se deve reproduzir de outro modo, reside no significado das palavras individuais.

Como podemos descrever o significado de palavras? Na verdade são utilizados, ou pelo menos sugeridos, quatro métodos. O primeiro seria o mais usual, ou seja, o dos dicionários monolingües (Paul, Duden e Wahrig no alemão; OED e Webster no inglês; Robert no francês). As palavras estão organizadas alfabeticamente, a cada entrada são parafraseadas, na mesma língua, diferentes maneiras de utilização dessa palavra (ou também combinação de palavras), normalmente por uma expressão mais complexa, muitas vezes acrescida de exemplos. Assume-se, certamente não sem motivo, que o leitor compreenda a paráfrase mais complexa, bem como os exemplos. Assim, por exemplo, no moderno dicionário de Samuel Johnson, o significado de 'horse' é parafraseado por 'equine quadruped'. O segundo método é, em essência, o mesmo,

só que aqui a paráfrase das expressões se realiza em outra língua. Este é o método usual nos dicionários bilingües, onde o princípio é o mesmo, a utilização, talvez, um pouco diferente. Os dois métodos existem há séculos e são utilizados essencialmente por pessoas que não possuem ambições teóricas especiais, mas que se propõem, na prática, a descrever o vocabulário de uma língua, com objetivos específicos, de modo abrangente e claro. Como todos sabem, isso até pode funcionar bem, mas descrições dessa ordem não são produtos da lingüística moderna e de qualquer modo só se refletem, quando muito, nos limites de suas pesquisas e métodos.

Os lingüistas, até onde eles não apenas afirmam o que seriam os significados das palavras mas também apresentam análises concretas sobre os mesmos, valem-se essencialmente de dois outros métodos. O primeiro seria o da análise dos “marcadores semânticos”, que se associa à semântica estrutural. Os termos variam um pouco – “semantic features”, “markers”, sememas, predicados básicos e outros. A idéia, no entanto, é a mesma. Existe uma lista finita desses marcadores elementares de significado, que estão mais ou menos bem definidos. O significado de uma entrada lexical no dicionário é descrito por uma combinação desses marcadores elementares semânticos. O modo como esses marcadores podem estar interligados, a sintaxe dos “markers”, normalmente não é explicitada. Esse modo de descrição de significado de palavras nunca foi aplicado a todo vocabulário de uma língua; nem mesmo acredito que em algum lugar mais de cem palavras de uma língua tenham sido analisadas assim. Existem, no entanto, algumas análises modelo para campos bem estruturados específicos do vocabulário, a citar, os verbos de movimento (exemplos são discutidos por Lyons (1977)). Uma única olhada num dicionário convencional mostra que, embora sejam bem consistentes, essas análises estão há anos-luz do que o mais ingênuo lexicógrafo sabe sobre as palavras em questão e do que quebra a cabeça do tradutor no seu ofício diário. Quem não concorda com isto está desafiado a olhar para o que diz a análise dos marcadores, por exemplo, sobre o significado de verbos como *ir*, *vir*, *andar*, *correr* e o que está escrito sobre eles num dicionário mono- ou bilingüe mais abrangente. Com outras palavras: os semânticos estruturais, embora expliquem como se pode fazê-lo, não o fazem, no entanto.

O segundo método que é sugerido pela lingüística mais recente não faz uso de marcadores, mas das relações de significado, como, por exemplo, hiperonímia, sinonímia, implicações e similares. O significado de uma palavra é descrito por intermédio das relações que ela estabelece com outras palavras. Também esse método pode ser encontrado em mais variantes, como, por exemplo, os “postulados de significado”, pioneiramente sugeridos por Carnap, tal qual utilizados oportunamente na semântica lógica, ou nas redes semânticas da inteligência artificial. Também aqui, até o momento, não foi feita a tentativa de descrever nem a metade do vocabulário de uma língua, só existem algumas ilustrações interessantes da idéia. Mas isso não é uma prova de que o método não funcione, entretanto, também não me parece uma mera casualidade. Isso fica imediatamente evidente quando, por exemplo, se tenta descrever por relações de significado, o significado lexical das palavras francesas ‘*étude*’ e ‘*proviseur*’ no nosso exemplo ‘*Nous étions à l’étude, quand le proviseur entra.*’, de modo tal que o pesquisador de tradução possa extrair disso uma ferramenta para a solução de seus problemas cotidianos. Mas mais ainda isso vale quando, como a maioria dos defensores da semântica formal, nem se tenta descrever o significado de unidades elementares e simplesmente se diz que o significado de *étude* é *étude*.

E para evitar também aqui um possível julgamento falso, devo dizer que isso não é uma crítica à moderna lingüística e à sua concepção em relação à semântica. O que ela tem a dizer em relação à semântica é bem pertinente, e eu nem saberia como proceder diferente. Mas no estágio atual, é pouca a contribuição no âmbito da semântica da palavra em favor da solução dos problemas da tradutologia.

3.2.2 Semântica da sentença

Na semântica formal, via de regra, toma-se o significado das palavras como dado e parte-se para observação dos efeitos semânticos quando essas palavras estão interligadas, formando unidades maiores, especialmente sentenças. Portanto, a semântica da oração está bem mais desenvolvida do que a semântica da palavra. Uma regra semântica dessa ordem poderia ser formulada da seguinte forma (eu o farei em simples prosa):

A sentença *Carlinhos anda de patins* é verdadeira num mundo *x* exatamente então, quando a particularidade designada por *anda de patins* em *x* for um elemento do conjunto das particularidades designadas por *Carlinhos*.

O exemplo é simples e pode até parecer trivial aos olhos de um tradutor. Que uma regra dessas não é de modo algum trivial fica claro no momento em que não se pode confiar nas intuições do tradutor que

aplica esta e outras regras automaticamente, mas quando as conseqüências semânticas da sintaxe precisam ser formuladas explicitamente, como é o caso na tradução por computador. Nesse ponto, acredito eu, a tradutologia pode esperar algo da lingüística e até buscar algo dela. Quanto?

Onde estão os limites pode ser visto através do exemplo das “variantes preferidas” que Monika Doherty desenvolve no seu artigo na presente revista. Pode-se traduzir o início de oração inglesa (3),

(3) *The major problem limiting all the applications of these new techniques is that...*

entre outras, da seguinte maneira:

(4a) *Das Hauptproblem, das alle Anwendungen dieser Techniken einschränkt, ist, daß...*

(4b) *Das Größte, alle die Anwendungen dieser neuen Techniken einschränkende Problem ist, daß...*

(4c) *Das Größte, den Einsatz der neuen Techniken einschränkende Problem ist, daß ...*

(4d) *Der Einsatz der neuen Techniken wird hauptsächlich dadurch eingeschränkt, daß ...*

Todas essas variantes, de alguma forma, são corretas, mas elas vão ficando marcadamente melhores e só (4d) soa “idiomática”. Em que consiste isso? Deve-se esperar da tradutologia que ela possa responder a esta pergunta. Como poderia a lingüística ajudá-la nisto?

Os quatro inícios de oração em alemão estão estruturados diferentemente, mas o efeito das regras gramaticais utilizadas para cada uma das construções leva ao mesmo significado (com todas as variações referentes a esse conceito). Elas “revestem”, porém, esse significado de algum modo diferentemente. Poderíamos dizer também, (4a) a (4d) expressam cada uma a mesma proposta e esta também é aquela que está expressa em (3). Mas o modo como essa proposição é expressa é que é diferente, e em alemão se preferiria fazê-lo por intermédio de (4d) ao invés de (4a). O que a lingüística pode fazer é descrever acuradamente esses diferentes “revestimentos”. O que ela não pode fazer é esclarecer como (4d) é certamente um revestimento “melhor” do que (4a), e portanto, é ela que vai ser a melhor reprodução para a oração inglesa (3), embora a variante (4a) lhe seja mais similar em forma. O lingüista tende a remeter essas questões aos campos da estilística ou da retórica, ou até mesmo da estética. De qualquer modo, ele não as considera como campo fundamental da lingüística, cuja tarefa é descrever a capacidade lingüística humana. Mas por um lado com isto o problema é colocado de lado. E por outro lado, a capacidade de decisão sobre a pertinência de variantes de expressão dessa ordem não são uma capacidade lingüística menos importante do que a decisão sobre a pertinência gramatical de uma expressão, ou sobre o fato de seu significado se dar a partir do significado de outra expressão. Esse ponto é muito bem frisado por Doherty.

Agora, se a lingüística quiser mesmo corresponder a seus propósitos, ou seja, descrever a competência lingüística dos homens, então ela deverá também atender a este componente da competência, não para fazer um favor ao pesquisador da tradução, mas porque isto faz parte de sua tarefa. É evidente que isso não é tão simples assim, já que adicionamos aos usuais temas da lingüística mais um. Normalmente, a descrição da competência lingüística humana é pensada da seguinte forma: que por um lado trata-se de especificar o repertório de meios de expressão, até onde isso for possível, não através de uma listagem, mas pelo estabelecimento de princípios gerais de constituição, e que por outro lado, trata-se de indicar como o significado de um conjunto seqüencial de unidades se dá a partir do significado de unidades elementares. Para fazer jus às exigências acima, trata-se de esclarecer, **segundo que princípios, numa dada situação, uma dada proposição é transposta lingüisticamente**. Tal procedimento não é uma contradição em relação aos procedimentos lingüísticos usuais, mas é, com certeza, uma perspectiva totalmente diferente. Sob esta perspectiva, a própria competência humana é uma espécie de capacidade de tradução, mais precisamente, a capacidade de traduzir representações cognitivas uma dentro das outras. Essa “tradução” vai desde uma representação lingüística relativamente neutra de um pensamento até àquela representação que dirige a articulação motora dos órgãos da fala ou da musculatura da escrita. (algo similar vale, na direção contrária, para o processo de compreensão).

Isto não é, como já foi mencionado, a atuação usual da Lingüística, onde antes se pensa segundo o princípio do bloco de construção, dentro do qual existem estas ou aquelas peças, que podem ser utilizadas para este ou aquele fim. Mas é o modo de observação que está disponível, caso a Lingüística queira atender às suas tarefas primárias, ou seja, a tarefa de descrever a capacidade lingüística humana. E é o modo de observação que está disponível para que a Tradutologia possa vir a esperar algo da Lingüística.

3.2.3 Resumo

A questão do capítulo 3.2 era verificar como os meios de expressão de duas línguas devem se comportar, uns em relação aos outros. quando se mantem constante, seja lá como esse constante seja

definido, aquilo que eles devem expressar. A Lingüística moderna pouco tem a contribuir para a sua resposta. Isso vale tanto para a semântica da palavra, como para a semântica da sentença. Em relação à primeira, pouco se tem ido além de algumas considerações gerais básicas e algumas análises modelares. A semântica da sentença, em essência, está melhor desdobrada; entretanto, dificilmente aqui se abrange todos os planos que constituem os problemas cotidianos do traduzir e, conseqüentemente, dos pesquisadores da tradução. Esses problemas, no entanto, nada têm de exótico que justificaria uma análise isolada; a sua solução é uma tarefa genuína da Lingüística, caso esta queira fazer jus àquilo que se propõe, ou seja, a descrever a competência lingüística humana.

4. Conclusão

Caso seja pertinente o que foi dito até aqui, então é possível responder claramente a pergunta título deste trabalho: quase nada, ou melhor, quase tudo. Até o momento, os lingüistas pouco têm a oferecer para a solução dos problemas do dia-a-dia da tradução. Isto não está no fato de que esses problemas estariam fora do âmbito de suas tarefas. Afinal, deveria-se esperar da Lingüística, só para citar um ponto, de que ela esteja em condições de explicar o significado de palavras exata e sistematicamente. Os problemas da Tradutologia, na medida em que são de natureza sistemática e, portanto, suscetíveis à análise científica sistemática, são os problemas da própria Lingüística. E no momento em esta resolvê-los, eles também estarão solucionados para a Tradutologia. Mas eles continuam sem solução e isso deveria ensinar os lingüistas a terem um pouco de modéstia. Os problemas mais simples do traduzir nos mostram claramente o pouco que a Lingüística até hoje contribuiu para a solução de suas próprias e genuínas tarefas. Mas esses problemas também podem nos ajudar a melhor entender e a melhor solucionar estas tarefas. A Tradutologia pode contar pouco com a Lingüística; mas não é pouco o que ela pode contribuir para a mesma.

Bibliografia

- Lewis, D. (1972) "General Semantics", in: D. Davidson e G. Harman (eds.), *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: Reidel, p. 169-218.
 Lyons, J. (1977) *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
 Searle, J. (1969) *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.

Summary

What may Translation Science expect from Linguistics?

Three theses are advanced and defended in this paper: (a) Problems of translation theory do not go beyond the scope of what can be expected from linguistics; (b) In actual fact, linguistics has to say rather little to the everyday problems of translation; (c) Linguistics should take specific problems of translation more seriously and consider them to be an integral part of their job. This would not only help to solve these specific problems but also to solve the task of linguistics in general- the task to explain the human language faculty.

Anexo E: As fichas terminológicas**E1: Possibilidades da tradução****E2: A tradução na teoria e na prática****E3: Elementos do processo tradutório****E4: A tradução ao longo da história****E5: A tradução oral****E6: Crítica na tradução****E7: Tipos de tradução e vocabulários****E8: A tradução e o traduzir****E9: Procedimentos tradutórios****E10: O tradutor diante do texto original****E11: Pressupostos da tradução****E12: As ambigüidades****E13: Equivalência****E14: Elementos do conteúdo****E15: Conceitos de significado na tradução****E16: A expressão lingüística na tradução****E17: Conteúdos lingüísticos****E18: Meios na tradução****E19: Tipos de significado na tradução (a)****E20: Tipos de significado na tradução (b)****E21: Unidades de significado na tradução****E22: Adaptação de significado**

E1: Possibilidades da tradução

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 Übersetzbarkeit	03 Übersetzbarkeit	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs
10 Freilich hätte ich diesen Beitrag ebensogut "Leistung und Grenzen der Übersetzung" oder "Übersetzbarkeit und Unübersetzbarkeit" betiteln können (...)			
11		12 Möglichkeit der Übersetzung	
13 pt	14 tradutibilidade, traduzibilidade		15
16 tradutologia		17 dicotomias históricas	
18			
19 15/08/98	20 INEM		21
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 Unübersetzbarkeit	03 Unübersetzbarkeit	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs
10 Freilich hätte ich diesen Beitrag ebensogut "Leistung und Grenzen der Übersetzung" oder "Übersetzbarkeit und Unübersetzbarkeit" betiteln können (...)			
11		12 Unmöglichkeit der Übersetzung	
13 pt	14 impossibilidade da tradução		15
16 tradutologia		17 dicotomias históricas	
18			
19 21/08/98	20 INEM		21
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01	02	03	04
05	06	07	08
09			
10			
11		12	
13	14		15
16		17	
18			
19		20	21
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01	02	03	04
05	06	07	08
09			
10			
11		12	
13	14		15
16		17	
18			
19		20	21
22			

E2: A tradução na teoria e na prática

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02	Übersetzungstheorie	03	Übersetzungstheorie	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs	09	-
10 (...) sondern die Übersetzungstheorie als Forschungsbereich. (...) weil die Übersetzungstheorie eigentlich eine Sektion der Textlinguistik sein dürfte.					
11			12	Übersetzungswissenschaft	
13 pt		14	teoria da tradução		15 P
16	tradutologia				17
18					
19	14/09/98		20	INEM	21
22					

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02	Übersetzungsforschung	03	Übersetzungsforschung	04
05 klei	06 92	07 A	08 Sfs	09	-
10 Das Interesse der Übersetzungswissenschaft kann nicht dahingehen, einfach Wortschatz und Grammatik (im wesentlichen Syntax und Morphologie) zweier Sprachen zu vergleichen. Das mag ein Ziel der Sprachtypologie oder der Universalienforschung sein. Aus diesem Grunde ist auch der größte Teil der modernen Syntaxforschung für die Übersetzungsforschung nicht sehr ergiebig.					
11				12	
13 pt		14	pesquisa na/da tradução, tradutologia		15
16	tradutologia				17
18					
19	20/08/98		20		21
22					

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02	Übersetzungswissenschaftler	03	Übersetzungswissenschaftler	04
05 klei	06 92	07 AC	08 Sms	09	-
10 Dies ist keine Kritik an der Begrifflichkeit der formalen Semantik. (...) Aber sie wird den relativ elementaren, ja trivialen Anforderungen an einen "übersetzungsrelevanten" Bedeutungsbegriff nicht gerecht. (...) Aber was kann sich der Übersetzungswissenschaftler dann von der Linguistik für seine Probleme erhoffen?					
11			12	Translatologe	
13 pt		14	teórico da tradução/tradutologia (?)	profissional de tradução	15
16	tradutologia				17
18					
19	14/08/98		20	INEM	21
22					

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02	Übersetzungspraxis	03	Übersetzungspraxis	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs	09	-
10 Natürlich liegt in der Verschiedenheit der einzelsprachlichen Bedeutungen ein wichtiges Problem für die Übersetzungspraxis, da die Äquivalenzen in der Bezeichnung meist vom Fall zu Fall ermittelt werden müssen.					
11			12	Praxeologie des Übersetzens	
13 pt		14	prática tradutória		15
16	tradutologia				17
18					
19	01/09/98		20	INEM	21
22					

E3: Elementos do processo tradutório

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Übersetzungsprozeß	03 Übersetzungsprozeß	04
05 klei	06 92	07 AC	08 Sms
10 Und gleich wie bei der normalen Erforschung der Sprache kann man auch beim Übersetzen eher prozeßorientiert oder eher produktorientiert vorgehen. Im ersten Fall geht es darum, den Übersetzungsprozeß in seinen einzelnen Komponenten zu zerlegen und ihren Ablauf zu studieren. Dabei geht es im wesentlichen um zwei Fragen, nämlich (a) Wie versteht man einen Text?, und (b) Wie drückt man einen bestimmten, vorgegebenen Inhalt aus?			
11 Ausgangssprache, Äquivalenz	12		
13 pt	14 processo tradutório	15	
16 divisão da tradutologia	17		
18			
19 13/08/98	20 INEM	21	
22 Der Übersetzungsprozeß umfaßt die Vorgänge vom Beginn der Analyse des ausgangssprachlichen Textes an bis zur Produktion seines zielsprachlichen Äquivalents, wobei die schriftliche Realisierung des Übersetzungsergebnisses nicht mehr zum eigentlichen Übersetzungsprozeß zu zählen. (Königs,1981:334) Der Übersetzungsprozeß ist die zielsprachliche Reproduktion einer AS-Nachricht, und zwar dergestalt, daß zwischen AS-Text und ZS-Text erstens semantisch und zweitens stilistisch ein optimales Wirkungsgleichmaß gewährleistet ist. (Nida,1981:144)			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Originaltexten	03 Originaltext	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sms
10 Die gemeinten Gefühle(...) werden nämlich nicht durch das Wort Wald als solches, sondern durch die Wälder selbst als bezeichnete "Sachen" ausgelöst. Da diese Gefühle nicht mitgeteilt werden, ist deshalb auch keine Unvollkommenheit der Übersetzung gegenüber den Originaltexten, sondern nur eine ihrer rationalen Grenzen (...)			
11 Ausgangssprache	12 Ausgangstext, AS-Text, (der zu übersetzende Text)		
13 pt	14 texto original	15	
16 tradutologia	17 processo tradutório		
18 elementos			
19 12/08/98	20 INEM	21	
22 Originaltext ist ein Textvorkommen auf der Ebene der "parole", in der Ausgangssprache eingebettet in seinen jeveltigen kommunikativen Hintergrund. (Vernay,1981:243)			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Ausgangssprache	03 Ausgangssprache	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs
10 Von Bedeutung 1 zu Bedeutung 2 führt keine direkte Linie: In der semasiologischen Phase verhält sich der Übersetzer wie ein Sprecher der Ausgangssprache, der einen Text versteht ("dekodiert"), in der onomasiologischen Phase wie ein Sprecher der Zielsprache, der einen Text erzeugt ("enkodiert")			
11	12 AS		
13 pt	14 língua de saída	15	
16 tradutologia	17 processo tradutório		
18 elementos			
19 12/08/98	20 INEM	21	
22 Ausgangssprache ist die Sprache, in der der zu übersetzende Text verfaßt ist. (Königs,1981:314)			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Zielsprache	03 Zielsprache	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs
10 Es wird von der Übersetzung (...) wenigstens implizite verlangt, daß sie alles in den Originaltexten Gemeinte und durch diese Texte als gemeint Verstandene mit den Mitteln der Zielsprache wiedergibt(...)			
11 Ausgangssprache	12 ZS, Empfängersprache		
13 pt	14 língua de chegada	15	
16 tradutologia	17 processo tradutório		
18 elementos			
19 12/08/98	20 INEM	21	
22 Zielsprache ist dasjenige sprachliche System, in das ein Text aus der Ausgangssprache übersetzt wird. (Königs, 1981:338)			

E4: A tradução ao longo da história

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Übersetzungsideal	03 Übersetzungsideal	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sns
10	Bis zur Renaissance vertritt man zwar normalerweise ein Übersetzungsideal (bzw. verschiedene Übersetzungsideale (...)) Hieronymus vertritt zwar das Übersetzungsideal, gemäß dem man "sensum exprimere de sensu", er macht aber eine Ausnahme (...) für die Heilige Schrift.		
11	12 wahre Übersetzung, optimale Ü.		
13 pt	14 ideal da tradução	15	
16	17		
18			
19 13/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 wörtliche Übersetzung	03 wörtliche Übersetzung	04
05 cose	06 78	07 AC	08
10	Unterscheidungen wie "wörtlich" vs. "frei" im Hinblick auf die zu fordernde Invarianz sind dabei von geringem Nutzen und schon deshalb diskutierbar. Denn einerseits ist die Qualifizierung "wörtlich" zweideutig. Sie kann sich nämlich sowohl auf die sog. "treue" Übersetzung als auch auf die besondere, von Lorenzo Hervás und W. von Humboldt eingeführte sprachwissenschaftliche Technik der analytischen Erklärungen von einzelsprachlichen Bedeutungen beziehen.		
11	12 Wort-für-Wort Ü.(?), treue Ü.		
13 pt	14 tradução literal	15	
16	16 procedimento tradutório		
17	17 dicotomias históricas		
18			
19 13/08/98	20 INEM	21	
22	22 A literal translation is a unique solution which is reversible and complete in itself. It is the direct transfer of a source language text into a grammatically and idiomatically appropriate target language text in which the translators' task is limited to observing the adherence to the linguistic servitudes of the target language. (Vinay & Darbelnet, 1995:34)		

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 freie Übersetzung	03 freie Übersetzung	04
05 cose	06 78	07 AC	08
10	Später unterscheidet Schleiermacher (...), nach der Art der zu übersetzenden Texte zwei Arten der "Übertragung", die praktisch ausgerichtet ("Dolmetschen") und die Übertragung als Kunst ("Übersetzung"), und bei dieser je nach dem Zweck des Übersetzens die treue und die freie Übersetzung, wobei letztere übrigens nur zwei Pole sind, zwischen denen eine breite Skala zulässig ist.		
11	12		
13 pt	14 tradução livre	15	
16	16 procedimento tradutório		
17	17 dicotomias históricas		
18			
19 13/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 treue Übersetzung	03 treue Übersetzung	04
05 cose	06 78	07 AC	08
10	Später unterscheidet Schleiermacher (...), nach der Art der zu übersetzenden Texte zwei Arten der "Übertragung", die praktisch ausgerichtet ("Dolmetschen") und die Übertragung als Kunst ("Übersetzung"), und bei dieser je nach dem Zweck des Übersetzens die treue und die freie Übersetzung, wobei letztere übrigens nur zwei Pole sind, zwischen denen eine breite Skala zulässig ist.		
11	12 wörtliche Übersetzung		
13 pt	14 tradução fiel	15	
16	16 procedimento tradutório		
17	17 dicotomias históricas		
18			
19 13/08/98	20 INEM	21	
22			

E5: A tradução oral

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Dolmetschen	03 dolmetschen	04
05 cose	06 78	07 AC	08 v
10 Später unterscheidet Schleiermacher (...) (1813), nach der Art der zu übersetzenden Texten zwei Arten der "Übertragung", die praktisch ausgerichtet ("Dolmetschen") und die Übertragung als Kunst ("Übersetzung").			
11 Zielsprache, Translation, umsetzen	12		
13 pt	14 interpretar	15	
16 tipos de tradução	17		
18			
19 30/07/98	20 INEM	21	
22 Dolmetschen bezeichnet die mündliche Realisierung der Translation. Der ausgangssprachliche Text wird nur einmal und in mündlicher Form präsentiert. Der Dolmetscher muß sofort zumindest das Wesentliche des Textes erfassen und in die Zielsprache umsetzen. (Königs, 1981:316)			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Simultandolmetschen	03 Simultandolmetschen	04
05 klei	06 92	07 AC	08 Sns
10 Die normalerweise getrennten Prozesse des Sprachverstehens und Sprachproduktion sind beim Übersetzen verbunden- entweder unmittelbar, wie beim Simultandolmetschen, oder "off line", wie beim gewöhnlichen Übersetzen schriftlicher Texte, und sie verteilen sich auf zwei Sprachen.			
11 umsetzen, Dolmetscher	12		
13 pt	14 interpretação simultânea	15	
16 tipos de tradução	17 tradução oral		
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22 Simultandolmetschen: der Dolmetscher muß die ausgangssprachliche Äußerung noch während ihrer Produktion umsetzen. (Königs, 1981:317)			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Produktionsvorgang	03 Produktionsvorgang	04
05 klei	06 92	07 AC	08 Sms
10 Zum andern kann man aber auch den Produktionsvorgang und umgekehrt den Verstehensvorgang selbst untersuchen. (...) Die normalerweise getrennten Prozesse der Sprachverstehens und der Sprachproduktion sind beim Übersetzen verbunden.			
11	12 Sprachproduktionsprozeß		
13 pt	14 (procedimento da) produção	15	
16	17		
18			
19 18/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Verstehensvorgang	03 Verstehensvorgang	04
05 klei	06 92	07 AC	08 Sms
10 Zum andern kann man aber auch den Produktionsvorgang und umgekehrt den Verstehensvorgang selbst untersuchen. (...) Die normalerweise getrennten Prozesse des Sprachverstehens und der Sprachproduktion sind beim Übersetzen verbunden.			
11	12 Sprachverstehensprozeß		
13 pt	14 (procedimento da) compreensão	15	
16	17		
18			
19 18/8/98	20 INEM	21	
22			

E6: Crítica na tradução

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02	Übersetzungskritik	03	Übersetzungskritik	04
05 klei	06 92	07 AC	08 Sfs	09	
10 (...) Schaut man sich die Übersetzungskritik und auch Diskussionen typischer Schwierigkeiten in der Übersetzungswissenschaft an, so ist die Rolle des unterschiedlichen "Kontextes" im weitesten Sinne sicher das wichtigste der (...) Probleme.					
11	Übersetzung, Äquivalenz		12	Übersetzungswertung	
13 pt	14	critica da tradução		15	
16	tradutologia		17		
18					
19	12/08/98	20	INEM		
22	22 1. Die Aufgabe der Übersetzungskritik besteht in der objektiven Beurteilung einer Übersetzung. Sie muß sich (...) an der Übersetzungsfunktion und Äquivalenz orientieren. (Königs, 1981:333) 2. Die Übersetzungskritik gibt die Prinzipien an, auf Grund deren der Adäquanzgrad einer Übersetzung festgestellt wird. (Kollet, 1992: 23)				

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02	Fehlübersetzung	03	Fehlübersetzung	04
05 klei	06 92	07 AC	08 Sfs	09	
10 Wenn man jemanden warnen will, nicht über eine Stufe zu stolpern, sagt man im Deutschen oft <i>Vorsicht!</i> . Im Englischen wäre es sehr merkwürdig, unter denselben Bedingungen <i>Caution!</i> zu sagen.(...) Fälle dieser Art zählen zu den allertrivialissten Beispielen von Fehlübersetzungen, fast schon unter der Würde der wissenschaftlichen Untersuchung (...).					
11			12		
13 pt	14	tradução errônea		15	
16			17		
18					
19	31/08/98	20	INEM		
22					

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02	kontrastivenVergleichs	03	kontrastiver Vergleich	04
05 cose	06 78	07	08	09 SA	
10 (...) womit auch die Übersetzungstheorie als Sonderfall der "Linguistik der Sprachen", nämlich der konfrontativen Linguistik, angesehen wird. Insbesondere wird diese Problematik vom Gesichtspunkt der einzelsprachlichen Bedeutungen und ihres kontrastiven Vergleichs ausgegangen.					
11			12	Übersetzungsvergleich	
13 pt	14	comparação contrastiva, análise contrastiva		15	
16			17		
18					
19	20/08/98	20	INEM		
22					

FICHA TERMINOLÓGICA

01	02	03	04
05	06	07	08
09	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	20
21	22	23	24

E7: Tipos de tradução e vocabulários

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 literarische Übersetzung	03 literarische Übersetzung	04
05 cose	06 78	07	08 Sfs
10 Denn literarische Übersetzungen müssen u.U. auch eben "wörtlich" sein und wissenschaftliche Übersetzungen können auch "frei" sein.			
11	12 Übersetzung als Kunst		
13 pt	14 tradução literária	15	
16	tipos de tradução		
17			
18			
19	22/08/98	20 INEM	21
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 wissenschaftliche Übersetzung	03 wissenschaftliche Übersetzung	04
05 cose	06 78	07	08 Sfs
10 Denn literarische Übersetzungen müssen u.U. auch eben "wörtlich" sein und wissenschaftliche Übersetzungen können auch "frei" sein.			
11	12		
13 pt	14 tradução técnica, tradução científica	15	
16	tipos de tradução		
17			
18			
19	29/08/98	20 INEM	21
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01	02	03	04
05	06	07	08
09			
10			
11	12		
13	14	15	
16	17		
17			
18			
19	20	21	
20			
21			
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 terminologischer Wortschatz	03 terminologischer Wortschatz	04
05 cose	06 78	07 AC	08
10 Zumindest seit Schleiermacher weiß man auch reflektiert und explizite das, was die guten Übersetzer und die zwei- oder mehrsprachige Sprecher schon intuitiv gefühlt haben, nämlich daß Inhalte zweier verschiedener Sprachen- abgesehen vom terminologischen Wortschatz- oft nicht nur nicht in einem Verhältnis 1:1 (...) stehen.			
11	12 Fachwortschatz (?)		
13 pt	14 vocabulário terminológico	15	
16	vocabulários		
17	17 tipos		
18			
19	20/08/98	20 INEM	21
22			

E8: A tradução e o traduzir

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 (das) "Übersetzen"	03 (das) Übersetzen	04
05 cose	06 78	07	08 Sns
10 Die "Übertragung" ist in diesem Sinne eine rein technische Tätigkeit: die Technik der Feststellung von "Entsprechungen", d.h. von Äquivalenzen in der Bezeichnung, das "Übersetzen" hingegen ist eine komplexe Tätigkeit, die bei weitem nicht nur aus Übertragung besteht, ja oft sogar gerade Nicht-Übertragung sein kann bzw. muß.			
11		12	
13 pt	14 (o) traduzir		15 P
16		17	
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 Übertragung	03 Übertragung	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs
10 Man muß eben zwischen der (...) Übersetzung als einzelsprachlich bezogener Technik, die wir konventionell Übertragung nennen wollen, und der tatsächlichen Tätigkeit der Übersetzer (auch "Übersetzung als Kunst" genannt), die wir (...) Übersetzen nennen, unterscheiden.			
11 Äquivalenz, Bezeichnung, Übersetzung	12 Translation, Umsetzung		
13 pt	14transmissão/retransmissão	15	
16		17	
18			
19 12/06/98	20 INEM	21	
22 Die Übersetzung ist (...) eine rein technische Tätigkeit: die Technik der Feststellung von "Entsprechungen", d.h. von Äquivalenzen in der Bezeichnung. Die Übertragung ist die Übersetzung, die oft in rationaler Hinsicht unmöglich ist.			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 Übersetzung	03 Übersetzung	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs
10 (...) die existierende Übersetzung ist das Übersetzen, eine Tätigkeit, die keine rationalen, sondern nur empirische Grenzen für diese oder jene Sprachen bzw. Sprachgemeinschaften, für diese oder jene Texte kennt.			
11 AS, ZS, Übersetzer	12 Umsetzung		
13 pt	14 tradução		15
16		17	
18			
19 29/08/98	20 INEM	21	
22 Eine Übersetzung ist die adäquate interlinguale Umsetzung ausgangssprachlichen Materials unter Einhaltung zielsprachlicher Syntax, Lexik und stilistischer Normen, eine Umsetzung, deren Adäquatheit von der Kompetenz des Übersetzers bestimmt wird und unter Einfluß performativischer Prozesse, psychologischer Strukturierungsmechanismen und Erfahrungen des Übersetzers sowie situationaler Komponenten steht (Königs, 1981:204).			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01	02	03	04
05	06	07	08
10			09
11		12	
13		14	15
16		17	
18			
19		20	21
22			

E9: Procedimentos tradutórios

<u>FICHA TERMINOLÓGICA</u>			
01 al	02 Übernahme	03 Übernahme	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs
10 In diesem Fall darf das Sprachliche nicht übersetzt werden, wenn die Bezeichnung erhalten bleiben soll: Es muß als "bezeichnete Realität" in die Übersetzung übernommen werden. Das Übersetzen schließt nämlich von Fall zu Fall auch Schaffen von Entsprechungen (...). Übernahme, Anpassung, Nachahmung, analytische Erklärung, Kommentar(...)			
11		12 Entlehnung, Emprunt	
13 pt	14 transferência		15 P
16 procedimento tradutório		17 estrangeirismo (forma)	
18			
19 12/08/98	20 INEM		21
22 A transferência consiste em introduzir material textual da língua original para o texto na língua traduzida. (Barbosa, 1990:71)			

<u>FICHA TERMINOLÓGICA</u>			
01 al	02	03 Entlehnung	04
05	06	07	08 Sfs
10 (kommt nicht in den Texten hier vor)			
11 Zielsprache		12 Emprunt	
13 pt		14 empréstimo	15
16 procedimento tradutório		17 transferência	
18 tipos de transferência			
19 22/08/98	20		21
22 Emprunt ist das Schließen einer konzeptuellen und daher oft lexikalischen Lücke in der Zielsprache durch Übernahme des fremdsprachlichen Ausdrucks, der als typisch für die entsprechende Sprachgemeinschaft gilt (Entlehnung) oder durch engen Kontakt von Sprachen Eingang in ein Sprachsystem gefunden hat. (Königs, 1981:317)			

<u>FICHA TERMINOLÓGICA</u>			
01 al	02 Lehnübersetzung	03 Lehnübersetzung	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs
10 Für philologische Zwecke (...) ist natürlich eine "Anpassung" wie <i>mermaid</i> nicht zulässig, wohl aber, wenn es dem Übersetzer nur darum geht, die von Aristoteles vertretene allgemeine Idee zu vermitteln; außerdem kann beides auch kombiniert werden (wie z. B. wenn man () durch Lehnübersetzung, d.h. durch Nachahmung des griechischen Wortes mit <i>hirrocervus</i> oder mit <i>Bockhirsch</i> übersetzt)			
11 Entlehnung, Übernahme		12 Calque	
13 pt	14 decalque		15
16 procedimento tradutório		17 transferência	
18 tipo de transferência			
19 22/08/98	20 INEM		21
22 Lehnübersetzung (Calque) stellt innerhalb der Stylistique comparée einen speziellen Fall der Entlehnung dar; bei Übernahme eines ausgangssprachlichen Syntagmas in die Zielsprache wird die Struktur weitgehend erhalten, die einzelnen Elemente des Syntagmas werden dagegen übersetzt. (Königs, 1981:316)			

<u>FICHA TERMINOLÓGICA</u>			
01	02	03	04
05	06	07	08
10			09
11		12	
13		14	15
16		17	
18			
19	20		21
22			

E10: O tradutor diante do texto original

<u>FICHA TERMINOLÓGICA</u>			
01 al	02 gemeint	03 meinen	04
05 klei	06 92	07	08 V
10 Der Satz <i>Novis étions à l'étude</i> kann sehr wohl bedeuten, daß wir gerade Hausaufgaben machten; nur ist das hier nicht gemeint. Aber das, was gemeint ist, kann man eben nicht allein den Worten entnehmen, sondern es rührt aus nichtsprachlichem Wissen.			
11		12	
13 pt	14 intencionar		15
16		17	
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

<u>FICHA TERMINOLÓGICA</u>			
01 al	02 Gemeinde	03 Gemeinde	04
05 cose	06 78	07	08 Sns
10 Es wird von der Übersetzung (...) wenigstens implizite verlangt, daß sie alles in den Originaltexten Gemeinte und durch diese Texte als gemeint Verstandene mit den Mitteln der Zielsprache wiedergibt (...)			
11		12	
13 pt	14 o que foi intencionado (?)		15
16	tradutologia	17	
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22	Das Gemeinte ist die Einheit von inhaltlicher Information (= Verbalisiertem) und Situation, die zu übersetzen ist. (Vermeer, 1981:250)		

<u>FICHA TERMINOLÓGICA</u>			
01 al	02 Verstandene	03 Verstandene	04
05 cose	06 78	07 -	08 Sns
10 Es wird von der Übersetzung (...) wenigstens implizite verlangt, daß sie alles in den Originaltexten Gemeinte und durch diese Texte als gemeint Verstandene mit den Mitteln der Zielsprache wiedergibt (...)			
11		12	
13 pt	14 o que foi entendido/apreendido (?)		15
16	tradutologia	17	
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

<u>FICHA TERMINOLÓGICA</u>			
01 al	02	03 Ausgedrückte	04
05	06	07	08 Sns
10 (?)			
11		12	
13 pt	14		15
16		17	
18			
19 20/02/98	20 INEM	21	
22			

E11: Pressupostos da tradução

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 wiedergibt	03 wiedergeben	04 -
05 cose	06 78	07 AC	08 V
10 Es wird von der Übersetzung (...) wenigstens implizite verlangt, daß sie alles in den Originaltexten gemeinte und durch diese Texte als gemeint Verstandene mit den Mitteln der Zielsprache wiedergibt (...)			
11	12 reproduzieren (?)		
13 pt	14 reprodução(?)	redação/reprodução da forma	15
16	17		
18			
19 22/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 gleichgehalten	03 gleichhalten	04
05 klei	06 92	07	08 V
10 (...) sondern beschränke mich auf die andere Schwierigkeit: Was ist mit "Bedeutung" gemeint, wenn man sagt, die Bedeutung solle gleichgehalten werden?			
11	12 konstant halten		
13 pt	14 manter constante		15
16	17		
18			
19 14/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Gleichbleibende	03 Gleichbleibende	04
05 klei	06 92	07	08 Sns
10 In der Übersetzungswissenschaft hingegen geht es um das systematische Verhältnis von zwei Texten zueinander, die in einer Hinsicht gleich sind - sie drücken dasselbe aus - und in anderer nicht - nämlich in den Mitteln, mit denen sie dieses Gleichbleibende ausdrücken.			
11	12		
13 pt	14 (o que é para se mantido igual)		15
16	17		
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Ersezung	03 Ersetzung	04
05 cose	06 78	07	08 Sfs
10 Die Verschiedenheit der einzelsprachlichen Bedeutungen, d.h. die verschiedene Gestaltung der Wirklichkeit durch die Einzelsprachen, ist nicht, wie man oft meint, das Problem <i>par excellence</i> der Übersetzung, sondern vielmehr ihre Voraussetzung, die Bedingung ihrer Existenz: gerade deshalb gibt es Übersetzung und nicht nur bloße Ersetzung auf der Ausdrucksebene.			
11	12 Substitution		
13 pt	14 substituição		15
16	17		
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22 Die Substitution ist eine formale Übersetzungsprozedur, die die Inhaltsäquivalenz der zu substituierenden und der substituierten Zeichenfolgen voraussetzt und ist im Bereich der wörtlichen oder ranggleichen Übersetzung angesiedelt (Wilss, 1981:11).			

E12: As ambigüidades

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Doppeldeutigkeit	03 Doppeldeutigkeit	04
05 cose	06 78	07 08 Sfs	09
10 Ein italienischer Werbetext für Getränke lautet <i>Chi beve Neri, neri beve</i> , was auch als <i>Chi beve Neri, ne ribeve</i> interpretiert werden kann. Deutsche Übersetzungen wie " <i>Wer Neri trinkt, trinkt Neri</i> " oder " <i>Wer Neri trinkt, trinkt es wieder</i> " wären natürlich sinnlos, denn in jedem Fall hätte man nur eine Bezeichnung, und der Sinn des Wortspiels, die Doppeldeutigkeit, ginge verloren.			
11		12 Wortspiel (?)	
13 pt	14 duplo sentido, biunivocidade(?)		15
16		17	
18			
19 18/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Mehrdeutigkeit	03 Mehrdeutigkeit	04
05 cose	06 78	07 08 Sfs	09
10 Ferner kann das Sprachliche mit bezeichnender Funktion und zugleich- durch Klang, Rhythmus, Dimension und andere Eigenschaften- mit "malerischer"(d.h. die bezeichnende Realität direkt darstellender) Funktion oder durch Homophonie bzw. phonische Ähnlichkeit mit intentioneller Mehrdeutigkeit (wie in so vielen Wortspielen) verwendet werden.			
11		12	
13 pt	14 multivocidade(?), plurivocidade(?)		15
16		17	
18			
19 19/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 eindeutig	03 Eindeutigkeit	04
05 klei	06 92	07 08 Sfs	09
10 (?)			
11		12	
13 pt	14 inequívocidade(?), univocidade(?)		15
16		17	
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01	02	03	04
05	06	07	08
09			
10			
11		12	
13	14		15
16		17	
18			
19		20	21
22			

E13: Equivalência

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 Equivalenzen	03 Äquivalenz	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs
10 In der Übersetzung geht es folglich an erster Stelle um Äquivalenzen in der Bezeichnung. (...) Das es sich außerdem um Äquivalenzen in bestimmten Situationen und Kontexten handelt, muß man bei der Feststellung der Entsprechungen zwischen Bedeutung und Verwendung der Bedeutung unterscheiden, da auch oppositiv analoge Bedeutungen in verschiedene Sprachen in verschiedene Weise verwendet werden können.			
11		12 Übersetzungäquivalenz	
13 pt	14 equivalência		15
16	16 propósito da tradução		
18			
19	16/08/98	20 INEM	21
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 Äquivalenzbegriff	03 Äquivalenzbegriff	04
05 klei	06 92	07 AC	08 Sms
10 Um die zweite Frage, nämlich die nach dem Verhältnis zwischen den Ausdrucksmitteln in beiden Sprachen, klären zu können, braucht man ein <i>tertium comparationis</i> , vor dessen Hintergrund man sie vergleichen kann. Das ist in aller Regel eben die für konstant angesehene Bedeutung, mit all den angedeuteten Schwierigkeiten. Etwas anders gesagt: Bevor man die Äquivalenz bestimmter Ausdrucksmittel wie Wort, Satzstruktur, Textaufbau usw. diskutieren kann, muß zunächst einmal klar sein, welchen Äquivalenzbegriff man im Sinn hat.			
11		12	
13 pt	14 conceito de equivalência		15
16		17	
18			
19	20/08/98	20 INEM	21
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 Invarianz	03 Invarianz	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs
10 Die älteste Übersetzungstheorie (...) verlangt im allgemeinen nur die Invarianz des Textinhalts, der üblicherweise "Sinn" (<i>sensus</i>) genannt wird, obwohl bisweilen oder für bestimmte Texte auch andere Forderungen an die Übersetzung gestellt werden.			
11	11 Übersetzung, Zielsprache		
13 pt	14 Invariância	12 Äquivalenz (?)	15
16		17	
18			
19	12/08/98	20 INEM	21
22 Invarianz ist die unveränderlichkeit des ausgangssprachlichen Textgehalts bei seiner Übersetzung in die Zielsprache. (Invarianz ≠ Äquivalenz) (Königs, 1981:321)			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 Verhältnis	03 Verhältnis	04
05 cose	06 78	07	08 Sns
10 1. Die Problematik der Übersetzung wird (...) sehr oft vom Gesichtspunkt der Einzelsprachen aus gestellt, dh. als Problematik, die das Verhältnis Ausgangssprache-Zielsprache betreffen würde. 2. (...) daß die Inhalte zweier verschiedener Sprachen (...) oft nicht nur nicht in einem Verhältnis 1 zu 1 und nicht nur nicht in einem "rationalen" Verhältnis vom Typ 1 zu 2 (bzw. 1 zu 3, 1 zu 4 usw.) (...) zueinander stehen.			
11		12 AS-ZS Verhältnis	
13 pt	14 relação	15	
16		17	
18			
19	20/08/98	20 INEM	21
22			

E14: Elementos do conteúdo

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Bezeichnung	03 Bezeichnung	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs
10 Die Bezeichnung hingegen ist der Bezug auf die außersprachliche "Sache", auf den außersprachlichen "Sachverhalt" oder "Tatbestand" bzw. das außersprachliche Gemeinte selbst. Die Bezeichnung ist zwar nur über sprachliche Bedeutungen erreichbar, sie fällt aber keineswegs mit der Bedeutung zusammen.			
11 Bedeutung	12		
13 pt	14 designação	15	
16 elementos do conteúdo	17 conteúdo lingüístico		
18			
19	20	21	
22 Die Bezeichnung hingegen ist der Bezug auf die außersprachliche "Sache", auf den außersprachlichen "Sachverhalt" oder "Tatbestand" bzw. das außersprachliche Gemeinte selbst. Die Bezeichnung ist zwar nur über sprachliche Bedeutungen erreichbar, sie fällt aber keineswegs mit der Bedeutung zusammen. (Coseriu, 1978)			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Bedeutung	03 Bedeutung	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs
10 Die Bedeutung ist der jeweils einzelsprachlich- und zwar ausschließlich durch die Einzelsprache als solche-gegebene Inhalt.			
11 Einzelsprache, Inhalt	12 Referenz (~)		
13 pt	14 referência, significado	15	
16 elementos do conteúdo	17 conteúdo lingüístico		
18			
19 22/08/98	20 INEM	21	
22 Die Bedeutung ist der jeweils einzelsprachlich- und zwar ausschließlich durch die Einzelsprache als solche-gegebene Inhalt. (Coseriu, 1978)			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Sinn	03 Sinn	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sms
10 Sinn ist der besondere Inhalt eines Textes oder einer Texteinheit, soweit dieser Inhalt nicht einfach mit der Bedeutung und mit der Bezeichnung zusammenfällt.			
11 Bedeutung, Bezeichnung, Inhalt	12		
13 pt	14 sentido	15	
16 elementos do conteúdo	17 conteúdo lingüístico		
18			
19 22/08/98	20 INEM	21	
22 Sinn ist der besondere Inhalt eines Textes oder einer Texteinheit, soweit dieser Inhalt nicht einfach mit der Bedeutung und mit der Bezeichnung zusammenfällt. (Klein, 1992:5)			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Inhalt	03 Inhalt	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sms
10 Es geht in der Übersetzung darum, einen gleichen Textinhalt in verschiedenen Sprachen auszudrücken. Da nun die einzelsprachlichen Inhalte verschieden sind, der "übersetzte" Inhalt aber "der gleiche" sein muß, kann dieser Inhalt auch nicht einzelsprachlich, sondern nur übereinzelsprachlich sein.			
11	12 Bedeutung (?)		
13 pt	14 conteúdo	15	
16	17		
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

E15: Conceitos de significado na tradução

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 übersetzungsrelevanten Bedeutungsbegriff	03 übersetzungsrelevanter Bedeutungsbegriff	04
05 klei	06 92	07 08	09 SA
10	Begriffe wie Intension und Extension sind wohldefiniert: aber sie decken nicht ab, was an Bedeutung in einer sinnvollen Übersetzung gewahrt werden soll. Dies ist keine Kritik an der Begrifflichkeit der formalen Semantik. Sie ist in Sachen Bedeutung das Beste, was derzeit auf dem Markt der Linguistik zu haben ist. Aber sie wird schon den relativ elementaren, ja trivialen Anforderungen an einen "übersetzungsrelevanten Bedeutungsbegriff" nicht gerecht.		
11		12	
13 pt	14 conceito de significado relevante para a tradução	15	
16		17	
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 wesentlicher Bedeutungsbegriff	03 wesentlicher Bedeutungsbegriff	04
05	06	07 08	09
10			
11		12	
13 pt	14 conceito de significado essencial	15	
16		17	
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 Opposition	03 Opposition	04
05 klei	06 92	07 AC	08 Sfs
10	Schw. <i>leka</i> kann nicht ins Deutsche "übersetzt" werden, da das Deutsche das Spielen der Kinder nicht vom Spielen der Erwachsenen unterscheidet. (...), man könnte es ins (...) Toskanische "übersetzen", da das Toskanische zufällig eine ähnliche Opposition wie <i>spela / leka</i> kennt (<i>giocari / baloccarsi</i>), (...).		
11		12 semantische Opposition	
13 pt	14 oposição semântica	15	
16		17	
18			
19 19/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01	02	03	04
05	06	07 08	09
10			
11		12	
13	14	15	
16		17	
18			
19	20	21	
22			

E16: A expressão linguística na tradução

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Ausdruck	03 Ausdruck	04
05 cose	06 78	07	08 Sms
10	Zugleich aber betrachtet man gerade diese Verschiedenheit der einzelsprachlichen Gestaltung der Bedeutungen als das Hauptproblem der Übersetzungstheorie bzw. als die Hauptschwierigkeit des Übersetzens, man fragl, wie man diesen oder jenen isolierten Ausdruck "ins Französische" oder ins "Deutsche" übersetzt (...)		
11	12 Wort		
13 pt	14 expressão		15
16	17		
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Ausdrucksebene	03 Ausdrucksebene	04
05 cose	06 78	07	08 Sfs
10	Zwar haben wir es dabei nicht mehr mit der älteren bzw. populären (von den guten Übersetzern übrigens nie geteilten) Auffassung zu tun, gemäß der die einzelsprachlichen Inhalte einfach die gleichen wären, wodurch die Übersetzung einer Ersetzung auf der Ausdrucksebene gleichkäme.		
11	12		
13 pt	14 plano da expressão		15
16	17		
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Ausdrucksvarianten	03 Ausdrucksvarianten	04
05 klei	06 92	07	08 Spl
10	Und zum anderen ist die Fähigkeit, zwischen der Angemessenheit solcher Ausdrucksvarianten zu entscheiden, nicht minder ein Teil der menschlichen Sprachfähigkeit als jene zu entscheiden, ob ein Ausdruck grammatisch zulässig ist, oder ob seine Bedeutung aus der eines anderen Ausdrucks folgt.		
11	12		
13 pt	14 variantes de expressão		15
16	17		
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 kontextabhängige Ausdrücke	03 kontextabhängiger Ausdruck	04
05 klei	06 92	07	08 -
10	Es ist möglich und erforderlich, die Bedeutung nicht nur von möglichen Werten abhängig zu machen, sondern noch von anderen "Indices", etwa der Sprechzeit, nur so lassen sich kontextabhängige Ausdrücke wie etwa <i>jetzt</i> , <i>morgen</i> usw. analysieren (...)		
11	12		
13 pt	14 expressão dependente do contexto		15
16	17		
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

E17: Conteúdos linguísticos na tradução

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 sprachlichen Gehalt	03 sprachlicher Gehalt	04
05 cose	06 78	07 08	09 SA
10	Andererseits aber funktionieren die Texte, (...), nicht nur durch ihren sprachlichen Gehalt, sondern auch durch ihren impliziten Bezug auf allgemeingültige Denkprinzipien, auf die allgemeine "Kenntnis der Sachen", auf Vorstellungen und Meinungen in bezug auf die "Sachen" sowie auf allerlei außersprachliche Kontexte.		
11	12 sprachlicher Inhalt		
13 pt	14 conteúdo linguístico	15	
16	17		
18			
19 28/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 auszudrückende Inhalt	03 auszudrückende Inhalt	04
05 cose	06 78	07 08	09 SA
10	In der semasiologischen Phase verhält sich der Übersetzer wie ein Sprecher der Ausgangssprache, der einen Text versteht ("dekodiert"), in der onomasiologischen Phase wie ein Sprecher der Zielsprache, der einen Text erzeugt ("enkodiert"), mit dem einzigen Unterschied, daß ihm der auszudrückende Inhalt bis in Einzelheiten vorgegeben ist.		
11	12		
13 pt	14 conteúdo a ser expresso	15	
16	17		
18			
19 29/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 einzelsprachlichen Inhalte	03 einzelsprachlicher Inhalt	04
05 cose	06 78	07 08	09 SA
10	Es geht in der Übersetzung darum, "einen gleichen Textinhalt" in verschiedenen Sprachen auszudrücken. Da nun die einzelsprachlichen Inhalte verschieden sind, der "übersetzte" Inhalt aber "der gleiche" sein muß, kann dieser Inhalt nicht einzelsprachlich, sondern nur übereinzelsprachlich sein.		
11	12 Bedeutung (?)		
13 pt	14 conteúdo da língua individual	15	
16	17		
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Einzelsprachen	03 Einzelsprache	04
05 cose	06 78	07 08 Sfs	09
10	Die Problematik der Übersetzung (...) wird als eine die Einzelsprachen (die <i>langues</i>) betreffende Problematik angegangen.		
11	12		
13 pt	14 língua individual	15	
16	17		
18			
19 14/08/98	20 INEM	21	
22			

E18: Meios na tradução

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02(mit) sprachlichen Mitteln	03 sprachliche Mittel	04
05 cose	06 78	07	08 - 09 SA
10	Nur Texte werden übersetzt; und die Texte werden nicht mit sprachlichen Mitteln allein erzeugt, sondern zugleich, in verschiedenem Maß, auch mit Hilfe von außersprachlichen Mitteln. Das Problem beim Übersetzen ist in dieser Hinsicht das Problem der identischen Bezeichnung mit verschiedenen Sprachmitteln, d.h. nicht etwa "Wie übersetzt man diese oder jene Bedeutung dieser Sprache?", sondern "Wie nennt man den gleichen Sachverhalt bzw. Tatbestand in einer anderen Sprache in den gleichen Situationen?".		
11	12 Sprachmittel, Ausdrucksmittel (?)		
13 pt	14 meios lingüísticos 15		
16	17		
18			
19 22/08/98	20 INEM		21
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 (von) außersprachlichen Mitteln	03 außersprachliche Mittel	04
05 cose	06 78	07	08 - 09 SA
10	Nur Texte werden übersetzt; und die Texte werden nicht mit sprachlichen Mitteln allein erzeugt, sondern zugleich, in verschiedenem Maß, auch mit Hilfe von außersprachlichen Mitteln. Das Problem beim Übersetzen ist in dieser Hinsicht das Problem der identischen Bezeichnung mit verschiedenen Sprachmitteln, d.h. nicht etwa "Wie übersetzt man diese oder jene Bedeutung dieser Sprache?", sondern "Wie nennt man den gleichen Sachverhalt bzw. Tatbestand in einer anderen Sprache in den gleichen Situationen?".		
11	12		
13 pt	14 meios extra-lingüísticos 15		
16	17		
18			
19 22/08/98	20 INEM		21
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 außersprachliche Kontexte	03 außersprachlicher Kontext	04
05 cose	06 78	07 AC	08 - 09 SA
10	Andererseits aber funktionieren die Texte, (...) nicht nur durch ihren sprachlichen Gehalt, sondern auch durch ihren impliziten Bezug auf allgemeingültige Denkprinzipien, auf die allgemeine "Kenntnis der Sachen", auf Vorstellungen und Meinungen in bezug auf die "Sachen" sowie auf allerlei außersprachliche Kontexte.		
11	12		
13 pt	14 contexto extra-lingüístico 15		
16	17		
18			
19 20/08/98	20 INEM		21
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 nichtsprachlichen Wissen	03 nichtsprachliches Wissen	04
05 klei	06 92	07	08 - 09 SA
10	Wie wir einen Satz verstehen, hängt zum einen von seiner "kompositionellen Bedeutung" ab, zum anderen von einer Menge nichtsprachlichen Wissen, das wir zu einer Interpretation herausziehen. (...) (Es) bezieht sich auf all das weitere Wissen, das der Sprecher (oder Autor) bei seinem Hörer (oder Leser) unterstellt und dem er seine Worte anpaßt.		
11	12 außersprachliches Wissen		
13 pt	14 conhecimento não-lingüístico 15 P		
16	16 teorias de significado 17		
18			
19 14/08/98	20 INEM		21
22	Das nichtsprachliche Wissen "bezieht sich auf all das weitere Wissen, das der Sprecher (oder Autor) bei seinem Hörer (oder Leser) unterstellt und dem er seine Worte anpaßt". Klein (1992:12)		

E19: Tipos de significado na tradução (a)

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Bedeutungstheorie	03 Bedeutungstheorien	04
05 klei	06 92	07 08 Spl	09
10 Die beiden oben kurz diskutierten Bedeutungstheorien leisten dazu zu wenig. Kein Vorwurf, (...), sie sind dafür nicht gemacht.			
11		12	
13 pt	14 teorias de/do significado		15
16		17	
18			
19 14/08/98	20 INEM		21
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 pragmatische Bedeutung	03 pragmatische Bedeutung	04
05 klei	06 92	07 08 -	09 SA
10 Es ist offenkundig, daß die beiden Ausdrücke <i>Watch out!</i> und <i>Vorsicht!</i> nicht dasselbe bedeuten - in einem gewissen Sinne; in einem anderen Sinne bedeuten sie natürlich genau dasselbe. Ihre "lexikalische Bedeutung" ist verschieden, ihre "pragmatische Bedeutung" ist, jedenfalls in bestimmten Situationen, gleich.			
11		12	
13 pt	14 significado pragmático		15
16	teorias de significado	17	
18			
19 14/08/98	20 INEM		21
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02lexikalische Bedeutung	03 lexikalische Bedeutung	04
05 klei	06 92	07 AC	08 -
10 Es ist offenkundig, daß die beiden Ausdrücke <i>Watch out!</i> <i>Vorsicht!</i> nicht dasselbe bedeuten - in einem gewissen Sinne; in einem anderen Sinne bedeuten sie natürlich genau dasselbe. Ihre "lexikalische Bedeutung" ist verschieden, ihre "pragmatische Bedeutung" ist, jedenfalls in bestimmten Situationen, gleich.			
11		12	
13 pt	14 significado lexical		15
16	teorias de significado	17	
18			
19 20/08/98	20 INEM		21
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 (der) einzelsprachlichen Bedeutungen	03 einzelsprachliche Bedeutung	04
05 cose	06 78	07 08 -	09 AS
10 Die Verschiedenheit der einzelsprachlichen Bedeutungen, d.h. die verschiedene Gestaltung der Wirklichkeit durch die Einzelsprachen, ist nicht, (...) das Problem <i>par excellence</i> der Übersetzung (...)			
11		12	
13 pt	14 referência da língua individual		15
16	tradutologia	17	
18			
19 21/08/98	20 INEM		21
22			

E20: Tipos de significado na tradução (b)

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 Wortbedeutungen	03 Wortbedeutung	04
05 klei	06 92	07 A	08 Sfs
10 Wie wir (...) gesehen haben, liefern Wortbedeutungen und semantischer Beitrag der grammatischen Regeln nicht alles an Bedeutung, was unter der Perspektive der Übersetzung relevant wäre.			
11		12	
13 pt	14 significado das palavras/lexical		15
16		17	
18			
19 16/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 sinnvolle Übersetzung	03 sinnvolle Übersetzung	04
05 klei	06 92	07 AC	08 -
10 Die "Interpretation" einer Äußerung ergibt sich erst aus dem Zusammenspiel von kompositioneller Bedeutung und nichtsprachlichem Wissen; was in einer sinnvollen Übersetzung bewahrt werden muß, ist aber offenbar nicht nur die kompositionelle Bedeutung, sondern die "Interpretation".			
11		12. sinngemäße Übersetzung	
13 pt	14 tradução conveniente (?)		15
16		17	
18			
19 29/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02kompositionelle Bedeutung	03kompositionelle Bedeutung	04
05 klei	06 92	07 -	08 -
10 Was ist bei der Übersetzung zu wahren: das, was im Satz gleichsam Wort für Wort ausgedrückt ist - die "kompositionelle Bedeutung" - oder das, was der Leser, an den sich der Satz wendet, normalerweise verstehen würde?			
11		12	
13 pt	14 significado composicional		15
16 teorias de significado		17	
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02 soziale Bedeutung	03 soziale Bedeutung	04
05 klei	06 92	07 -	08 -
10 Schließlich ist es nicht eben ungewöhnlich, auf eine solche Äußerung mit der Frage wie <i>meinst Du das?</i> zu reagieren, die dann ihrerseits wiederum zu allerlei verbalen und nichtverbalen Reaktionen führen kann. Was sich dabei herausstellt, ist so etwas wie die "soziale Bedeutung" für die betreffenden Gesprächspartner, und diese ergibt sich nicht aus einer konventionellen Zuordnung von Form und Funktion, wie dies etwa bei der kompositionellen Bedeutung angenommen wird.			
11		12	
13 pt	14 significado social		15
16 teorias de significado		17	
18			
19 22/08/98	20 INEM	21	
22			

E21: Unidades de significado na tradução

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 Bedeutungseinheiten	03 Bedeutungseinheit	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs
10 Außerdem funktionieren die einzelsprachlichen Bedeutungen im Text nicht als solche, sondern nur als "Varianten" (als Bedeutungseinheiten können sie nämlich nur aus vielen verschiedenen Redakteuren oder, auf der Ebene der Sprache selbst, durch die Kommutationsprobe ermittelt werden)			
11		12 Übersetzungseinheit	
13 pt	14 unidades de significado/ção/referências/de referência (?)		15
16		17	
18			
19 28/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 Bedeutungsgleichheit	03 Bedeutungsgleichheit	04
05 klei	06 92	07	08 Sfs
10 Erstens muß sie (die Linguistik) diese Begriffe von Bedeutung und möglicherweise andere, die gleichfalls eine Rolle spielen, präzise definieren, und zwar soweit, daß empirische Behauptungen über Bedeutungsähnlichkeit überprüfbar sind.			
11		12	
13 pt	14 igualdade de significado		15
16		17	
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02Bedeutungsentsprechungen	03 Bedeutungsentsprechung	04
05 cose	06 78	07 -	08 Sfs
10 (...) und dt. <i>Guten Morgen</i> kann man ins Französische, Italienische oder Spanische gar nicht "übersetzen", da die Bedeutungsentsprechungen <i>Bon matin</i> , <i>Buon mattino</i> , <i>Buena mañana</i> überhaupt nicht gesagt werden.			
11		12	
13 pt	14 correspondência nas referências/nos significados		15
16		17	
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

FICHA TERMINOLÓGICA			
01 al	02 Bedeutungswahrung	03 Bedeutungswahrung	04
05 klei	06 92	07 AC	08 Sfs
10 Es geht im folgenden nur um die schlichte Frage, ob sie (die Betrachtungsweisen) geeignet sind, den üblichen Problemen der Bedeutungswahrung, wie sie bei Übersetzungen tagaus tagein auftreten, gerecht zu werden.			
11		12	
13 pt	14 manutenção do significado		15
16		17	
18			
19 20/08/98	20 INEM	21	
22			

E22: Adaptação de significado

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02	Anpassung	03	Anpassung	04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs	09	
10 Das Übersetzen schließt nämlich von Fall zu Fall auch Schaffen von Entsprechungen (d.h. von neuen Bedeutungen und Ausdrucksweisen in der Zielsprache), Übernahme, Anpassung, Nachahmung, analytische Erklärung, Kommentar bzw. Erläuterung ein.					
11	Zielsprache, Ausgangssprache		12	Adaptation, Bedeutungsanpassung	
13 pt	14 adaptação/ adaptação de significado		15		
16	procedimento tradutório		17		
18	divergência na realidade extra-lingüística				
19	13/08/98	20	INEM	21	
22 Adaptation ist die "Veranschaulichung" bzw. Umsetzung von Konzepten, die es in der Zielsprache nicht gibt und kommt v.a. dann zur Anwendung, wenn die kulturell-gesellschaftliche, lebensweltliche Distanz zwischen Sprechern der Ausgangs- und Zielsprache besonders groß sind					

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02	Bedeutungsanpassung	03	Bedeutungsanpassung		04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs	09		
10 Bei bisher unbekanntem Bezeichnungen (in der Zielsprache noch nicht bekannten "Realitäten") verfahren die Übersetzer wie die Sprecher im allgemeinen, d.h. sie wenden dafür die gleichen Verfahren an, die die Sprecher einer Sprache in solchen Fällen anwenden: Übernahme von Ausdrücken aus der Ausgangssprache, Bedeutungsanpassung ("Lehnübersetzungen"), Schaffen von neuen Ausdrücken und Bedeutungen mit einheimischen Mitteln.						
11	Zielsprache, Ausgangssprache		12	Anpassung, Adaptation		
13 pt	14 adaptação de significado, adaptação		15			
16	procedimento tradutórios		17			
18						
19	20/08/98	20	INEM	21		
22 Adaptation ist die "Veranschaulichung" bzw. Umsetzung von Konzepten, die es in der Zielsprache nicht gibt und kommt v.a. dann zur Anwendung, wenn die kulturell-gesellschaftliche, lebensweltliche Distanz zwischen Sprechern der Ausgangs- und Zielsprache besonders groß ist.						

FICHA TERMINOLÓGICA

01 al	02	Nachahmung	03	Nachahmung		04
05 cose	06 78	07 AC	08 Sfs	09		
10 Das "Malerische" und die Mehrdeutigkeit können nur nachgeahmt werden, und oft ist die Nachahmung kaum möglich, wenn sowohl die Bezeichnung als auch der Sinn erhalten bleiben sollen, denn sie hängt davon ab, ob die Zielsprache ähnliche Ausdrücke wie die Ausgangssprache für die gleichen Bezeichnungen besitzt.						
11			12			
13 pt	14 modulação		15			
16	procedimento tradutório		17			
18						
19	13/08/98	20	INEM	21		
22 Modulação é a reprodução da mensagem do texto na língua de saída no texto da língua traduzida, mas sob um ponto de vista diverso. Pode ser obrigatória ou facultativa (por diferença de estilo). (Barbosa, 1990:67)						

FICHA TERMINOLÓGICA

01	02	03	04
05	06	07	08
09			
10			
11			12
13	14		15
16			17
18			
19	20		21
22			

Referências Bibliográficas

- ARNTZ, Reiner, PICHT, Heribert. **Einführung in die Terminologiearbeit**. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1995.
- _____. Zur Rolle der Definition in der mehrsprachigen Terminologiearbeit. In: ____ (org.) **Textlinguistik und Fachsprache**. AILA - Symposion (13-16/04/1987: Hildesheim). Hildesheim: Georg Olms, 1988, p. 173-185.
- _____. Terminologievergleich und internationale Terminologieangleichung. In: SNELL - HORNBY, Mary (org.) **Übersetzungswissenschaft - Eine Neuorientierung**. Tübingen: UTB - Francke, 1986, p. 283-310.
- AUBERT, Francis Henrik. **Introdução à Metodologia da Pesquisa Terminológica Bilingüe**. Cadernos de Terminologia - N.2. CITRAT/FFLCH/USP. São Paulo: Humanitas Publicações, 1996b.
- _____. Língua como estrutura e como fato histórico-social: conseqüências para a terminologia. In: ALVES, Ieda Maria (org.) **A constituição da normalização terminológica no Brasil**. Cadernos de Terminologia. CITRAT/FFLCH/USP. São Paulo: Humanitas Publicações, 1996a, n. 1, p. 11-15.
- AZENHA, Jr. João. Tradução Técnica, Condicionantes Culturais e os Limites da Responsabilidade do Tradutor. In: TORRES, Marie-Hélène Catherlne, FURLAN, Mauri, COSTA, Walter Carlos (org.) **Cadernos de Tradução**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, n. 1, 1996, p. 137-149.
- BAKER, Mona. **In other words**. A coursebook on translation, London: Routledge, 1992.
- BARBOSA, Heloísa. **Procedimentos Técnicos da Tradução - Uma nova proposta**. Campinas: Pontes Editores, 1990.
- BARBOSA, Maria Aparecida. Dicionário, Vocabulário, Glossário: concepções. In: ALVES, Ieda Maria (org.) **A constituição da normalização terminológica no Brasil**. Cadernos de Terminologia. CITRAT/FFLCH/USP. São Paulo: Humanitas Publicações, 1996, n. 1, p. 23-45.
- BAUSCH, Karl-Heinz, SCHEWE, Wolfgang H.U., SPIEGEL, Heinz-Rudi. Eindeutige Verständigung - ein Element technisch-wissenschaftlicher Entwicklung. Zur Einleitung. In: _____. **Fachsprachen - Terminologie. Struktur. Normung**. DIN Normungskunde, Berlin: Beuth, n. 4, 1976, p. 11-18.

- BENES, Eduard. Syntaktische Besonderheiten der deutschen wissenschaftlichen Fachsprache. In: BAUSCH, Karl-Heinz, SCHEWE, Wolfgang H. V. SPIEGEL, Heinz-Rudi. **Fachsprachen - Terminologie. Struktur. Normung.** DIN Normungskunde, Berlin: Beuth, n. 4, 1976, p. 88-98.
- BRAND, Vladimir. Fachterminologie als selbständige Wissenschaft. In: LAURÉN, Christer, PICHT, Heribert (org.). **Ausgewählte Texte zur Terminologie.** IITF - Infoterm. Viena: TermNet, 1993, p. 14-32.
- CAMPOS, Haroldo de. Tradução e reconfiguração do imaginário: o tradutor como transfigidor. In: COULTHARD, Malcolm, CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa (org.). **Tradução: teoria e prática.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1992, p. 17-31.
- CINTRA, Anna Maria Marques et al. Linguagens documentárias e terminologia. In: ALVES, Ieda Maria (org.). **A constituição da normalização terminológica no Brasil.** Cadernos de Terminologia. CITRAT/FFLCH/USP. São Paulo: Humanitas Publicações, n. 1, 1996, p. 17-22.
- COSERIU, Eugenio. Falsche und richtige Fragestellungen in der Übersetzungstheorie. In: WILSS, Wolfram (org.) **Übersetzungswissenschaft. Wege zur Forschung.** Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, v. 535, 1991, p. 27-47.
- FELBER, H. Einige Grundfragen der Terminologiewissenschaft aus der Sicht der Allgemeinen Terminologielehre. In: LAURÉN, Christer, PICHT, Heribert (org.) **Ausgewählte Texte zur Terminologie.** IITF Infoterm. Viena: TermNet, 1993, p. 377-396.
- FILIPEC, Josef. Zur Spezifik des spezielsprachlichen Wortschatzes gegenüber dem allgemeinen Wortschatz. In: BAUSCH, Karl-Heinz, SCHEWE, Wolfgang H. V. SPIEGEL, Heinz-Rudi. **Fachsprachen - Terminologie. Struktur. Normung.** DIN Normungskunde, Berlin: Beuth, n. 4, 1976, p. 55-62.
- _____. Zur Frage des Systems in der Terminologie. In: LAURÉN, Christer, PICHT, Heribert. (org.) **Ausgewählte Texte zur Terminologie.** IITF- Infoterm. Viena: TermNet, 1993, p. 109-120.
- FLUCK, Hans-Rüdiger. **Fachsprachen.** 4. Aufl. Tübingen: Francke Verlag, 1991.
- _____. **Fachdeutsch in Naturwissenschaft und Technik.** Heidelberg: Julio Groos Verlag, 1984.

- FOTIEV, A.M. Wissenschaftlicher und technischer Fortschritt und die Verständigungsmittel. Terminologie- eine selbständige wissenschaftliche Disziplin. In: LAURÉN, Christer, PICT, Heribert. (org.) **Ausgewählte Texte zur Terminologie.** IITF- Infoterm. Viena: TermNet, 1993, p. 10-13.
- GIL, Alberto. Terminologienormung in Spanien und Lateinamerika. In: ALBRECHT, Jörn, BAUM, Richard (org.) **Fachsprachen und Terminologie in Geschichte und Gegenwart.** Tübingen: Narr Verlag, 1992, p. 263-273.
- HERZOG, Reinhart. Gegenwärtige Tendenzen in der terminologischen Wortbildung. In: BAUSCH, Karl-Heinz, SCHEWE, Wolfgang H. V. SPIEGEL, Heinz-Rudi. **Fachsprachen - Terminologie. Struktur. Normung.** DIN Normungskunde, Berlin: n. 4, 1976, p. 73-79.
- HOBERG, Rudolf. Die Rolle der deutschen Sprache in Wissenschaft und Technik. **MDÜ - Mitteilungsblatt für Dolmetscher und Übersetzer.** Bonn: n. 2, 1995, p. 1-8.
- HOFFMANN, Lothar. **Vom Fachwort zum Fachtext - Beiträge zur Angewandten Linguistik.** Tübingen: Narr Verlag, 1988.
- _____. **Kommunikationsmittel - Fachsprache.** Eine Einführung. 3. Aufl. Berlin: Akademie Verlag, 1987.
- HORECKY, J. Zu Bedeutungsbeziehungen zwischen den terminologischen Benennungen. In: LAURÉN, Christer, PICT, Heribert. (org.) **Ausgewählte Texte zur Terminologie.** IITF- Infoterm. Viena: TermNet, 1993, p. 81-88.
- KANDELAKI, T.L. Die verschiedenen Bedeutungen der Termini und die Bedeutungssysteme der wissenschaftlich-technischen Terminologien. In: LAURÉN, Christer, PICT, Heribert (org.). **Ausgewählte Texte zur Terminologie.** IITF - Infoterm. Viena: TermNet, 1993, p. 238-279.
- KLEIN, Wolfgang. Was kann sich die Übersetzungswissenschaft von der Linguistik erwarten? In: ____ et al. (org.). **Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik- LiLi.** Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, n. 84, 1992, p. 104-123.
- KOLLER, Werner. **Einführung in die Übersetzungswissenschaft** 4.Aufl. Heidelberg: Quelle & Meyer, 1992.
- KÖNIGS, Frank G. Übersetzungswissenschaftliche Terminologie. In: BAUSCH, Karl-Richard, WELLER, Franz-Rudolf (org.). **Übersetzen und Fremdsprachenunterricht.** Frankfurt am Main: Diesterweg, 1981, p. 314-338.

- _____. Übersetzung und Fremdsprachenunterricht - vereinbar oder unvereinbar. In: BAUSCH, Karl- Richard, WELLER, Franz-Rudolf (org.). **Übersetzen und Fremdsprachenunterricht**. Frankfurt am Main: Diesterweg, 1981, p. 203-216.
- LAURÉN, Christer. Klassische Sprachen und Termine. Eine Studie zu vier schwedischen Technolekten. In: _____, PICTH, Heribert (org.) **Ausgewählte Texte zur Terminologie**. IITF - Infoterm. Viena: TermNet, 1993, p. 457 - 469.
- LAURÉN, Christer, PICTH, Heribert. Vergleich der terminologischen Schulen. In: _____, _____ (org.) **Ausgewählte Texte zur Terminologie**. IITF - Infoterm. Viena: TermNet, 1993, p. 403-539.
- LOTTE, D.S. Einige grundlegende Fragen über Auswahl und Bildung wissenschaftlich-technischer Termini. In: LAURÉN, Christen, PICTH, Heribert (org.). **Ausgewählte Texte zur Terminologie**. IITF - Infoterm. Viena: TermNet, 1993, p. 159 - 189.
- _____. Aufgabe und Methoden zur Regelung von technischer Terminologie. In: LAURÉN, Christer, PICTH, Heribert (org.). **Ausgewählte Texte zur Terminologie**. IITF - Infoterm. Viena: TermNet, 1993, p. 190 - 205.
- MÖHN, Dieter. Sprache - Schlüssel zur Technik. In: BAUSCH, Karl-Heinz, SCHEWE, Wolfgang H.U., SPIEGEL, Heinz-Rudi. **Fachsprachen - Terminologie. Struktur. Normung**. DIN Normungskunde, Berlin: Beuth, n. 4, 1976, p. 20-32.
- NIDA, Eugene A. Das Wesen des Übersetzens. Tradução de WILSS, Wolfram. In: WILSS, Wolfram (org.) **Übersetzungswissenschaft**. Wege zur Forschung. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981, v. 535, p. 123-149.
- PAIVA, Antônio Firmino de. A pertinência da situação no ato tradutório. In: **Tradução e Comunicação**- Revista Brasileira de Tradutores, N.6. São Paulo: Editora Álamó, jul. 1985, p. 131-140.
- PICTH, Heribert. Fachsprachliche Phraseologie. In: ARNTZ, Reiner (org.). **Textlinguistik und Fachsprache**. AILA - Symposion (13-16/04/1987: Hildesheim). Hildesheim: Georg Olms, 1988, p. 187-196.
- _____. Fachsprachliche Phraseologie. In: LAURÉN, Christer, _____ (org.) **Ausgewählte Texte zur Terminologie**. IITF - Infoterm. Viena: TermNet, 1993, p. 439-456.
- REFORMATSKIJ, A. A. Was ist eine Benennung und was ist Terminologie. In: LAURÉN, Christer, PICTH, Heribert (org.). **Ausgewählte Texte zur Terminologie**. IITF - Infoterm. Viena: TermNet, 1993, p. 206-220.

- REIß, Katharina. Didaktik des Übersetzens: Integration der Sprachwissenschaft in den Übersetzungsunterricht. In: BAUSCH, Karl-Richard, WELLER, Franz-Rudolf (org.). **Übersetzen und Fremdsprachenunterricht**. Frankfurt am Main: Diesterweg, 1981, p. 127-144.
- RÓNAL, Paulo. **A Tradução Viva**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3 ed., 1981.
- SCHMITT, Peter A. Die "Eindeutigkeit" von Fachtexten: Bemerkungen zu einer Fiktion. In: SNELL-HORNBY, Mary (org.) **Übersetzungswissenschaft - Eine Neuorientierung**. Tübingen: UTB - Francke, 1986, p. 252-282.
- SCHEWE, Wolfgang H.V., SPIEGEL, Heinz-Rudi. Der Beitrag des DIN und des VDI zur Terminologie und Fachsprache. In: BAUSCH, Karl-Heinz, _____. **Fachsprachen - Terminologie. Struktur. Normung**. DIN Normungskunde, Berlin: Beuth, n. 4, 1976, p. 152-162.
- SPIEGEL, Heinz-Rudi. Produktive Wortbildungstypen in einer gewachsenen Fachsprache. In: BAUSCH, Karl-Heinz et al.. **Fachsprachen - Terminologie. Struktur. Normung**. DIN Normungskunde, Berlin: Beuth, n. 4, 1976, p. 152-162.
- STOLZE, Radegundis. Die Übersetzungswissenschaft im Zeichen der Äquivalenz-Diskussion. In: _____. **Übersetzungstheorien - Eine Einführung**. Tübingen: Narr Studienbücher, 1994, p. 79-96.
- THEODOR, Erwin. TextConText- Uma nova revista de tradutologia (resenha) In: **Tradução e Comunicação- Revista Brasileira de Tradutores**, N.8. São Paulo: Editora Álamó, jul. 1986, p. 149-150.
- _____. **Tradução- ofício e arte**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- VERMEER, Hans J. Zur Beschreibung des Übersetzungsvorgang. In: WILSS, Wolfram. (ed.) **Übersetzungswissenschaft. Wege zur Forschung**. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, v. 535, 1981, p. 250-260.
- VERNAY, Henri. Elemente einer Übersetzungswissenschaft. In: WILSS, Wolfram. (ed.) **Übersetzungswissenschaft. Wege zur Forschung**. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, v. 535, 1981, p. 236-249.
- VINAY, Jean-Paul, DARBELNET, Jean. **Comparative Stylistics of French and English - A methodology for translation**. Tradução por Juan C. Sager e M.-J. Hamel. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1995. Tradução de : Stylistique comparée du français et de l'anglais.

- WARNER, Alfred. Phraseologische Grundsätze für Technik - Bildung und Anwendung fachsprachlicher Wendungen. In: BAUSCH, Karl-Heinz, SCHEWE, Wolfgang H.U., SPIEGEL, Heinz-Rudi. **Fachsprachen - Terminologie. Struktur. Normung.** DIN Normungskunde, Berlin: Beuth, n. 4, 1976, p. 99-113.
- WEIß, Bert. Lernziel Explizität. In: ALBRECHT, Jörn, BAUM, Richard (org.) **Fachsprachen und Terminologie in Geschichte und Gegenwart.** Tübingen: Narr Verlag, 1992, p. 302-318.
- WERSIG, Gernet. Probleme und Verfahren der Terminologiearbeit. In: BAUSCH, Karl-Heinz, SCHEWE, Wolfgang H.U., SPIEGEL, Heinz-Rudi. **Fachsprachen - Terminologie. Struktur. Normung.** DIN Normungskunde, Berlin: Beuth, n. 4, 1976, p. 43-50.
- WILSS, Wolfram. **Kognition und Übersetzen - zu Theorie und Praxis der menschlichen und der maschinelle Übersetzung.** Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1988.
- _____. Einleitung. In: _____. **Übersetzungswissenschaft. Wege zur Forschung.** Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, v. 535, 1981, p. 1-23.
- WÜSTER, Eugen. Die Allgemeine Terminologielehre - ein Grenzgebiet zwischen Sprachwissenschaften, Logik, Ontologie, Informatik und den Sachwissenschaften. In: LAURÉN, Christer, PICHT, Heribert (org.). **Ausgewählte Texte zur Terminologie.** IITF - Infoterm. Viena: TermNet, 1993, p. 331-376.
- YEBRA, Valentín Garcia. El Neologismo. In: **Tradução e Comunicação - Revista Brasileira de Tradutores.** São Paulo: Editora Álamó, n. 7, 1985, p. 21-34.

Dicionários e Léxicos utilizados

- Der Sprachbrockhaus** - Deutsches Bildwörterbuch für Jedermann. 7 Aufl. Wiesbaden: F.A. Brockhaus, 1962.
- DUDEN - Das Bedeutungswörterbuch** - Wortbildung und Wortschatz. N° 10

- DUDEN - Deutsches Universalwörterbuch.** 2. Aufl. Mannheim: Bibliografisches Institut & F.A. Brockhaus AG, 1989.
- ERNST, Richard. Wörterbuch der Industriellen Technik.** Vol VIII: Deutsch Portugiesisch. Wiesbaden: Brandstetter Verlag, 1976.
- IRMEM, Friedrich. LANGENSCHIEDTS - Taschenwörterbuch Portugiesisch.** Portugiesisch - Deutsch. Deutsch - Portugiesisch. 14. Aufl. Berlin: Langenscheidt KG, 1981.
- KLUGE, Friedrich. Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache.** 22. Aufl. Berlin: Walter de Gruyter, 1989.
- LANGENSCHIEDT - New Pocket German Dictionary.** German: English. English - German. Berlin: Langenscheidt KG, 1970.
- Lexikon der Germanistischen Linguistik.** 2. Aufl. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1980.
- Mc ARTHUR, Tom. Longman - Lexicon of Contemporary English.** Essex: Longman Group Limited, 1997.
- METZLER LEXIKON SPRACHE.** GLÜCK, Helmut (ed.). Stuttgart: Metzler, 1993.
- RICHARDS, Jack, PLATT, John, WEBER, Heidi. Longman Dictionary of Applied Linguistics.** Essex: Longman, 1985.
- The Encyclopedia of Language and Linguistics.** Oxford: Pergamon Press Ltd, 1994.